UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RUTTE TAVARES CARDOSO ANDRADE

POR UMA URBANIZAÇÃO DESCOLONIZADANA CIDADE DA PRAIA EM CABO VERDE:

Estudo da Ocupação do Espaço na Informalidade Habitacional

SALVADOR, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

POR UMA URBANIZAÇÃO DESCOLONIZADANA CIDADE DA PRAIA EM CABO VERDE:

Estudo da Ocupação do Espaço na Informalidade Habitacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, para a obtenção de título de Doutora em Ciências Sociais sob a orientação da Professora Maria Gabriela Hita

DISCENTE: Rutte Tavares Cardoso Andrade

DOCENTE: Doutora Maria Gabriela Hita – PQ2-CNPq

SALVADOR, 2017

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

Andrade, Rutte Tavares Cardoso
Por uma urbanização descolonizada na cidade da Praia em Cabo Verde: estudo da ocupação do espaço urbano na informalidade / Rutte Tavares Cardoso Andrade. -- Salvador-Bahia, 2017.
185 f. : il

Orientador: Professora Doutora Maria Gabriela Hita.
Tese (Doutorado - Pós-graduação em Ciências Sociais) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

1. Informalidade Habitacional. 2. Espaço Urbano. 3. Cidade da Praia . I. Hita, Professora Doutora Maria Gabriela. II. Título.

RUTTE TAVARES CARDOSO ANDRADE

POR UMA URBANIZAÇÃO DESCOLONIZADA NA CIDADE DA PRAIA -CABO VERDE: Estudo da Ocupação do Espaço na Informalidade Habitacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal da Bahia, para a obtenção de título de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovado em 19 de Dezembro, de 2017

Banca Examinadora:

Profa. Doutora Maria Gabriela Hita: _____
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Doutor Carlindo Fausto Antônio: _____
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Doutor Gabriel Swahili Sales de Almeida:_____
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Doutor Lívio Sansone: _____
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Doutor Pedro Acosta-Leyva: _____
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

À minha família,

Pelos ensinamentos e capacidade de resistência.

Ao Fernando Jorge Tavares, pelas condições que me proporcionou para chegar a este momento. E ao meu filho, Eduardo, pelas ausências e momentos de lazer que foram sacrificadas em nome dos trabalhos e compromissos acadêmicos.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho contou com a colaboração de muitas pessoas e instituições. Por isso, meus agradecimentos iniciais à Professora Maria Gabriela Hita, minha orientadora no curso de Doutorado, que se revelou uma verdadeira companheira e amiga, cujo brilhantismo intelectual muito me instigou e auxiliou na construção deste trabalho. Sou-lhe eternamente grata pela forma como me acolheu, pelo apoio ao processo de consecução de bolsa e pela minha permanência na universidade.

Aos nossos ancestrais, que me permitiram fazer este percurso e celebrar este momento sublime da minha trajetória acadêmica. A todos eles que me ensinaram a resistir diante de uma sociedade padronizada, e reinventar a forçapara continuar a luta, superando os desafios a cada amanhecer. Eles criaram condições para que eu pudesse trilhar esse caminho e chegar aonde estou agora, pelos valores, ancestrais, pela irmandade, determinação e fé que sempre me alimentaram nos momentos mais difíceis, permitindo-me seguir em frente com a única certeza de que tenho o dever de tentar e insistir.

Minha profunda gratidão a todas as pessoas que me ajudaram a encurtar a distância do lar, exercendo com isso papel preponderante na viabilização das minhas atividades acadêmicas e de pesquisa. Destaco o apoio incondicional do meu marido, Fernando Jorge, que me abraçou e criou condições para que eu entrasse na academia brasileira e crescesse junto com ele. E a presença encantadora do meu amado filho, Eduardo Jorge, por tantos momentos de lazer que lhe foram negados por conta dos meus compromissos acadêmicos.

Aos meus pais, e minhas irmãs, que sempre estiveram perto, colaborando comigo e cuidando do meu filho e da minha casa. E aos meus restantes familiares, por estarem sempre presentes em minha vida.Desde o meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, pude contar com a simpatia e o apoio intelectual dos seus professores e servidores. Agradeço profundamente à secretaria de Pós-graduação nas pessoas de Dora e Alberto, pela atenção e carinho que sempre tiveram por colaborar comigo.

Gostaria de agradecer ao governo brasileiro, pelas condições criadas para a minha permanência na universidade, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida, oque me permitiu seguir em frente nos meus estudos e realizar a minha pesquisa de doutorado na cidade da Praia em Cabo Verde. A todos, minha mais profunda e infinita gratidão.

Pa tudu nhas djentis grandi, nha grartidon infinitu!

ANDRADE, Rutte Tavares Cardoso. **POR UMA URBANIZAÇÃO DESCOLONIZADA NA CIDADE DA PRAIA - CABO VERDE: Estudo da Ocupação do Espaço na Informalidade Habitacional.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e CiênciasHumanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Neste trabalho, analisaremos o processo de ocupação do espaço urbano na cidade da Praia em Cabo verde, na contemporaneidade, situando o contexto histórico no qual se desenvolveu esse processo. O objetivo principal visa refletir sobre as experiências relativas às práticas de construção de habitação, mantidas e adaptadas pelas pessoas, assim como as estratégias que adotampara construírem as suas habitações e, desse modo, terem direito à moradia. Também será visto o contexto de suas histórias de vida, além de refletirmos sobre a ocupação do espaço urbano que abrange o seu passado histórico, seus aspectos e configurações atuais que representam as práticas africanas, desde o período colonial. Entendemos que existe uma mudança no processo de construção de habitação informal, imposta pelas entidades públicas, no esforço de banir um modelo africano de construção de habitação, que não representa o modelo eurocêntrico imposto desde o período colonial, fora do padrão e lógica do urbanismo africano. Através da sua resistência, em contexto de extremas dificuldades e ausência de apoios das entidades públicas e privadas, as pessoas de baixa renda sobrevivem sob o estigma da informalidade habitacional, conforme observaremos neste estudo. Assim, o estudo procura explicitar as assimetrias entre a luta pela sobrevivência das pessoas de baixa renda que habitam as periferias da cidade da Praia e as "políticas de desenvolvimento urbano", estas ultimas quase sempre em total descompasso com as necessidades e demandas dessas populações carentes.

Palavras-chave: Cidade da Praia, Ocupação urbana, Informalidade habitacional.

ANDRADE, Rutte Tavares Cardoso. **FOR A DESCOLONIZED URBANIZATION IN THE CITY OF PRAIA - CAPE VERDE: Study of the Occupation of Space in Housing Informality**.Thesis Doctorate in Social Sciences - Graduate Program in Social Sciences, Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

The process of occupying the urban space in the city of Praia in Cape Verde, under the perspective of contemporaneity, situating the historical context in which this process was developed. The main concern is to reflect on the experiences of housing construction, maintained and adapted by the people, as well as the strategies they invent to build their dwellings, and thus have the right to housing, the context of their life stories. The reflection on the occupation of urban space encompasses its historical past, its present aspects, and the present configurations, which represent the African practices, from the colonial period. We understand that there is a change in the process of informal housing construction imposed by the public entities in the effort to ban the African model of housing construction, which does not represent the Eurocentric model imposed since the colonial period outside the pattern and logic of African urbanism. Through resistance, in the context of extreme hardship and lack of support from public and private entities, low-income people still survive under the stigma of housing informality.Thus, the study seeks to make explicit the asymmetries between the struggle for the survival of the low-income population living in the outskirts of the city of Praia and the“urban development policies”, the latter almost always in total disassociation with the needs and demands of these populations.

Keywords: Praia city, Urban occupation, Housing informality.

ANDRADE, Rutte Tavares Cardoso. **PA UM URBANIZASON DISKOLONIZADU NA SIDADI DI PRAIA NA KABU VERDI**: **studu di okupason di spasu urbanu na informalidadi abitasional**. Tezi di Dotoramentu - Prugrama di Pós-Graduason na Siensias Sosial di Fakuldadi di Filozofia i Siensias Umanu di Universidadi Federal di Bahia, Salvador, 2017.

Rizumu

Prusesu di okupason di spasu urbanu na sidadi di Praia na Kabu Verdi, na un oliar di kontenpuranidadi, ki ta situa na kontextu stóriku ki es prujetu foi dizenvolvidu. Priokupason fundamental ta viza rifleti sobri spriensias, ki ta rifiri sobri pratikas di konstruson di abitason, mantidu i adaptadu, pa pesoas, sima tanbe stratéjias ki ta inventadu pa konstrui ses propi abitason, i d'es manera ten direitu na moradia. Nu ta spia kontextu di ses stória di vida e fossi riflekson sobri okupason di spasu urbanu ki ta abranje un pasadu stóriku, ses aspetus atual, i propi konfigurason atual, ki ta riprizenta prátikas afrikanu, desdi priudu kolonial. Nu ta intende ma izisti un mudansa na prusesu di konstruson di abitason informal, ki inpodu pa entidadis públiku, na sforsu di tra mudelu afrikanu di konstruson di abitason, ki ka ta riprizenta kel mudelu eurosentriku inpodu desdi priudu kolonial, fóra di padron i lójika di urbanismu afrikanu. Atrabes di rizistensia, na kontextu di stremus difikuldadi i ozensia di apoius di entidadis públiku i privadu, pesoas di baxu rendimentu i puder di compra, inda ta subrivive baxu di stigma di informalidadi abitasional.

Palavras-txabi: Sidadi di Praia, okupason urbanu, informalidadi abitasional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização geográfica de Cabo Verde..... 43
Figura 2 – Localização geográfica da cidade da Praia..... 58
Figura 3 – Evolução da mancha da ocupação da cidade da Praia..... 59
Figura 4 – Cidade da Praia no século XIX..... 64
Figura 5 – Praça Alexandre Alburquerque, período colonial início do século XX..... 65
Figura 6 – Praça Alexandre Albuquerque, início do século XXI..... 66
Figura 7 – Casa dos rabelados na comunidade de Espinho Branco..... 68
Figura 8 – As condições de algumas habitações no bairro de Jamaica..... 118
Figura 9 – Casa da Dona Antônia 133
Figura 10 – Estrutura geográfica do bairro..... 139
Figura 11 – Alternativas para o acesso de água no bairro de Jamaica..... 142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARC	Áreas Residenciais Clandestinas
ASA	Agência de Segurança Aérea
ICCA	Instituto Cabo-verdiano de Crianças e Adolescentes
BCV	Banco de Cabo Verde
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEOT	Carta Europeia de Ordenamento do Território
CMP	Câmara Municipal da Praia
DL	Decreto-legislativo
DGCEC	Direcção Geral de Cartografia e Cadastro
DNOT	Directiva Nacional de Ordenamento do Território
EMPA	Empresa Pública de Abastecimento de Cabo Verde
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IFH	Imobiliária, Fundiária e Habitat
LBOTPU	Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico
MALU	Ministério da Administração Local e Urbanismo
MCA	CABO VERDE – Millennium Challenge Account Cabo Verde
ONG	Organização Não Governamental
OT	Ordenamento do Território
PD	Plano Detalhado
PDM	Plano Director Municipal
PDU	Plano Desenvolvimento Urbano
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGCS	Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA
PUD	Plano Urbanístico de Detalhe
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 AFROCENTRICIDADE: UMA PROPOSTA EPISTEMOLÓGICA PARA PENSAR O URBANISMO EM CABO VERDE 26

1.1 Pressupostos epistemológicos para a investigação em Cabo 26

Verde 26

1.2 Afrocentricidade: abordagem conceptual e histórica 30

1.3 Os postulados da epistemologia da afrocentricidade 32

1.3.1 As características da epistemologia afrocentrada 35

2 LOCALIZAÇÃO GEOESTRATÉGICA DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE NO CONTEXTO AFRICANO E ATLÂNTICO NORTE 42

2.1 Descoberta e posição geográfica de cabo verde 43

2.3 Breve análise da dimensão étnico-racial em cabo verde 47

2.4 Crises em cabo verde entre os séculos XIX e XX e a ocupação do espaço urbano 51

2.5 Cidade da Praia: deslocamento e as emergências de outros tempos 56

3 OCUPAÇÃO URBANA E INFORMALIDADE HABITACIONAL NA PERIFERIA DA CIDADE DA PRAIA: ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEPTUAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DO LUGAR 62

3.1 Cidade da Praia: memória da ocupação do espaço urbano 63

3.2 Origem histórica da informalidade urbana na cidade da praia 71

3.3 Uma releitura do conceito de periferia 76

3.3.1 Urbano versusrural: cidade e campo no contexto cabo-verdiano 79

4 URBANISMO AFRICANO E ESPAÇO URBANO: POR UM NOVO URBANISMO EM CABO VERDE 87

4.1. Breve história do urbanismo africano e principais cidades africanas 89

4.2. Abordagem teórico e conceptual da cetegoria do Espaço Público 94

4.3. Cultura africana e o direito à cidade 96

4.4.Cultura tradicional africana e urbanismo em Cabo verde 99

4.4.1 As cidades mistas ou cidade da equidade social 104

4.5. O Espaço Público e seus desafios: construção ilegal leglizada 105

4.5.1. Espaço urbano, urbanizaçáo e cultura 108
4.5.2. Ubuntu e descolonização da teoria urbana: o pensamento fora do lugar 112

5. ITINERÁRIOS DA OCUPAÇÃO URBANA E INFORMALIDADEHABITACIONAL NA CIDADE DA PRAIA: CIRCUITOS, CENÁRIOS E EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO BAIRRO DE JAMAICA 114
5.1 A posição e estrutura geográfica do bairro de jamaica na.....117
cidade da praia.....117
5.1.1 Origem do nome do Jamaica: "*Bob Marley morri ma ami n`fika*" 119
5.2 Itinerários ocupacionais e experiências vividas 120
5.2.1 De Titino a Rasta lavador de carro: "*N`bem Praia pam bem ranja nha bida, longi di familia*".....120
5.2.2 Gabriel Buchu – Buchu – *"mi ku nha amigu Rasta ki funda bairu di Jamaica*" 126
5.2.3 A trajetória da Dona Nilda: "*mai di advogado*".....130
5.2.4 Dona Antônia – retrato de uma vida marcada pela resistência.....132
5.2.5 De Plamarejo a Jamaica: a experiência de Ana Bela 134
5.2.6. Vanilda Barros –"*N`kria na Jamaica, hoje sta na otu bairro, ta corri risku di torna bem*" 136
5.3 A vocação do lugar, conflitos e problemas 138
5.4 Interpretação dos dados empíricos 145
5.5. Migração: a cidade abrindo caminhos.....155

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 159
REFERÊNCIAS 169

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de Cabo Verde é um processo embrionário, considerando a história recente do país, que ascendeu à sua independência e autodeterminação política em 1975. A problemática do desenvolvimento urbano recente de Cabo Verde deve ser pensada a partir do seu marco histórico fundamental: a Independência Nacional. Esse desenvolvimento começa a assumir contornos cada vez mais acelerados com a abertura política do país ao pluripartidarismo e a consequente liberalização da economia ao mercado global, no início dos anos 1990. Como Estado independente, o país fez um percurso considerável, nos diferentes domínios do seu desenvolvimento político, social e econômico, recebendo reconhecimento diplomático da comunidade internacional, que o elevou à categoria de "País de Desenvolvimento Médio".

Todavia, o desenvolvimento econômico, político e social de Cabo Verde é também perpassado por profundas contradições, sobretudo do ponto de vista das disparidades sociais, como a que concerne à garantia das condições de vida de uma grande franja populacional, isto é, aquela que atinge o segmento social de mais baixa renda, ainda muito vulnerável, que se depara com desafios da informalidade habitacional nos diferentes domínios sociais, quais sejam, as precárias condições de acesso a alguns bens fundamentais como saneamento básico, água potável, energia eléctrica, transporte público, cuidados de saúde, educação, entre outros.

A cidade da Praia, capital de Cabo Verde, abriga as principais instituições públicas e privadas do país. No contexto cabo-verdiano, a cidade da Praia se apresenta como o principal destino para a procura de trabalho e formação acadêmica, por parte das pessoas de baixa renda provenientes do meio rural da ilha de Santiago, onde se encontra localizada, e das outras ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, sobretudo ilhas periféricas, como Maio, Fogo e Brava. Nesse sentido, a vinda para esse centro urbano nem sempre traduz o imaginário desses migrantes que chegam repletos de sonhos e expectativas, mas acabam se frustrando com a dura realidade com que se deparam ao acederem a essa cidade. A maior frustração refere-se à violência física e simbólica com que os novos moradores da cidade vivenciam, nomeadamente, problemas da habitação condigna, acesso à agua potável e a vários outros produtos indispensáveis à sua subsistência e sobrevivência na cidade grande.

O processo de urbanização e de expansão urbana assume contornos específicos no contexto africano, tendo em vista que grande parte das cidades africanas, como a cidade da Praia em Cabo Verde, foi erguida dentro de um contexto de dominação e de exploração

colonial. As cidades não foram concebidas e/ou planejadas para albergar grandes massas populacionais, e sim para abrigar as elites que compunham a administração colonial. A própria configuração geográfica e arquitetônica das cidades africanas demostra uma cultura de hierarquização e de segregação social e espacial; as elites dominantes do colonialismo viviam em áreas planejadas e urbanizadas com infraestruturas, bens e serviços importantes dentro da cidade, sendo que os (as) escravizados (as) e seus descendentes eram relegados para os *guetos suburbanos*, pois esses últimos não eram dignos de viver no centro urbano, visto que, no contexto colonial, eram considerados subumanos ou seres inferiores.

A literatura historiográfica revisada aponta para uma forte tradição de ocupação de espaço e informalidade habitacional, que remonta ao período colonial, no início da formação da cidade da Praia. Os estudos indicam que a ocupação do espaço urbano e suas configurações iniciais caracterizaram-se pela presença de homens e mulheres pretas de baixa renda e, posteriormente, pelos seus descendentes que se reuniam em áreas não planejadas da cidade, construindo suas casas na informalidade. As áreas urbanas onde construíam as suas casas, ou seja, a periferia, era marcada por práticas de sua cultura de origem, ainda que em contexto diferente e em condições sociais quase sempre adversas.

O Estado cabo-verdiano aboliu a escravidão sem adotar qualquer medida complementar de absorção produtiva dos (as) ex-escravizados (as), como força de trabalho livre, instituindo, assim, a exclusão e a segregação sociais e espaciais da maioria da população, mormente na cidade da Praia (NASCIMENTO, 2000; TAVARES, 2006; ÉVORA, 2009).

Desde o início da formação da cidade da Praia, a ordenação do espaço urbano tem se baseado em concepções ocidentais de pensamento, assumindo configuração e imagem de urbanização imposta pela elite colonial. Após a independência nacional, ocorrida em 1975, essa prática de exclusão e de segregação continua a ser reproduzida pela nova elite dominante cabo-verdiana. Esse modelo de urbanização não se coaduna com a lógica de ocupação do espaço urbano daspessoas de baixa renda, que se estrutura tanto pela forma particular determinada pela cultura africana como pela condição de dominação e exploração à que os (as) africanos (as) foram submetidos durante a vigência do escravismoem Cabo Verde (ÉVORA, 2009).

A ocupação do espaço na informalidade habitacional, na Praia, apesar de constituir elemento vital para o funcionamento da cidade, foi recorrentemente conotada de contribuir para práticas ilícitas e "costumes *incivilizados"*. Tal "*incivilidade"* foi quase sempre associada aos usos e costumes africanos. Desse modo, foram implementados mecanismos

para coibir homens e mulheres de ascendência africana à construção de casas em áreas não urbanizadas da cidade. À medida que o processo de urbanização da cidade da praia foi se modernizando, aboliram-se costumes e práticas de construção genuinamente africanas, tais como casas de pedra e barro com coberturas de palha, tradição essa considerada "incivilizada" e fora do padrão ocidental europeu (PAIM, ARAÚJO, 2005).

Perante essas circunstâncias, o processo de ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional passa a representar um fator de conflito entre as pessoas de baixa renda e o poder público, já que o espaço urbano representava o fator de inclusão e exclusão e, simultaneamente, de hierarquização social. Inclusão porque, mesmo que no contexto em análise, a cidade da Praia fosse uma sociedade caracterizada por fortes desigualdades sociais e exclusões sociais que implicavam uma multiplicidade de formas de conflitos e de ação social, tinha a ocupação do espaço na informalidade como representativo de uma das principais formas de territorialização negra.

Desse modo, transformar e reinventar os papéis que lhe estavam atribuídos consecutivamente na estrutura social da sociedade escravista-colonial e, posteriormente, nas pós-coloniais, tornou-se um modo dessa maioria silenciada (BAUDRILLAR, 1985) desafiar a ordem social estabelecida pelo poder público socialmente imposta. Foram desenvolvidas, ao longo do tempo, as identidades de resistência (CASTELLS, 1999, p.24), ou seja, aquelas criadas por pessoas que se encontram em posição e condições estigmatizadas ou desvalorizadas pela lógica da dominação, construindo a estratégia de resistência e subsistência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições ou até mesmo opostos a elas.

Conforme Semedo (2010), a estrutura urbana que a cidade da Praia adquiriu com o tempo, pelo viés de construções ditas clandestinas, diz respeito tanto à resistência de pessoas de baixa renda quanto à permanência de um conjunto diferenciado de ocupações, nos mais diversos bairros da cidade, ao longo do tempo, carregam a marca e o estigma da contravenção e da legalidade na estruturação do espaço urbano. Consequentemente, os efeitos foram nefastos sobre a forma como são reconhecidas socialmente as suas contribuições e as suas participações na construção social e cultural da cidade.

Demostrando alguma aproximação entre essas práticas socioculturais na África e na diáspora, autores de referência em estudos sobre o urbanismo africano asseguram que a tradição de autonomia das mulheres que se dedicam à construção de casas, assim como seu papel social relevante, não é uma prática circunscrita apenas à experiência da diáspora. Antes disso, alguns aoutores apontam que as práticas através das quais homens e mulheres buscam

construir as suas casas têm paralelo com as soluções adotadas, em regiões do continente africano, intimamente ligadas à ancestralidade cabo-verdiana (VERGER; BASTIDE, 1992).

Viver nas cidades é hoje cada vez mais problemático, visto que grande parte dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento carece de políticas de integração das populações que emigram para a cidade, situação essa que acelera o aumento da pobreza extrema e da violência física e simbólicas, o que mais de 50% das populações urbanas passam a enfrentar no cotidiano das periferias urbanas. No contexto cabo-verdiano e, de um modo geral, no continente africano, não existem políticas de fixação das pessoas no campo, com vista a travar o êxodo rural. Assim, grande parte das populações que migram do meio rural para a cidade chega desprevenida, recomeçando as suas vidas de forma improvisada e, muitas vezes, estranha e adversa aos *modus vivendi* da urbanidade.

No caso específico de Cabo Verde, o esforço dos governos para promover habitação e trabalho para todos tem se revelado ineficaz, visto que a maioria das pessoas vive em assentamentos informais, com todas as suas consequências e/ou implicações sociais, ou seja, uma urbanização que não abrange a maior parte da população e seus habitantes. Assim, o fenômeno da expansão urbana em Cabo Verde, particularmente, e no contexto africano em geral, constitui um dos maiores problemas do desenvolvimento em África, visto que grande parte das pessoas que vive nos limiares da pobreza extrema mora nas periferias urbanas. Nesse sentido, a questão da informalidade habitacional torna-se um fenômeno crucial do desenvolvimento das cidades africanas.

Na acepção de Santos, a ocupação do espaço na informalidade habitacional é essencialmente uma questão de "urbanização corporativa" (SANTOS, 2008). Isto é, urbanização que se reflete na desigual distribuição do meio técnico-científico-informacional, que reforça, ainda mais, a construção de uma sociedade dual (separação entre ricos e pobres) e de um espaço seletivo. Nessa perspectiva, o crescimento econômico é a prioridade de investimento, tanto do setor privado como do setor público, em detrimento do desenvolvimento socioeconômico. Importa sublinhar que a industrialização em outros países, como aponta Ermínia Maricato, para o caso brasileiro, é outra causa da informalidade urbana (MARICATO, 2006, p. 224).

Cabe aqui abrir um parêntese para tecer breves considerações sobre a informalidade habitacional. O assentamento informal, também designado pelo senso comum e pela especulação midiática cabo-verdiana de casa "clandestina", é uma nomenclatura da Organização das Nações Unidas para se referir a formas de moradias construídas que respondam aos critérios de: qualidade estrutural/durabilidades do domicílio, isto é, a

durabilidade de uma casa é determinada pela segurança do terreno em que a mesma esteja construída, permanência da estrutura e à proteção face às condições climáticas; segurança de posse; número de habitantes por cômodo; acesso à instalação sanitária; acesso à água potável (UN-HABITAT. 2003, p.53).

No final dos anos 1970, a antropóloga e urbanista Caroline Moser defendeu o setor informal como sendo simplesmente o dos "pobres urbanos, ou como as pessoas vivem em favelas ou assentamentos informais" (MOSER. 1978, p. 89). Fez notar, no entanto, que certas atividades, tais como aquelas relacionadas com melhoria de habitações em áreas irregulares, principalmente por migrantes rurais, poderiam ser consideradas típicas do setor informal. Assim, importa destacar que na presente pesquisa não vamos nos ater à informalidade comercial. O foco da nossa abordagem incide especificamente sobre a ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional.

O conceito de informalidade urbana é muito amplo, apresentando diferentes campos de discussão. Assim, a informalidade habitacional é concebida como habitações, cuja construção não segue as regras do ordenamento do território da cidade e mais especificamente da comunidade, pois ele representa uma lógica própria de ocupação do espaço urbano, do ponto de vista econômico, social e territorial. No contexto da informalidade habitacional urbana, trata-se de um fenômeno resultante do desenvolvimento desordenado das cidades, regrado pelo mercado imobiliário excludente, provocando o surgimento de assentamentos informais como loteamentos irregulares e informais e conjuntos habitacionais irregulares. O conceito informal refere-se àqueles bairros que tiveram o seu início em áreas públicas ou particulares, sem condições adequadas de promover infraestruturas mínimas e as condições de saneamento básico, água, energia, transporte público, entre outros, para o estabelecimento de pessoas (VALLADARES, 2000; GORDILHO, 2001; ANDRADE, 2014).

Em Cabo Verde, tanto no período colonial quanto no período pós-colonial, estão patentes as preocupações das entidades públicas e privadas com o fenômeno da ocupação informal do espaço urbano. Durante a década de 1980, para fazer face à ausência de planificação urbana e ordenamento de território, herdado do período colonial, as autoridades nacionais implementaram o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), com vista a identificar e apontar soluções para atender aos problemas urbanísticos e de habitação a nível nacional. O I PND apenas resolveu de forma cirúrgica os problemas urbanísticos, não conseguindo dar resposta aos problemas de fundo, pela ausência de mecanismos e instrumentos de ordenamento do território e, sobretudo, pelo desconhecimento por parte das autoridades públicas das verdadeiras necessidades e demandas das novas populações urbanas.

Segundo Carneiro e Henriques, no I PND (1981-85) o Ministério de Habitação e Obras Públicas de Cabo Verde conduzia as políticas urbanísticas e da habitação, propondo como objetivos apoiar a habitação e as atividades urbanas, aumentar a capacidade de construção, diminuir o déficit habitacional, desenvolver novos programas habitacionais e criar o Instituto de Fomento à Habitação (IFH), para orientar as políticas habitacionais e gerir o parque habitacional do Estado e o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP). Dos objetivos traçados nesse plano, apenas se concretizou a criação do Instituto de Fomento à Habitação e resolveu-se em parte o problema da habitação para os altos funcionários do Estado, com a promoção da habitação social com impactos expressivos e convenientes para elites africanas (CARNEIRO, 1996, p.56; HENRIQUES, 1998, p. 84-85).

No II PND (1986-90), as políticas ligadas ao urbanismo e habitação ficaram sob a responsabilidade do Ministério da Administração Local e Urbanismo (MALU). Por outro lado, foram desenvolvidos alguns estudos e programas para solucionar os problemas habitacionais. No entanto, os programas eram modestos, em número de habitações produzidos (não chegavam a uma centena), principalmente em relação à promoção pública da habitação, e estavam, sobretudo, orientados para alojar quadros da função pública, cooperantes e corpo diplomático (HENRIQUE, 1998, p.85). Os diversos programas habitacionais destinados aos segmentos sociais de baixa renda não tiveram sucesso em virtude da falta de coordenação e determinação política. A habitação para essas pessoas de baixa renda nunca foi encarada como uma agenda política prioritária, no sentido de serem projetadas moradias para selecionar os graves défices habitacionais na altura.

A primeira Lei de Bases do Ordenamento do Território Nacional e do Planeamento Urbano (Lei nº57/II/85) mostrou-se inadequada aos problemas da altura, na década de 1980 e não conseguiu fazer face ao crescimento urbano acelerado dos principais centros urbanos, principalmente na cidade da Praia, onde já era preocupante o fenômeno de ocupação do espaço pela informalidade habitacional. Em 1993, a lei foi revista em face de sua inoperância perante os problemas resultantes dos desequilíbrios locais e regionais, por isso a lei foi modificada com o decreto-legislativo de 13 fevereiro de 2006 e, posteriormente, revista pelo DL de 21 de junho de 2010.

Os instrumentos de ordenamento e desenvolvimento territorial compreendem as seguintes figuras de planos: a Diretiva Nacional de Ordenamento do Território e o Esquema Regional de Ordenamento do Território. A Diretiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT) é o instrumento de planejamento que, em nível nacional, estabelece o quadro espacial das atuações com impacto na organização do território.

A DNOT define e calendariza as grandes opções com relevância para a organização do território nacional e constitui um quadro de referência a ser considerado na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial. Esse identifica os interesses públicos de nível nacional por ele protegidos, articula as atuações tendentes a garantir o desenvolvimento sustentável e define os critérios de carácter básico de ordenamento e de gestão de recursos naturais (LBOTPU, INCV, 2006). Não obstante as políticas estratégicas implementadas por essas entidades, isto é, programas de habitação que financiam e apoiam a construção e remodelação de habitações, a informalidade continua a ser um dos maiores desafios ao desenvolvimento sustentado e carece de atenção especial, pela sua abrangência e complexidade.

Nos anos 1859, verificou-se um processo intenso de migração rural para o meio urbano, ilustrado pelas palavras de Pereira como: "a fome bate novamente a porta da ilha de Santiago, com o seu cortejo de males e consequências conforme representação dos habitantes da cidade da Praia que sofre invasão de famintos" (PEREIRA, 2012, p. 136). Esses hábitos culturais inerentes à construção habitacional do interior de Santiago foram posteriormente trazidos para a Cidade da Praia, através do êxodo rural, o que levou esses retirados – os descendentes dos escravizados e escravizadas – a construírem as suas casas em vales, cutelos e ladeiras, empolando aldeias e áreas ditas clandestinas – como são designados de forma estereotipada pelo senso comum, reforçado pela comunicação social e entidades públicas – na capital do país, o que posteriormente veio a ser denominado de zonas suburbanas.

Com isso, entendemos que a epistemologia da afrocentricidade, sistematizada pelo intelectual afro-americano Molefi Kete Asante (2009), pode servir de paradigma para compreendermos o desenvolvimento urbano na África e, mais precisamente, no contexto da cidade da Praia, que é o principal foco do nosso estudo. O conceito de agência postulado pelo paradigma afrocêntrico de Asante nos parece ser uma abordagem de relevância para se desconstruir a lógica de urbanização e organização autárquica herdada do colonialismo e que se revela a principal responsável pelo conflito entre as políticas públicas autárquicas e as demandas e necessidades das pessoas de baixa renda.

Segundo Asante, os africanos e as diásporas negras devem assumir-se como agências de si próprios no sentido de se autoentenderem e de entenderem o seu passado histórico dilacerado pelo escravismo e pela colonialidade. É nesse sentido que se revela fundamental para o presente estudo entendermos a história da configuração urbana da cidade da Praia e, sobretudo, as contradições entre uma lógica de urbanização herdada do colonizador e as novas

formas de vida e de criatividade urbanas em prol da própria afirmação e de emancipação urbana. Como o faz notar Asante:

> A ideia de afrocêntrico refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avalição de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento prático e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com os seus próprios interesses humanos (ASANTE. 2009a, p. 93).

Das várias categorias que compõem o paradigma da afrocentricidade, a localização desempenha uma função central no nosso projeto de pesquisa. Afrocentricidade consiste numa proposta epistemológica que concebe os fenômenos e fatos sociais através de sua localização, promovendo, dessa forma, a agência dos povos africanos em prol da liberdade humana. Nas palavras de Asante (2009), "afrocentricidade é uma questão de localização porque os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica". Para o autor (2009), toda a produção que não atende aos interesses eurocêntricos é marginalizada. Importa sublinhar que não se deve considerar a afrocentricidade sinônimo da assunção de alguns costumes africanos. O que está em causa é a posição central que as experiências e referências africanas assumem no desenvolvimento de qualquer atividade e é com base nas ideias de agência e de localização que se deve interpretar a participação das pessoas de baixa renda, de ascendência escravizada, na construção social da cidade da Praia.

Partindo do pressuposto que nacidade da Praia existem heranças do aspectos que remontam ao período escravagista e colonial. Busca-se, nesta pesquisa, entender o processo de ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional, o que se mantém, e as mudanças no que tange aos materiais utilizados, formas de acesso aos terrenos para construção e a relação entre as pessoas e os poderes públicos, que ocorreram desde o período colonial. Desse modo, a análise será conduzida a partir da seguinte questão: em que medida as experiências, saberes e práticas sociais de ocupações urbanas na informalidade, que remontam desde o período escravista e colonial, têm sido mantidas,adaptadas e/ou transformadas no processo de ocupação do espaço na cidade da Praia?

Portanto, o foco central dessa perspectiva é a análise do contexto histórico e cultural africano como referencial principal na abordagem e análise da ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional. Nesse sentido, e tendo presente a proposta epistemológica

afrocêntrica, importa questionar o modelo de urbanização vigente na África e, mais especificamente, em Cabo Verde, no sentido de descolonizar a política de organização e de planificação urbana na cidade da Praia.

No âmbito do quadro apresentado nesta tese busca-se de forma reflexiva compreender o cotidiano de ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional na cidade da Praia na atualidade. Para isso, precisamos remontar aos contextos históricos anteriores, nos quais se vem desenvolvendo essa prática social, bem como buscaremos analisar as experiências sociais das mulheres e homens pretas (as), relacionadas às suas histórias de vida e estratégias de sobrevivência, no esforço de ter acesso à casa própria e viver na cidade. De modo mais específico, o trabalho propôs-se os seguintes objetivos:

a) Descrever, analisando e interpretando, o processo social e histórico da configuração da cidade da Praia;
b) Partir da epistemologia afrocentrada e sua pertinênciapara umareinterpretação do processo de construção social e cultural da urbanidadena cidade da Praia;
c) relacionar o projeto urbanístico da cidade da Praia com a cultura tradicional africana;
d) verificar as experiências de ocupação do espaço na informalidade habitacional, no bairro de Jamaica.

Os caminhos metodológicos que orientam o presente trabalho visam compreender as dinâmicas históricas e socioespaciais de ocupação do espaço urbano na cidade da Praia, o que nos exigiu a adoção de estratégia metodológica histórica e etnográfica, combinando com a pesquisa documental e o trabalho de campo. A necessidade de encontrar mecanismos de operacionalização dos principais objetivos e coordenadas teóricas desta pesquisa obrigou-nos a complementar as estratégias metodológicas e cruzar as informações obtidas. A análise documental de fontes e de outros materiais recolhidos, a observação direta e a redação de notas de campo, bem como o uso dos recursos fotográficos, constituem ferramentas essenciais para a materialização desta pesquisa.

Ademais, a triangulação metodológica foi uma das formas de contornar as limitações que decorrem das condições de uma investigação na busca de maior grau de objetividade no âmbito deste estudo.O recurso a esses processos de triangulação visa otimizar e diversificar os tipos de informações recolhidas(dados de análise de pesquisa documental e bibliográfica) com os dados de trabalho de campo – entrevistas, anotações e reflexões registradas no diário de campo e de material fotográfico (DENZIN; LINCOLN,2006; BOGDAN; BILKEN, 1994).

A pesquisa documental e etnográfica foi fundamental para incrementar a dimensão do tempo. Ela se constitui no levantamento exaustivo, seleção e análise crítica de documentos, tais como documentos acadêmicos (monografias, dissertação, tese e relatórios) existentes sobre a temática. A revisão bibliográfica permitiu acessar informações relevantes para a elaboração e compreensão dos pressupostos teórico da pesquisa epistemologia afrocentrada e caracterização do urbanismo africano, da evolução histórico e espacial do processo de ocupação do espaço urbano e da informalidade habitacional.

O trabalho de campo foi realizado entre meados de 2016 e agosto de 2017, com o objetivo de conhecer e analisar o cotidiano das pessoas de baixa renda, além de compreender o processo de ocupação do espaço na informalidade habitacionalno bairro de Jamaica, na cidade da Praia em Cabo Verde. Nessa região, a pesquisa foi realizada no bairro de Jamaica, na cidade da Praia. Através da observação direta, adentramosos espaços físicos e simbólicos de Jamaica. Participar do cotidiano desses contextos permitiu nos familiarizar com determinados cenários de ocupação do espaço, assim como com a informalidade no meio social. As pessoas que moram no bairro conversam, interagem, trocam ideias e dão risadas, estabelecendo um tipo de relação social que dispensam as formalidades que em outros contextos, ou outro tipo de contatos e modos de entrevistar, seriam quase impossíveis.

A pesquisa de campo desta tese de doutorado exigiu-nos desenvolver uma nova modalidade de experiência e familiarização com a realidade a ser conhecida que pode ser tudo, menos natural, pois nos foi necessário aprender a tornar estranha a trama da vida ordinária e familiar o que outrora nos resultava desconhecido. Desse modo, a perspectiva e maior aproximação ao olhardo etnógrafo consegue fazer com que se vejam de forma diferente fenômenos sociais os quais se veem todos os dias, mas sem realmente observá-los ou conhecê-los em profundidade. Essa perspectiva da que tentamos nos aproximar permite complexificar e problematizar as práticas socioculturais mais comuns de determinados grupos, as quais, muitas vezes, passam despercebidas, pelo simples fato de serem naturalizadas pelo senso comum e pela ordem socialmente estabelecida (BEAUD; WEBER, 2007).

A realização da visita de campo, mediante a observação direta registrada em diário de campo, permitiu-nos captar elementos relevantes, capazes de incrementar a caracterização dos seguintes aspectos: a forma de organização do espaço; as pessoas que vivem no bairro (faixa etária, gênero, aparência física, maneira de vestir, forma de falar, condições econômicas, local de origem, entre outros); os tipos de materiais utilizados na construção de suas casa; e as

estratégias diárias de sobrevivência. Também nos possibilitou identificar a forma de organização interna das moradias, os modos de interações sociais etc**.**

Durante a observação de campo, a utilização de fotografias visou documentar a pesquisa com registros perenes do contexto observado, apoiando, assim, a caracterização resultante da observação direta, bem como permitiu o enriquecimento e a inovação teórica a partir dos elementos empíricos recolhidos. Ao caminhar pelo bairro de Jamaica, pudemos observar casas mais recentes que foram construídas, as reformas nas casas que há oito meses apresentavam outras estruturas,maior separação dos cômodos, garagem, lojas, banheiro, cozinhas, pintura, construção na vertical, instalação da energia elétrica, aquisição de aparelhos eletrônicos. Pudemos também observar casos de famílias cujas casas foram demolidas pela autarquia, porém conseguiram reerguer outra casa no bairro.

Durante as incursões no bairro da Jamaica, realizamos entrevista e diálogos informais com sete personagens, dentre os quais estão os fundadores e o cofundadorda Jamaica. Foi com essa interlocução com as lideranças fundadoras do bairro que a pesquisa sobre o bairro foi crescendo e atingindo a estrutura que apresenta hoje. Eles colaboraram de forma aberta e falaram sobre os aspectos históricos e sociais do bairro.

O encontro e a convivência com os moradores do bairro constituírammomentos privilegiados, nos quais eles puderam partilhar o sentido e os significadosdas suas experiências de ocupação do espaço e a construção da habitação na periferia da cidade da Praia. Foi uma oportunidade em que puderam formular e partilhar os modos pelos quais atribuem, respeitando as suas vivências, experiências culturais e práticas de sobrevivência dentro do bairro.

No interior desse grupo, selecionamos seteinterlocutores-chave, aqueles com quem mais convivemos, durante o período de campo. Esse grupo é composto por cinco mulheres e dois homens, todos cabo-verdianos, com idade compreendida entre 23 e 50anos. Todos possuem casas no bairro, exercem atividades comerciais e profissionais diversificadas que garantem a sobrevivência da família. Durante o período de convivência, foram essas pessoas que manifestaram maior interesse em partilhar as suas experiências de vida e em fornecer depoimentos referentes a acontecimentos marcantes da história social da configuração e crescimento desses espaços.

O presente trabalho comtempla cinco capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, propomos uma abordagem teórica e conceptual do paradigma da afrocentricidade, na acepção do intelectual afro-americano, Molefi Kete Asante, para pensar o fenômeno de ocupação do espaço urbano na cidade da Praia em Cabo Verde. Destacamos a relevância

desse paradigma para compreendermos os fenômenos e fatos sociais da cidade da Praia, tendo presente os sistemas culturais envolvidos na formação e configuração da cidade. Seguimos este capítulo analisando as características importantes que marcam a epistemologia afrocentrica. O nosso propósito é mostrar quenão obstante as marcas indeléveis da escravidão, do colonialismo e neocolonialismo, ainda presentes na sociedade cabo-verdiana, a pessoas de baixa renda, principalmente as mulheres cabo-verdianas, sempre tiveram um papel social de destaque, principalmente no processo de construção e configuração da cidade da Praia na luta derradeira para ter acesso à própria moradia própria. A população pobre continua a lutar e encontrar formas de ressignificar a sua vida e dar sentido à sua existência, assim como garantir o direito à moradia própria.

No segundo capítulo, apresentamos a contextualização social, histórica e espacial de Cabo Verde e a cidade da Praia, sendo que a análise se encontra estruturada em dois momentos. Primeiro, tem como foco a descriçãohistórico, cultural e social da descoberta e povoamento das ilhas do arquipélago.No segundo momento vamos discorrer sobre a identidade nacional para compreendermos o modelo de urbanismo proposto para a cidade da Praia e a eficácia dele para driblar as demandas das especificidades culturais, históricas e sociais na cidade. Vamos nos ater, principalmente, ao período pós-independências, às políticas públicas definidas para suplantar as limitações e desafios existenciais, como alguns momentos de crise que marcaram profundamente a sociedade cabo-verdiana, em todos os domínios, políticos, econômicos, sociais e culturais. Ainda neste capítulo, discutiremos a identidade cabo-verdiana, no contexto do objeto de estudo.

No terceiro capítulo, fizemos um diagnóstico teórico e conceptual da categoria analítica fundamental da presente pesquisa, a informalidade habitacional no contexto da cidade da Praia. A nossa abordagem será realizada, como dito, a partir da perspectiva do lugar, considerando as especificidades das configurações culturais, sociais e históricas da sociedade cabo-verdiana, no contexto africano. Pensamos que é fundamental esse posicionamento pan-africano e afrocentrado no processo de construção do conhecimento como estratégia de captarmos a riqueza, diversidade e heterogeneidade epistemológica africana. Analisamos, ainda, o processo de afirmação e consolidação da periferia na cidade da Praia. Descrevemos o processo de inserção das periferias do país, especialmente o das periferias da cidade de Praia e como essas se configuram ao longo do tempo até o presente. Nessa compreensão, é possível perceber um desejo de distanciamento entre periferia e centro. Também vamos delinear as especificidades dessas categorias, tendo em devida conta os

fatores históricos, culturais e sociais peculiares do lugar, como forma de captar a sua singularidade.

No capítulo quarto, propomos uma abordagem teórica e conceptual da categoria de espaço público, e sua influência na determinação dos projetos urbanos eabordagensteóricasda Categoria do Espaço Público e Projeto Urbano. Abordamos a cultura africana e o direito à cidade, considerando que as cidades espelham concepções de sociedades, valores, ideologias e identidades. São partes da história, contadas pelas construções e seus usos, tendo na sua realização diversos elementos com valores simbólicos, afetivos e integradores dos diversos grupos sociais, como valores ideológicos e valores que determinam osseus usos. Nessa leitura, teremos como referência de fundo o paradigma pan-africanista afrocentrado, de modo a construir uma análise que respeite a singularidade social, cultural e histórica da cidade da Praia em Cabo Verde.

No quinto capítulo, apresentamos uma discrição de teor mais etnográfico e detalhado do contexto empírico, no qual se desenrolou o trabalho de campo. Descrevemos os cenários e os circuitos, alguns de seus atores, interações sociais, práticas de venda e/ou comércio informalnas que estão inseridos e as especificidades do processo de ocupação do bairro e informalidade habitacional, no bairro de Jamaica. Com base nas narrativas dos fundadores e moradores da Jamaica, contidas em entrevistas e anotações do campo, introduzimos os dois personagens centrais que fazem parte desta pesquisa, assim como a de outros que complementam estas narrativas, e analisamos os elementos referentes às suas histórias de vida e itinerários profissionais, além de elencar um conjunto de estratégias cotidianas utilizadas por eles para sobreviver. A partir da discussão, buscamos ilustrar nexos entre as diferentes histórias pessoais de cada um (a) e o contexto sócio-histórico no qual estão inseridos (as).

Nas considerações finais, realçamos os elementos mais relevantes abordados ao longo dos capítulos, retomando as discussões sobre a permanência e mudanças ocorridas no bairro.

1 AFROCENTRICIDADE: UMA PROPOSTA EPISTEMOLÓGICA PARA PENSAR O URBANISMO EM CABO VERDE

No presente capítulo, propomos uma abordagem teórica e conceptual do paradigma da afrocentricidade, na acepção do intelectual afro-americano Molefi Kete Asante, para pensar o fenômeno da ocupação do espaço urbano na cidade da Praia em Cabo Verde. Nesse debate, iremos destacar a relevância desse paradigma para compreendermos os fenômenos e fatos sociais da cidade da Praia, tendo presente os sistemas culturais envolvidos na formação social da cidade. Assim, adotamos a afrocentricidade enquanto categoria epistemológica para compreender o urbanismo cabo-verdiano.

No primeiro subcapítulo, veremos a definição da afrocentricidade e as suas especificidades em relação às demais propostas teóricas e conceituais. A preocupação fundamental é fazer o leitor perceber a nossa escolha pela afrocentricidade e a relevância desse paradigma para o processo de descolonização científica, epistemológica, cultural, histórica e, principalmente, urbanística em Cabo Verde. No subcapítulo seguinte, vamo-nos ater sobre a direção histórica do paradigma de afrocentricidade para a compreensão do contexto social e histórico que influenciau o surgimento e a afirmação da epistemologia afrocêntrica. Procuramos situar esta discussão teórica do ponto de vista espacio-temporal e conhecer os principais articuladores desse paradigma e as suas contribuições no seu processo de consolidação.

1.1 Pressupostos epistemológicos para a investigação em Cabo Verde

O processo de construção do conhecimento é sempre um exercício que nos coloca o desafio de pensar e repensar um determinado contexto sem deixar de fora os fatores sociais, históricos e culturais que determinam a especificidade e singularidade as quais os distinguem das outras realidades e contextos. Estudar a ocupação do espaço urbano na cidade da Praia não é indiferente a esse princípio. Na introdução do livro *Síntese da história geral da África* (2013), o historiador africano Joseph Ki-Zerbo apresenta quatro princípios que devem nortear

a pesquisa no contexto social e cultural da África, considerando o princípio da unidade na diversidade e a relação dialética existente entre eles.

Segundo Ki-Zerbo, o primeiro princípio é a interdisciplinaridade com relação aos estudos e articulações de pesquisas sobre a oralidade, a arqueologia, a história, a linguística e a escrita. O segundo princípio destacado pelo historiador "é que essa história seja vista do interior, a partir do contexto africano, e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros" (KI-ZERBO, 2013, p. 22). O terceiro ressalta que essa é obrigatoriamente a história dos povos africanos em seu conjunto, considerada como uma totalidade que contempla o continente e as ilhas insulares, como Cabo Verde, Sheychelles, Madagáscar, Zanzibar, Senegal, entre outras, conforme as diretrizes da Carta da Organização da Unidade Africana OUA (KI-ZERBO, 2013, p.23). O quarto princípio põe em relevo a superação da valorização da história factual, pois correria o risco de destacar em demasia as influências e fatores externos. Nesse sentido, Ki-Zerbo sugere que os fatos mais importantes continuem sendo objeto da história.

Na mesma linha epistemológica, o historiador Elikia N'Bokolo assegura, na sua obra sobre A história da África, pressupostos que definem a construção do conhecimento sobre a África. O primeiro pressuposto demanda, no campo das Ciências Sociais, respostas ao racismo e ao colonialismo. O segundo especifica um roteiro de inovações metodológicas no que se refere à abordagem da história da África.

A análise de N'Bokolo exige uma postura pluridimensional e continental da África principalmente para pensar o processo de ocupação do espaço urbano tanto no continente quanto na diáspora. É fundamental, segundo esse historiador, estudar a África e a sua diáspora como sua contraparte ou sua Sexta Região. Em outros termos, ver a África e a diáspora a partir da história comum, escravização e colonização e também a partir do complexo e dinâmico sistema cultural presente na África e na Diáspora (N`BOKOLO, 2013 *apud* ANTONIO, 2015).

É importante atentar para a definição do conceito de africano. Para Asante (2009, p. 102), "africano é uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia". Em outros termos, africano é usado para descrever mulheres, homens e crianças que são pessoas africanas do continente e da diáspora, que vivam tanto na África quanto nas sociedades europeias, ou europeizadas do continente. Neste trabalho, o africano tem um valor genético que vincula as pessoas que têm as características físicas e, mais do que isso, oferece as condições de conectar com essas características, para o sistema cultural que venera a

humanidade africana. Nesse movimento dialético, na história, a unidade na diversidade seria o motor para a compreensão das dinâmicas na África e na sua diáspora.

No tocante ao sistema cultural, os princípios estruturantes, ancestralidade, energia vital, coletividade, oralidade, circularidade, memória, encruzilhada, corporeidade, solidariedade, xenofilia, seriam as chaves interpretativas das manifestações culturais existentes na África e na diáspora. A terceira tese dialoga com a anterioridade das civilizações africanas. A África não é apenas berço da humanidade, e sim berço das sistematizações teóricas, dos processos educativos, dos sistemas técnicos e das experiências em todos os níveis (ANTONIO, 2015).

Dentro desses contornos, a África, entendida a partir dos países e dos lugares, é vital para a continuidade das civilizações. A quarta tese faz referência à presença africana no mundo, ou seja, no trânsito pelo Índico, pelo Pacífico, pelo Atlântico e pelo Mediterrâneo, o que significa dizer, a rigor, que os africanos sempre participaram da história da humanidade e da produção da economia do mundo. A quinta tese indaga a propósito da história comum da África e da diáspora, delimitando o lugar especial para a chave interpretativa balizada pela unidade na diversidade, como organizar esse renascimento africano? Na sexta tese, N'Bokolo se posiciona e afirma que a luta contra o racismo e o colonialismo não se limita ao tema; não é só estudar a história da África.

Não é suficiente somente anunciar a história, mas também enunciá-la. Anunciar a história é apresentar os fatos, enunciá-la e revelar as rupturas e os sujeitos desse processo a partir de determinados lugares sociais. O historiador chama, de modo sublimar, numa enunciação subjacente, os intelectuais negros, africanos, da diáspora e antirracismo para o centro do debate e/ou para a condução enunciativa de meios para superar o racismo e o colonialismo nas construções teóricas e nas estruturas sociais (N'BOKOLO, 2013 *apud* ANTONIO, 2015).

Segundo Antonio (2015), temos em comum também, no fluxo do processo histórico, um mesmo sistema cultural que permite, a partir de princípios estruturantes e de raízes filosóficas, um permanente diálogo entre as manifestações culturais e os seus manifestantes na África e na diáspora, relações que são efetivadas igualmente com outras culturas e sistemas culturais. Vale ressaltar que África e diáspora são aqui entendidas a partir dos países, dos territórios e, de modo mais agudo, dos lugares.

Outro tópico especial e estratégico, no entendimento das lutas desenvolvidas pelos negros africanos e os seus descendentes na diáspora, é a cultura. Amílcar Cabral concebe a cultura nos seguintes moldes:

> A cultura, sejam quais forem as caraterísticas ideológicas ou idealistas das suas manifestações, é assim um elemento essencial da história de um povo. É talvez a resultante dessa história como uma flor é resultante de uma planta. Como a história, ou porque é a história a cultura tem como base material o nível das forças produtivas, e modo de produção. Mergulham-se as suas raízes no húmus da realidade da realidade material do meio em que e desenvolve e reflete a natureza orgânica da sociedade, podendo-se ser mais ou menos influenciado por fatores externos. Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios e dos conflitos (econômicos, políticos e sociais) que caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permitem saber quais foram as sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas, pela consciência social, para a elaboração desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa sociedade em busca da sobrevivência e progresso (1970, p. 360).

Intelectuais cabo-verdianos apresentam também aportes teóricos relevantes e originais que asseguram um lugar de inequívoco destaque para a cultura percebida como manta organizativa da vida dos cabo-verdianos em todos os seus níveis de existência e, na mesma senda, como categoria epistemológica e axiológica (CABRAL, 1995).

No discurso sobre a libertação intitulado "Libertação Nacional e Cultural" (1973), Cabral utiliza o termo "reafricanização" para definir o processo de recuperação a que os povos africanos, no continente e na diáspora, principalmente os colonizados pelos portugueses, devem ser submetidos, a apreciação de sua herança cultural. Trata-se de um processo que fornece as condições para contestar a supremacia branca, imposição dos valores culturais europeus, que servem para degradar a África, como estratégia de dominação e conquista.

O continente africano e a diáspora negra mantêm uma relação comum de pertencimento étnico-racial, encruzilhada pela unidade na diversidade, e, do mesmo modo, compartilhamos rico, complexo e milenar sistema cultural nos territórios ocupados pelas populações africanas. Assim, as categorias de análises que possibilitam o movimento, a exemplo da história comum, da unidade na diversidade, no universo desse sistema cultural crioulo e africano, são os princípios estruturantes desse sistema cultural, princípios que são comuns nos territórios, nos quadros de vida instalados na África e na diáspora. Avultam, entre os princípios estruturantes desse dinâmico e complexo sistema: a ancestralidade, a circularidade, a oralidade, a energia vital, o axé, a restituição, a expansão, a relação entre sagrado e profano, a memória, a iniciação, a irmandade, a corporeidade, a encruzilhada etc (NASCIMETNO, 2008; ANTÔNIO, 2015).[1]

---

[1]Ver: Elisa Larkim Nascimento (Org.). **Sankofa I** – A matriz africana do mundo. Selo Negros. São Paulo, 2008

1.2 Afrocentricidade: abordagem conceptual e histórica

Reportando-se à crítica do eurocentrismo, Benedicto (2016) assinala que "A hegemonia europeia dos últimos quinhentos anos fez com que a Europa impusesse seu paradigma civilizatório a toda humanidade". Para esse autor o eurocentrismo fez com que os povos influenciados por esse paradigma se percebessem através dos olhos do dominador. Para escapar dessa distorção, que ajuda a perpetuar a opressão de que são vítimas, um conjunto de intelectuais africanos – continentais e diáspora – inspirados principalmente nos trabalhos de Cheikh Antah Diop desenvolveram uma posição epistemológica que recoloca os africanos como agentes do seu processo histórico.

Para Molefe Kete Asante, um dos principais expoentes do paradigma da afrocentricidade, esse termo que poder ser dividido em duas palavras: "afro", tudo que diz respeito à África, e "centricidade", referente ao centro. Literalmente, afrocentricidade significa colocar os ideais africanos no centro de toda e qualquer análise que se relaciona com a cultura e o comportamento dos africanos – no continente e na diáspora (ASANTE, 1998, p. 2).

A teoria da afrocentricidade, permite, segundo Asante (1998) entender a África como território geopolítico, cultural, epistemológico e econômico de todos os povos que resistiram e ainda resistem à dominação colonial e capitalista. Vejamos como o autor define o paradigma afrocêntrico nas suas próprias palavras:

> A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, e históricos, é importante que qualquer avalição de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (2009a, p. 93).

Segundo Asante, o paradigma afrocêntrico transcende a dimensão teórica e filosófica. É um paradigma de ação, modo de agir e de se posicionar ou de ser, frente ao mundo com o foco nos interesses, história e sistemas culturais africanos, centrado na localização e agência do africano. Nesse sentido, a consciência cultural e histórica do africano enquanto agente é fundamental para orientar e definir a sua conduta e o modo de agir, pensar e definir os fenômenos, eventos e fatos, dentro do espaço e do tempo em que ele se encontra.

É importante nesta discussão deixar presente a distinção entre duas categorias importantes, a saber, a afrocentricidade e a africanidade. O intelectual moçambicano Mucale (2002) distingue esses termos da seguinte forma:

> A primeira, a afrocentricidade, busca a agência ou a intervenção e a ação. Por seu turno, a segunda, a africanidade, transmite identidade e ser; refere-se na sua generalidade a todos os costumes, tradições e traços de caráter do povo africano tanto no continente como na diáspora. A afrocentricidade incide na confiança sobre a ação da autoconsciência (MUCALE, 2002, p. 27-28).

Nesse sentido, e na perspectiva de Asante, seria um equívoco pensar que a afrocentricidade não tem uma dimensão prática na África, visto que, *a priori,* os africanos já têm uma perspectiva africana. A africanidade não implica, entretanto, a afrocentricidade. O fato de uma pessoa ter nascido na África ou ser descendente de africano não significa ser afrocentrista, pois a afrocentricidade implica necessariamente teoria e ação dos africanos, enquanto agentes dos seus interesses e objetivos em prol da libertação humana.

Segundo Benedicto (2016), uma proposta afrocêntrica, então, deve centrar-se e reorientar o olhar sobre as experiências e práticas dos africanos. É necessário colocar em xeque essa crença, ideologia paradigma para que o povo africano no continente e na diáspora possa desenvolver a sua identidade positiva e assumir o controle – agência – de suas vidas (ASANTE, 2013 *apud* BENEDICTO, 2016). Importa resaltar que Asante não foi o primeiro intelectual de ascendência africana a criticar o eurocentrismo e desenvolver o pensamento afrocentrado.

Podemos mencionar autores como o nigeriano Olaudah Equiano (1745-1797) a escritora e poetisa etíope Phillis Whetley (1753-1784), que impressionou Voltaire, Benjamin Franklim e George Washington. O abolicionista ganense Ottobath Cugoano (1757-1791), o educador e diplomata afro-americano Edward Wimont Blynden (1832-1912), o antropólogo haitiano Antenor Firmin (1850-1911). Os intelectuais afro-brasileiros Abdias do Nascimeto (1914-1994), Leila Gonzalez (1935-1994), Renato Nogueira, Eduardo Oliveira, etc. que foram críticos desse traço cultural que faz com que os europeus se considerem como o único modelo para todos os seres humanos.

Benedicto (2016) enfatiza, entretanto, que o conceito de afrocentricidade foi desenvolvido apenas nas décadas finais do século XX por Asante. Segundo ele, Ama Mazama coloca esse tema da seguinte maneira:

> Não é raro ouvir ou ler que a afrocentricidade é anterior à publicação do primeiro livro de Molefi K. Asante sobre o tema. Qualquer pessoa sob o sol que teve algo a dizer sobre o povo africano, e então, informalmente rotulada de afrocêntrica, desde David Walker até Kwame N'Krumah. Não obstante, é muito fácil entender por que essa posição (em geral resulta da inveja profissional) está equivocada uma vez que a identifica corretamente o princípio organizador da afrocentricidade. É simplesmente inverídico que alguns pensadores antes de Molefi K. Asante tenha elaborado e sistematizado uma abordagem intelectual baseada na centricidade da experiência africana, ou seja na afrocentricidade. Decerto encontraremos em intelectuais precedentes afirmativa de que a experiência africana é diferente da europeia e deve ser vista como tal – da insistência de Blyden na infusão do currículo com informações sobre a história e a cultura africanas a ênfase de Marcus Garvey na necessidade de olhar o mundo através de "próprios óculos". Igualmente, o apelo de Du Bois por uma "Universidade negra" para interpretar os fenômenos africanos e afra-americanos segue esta mesma linha. Entretanto, é a Molefi K. Asante que devemos a transformação de relevância epistemológica africana em princípio científico operacional, do mesmo que devemos a Cheik Antah Diop (1991) a transformação da negritude dos antigos egípcios num principio operacional científico (MAZAMA, 2009, p. 117-118).

Para Mazama (2009:118), a afrocentricidade tem os seus antecedentes históricos e não se desenvolveu no vazio. Podem ser considerados seus precursores: o pensamento de Marcus Garvey (1887-1940), o movimento da negritude, a filosofia Kawaida, a historicidade de Cheik Antah Diop, os pensamentos do intelectuais Frantz Fanon (1925-1961), e Amílcar Cabral (1924 -1973). É importante notar que respeitante a Amilcar Cabral, a ideologia afrocêntrica permeou toda a dinâmic da luta de libertação que conduziu os povos da Guiné e de Cabo Verde à sua independência e autodeterminação política. Restava aos seus continuadores dar seguimento a essa ideologia nos processos de desenvolvimento dos dois países, situação que hoje é cada vez mais questionado, sobretudo no que conserne aos modelos de desenvolvimento adotados no período pós-colonial. É a partir dessa crítica que se pode entender também o descompasso das políticas de desenvolvimento urbano na cidade da Praia, em Cabo Verde.

1.3 Os postulados da epistemologia da afrocentricidade

Neste ponto, procuramos responder a algumas questões que são princípios para a compreensão dos fundamentos do paradigma epistemológico afrocêntrico. Dentre elas,

sublinhamos as seguintes perguntas: quais são os princípios que definiram o paradigma de afrocentricidade? Quais são os seus fundamentos históricos e epistemológicos? Afrocentricidade será a subversão do eurocentrismo? A gênese do paradigma epistemológico afrocêntrico transcende as décadas de 1960 e 1970, período em que foi sistematizado por Molefi Kete Asante na Universidade de Temple nos Estados Unidos. Existe, assim um conjunto de autores que tiveram nas suas agendas políticas, acadêmicas e sociais a libertação do povo africano, tanto no continente quanto na diáspora e que contribuiram para dar corpo ao paradigma epistemológico da afrocentricidade.

Cheik Antah Diop é considerado um dos mais importantes intelectuais africanos no século XX, cuja influência foi imprescindível na concepção da teoria afrocêntrica e no pensamento de Asante. O encontro de Asante com Diop na década de 1980 no continente africano, mais especificamente no Senegal, fez Asante perceber a necessidade de se desenvolver e fazer a África crescer.

Do ponto de vista metodológico, pode-se identificar três princípios básicos da afrocentricidade: o pensamento clássico africano, a filosofia egípcia antiga e a experiência histórica e social dos africanos no continente e na diáspora. São ainda, fatores que justificam a existência do paradigma da afrocentricidade: as riquezas humanísticas da cultura que o pensamento africano transporta; as experiências históricas de opressão dos africanos; a necessidade de superar a condição e situação de periferização não ocidental dos africanos no continente e na diáspora e os princípios estruturantes dos sistemas culturais africanos.

Para desenvolver esse paradigma centrado na experiência africana a fim de reorientar cultural, social e politicamente os africanos, os intelectuais afrocentristas trabalham a partir dos seguintes postulados:

> 1 – A humanidade começou na África e todos os subgrupos ou variedades humanas contemporâneas, isto é, "raças", são ramificações genealógicas da África [...].
> 2 – Dada a premissa acima, os caucasianos são descendentes de africanos que migraram para a Europa há cerca de quinhentos mil anos e, com a renovação da Idade do Gelo há quarenta mil anos sofreram alterações fenotípicas que os fizeram perder o pigmento e embranquecer.
> 3 – A cultura humana, como a própria humanidade, começa na África e atinge seu mais alto estágio, isto é, civilização, primeiro na África.
> 4 – A civilização moderna se origina no nordeste da África, nas terras chamada Ta-Seti e Kemet, mais tarde chamado Nubia e Egito entre aproximadamente seis mil e treze mil anos atrás.
> 5 – O Judaísmo e o Cristianismo são, ambos, correntes de religiosidade humana que emanam do vale de rio Nilo nos sentidos conceituais, simbólicos de doutrina e de organização.

> 6 – A civilização greco-romana foi um entre muitos subprodutos da civilização do vale do rio Nilo, isto é, Egito e da Etiópia.
> 7 – A ciência e a tecnologia ocidentais, assim como a religião, originam-se na África.
> 8 – Houve uma série de viagens pré-colombianas da África até as Américas que se iniciaram aproximadamente em 1200 a. C. e continuaram até ao menos 1400 d.C. (FINCH III, p. 174-75).

O primeiro postulado vem sendo reiteradamente confirmado pela ciência moderna. Cheickh Anta Diop está entre os responsáveis pela consolidação desse princípio (NASCIMENTO; FINCH III, 2009, p. 77-79). Se a humanidade surge na África, segue-se logicamente que os diferentes subgrupos humanos descendem dos africanos. Os proponentes de teses racistas sofreram um duro golpe no século XX, mas, mesmo assim, pretendem salvar a já combalida ideia de superioridade europeia.

Dada a validade do primeiro axioma, é de se esperar que a civilização – sistemas religiosos, filosofia, formas avançadas de governo e de convivência social, a cultura enquanto tal – tenha surgido no continente africano. As pesquisas científicas mostram que o Egito e a Núbia foram uma das primeiras civilizações humanas e essas influenciaram, de maneira decisiva, todo o mundo antigo. Novamente, Cheick Antah Diop teve um papel decisivo na consolidação desses postulados.

Se a África é o berço da humanidade e da civilização e se esse continente foi a fonte na qual as outras civilizações, incluindo a europeia, beberam para se desenvolver, podemos perceber o quão frágeis, falsas e desonestas são algumas das teses do pensamento ocidental que partem dos pressupostos eurocêntricos. Por esse motivo, teses como a incivilidade do africano, a origem maculosa da civilização europeia, a racionalidade como produto original do ocidente e como os europeus civilizaram os africanos foram rejeitadas pelos afrocentristas e não orientam os seus estudos e pesquisas sobre o continente responsável pelas primeiras civilizações.

Tampouco os pensadores europeus que não se enquadraram no paradigma afrocêntrico deveriam *a priori* nos servir como referência nos estudos das sociedades africanas. O Professor Ivan Van Sertima mostra, em sua obra *They Came Before Columbus*, que os africanos teriam viajado para a chamada América bem antes que o primeiro europeu chegasse ao continente. Esse fato redireciona o nosso conhecimento sobre a história dos africanos nas Américas, pois essa não começa com a *maafa (*tragédia*)* da escravidão.

Pelos pressupostos e reflexões apresentados acima, os pensadores afrocêntricos entendem que é perfeitamente possível e necessário aos africanos do continente e da diáspora

se perceberem como agentes de sua história e, a partir disso, agir em função de seus próprios interesses, na medida em que se torna evidente que a história dos povos negro-africanos não dependente da Europa e de sua acepção sobre a África.

Aliás, os pensadores eurocêntricos, conforme veremos adiante, têm se esforçado desde o século XIX para apagar a dádiva que a civilização europeia tem com a civilização africana. Como bem assinalou Cheik Antah Diop (1964), o renascimento cultural africano estará completo quando formos capazes de construir um corpo de conhecimento que articule nossas experiências presentes com as das clássicas civilizações do continente, como a civilização kemética. É neste sentido que procuro, no presente estudo, orientar a pesquisa sobre a ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional na cidade da Praia, a partir do paradigma afrocêntrico, tomando os sujeitos da pesquisa como "agências" (ASANTE, 1990) de sua historicidade no processo de transformação de suas vidas dentro do "princípio de sobrevivência coletiva" postulado por Akbar (1980). Para esse autor, a Ciência Social africana tem o objetivo imediato de oferecer o instrumento para a libertação social, política, econômica e psicológica do nosso povo. Akbar (1980) aponta ainda, que a qualidade holística do modelo afrocêntrico oferece direção não só para a libertação social, mas também um caminho para a libertação humana em geral.

1.3.1 As características da epistemologia afrocentrada

Entre as características básicas para o desenvolvimento dessa perspectiva, encontram-se: "o conceito de agência, interesse pela localização psicológica, defesa dos elementos culturais africanos, compromisso com o refinamento léxico e compromisso com a nova narrativa da história da África" (ASANTE, 2009, p.94; 95-96). Conforme Asante:

> Um agente, em nossos termos, é um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses. Já a agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana. Em uma situação de falta de liberdade, opressão e repressão racial, a ideia ativa no interior do conceito de agente assume posição de destaque. Qual o significado prático disso no contexto da afrocentricidade? Quando consideramos questões de lugar, situação, contexto e ocasiões que envolvam a participantes africanos, é importante observar o conceitos de agência em oposição ao de desagência. Dizemos que se encontra em desagência em qualquer situação na qual o africano seja descartado como ator ou protagonista em seu próprio mundo. Estou

> fundamentalmente comprometido com a noção de que os africanos devem ser vistos como agentes em termos econômicos, culturais, políticos e sociais. O que se pode analisar em qualquer discurso intelectual é se os africanos são agentes fortes ou fracos. Quando ela não existe, temos a condição de marginalidade – e sua pior forma é ser marginal na sua própria história (2000a, p. 94-95).

Na perspectiva de Asante, o conceito de agência também é de fundamental importância porque, a partir dele, podemos analisar, por exemplo, a agência dos cabo-verdianos, na questão relevante da nossa sociedade, retirando-os, assim, da condição de marginalidade em nossa própria história. Nesse sentido, perguntamos, durante o debate dos políticos cabo-verdianos sobre o planejamento urbano em Cabo Verde, qual era a posição da população negra e pobre e, principalmente, aquela que vive no meio rural e na dita periferia urbana da cidade da Praia? Eles concordaram com a proposta apresentada? Se discordaram, qual era a opinião delas sobre o projeto e de que maneira essas populações influenciaram no debate do projeto? O projeto atendia às necessidades e expectativas reais dessa população?

Não temos todas as respostas para essas questões, o que significa que a população negra e pobre, rural e periférica, vive à margem da sua própria história. Isso nos leva a questionar o modelo político adotado, a dita "demo-cracia" em Cabo Verde, que fere os principios da ancestralidade impregnados na nossa cultura. Teoricamente, o poder é instituído pelo povo, porém o que acontece na prática é que esse mesmo povo não participa dos momentos relevantes de definição e concepção de políticas estratégicas que são destinadas para suprir as suas necessidades e seus interesses, como é o caso dos projetos de desenvolvimento urbanístico da cidade da Praia, o que explica a ineficácia e o insucessos das políticas institucionais em dar respostas às demandas da população. Ademais, a não participação da população nas decisões políticas revela o caráter eurocêntrico e antiafricano das políticas de urbanização adotadas em Cabo Verde. No quarto capítulo desta tese retomaremos, de maneira detalhada, o projeto urbanístico idealizado para a cidade da Praia em Cabo Verde e a influência da eurocentrismo nesse projeto.

O interesse pela perspectiva do lugar e da localização psicológica é imprescindível para os intelectuais afrocentristas. Conforme assegurou Asante, por meio da localização psicológica é possível verificar a perspectiva que orienta o trabalho de qualquer pesquisador. Podemos avaliar se uma pessoa está localizada em uma posição central em relação ao mundo africano pelo modo como ela se relaciona com a informação africana. Se ela se refere aos africanos como "outros", percebemos que os vê diferente de si mesma (ASANTE. 2009a, p. 96). Como exemplo disso, Asante reporta ao seguinte evento:

Os afrocentristas asseguram que uma perspectiva que marginaliza os africanos em sua história é inaceitável. Para Asante, é imprescindível identificar a localização psicológica do autor, pesquisador, intelectual que trabalham com os dados da experiência africana. Esse fator permite saber o lugar de fala do pesquisador ou autor, o seu discurso, se ele tem ou não compromisso com a agência dos africanos – continentais e diáspora.

Essa análise remete-nos para a defesa dos elementos culturais africanos mencionados na introdução desta seção. Para Asante, o racismo predominante nos últimos séculos fez com que os mais variados autores ocidentais europeus desprezassem as criações africanas fossem elas na música, na arte, na dança ou na ciência, a ponto de considerá-las algo distinto do restante da humanidade. Nesse sentido, o paradigma afrocentrista fundamenta-se na defesa dos princípios estruturais do sistema cultural do continente e da diápora africana. Os pesquisadores devem usar todos os elementos linguísticos, psicológicos, sociológicos, filosóficos, visando uma autêntica compreensão das características culturais africanas.

Ademais, o compromisso com o refinamento léxico é outra caraterística relevante do paradigma afrocêntrico. Para o mentor dessa perspectiva epistemológica, uma expressão e/ou conceitos aparentemente simples podem transportar vários sentidos e significados equivocados sobre os fenômenos e eventos africanos. Assim, Asante assegura:

> Tipicamente, o afrocentrista deseja saber se a linguagem usada em um texto é baseada na ideia dos africanos como sujeitos, isto é, se o escritor tem alguma compreensão da natureza da realidade africana. Por exemplo, quando um inglês ou um norte-americano chama uma casa africana de 'choupana', está deturpando a realidade. O afrocentrista aborda a questão do espaço de moradia dos africanos do ponto de vista da realidade dos africanos. A ideia de casa na língua inglesa faz presumir um prédio moderno, com uma cozinha, banheiro e áreas de recreação, mas conceito africano é diferente. [...] Portanto, é importante que, ao avaliar as ideias culturais africanas, a pessoa preste atenção ao tipo de linguagem que está sendo usado. No caso dos domicílios africanos, deve-se primeiro perguntar o nome que eles próprios atribuem ao lugar em que dormem. Essa é a única forma de evitar o uso de termos negativos como choupana para se referir aos lugares em que vivem os africanos (ASANTE. 2009a, p. 98-99).

O exemplo supracitado demostra o quanto os conceitos usados para referir aos eventos, fenômenos africanos, podem distorcer o seu verdadeiro sentido e significados atribuídos pelos africanos. Em Cabo Verde, a população usa o termo "clandestino", reforçado pelas entidades públicas e mídias, para se referir às casas construídas em espaços públicos e privados, sem autorização da instituição pública.

O termo “barraca” é também usado para se referir às habitações construídas com papel, madeiras e pedaços de alumínio. Casas cujos materiais e estruturas não seguem a lógica ocidental de construção de habitação adotada em Cabo Verde, mais especificamente na cidade da Praia. Será que as famílias que vivem nessas casas a concebem como barracas? Caso sim, porque elas são barracas? Elas não teriam as mesmas funções que as habitações concebidas nos ditos bairros de elite como Palmarejo? Voltaremos a discutir essa questão no capítulo quinto desta trabalho.

Outros termos normalmente utilizados no continente e na diáspora para tratar de fenômenos e eventos africanos são tribo e primitivo, o que demonstra a necessidade do comprometimento com o refinamento léxico. São termos que desumanizam, visto que não levam em consideração os aspetos culturais e históricos de nossa africanidade. Segundo Carlos Moore, certa tradição eurocêntrica e hegemônica costuma alinhar os fato históricos com a aparição recente da expressão escrita, criando infelizes conceitos de povos como “com histórias” e de povos “sem histórias”, que, eventualmente, o etnólogo Lucien Levey Bruhl[2] iria transformar em povos “lógicos” e “povos pré-lógicos” (MOORE, 2006; 2007, p. 137).

É recorrente a caracterização dos povos do continente africano como seres que vivem em tribo querendo dizer com isso ausência de organização social e cultural sofisticada. Trata-se de uma conotação reducionista dos povos africanos no continente e na diáspora. Nesse sentido, Wade Nobles (1975, p. 406) analisa esse fenômeno como erro *transubstantivo*. Significa tornar um fenômeno ou evento ou conceito similar entre culturas e avaliá-lo a partir de uma perspectiva alheia à cultura que o produz. Vejamos o que o autor afirma:

> Quando uma orientação cultural ou mais precisamente o “sistema de crenças” de uma cultura como visto e definido pelas pessoas desta cultura é traduzido ou transformado numa orientação cultural ou sistema de crenças de outra cultura como visto e definido pelas pessoas da segunda cultura, ocorre um ato de transubstanciação. À medida que a compreensão da visão de mundo de um povo interpretada em seus significados, sentimentos, definições e valores é perdida ou distorcida na tradução ou compreensão destes significados, definições, sentimentos, pertencentes a outro povo temos o erro transubstantivo. Quando um cientista ou pesquisador não respeita a integridade cultural de um povo, ele tende a ser vítima do erro acima mencionado [...] (NOBLES. 1985, p. 406).

Desse modo, a sociedade cabo-verdiana parte de uma perspectiva eurocêntrica, para caracterizar as habitações nas ditas periferias da cidade da Praia como “clandestinas” e bairros “clandestinos”, ou que esses se encontram em situação de “clandestinidade” e, em muitas

[2]Ver: Lucien Levey Bruhl. **A menstalité Primitive**. Paris. Presses Universitaire de France, 1947.

circunstâncias, negar que essas sejam moradias ou bairro por não seguirem os modelos de construções ou parâmetros culturais europeus, reproduzidos historicamente em Cabo Verde.

Os afrocentristas estão definitivamente comprometidos com uma nova narrativa da história da África visto que os últimos séculos foram marcados pelo domínio ocidental dos estudiosos que transformaram seus preconceitos em verdades absolutas. Para escapar dessa visão de mundo que marginaliza sua história, é urgente que a Ciência Social africana faça o leve em consideração os princípios ancestralidade africana, enquanto *locus* enunciativo. Trata-se de um sistema coletivo, espiritual, afetivo e simbólico que compreende os africanos de forma multidimensional, com um vasto potencial e capacidaade de transformação (AKBAR, 1984).

Como observa Marimba Ani, uma das formas de dominar um grupo cultural é a distruição da sua história e sua memória. Para Ani:

> O segredo que os europeus descobriram cedo em sua história é que a cultura carrega a regra para o pensamento, e que se for possível a elas impor sua cultura sobre as suas vítimas, a criatividade de sua vida fica limitada, destruindo sua habilidade e de agir com vontade, intenção e em função de seu próprio interesse. A verdade é que todos nós somos intelectuais, potenciais visionários (ANI, 1994).

Na mesma linha de pensamento, Cheickh Anta Diop (1974) observa que:

> A antiga civilização Egípcia era negra. A história dos negros permanecerá suspensa no ar e não poderá ser escrita corretamente até que os historiadores ousem conectá-la com a história do Egito antigo. Em particular o estudo da linguagem, instituições, não poderá ser tratado adequadamente; em uma palavra, será impossível construir a humanidade africana um corpo de conhecimento de ciências africanas, enquanto esta relação não for legitimada. O historiador africano que evade o problema do Egito não é modesto, nem objetivo, nem sereno; ele é ignorante, covarde e neurótico. Imagine se você pode na confortável posição de historiador que vai escrever a história da Europa não se referir à Antiguidade greco-latina e tentar passar este estudo como se tivesse caráter científico (DIOP. 1974, p. XIV).

Nesse sentido, o renascimento africano não será possível se não resgatarmos o modelo de construção transportado do continente para as ilhas do arquipélago e descolonizar os currículos de urbanismo e arquitetura nas universidades. Essa mudança também perpassa pela necessidade urgente de reformularmos os curricula educacionais. É preciso ter certeza das relações existentes entre as práticas urbanas de ocupação do espaço na informalidade e a cultura ancestral africana. Como bem assinala Asante, o modelo de construções urbanas no

continente africano remontam à civilização kemética. Nessa perspectiva torna-se imprescindível resgatar os valores ancestrais da civilização africana na definicção de políticas e projetos de desenvolvimento urbano na cidade da Praia, designadamente, fatores históricos, culturais e ecológicos de Cabo Verde enquanto país africano. Esse comprometimento histórico-cultural com a ancestralidade africana é reforçado por Asante quando faz a seguinte observação:

> O intelectual ou ativista afrocentrado sabe que um modo de expressar Afrocêntrico se chama demarcação. Quando uma pessoa traça uma fronteira cultural em torno de um espaço cultural particular num tempo humano, isto é denominado de demarcação. Isto pode ser feito através de anúncio de um determinado símbolo, da criação de laços especiais ou menção de heroínas das histórias e cultura africana. O que significa que fora a citação de pensadores revolucionários da nossa histórias, ou seja, além de Amílcar Cabral, Franz Fanon, Malcolm X e Krumah, nós devemos estar preparados para ações imediatas conforme nossa interpretação do que é melhor e mais interessante para o povo negro enquanto população historicamente oprimida. Isso é extremamente necessário para o avanço neste processo político (disponível em: http://www.asante.net/articles/19/race-in-antiquity-truly-out-of-africa/, 2009b).

Por conseguinte, toda a abordagem afrocentrista, deve centrar a análise dos fenômenos, fatos e eventos sociais africanos, no continente e na diáspora, através da localização.

É importante ter em consideração a diferença entre os métodos de afrocentricidade e da pós-modernidade. Para Asante, a pós-modernidade começa dizendo que não existe algo como africano, porque existem diferentes tipos de africanos e todos os africanos não são iguais. Pós-modernos deveriam dizer que existem africanos e descrever as suas condições e responder à questão de porque o desenvolvimento dos africanos se encontra à margem do desenvolvimento econômico global. Em outros termos, eles estão fora da parceria que determina o funcionamento da economia mundial. Para os afrocentristas, não está em causa o fato de existir um senso coletivo de africanidade revelado na experiência comum do mundo africano. A referência fundamental da epistemologia afrocêntrica é a localização, como controle hegemônico da economia globaL. Marginalização e lugares de poder constituem a chave para compreender o subdesenvolvimento econômico do povo africano. Como faz notar Elisa Larkin Nascimento:

> A abordagem acadêmica afrocentrada, consiste em estudar, articular e afirmar aquilo que diferencia o centro o legado cultural e o ponto de vista africano, ao mesmo tempo identificando, desmascarando, a natureza

> específica dos postulados eurocentristas, impostos como universas (NASCIMENTO. 2008, p. 53).

Desse modo, o paradigma afrocentrado consiste na construção de uma teoria epistemológica não hegemônica, fundamentado na experiência africana, síntese dos sistemas ontológicos e epistemológicos dos diversos povos e cultura, com base nas clássicas civilizações africanas, como Kemet e Ta-set (Egito e Núbia). Afrocentricidade tem nas culturas africanas as referências fundamentais. O apagamento físico, simbólico e epistemológico da África teve como consequência a interrupção do desenvolvimento da África em todos os seus domínios, quais sejam, o histórico, o político, o social, o econômico, o religioso, entre outros. Nesse sentido, é fundamental que os africanos, no continente e na diáspora, recuperem os valores culturais para construir o seu próprio centro e referência.

Como assegura Nascimento (2008), a recuperação dos valores e referências africanas não se afigura e menos ainda se afirma como sendo universal, nem subjuga as demais referências culturais. É uma concepção pluralista e reconhece as outras experiências humanas, propondo a valorização dos modelos e referências culturais africanas.

2 LOCALIZAÇÃO GEOESTRATÉGICA DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE NO CONTEXTO AFRICANO E ATLÂNTICO NORTE

No presente capítulo, propomos fazer uma análise da historiografia de Cabo Verde e da cidade da Praia. Abordaremos o processo de descoberta e povoamento das ilhas do arquipélago, como fatores essenciais para compreendermos as atuais condições e circunstâncias da estrutura e do modelo urbanístico na cidade da Praia e das políticas que têm sido definidas como forma de responder às necessidades das pessoas de baixa renda que historicamente sempre estiveram confinadas à periferia da cidade da Praia desde a sua configuração e formação no início do povoamento das ilhas do arquipélago. Para essa abordagem, teremos em devida conta as análises historiográficas de Silva (1990, 1991,1999), Évora (2009) e Semedo (2011), entre outras importantes interpretações sobre a história do arquipélago.

Prosseguiremos o capítulo incidindo sobre as grandes crises em Cabo Verde, nos séculos XVI e XX, que dizimaram as populações em todas as ilhas de Cabo Verde. Nesta discussão, propomos compreender as causas reais que estiveram na origem de grandes mortandades em todas as ilhas do arquipélago, principalmente nas ilhas de Santigo e Fogo, e as relações entre esses fatores e de como se relacionam com o objeto de estudo do presente trabalho. A última crise de fome que aconteceu em Cabo Verde, na década de 1960, teve o maior impacto a nível demográfico, como também em relação ao fenômeno de êxodo rural ou migração do campo para a cidade da Praia, capital do país, com todas as consequências.

Seguimos este capítulo com a reflexão sobre categoria étnico e racial em Cabo Verde. O objetivo desta discussão visa compreender o fenômeno de ocupação do espaço urbano na cidade da Praia a partir da relação com a categoria ou conceito de raça ou etnia em Cabo Verde. Teremos como referências fundamentais os estudos de Fernandes (2009), Dos Anjos (2011) e Cabral (1980), com a abordagem sobre a identidade nacional.

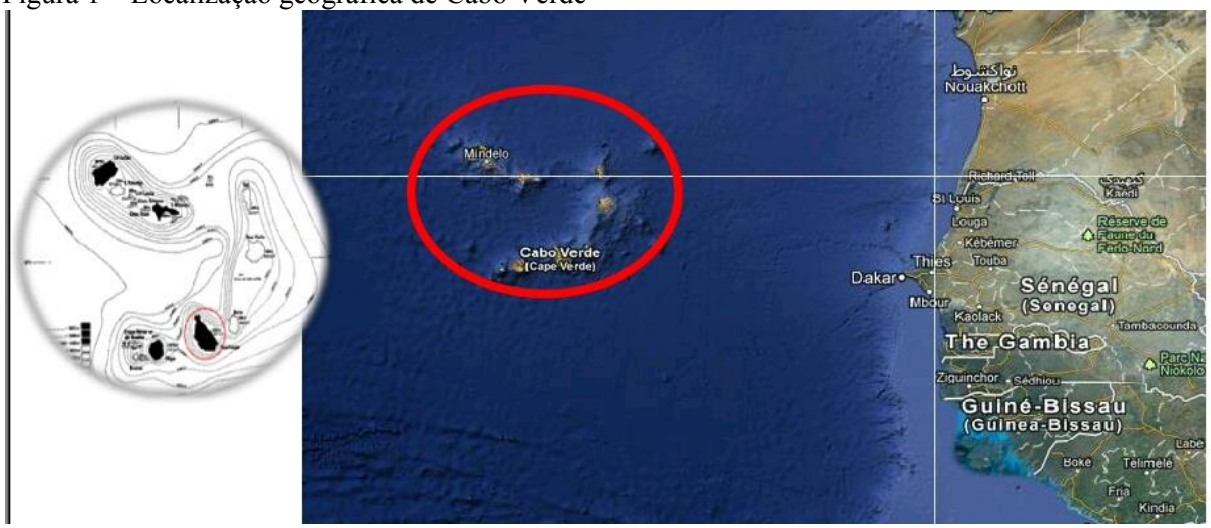
A nossa reflexão prosseguirá com a compreensão do processo de transição de vila da cidade da Praia para capital de país e o processo de transição da cidade da Ribeira Grande de Santiago, de primeira cidade erguida nos Trópicos, para o de cidade de Praia, assim como as condições em que se deu essa transição. Nesse sentido, é de fundamental relevância a compreensão dos dados demográficos da cidade da Praia desde o século XVI a XXI e os efeitos do seu impacto no fenômeno da ocupação do espaço urbano. É importante frisar que a nossa análise encontra resonância no paradigma da afrocentricidade analítica, como

mecanismos de interpretação e análise de textos, na compreensão dos fenômenos e eventos sociais, culturais e históricos.

2.1 Descoberta e posição geográfica de cabo verde

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas localizadas na costa ocidental africana, conforme o mapa a seguir,situando-se a 445 km do Senegal, país do continente africano mais próximo desse arquipélago. Segundo os registros historiográficos, as ilhas de Cabo Verde foram “achadas” entre 1460 e 1462 por navegadores genoveses, Diogo Gomes e Antônio da Nole, que estavam ao serviço da Coroa portuguesa. As ilhas estão distribuídas em dois grupos: o grupo barlavento, ao norte do arquipélago, constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; e o grupo Sotavento, mais ao sul do arquipélago, constituído pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava. Santiago a maior ilha do arquipélago de Cabo Verde, é a sede da cidade da Praia, capital político e econômico do país. Foi a primeira ilha descoberta pelos colonizadores portugueses e, também, onde foi iniciado todo o processo de povoamento e de exploração colonial do arquipélago de Cabo Verde.

Figura 1 – Localização geográfica de Cabo Verde



Fonte: internet

De acordo com a história oficial, as ilhas de Cabo Verde foram encontradas desertas e sem a presença humana, entre 1460 e 1462 por António da Noli e Diogo Afonso. O processo de povoamento foi iniciado logo após a sua descoberta, por colonos predominantemente do sul do Algarve e os (as) africanos (as) escravizados (as) nos chamados Rios da Guiné. O poeta Jorge Barbosa, um dos maiores literatos que o arquipélago produziu, soube muito bem ilustrar a situação de "abandono" em que foi achado o arquipélago de Cabo Verde, conforme podemos notar pelos versos a seguir:

> Quando o descobridor chegou à primeira ilha nem homens nus / nem mulheres nuas / espreitando / inocentes e medrosos / detrás da vegetação. / [...] / Havia somente / as aves de rapinas / de garras afiadas / as aves marítimas / de voo largo / as aves canoras / assobiando inéditas melodias. / E a vegetação cujas sementes vieram presas / nas asas dos pássaros / ao serem arrastadas para cá / pelas fúrias dos temporais (BARBOSA, *Caderno de um Ilhéu*, 1956).

A localização geoestratégica de Cabo Verde na costa ocidental africana e no atlântico médio fez com que, desde muito cedo, e na epopeia da expansão marítima europeia, o arquipélago fosse utilizado como um dos mais importantes entrepostos do comércio de escravos entre a Europa, a África e as Américas. A cidade de Ribeira Grande de Santiago, a primeira capital de Cabo Verde, hoje tombada pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade, foi a primeira cidade erguida pelos colonizadores portugueses nos trópicos. Ela teve importância estratégica na geopolítica mundial, tendo sido uma referência no tratado de Tordesilhas e no Comércio Triangular entre a Europa, a África e as Américas e da colonização da costa ocidental do continente africano.

Com a abolição do tráfego negreiro em 1876, o interesse comercial do arquipélago sofreu uma baixa sem precedentes para a metrópole colonizadora, que, consequentemente, passou a dar mais importância às outras províncias coloniais com maiores potenciais agrícolas e de mineração que Cabo Verde, iniciando-se, assim, o abandono e a decadência econômica do arquipélago de Cabo Verde, refletida na cidade de Ribeira Grande de Santiago. Ainda hoje, as ruínas dessa imponente cidade colonial ilustram as consequências da decadência por que passou, acrescidas pela pirataria de corsários, muito frequente no período pré-abolição.

O povoamento das Ilhas foi realizado, inicialmente, como recurso do processo de doação de terras aos colonizadores europeus que se dedicaram ao cultivo e criação de animais, em 1462. A mãodeobra destinada a essas tarefas era a escrava, proveniente majoritariamente da Guiné. A população se configurou a partir dapresença de dois povos de culturas diferentes, uma minoria de homens brancos vivendo em Cabo Verde, colonizadores portugueses, e na sua

maioria os negros e negras escravizados (as) de diferentes etnias providentes na sua maior parte do continente e regiões como as da Guiné-Bissau. Segundo fontes históricas:

> A documentação quinhentista não permite esclarecer cabalmente as origens étnicas dos escravos africanos. O que explica porque, sendo os escravos uma mercadoria, pouco importava aos agentes envolvidos no tráfico saber se ele era jalofo, balanta, mandinga, fula, manjaco ou qualquer outra etnia. A posição dos autores que estudaram a questão das origens é a de que o grosso dos escravos entrados nas ilhas provinha da Costa da Guiné, aproximadamente da margem que se estende a sul do rio Senegal até ao rio Orange, no limite norte da Serra Leoa. Era a região onde os moradores estavam autorizados a comerciar. As dificuldades surgem quando se tenta estabelecer a predominância deste ou daquele grupo étnico no povoamento inicial das ilhas. António Carreira, que estudou mais detidamente esta questão, escreveu que entraram "vinte e sete mil grupos étnicos e alguns subgrupos" (*História Concisa de Cabo Verde*. 2007, p. 76-77).

Reportando-nos às fragilidades geográficas do arquipélago de Cabo Verde importa citar dois poetas, que, entre muitos outros, souberam exprimir a angústia de dois fenômenos fundamentais na geografia cabo-verdiana, com impacto na configuração social do país. Jorge Barbosa deixou o seguinte registo acerca do arquipélago:

> Destroço de que continente, / de que cataclismo, / de que mistério!... / Ilhas perdidas – no meio do mar, – esquecidas – num canto do mundo – que as ondas embalam, / maltratam, abraçam..." (BARBOSA, "Panorama", incluído em Arquipélago, 1935). Ovídio Martins, outro poeta cabo-verdiano, também expressou as fragilidades de CaboVerde num dos seus poemas "A Seca": "Árvores / sem carne / Terra / de fogo / Homens / bloqueados / (espantosamente bloqueados). / Irmãos / no cataclismo periódico / de falta de água / Já sem forças / para mandarem / calar o mar (MARTINS. *Caminhada*, 1962).

Cabo Verde esteve sob o domíniocolonial português desde a sua descoberta em 1460 até 05 de julho de 1975, data em que foi declarada a independência nacional, na sequência do reconhecimento pelas Nações Unidas sobre o direito dos povos à autodeterminação. É importante mencionar que os cinco séculos de ocupação portuguesa modificaram muito a sociedade cabo-verdiana. Aspectos culturais africanos foram subalternizados em função dos interesses da metrópole. A língua e a religião cristãs foram introduzidas, e o modelo cultural produtivo servia aos interesses do colonizador (CARDOSO, 2005).

Para o historiador Pereira, o problema do batismo e catequização de escravizados (as), esteve intimamente vinculado a outro, que é a sua ladinização, pois a preocupação dos colonizadores era não só com a imposição da cultura europeia aos africanos, que se traduz no ensinamento dos dogmas da religião cristã, mas também com a língua e os princípios que

regem os caucasianos. Nas palavras do historiador, “Se se quiser, a transformação do escravo em boçal nativo ‘inculto’ em ladino ‘culto’” (PEREIRA. 2005, p. 205). A hegemonia europeia fez com que os europeus impusessem a sua cultura aos africanos, como uma estratégia importante de dominação.

A estrutura social do período pós-independência é uma herança do processo de colonização e, por isso,apresenta ainda muitas semelhanças com o passado colonial. Assim, encontramos basicamente quatro grupos de estratificação social:

a) os proprietários de terras que se mantiveram desde o período colonial, apesar da pré-anunciada reforma agrária após a independência;
b) a burguesia local ligada às atividades comerciais, funcionários públicos e trabalhadores rurais, e par dessas classes, nesse período surgiram mais duas classes, nomeadamente;
c) os comerciantes, ligada ao comércio informal;
d) e outra já no período de liberalização econômica em 1990, formada por empresários ligados aos setores industrial e turístico (PEREIRA, 2005).

No que tange à população e fluxos migratórios, Cabo Verde tem tido ao longo de sua história uma população reduzida. As décadas de 1960 e 1970 constituíram um marco no início dos maiores fluxos migratórios do século, consequência das necessidades de mãodeobra dos países ocidentais, o que permitiu baixas taxas de crescimento efetivo. Em termos espaciais, houve crescimentos diferenciados com a maior concentração da população em algumas ilhas em detrimento de outras. Entre elas, a Ilha de Santiago foi a que registrou um crescimento de 64%, São Vicente, 102%, e Sal, 130%, entre 1960 e 1980.

Em uma referência à assimetria da sua distribuição pelas principais ilhas de Cabo Verde, nas décadas de 1980 e 1990, constata-se que a ilha de Santiago, a maior ilha do arquipélago, concentrava mais da metade da população do país, com especial relevo para a cidade da Praia onde viviacerca de 50% da população da ilha, constituindo, dessa forma, o concelho mais densamente povoado. Seguia-se a ela a ilha de São Vicente, predominantemente urbana, também a de maior densidade populacional, concentrando a cidade do Mindelo mais de 90% da população da ilha, segundo os dados de CENSO de 2000 fornecidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), resultado em grande medida da sua atividade econômica e da aridez da ilha.

O país possui 22 concelhos, sendo que o *locus* do presente estudo é o Concelho da Praia, o maior centro urbano do país. Um trabalho intitulado “Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde”, realizado pelo MAHOT

(Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território) em parceria com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-HABITAT) e o Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde (ONE-UN), em 2011, mostra uma tendência progressiva para a urbanização do país, sendo que 61,8% da população do país já vive nos centros urbanos, quando uma década atrás essa percentagem situava-se em 53,8%, o que significa um aumento de sete pontos percentuais.

O município da Praia onde se localiza a cidade-alvo do nosso estudo, Praia (96,6%), apresenta uma taxa de urbanização superior à da média nacional. A evolução da população urbana entre 1990 e 2010 foi a seguinte: 55,2% e 62%, respectivamente, confirmando, assim, a referida tendência para a urbanização do país. Dados do censo de 2010 (INE, 2010) informam que a cidade da Praia concentra neste momento 65,3% do total da população de Cabo Verde, ou seja, 198.300 habitantes.

A centralidade político-administrativa da cidade da Praia e os investimentos na indústria e serviços na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente (a segunda ilha mais povoada do arquipélago de Cabo Verde), ocorridos principalmente nos finais da década de 1970 (logo após a independência nacional em 1975) e durante toda a década de 1990, podem ser apontados como uma das causas explicativas de tal fato e se inscrevem no denominado, pelos economistas, desenvolvimento tripolar, faltando acrescentar a ilha do Sal,com os serviços aeroportuários, que viu aumentar o peso relativo da então vila de Espargos, bem comoo de Santa Maria (MAHOT, 2011).

A par do crescimento urbano, fenômenos como a violência urbana ganharam espaço e já fazem parte da agenda pública do país. Segundo o estudo anteriormente mencionado, esse fenômeno, que na última década tem crescido nos principais centros urbanos de Cabo Verde, pode ser associado ao contexto histórico do país, às secas cíclicas, à migração campo-cidade, problemas econômicos e desemprego, todos decorrentes do contexto sócio-histórico do país e das sociedades modernas e industriais.

2.3 Breve análise da dimensão étnico-racial em cabo verde

Em Cabo Verde a omissão da dimensão étnico-racial, tanto no discurso das Ciências Sociais quanto na prática discursiva do quotidiano, encontra eco no silêncio das estatísticas

demográficas que a partir do ano 1940 do período colonial deixou de diferenciar os agrupamentos populacionais segundo a raça, no sentido fenotípico do termo, prática que vem sendo perpetuada no período pós-colonial.

O Movimento Literário*Claridade, nascido em* 1930 reivindicava o direito a uma identidade cultural autônoma ligada a cabo-verdianidade. A narrativa construída pelo movimento coloca Cabo Verde numa posição etnico-racial semelhante à ideologia luso-tropicalista brasileira, sob a presunção de que a convivência entre os colonizadores portugueses e os nossos ancestrais africanos teria decorrido de forma pacífica e harmoniosa. Portanto,a intelectualidade cabo-verdiana, desde o Movimento Claridade, é responsável pela disseminaçãoda ideologia da harmonia racial em Cabo Verde. Essa ideologia que caracteriza a excepcionalidade do povo crioulo de Cabo Verde, sustenta-se sobretudo na ideologia da mestiçagem que é cada vez mais forjada e reinventada pelas elites dirigentes do período pós-colonial.

Para Correia e Silva (1996), em sociedades crioulas "as fraturas étnicas inicialmente coincidiam com as de classe, fazendo do negro, escravo, e do branco, escravocrata, daquele o 'gentio' e deste o civilizado" (CORREIA E SILVA. 1996, p. 49). Essa postura historicamente construída pelo coletivo de intelectuais cabo-verdianos, ainda no sistema colonial, consiste, na verdade, na reivindicação pelo reconhecimento, da parta da metrópole colonizadora, do seu perfornamance civilizatório e administrativo, mostrando que essa elite estava tão preparada para assumir o comando do pais como os dirigentes coloniais.

Contudo, a partir da análise das relações sociais, podem ser surpreendidos comportamentos estereotipados. Em muitos contextos, a etnicidade pode ser apreendida a partir de práticas que conduzem à criação de estereótipos, alocados a grupos populacionais provenientes de espaços sociais nacionais bem específicos, ou seja, a etnicização, no contexto do espaço geográfico interno, é associada a outro contexto específico, que provém do continente.

Podemos perceber a reapropriação e ressignificação do conceito de etnia, que se caracterizaria como outro homogeneizado numa designação étnica única, "mandjakus", legitimada pela origem geográfica do continente e por uma racialização disforme negro,pois a racialização,embora a conotação primeira seja fenotípica, a heterodenominação de negro ao imigrante proveniente do continente pode ser estendida aos imigrantes. Da mesma forma, e mais recentemente, as dinâmicas interculturais resultantes da imigração de africanos provenientes da África Ocidental fizeram emergir, no discurso e nas práticas sociais e

culturais dos cabo-verdianos, comportamentos assentes na diferenciação étnica e racial, com recortes que refletem certa esquizofrenia comunitária.

O pesquisador Lívio Sansone, na sua reflexão sobre *Negritude sem etnicidade* (2007), considera que etnia e etnicidades são categorias comercializáveis, na política e na sociedade. Segundo o autor, no contexto acadêmico,esses conceitos foram erigidos como categorias explicativas importantes para compreender a dinâmica das comunidades pluriétnicas e plurirraciais. As possibilidades de uma utilização contra-hegemônica dessas categorias explicativas, seja numa perspectiva epistemológica, seja política, seriam remotas (SANSONE. 2007, p. 10).

Para Furtado (2006), a não polarização analítica, em termos de identidade étnica e racial, é quase uma transversalidade em toda a história de Cabo Verde. Nesse sentido, os estudos das relações sociais em Cabo Verde tenderiam a se aproximar da situação brasileira, referida por Sansone, segundo a qual as relações interétnicas e a racialização dos grupos se caracterizariam:

> [...] por um *continuum* racial ou de cor, em vez de um sistema não polarizado de classificação racial, por uma cordialidade transracial nas horas de lazer, entre as classes mais baixas, por uma longa história de sincretismo no campo da religião e da cultura popular, e por uma organização política relativamente fraca com base na raça e na etnicidade, a despeito de uma longa história de discriminação racial (SANSONE. 2007, p. 19).

Para as lideranças políticas dos estados pós-colônias, na primeira década das independências, o projeto de construção do Estado-Nação era, de certa forma, incompatível com os planos alternativos de nações-estados, multiculturalidade, multietnicidade ou dimensão multirracial. Aliás, pensar nesses termos e com essas categorias seria comprometer o projeto político de unidade nacional e de implementação do programa político de desenvolvimento. Em Cabo Verde, ao contrário, pensar a realidade do país na sua eventual multiplicidade étnica, cultural e racial seria negar o fato de a nação preceder o Estado, negando a especificidade cabo-verdiana.

Por um lado, a situação colonial muda o contexto e o padrão de relações sociais e de poder, com consequências na análise da estrutura social. Por outro, a tradição sincrética, no campo da religião, é muito mais fluida em Cabo Verde. De igual modo, não se pode descurar que a vivência real ou imaginária e a reivindicação de uma identidade negro-africana, de africanismos ou da africanidade autêntica, num contexto de distanciamento geográfico de fronteiras opostas do Atlântico, colocam-se de forma diferente, quando se está a 500 km do

continente, em que a pertença geográfica não pode ser questionada (FURTADO, 2006). A contestação da pertença geográfica de Cabo Verde ao continente africano é impossível, podendo-se apenas argumentar no distanciamento identitário e cultural, mas não na dimensão étnica ou racial.

Segundo Furtado (2006), a desvalorização da etnicidade, como categoriarelevante para a compreensão da sociedade cabo-verdiana, reside na dificuldade de se identificar nas ilhas do arquipélago as etnias de origem ou de pertença. Nesse sentido, a pertença ou a afiliação étnica não passaria por uma ideia geral de uma ancestralidade africana, cultural e geograficamente situada, mas, antes, pela busca de novos referentes ou pela construção de outros. Assim, a crioulização da sociedade cabo-verdiana emergiria como um processo de hibridação étnica, fator que torna mais complexa a análise, contrapondo-se à mestiçagem, que pode ser entendida como hibridização racial, no sentido fenotípico do termo.

Nos últimos anos, contudo, a negação ou a sublimação da dimensão étnica nos estudos sobre Cabo Verde, por um lado, e sua rejeição no plano social, por outro, são contemporâneas da construção de uma nova relação de alteridade que a imigração coloca. Com efeito, os afro-continentais são reduzidos por um marcador étnico, mandjakos,[3]que esconde um marcador racial, o de serem mais negros.De igual modo, estudos realizados, nomeadamente, no quadro da elaboração da história de Cabo Verde, evidenciam que, cedo, os "brancos da terra" passam a ser importantes proprietários, comerciantes e funcionários.

António Carreira, num outro estudo, introduz novas categorias de análise (classes sociais), ainda que ele incorra na sobreposição das categorias classes/raças. Na sua pesquisa sobre aspectos sociais, secas e fomes do século XX, ao analisar a organização da sociedade cabo-verdiana, ele defende que a partir dos 1930, emergiu uma nova burguesia, proveniente da emigração, que viria a substituir *os brancos da terra*. De igual modo, faz referência a uma pequena burguesia urbana, comercial e administrativa, e a uma "massa de trabalhadores rurais e outros".

O intelectual matinicano Frantz Fanon faz uma leitura crítica da experiência colonial ao analisar a vivência da população negra da Martinica, reportando-se que [...] encontramos nesse último (referindo-se ao negro) um desejo de ser branco. *Assistiremos aos esforços desesperados de um preto que luta para descobrir o sentido da identidade negra. A civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial* (FANON,

[3]Mandjako é uma etnia da Guiné-Bissau e que concorreu com outras no povoamento de Cabo Verde, em cujo contexto, atualmente, "mandjako" foi transformado no gentílico para definir todos os imigrantes africanos continentais, independentemente de sua efetiva origem étnica e, por vezes, racial.

2008). Com isso ele explica os processos de construção, da identidade negra diante da experiência de dominação e subjugação colonial.

Fanon nos ajuda a compreender o fenómeno étnico racial em Cabo Verde como fruto de complexos processos de exploração colonial e escravista, que condicionaram tanto dimensões económicas, culturais e sociais, como delinearam a formatação de relações raciais onde às populações negras foram destinados lugares simbólicos creditados por ideologias que pregavam a aproximação com os valores eurocêntricos europeus.

As razões para tais dificuldades justificam-se sobretudo pelas representações culturais e ideológicas construídas nas relações raciais, as quais ganharam especificidade desde os primórdiosda formação da sociedade cabo-verdiana vinculada aos processos de colonização e de escravidão. Uma destas representações refere-se às desigualdades raciais, formas de exclusão e segregação e racismo dissimulado pelo modo de expressardas relações raciais em Cabo Verde. A estratégia de desenvolvimento urbano na cidade da Praia tem expressado esta desigualdade e condição de subalternização em que as pessoas de baixa renda nas periferias da cidade da Praia em Cabo Verde. A identidade é construída mediante o contexto social e os processos de socialização, influenciados por um sistema de referência cultural e histórico que relegou subalternidade e exclusão simbólica e material.

Na próxima seção, incidiremos sobre algumas crises enfrentadas pelo povo cabo-verdiano, o seu impacto do ponto de vista demográfico e, consequentemente, na estrutura urbana atual na cidade da Praia. A nossa leitura parte e se inspira nas análises dohistoriador Antônio Carreira.

2.4 Crises em cabo verde entre os séculos XIX e XX e a ocupação do espaço urbano

Na presente seção, pretendemos analisar alguns momentos de crise que marcou profundamente a sociedade cabo-verdiana, em todos os domínios, políticos, econômicos, social cultural. Vamos analisar a crise do século XVI e XX, numa sociedade escravocrata e agrícola, sem recursos naturais e que esteve à altura das expetativas e ambições do projeto de expansão europeia, pelo viés da colonização dos povos e culturas diferentes dos europeus.

A data da independência, em 1975, Cabo Verde correspondia a mais pobre das colónias portuguesas, com 4033,37 Km^2 de terras vulcânicas, montanhosasescavadas em vales

esteiros e profundos, ilhas planas, áridas e despidas de qualquer manto arbóreo. Toda a costa litoralera dominada por terras secas onde a pastagem pobre constituía a única atividade possível quando o avanço das areias não ameaçava as últimas plantas que sobravam da ação devastadora de secas prolongadas. A agricultura de sequeiro à base de milho, algumas leguminosas e cucurbitáceas constituíam a principal ocupação da população rural. Mesmo assim, essa atividade era sazonal: três meses de chuva para a maioria da faina e o resto do ano dedicado ao ócio, ao pastoreio de algumas cabeças de gado e raros empregos de ocasiões (ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL, 1998).

As reduzidas parcelas de terras irrigadas estavam ocupadas com o cultivo de cana-de-açúcar, hortícolas e frutas. A única cultura de rendimentos era a banana exportada para a ex-metrópole portuguesa. A criação de gado em molde tradicional representava um complemento de agricultura,e a pesca reduzia-se à captura artesanal, insuficiente para sustentar as aldeias de pescadores pobres e analfabetos à margem de qualquer perspectiva de modernização. Agravando esse cenário de pobreza, a seca iniciada na segunda metade dos anos 1960 coincidiu com um aumento exponencial da população, que teve de ser socorrida com trabalhos de emergência, sobretudo de construção de estradas (IDEM). Desse modo, imporá a cultura europeia com o objetivo de dominar e explorar até a exaustão os povos africanos. Nesse sentido, segundo Aimé Caseire, no "Discurso sobre o colonialismo" que o identifica com coisificação, afirma:

> Entre o colonizador e o colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, mas a relação de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitre, chicote, e o homem indígena, em instrumento de produção. É a minha vez de enunciar uma equação: colonização=coisificação (CASEIRE. 1978, p.32).

A sociedade cabo-verdiana é profundamente marcada pela *maafa* de escravização e colonialismo, agregados aos problemas climáticos existentes no arquipélago devido à sua posição geográfica. Os africanos escravizados que povoaram as ilhas de Cabo Verde enfrentaram todos os tipos de opressão que se possa imaginar sobre a dominação dos colonizadores portugueses. De entre as mazelas enfrentadas pelos cabo-verdianos, principalmente estiveram a fome provocada pelas secas cíclicas que assolavam as ilhas, acompanhadas de consequências como doenças e mortandade.

Quando as chuvas rareiam em anos sucessivos, o povo cabo-verdiano enfrenta graves problemas de escassez de alimentos junto com a falta de água, até para as necessidades mais prementes como matar a sede. Desse modo, a resistência[4]do povo cabo-verdiano sempre foi marcada pelos problemas de chuva e de falta de água, com todas as suas consequências para uma população que sobrevive da agricultura de criação de gado e pesca. O povo preto crioulo tem um histórico marcado por dolorosas crises de bens e serviços das primeiras necessidades. Os séculos XVI e XVII são marcos trágicos para o povo cabo-verdiano que enfrentou períodos penosos de fome e mortandade causados pela seca.

O fenômeno de seca e crise em Cabo Verde sempre esteve na agenda dos pesquisadores cabo-verdianos como António Carreia (1983, 1984,1985), Orlando Ribeiro (1960) e Ilídio do Amaral (1987). Nesta seção, temos como referências as reflexões de Antônio Carreira.As crises por escassez de alimentos, resultantes de secas prolongadas, seguidas ou não de enorme mortandade, têm-se repetido com grande frequência, em todo o arquipélago, possivelmente desde o início do povoamento das ilhas de Cabo Verde, por conta da sua posição geográfica, situado na linha saheliana.Os períodos de chuva marcados entre agosto e outubro são extremamente irregulares. Há períodos que chovem regularmente, contudo existem períodos em que a falta de chuva tem impacto enorme na produção agrícola e, consequentemente, na criação de animais. Nas palavras do historiador Antônio Carreira:

> Há anos em que as chuvas são escassas logo na primeira fase. Em outros chove regularmente; fazem-se as sementeiras na esperança de que as precipitações se repitam. No entanto, ou elas rareiam ou acaba por não cair mais nenhuma gota de água. Outras vezes ainda, as chuvas são diluvianas e, portanto, tão prejudiciais como a escassez" (*Separata da Revista Geográphica*, n. 6, 2000).

Questionamos o papel da colônia nessas crises e mortandade em Cabo Verde. Houve esforço por parte da colônia em não deixar morrer os nossos ancestrais negros escravizados, num país com poucos recursos e riquezas que correspondiam às expectativas dos colonizadores e que apenas serviam como interposto para o sistema colonial escravagista? No panorama das *ilhas sacrificadas*, nos períodos de crise, a fome obriga aos nossos ancestrais negros a inventarem e reinventarem para encontrarem formas de sobreviverem. Do ponto de

[4] As revoltas importantes que aconteceram em Cabo Verde, principalmente, na Ilha de Santiago, foram protagonizadas por negros e negras contra a dominação e exploração de morgados (proprietários das terras para a prática agrícola) culminaram com o processo de luta de libertação política nacional. De entre essas revoltas destacamos a Revolta de Achada Falção de 1822, de Ribeirão Manuel de 1910. Este últimofoi liderado por uma mulher, Ana Veiga, comumente conhecido por Nhanha Bongolon. Esses movimentos de resistência e lutas ocorreram em Assomadas, por conta das condições naturais do solo para a prática de agricultura (EDUARDO PERREIRA, 2012).

vista natural, as escassas e pobres florestas que existiam nas ilhas não tinham potencialidades para fornecer algum tipo de alimentos para as pessoas.

Nas grandes fomes do século XVII e XVIII, além dos abates dos animais domésticos – cabras, vacas, porcos, cavalos, burros, até cães e gatos –, quase até a extinção utilizaram-se peles secas retiradas dos tambores de batuque e as casas e folhas de arbustos. Diante desses cenários, após abolição de escravidão, os historiadores mostram dados que confirmam a escravização de *homens livres* em Cabo Verde, que se venderam por um período de tempo relativo a uma década como estratégias de resistências à fome e secas cíclicas em Cabo Verde. Esse fenômeno teve impacto enorme no fenômeno de migração.

Historicamente, em Cabo Verde, durante e depois do período colonial, as pessoas de baixa renda sempre ocuparam espaços na cidade sem nenhum tipo de infraestrutura que garantisse qualidade de vida e segurança. Após a independência com as secas cíclicas, as pessoas viram-se obrigada a migrar para o centro urbano, com o propósito de reconstruir as suas vidas por conta das secas cíclicas e falta de investimentos por parte das instituições públicas e privadas, como forma de fazer fixas das pessoas de baixa renda nos seus lugares de origem.

Em algumas ilhas, foram atribuídos nomes às fomes. A de 1804-1806, que se estendeu até 1810, restritiva a Santo Antão, ficou conhecida como *fome de toco* porque as pessoas utilizavam *tronco de bananeira* como forma de sobrevivência. A fome de 1825-1826, que atingiu Santo Antão e São Nicolau, ficou conhecida como *fome do Pai Domingos*. Esse nome justifica-se pelo fato de ter aparecido um negro chamado Domingos que vendia alimentos para a sobrevivência das pessoas.

As crises em Cabo Verde foram, sem dúvida, devastadoras, porém acreditamos que os princípios estruturais dos sistemas culturais africano foram essenciais para as resistências. Dentre esses valores e princípios, inspirados no *Nguzo Saba*, os sete princípios da ética africana são valores que indubitavelmente tiveram papel incomensurável na resistência do nosso povo:

a)centralidade na comunidade;

b)respeito pela tradição;

c) alto nível de espiritualidade e de preocupação ética;

d)harmonia com a natureza;

e)a sociabilidade do indivíduo;

f) veneração aos ancestrais;

g)unidade do ser (KARENGA. 1988, p.9)

Aprofundaremos esse debate em outros momentos para não desencadear as nossas discussões na presente seção.

Ao contrário do que afirma o historiador Carreira (2000, p. 38): "É o seu extraordinário apego a terra, embora sabendo que, nela, a Natureza é mais drástica do que a mãe. Herdou essas características, do português europeu". Desse modo, seguimos os postulados de nosso intelectual clássico africano Cheik Anta Diop, que, nos seus próprios termos, assegurou:

> Em conclusão, o berço meridional, confinado ao continente africano em particular, é caracterizado pela família matriarcal, a criação do estado territorial, em contraste com as cidades-estados arianas, a emancipação da. mulher na vida doméstica, a xenofilia, o cosmopolitismo, um tipo de coletivismo social que proporciona a tranquilidade com relação ao futuro, solidariedade material desconhecida até o presente: há pessoas vivendo na pobreza, mas ninguém se sente sozinho nem abandonado. No domínio moral, mostra um ideal de paz, de justiça, de bondade e optimismo, o que elimina toda da noção de culpa ou pecado original na religião ou em instituições metafísicas (DIOP, 1989, p. 177).

Esses traços culturais, de acordo com o intelectual africano Diop, estão bem consolidados nos africanos. Apesar da diversidade entre os africanos, há uma unidade cultural entre nós e os modelos da civilização clássicas africanas que podem ser encontrados nas civilizações do continente. Segundo os historiadores, nos primeiros séculos de ocupação das ilhas de Cabo Verde, em que a população era menor, a falta de chuva não produzia os efeitos desastrosos notados nos últimos dois séculos depois, pois havia um equilíbrio da *população-produção*, que mais tarde se rompeu, já que o crescimento da população era proporcional à produção de alimentos (milho, batata,mangas, mandiocas, feijão, inhame, abóbada, algodão e gados).

É importante destacar que, durante os vários períodos da crise, não existe registro objetivo que informa com exatidão os números das vítimas de seca e fome em Cabo Verde. Para os pesquisadores cabo-verdianos, a inexistência destes dados se justifica pelas limitações dos meios para os registros dos dados, mas acreditamos que essas negligências também se justificam pelo racismo sútil e estrutural existente na época. Nas palavras de Carreira:

> Durante as crises, determinava-se o regimento compulsório a Santiago das mulheres cristãs que sabiam ter panos, com objetivo de não desfalecer a indústria local de mão de obra, especializada, ou para evitar concorrências aos panos das ilhas. Por outro lado, estando essas mulheres cristianizadas, tentava-se impedir a "regressão" de costumes. O curioso é a recomendação expressa de serem recambiadas por grupos, em navios diferentes, e não de uma só (2000, p. 42).

Com a mortalidade provocada pela fome entre 1773-1777, a população voltou em nível de 1582, segundo a "contagem" para 1775. Cerca de 90 anos depois, subiu pra 58.626 (1862). Foi um acréscimo temporário, na medida em que a fome de 1864-1866 ceifou 14.767 negros nas duas primeiras ilhas do arquipélago. Em todo o país, houve um número de 30.000. Entendemos que esses dados são relevantes para entendermos a evolução demográfica na ilha de Santiago e Fogo,pois, no bairro de Jamaica, prevalecem os números de moradores do interior da ilha de Santiago e da ilha de Fogo. Seria uma mera coincidência? Que fatores justificam o aumento demográfico nas duas ilhas, sendo que, ao mesmo tempo, são ilhas com maior número de vítimas da seca e fome em Cabo Verde? (SENA BARCELOS, 2004; ÉVORA, 2006).

É de frisar que outro elemento relevante que explica a evolução demográfica em Cabo Verde, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, é a cessação do tráfico de escravizados e a imigração para São Tomé e América do Norte. Isso considerando que as duras crises ocorridas em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII e que não haviam ainda sido assinaladas com a devida precisão como foram no período de 1719 em diante.

2.5 Cidade da Praia: deslocamento e as emergências de outros tempos

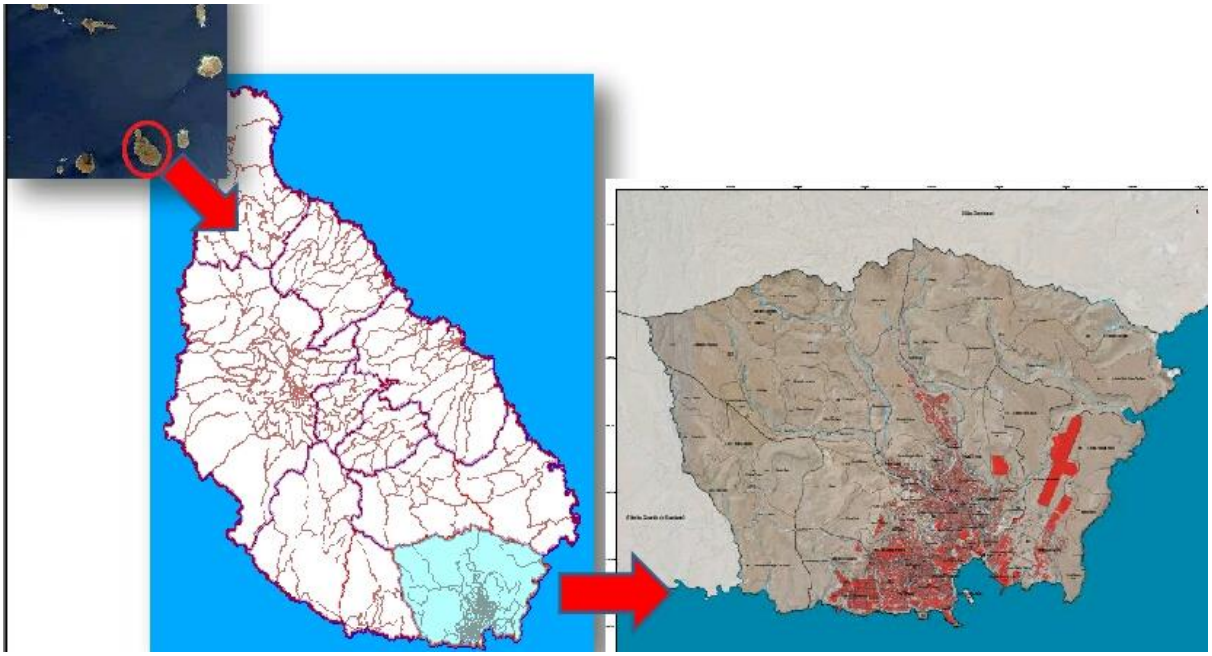
Para melhor situar e indicar os pontos que constituem algumas linhas por onde se sob-escrevem algumas trajetórias das experiências dos migrantes e seus descendentes, mantemo-nos na linha dos tempos passados. A finalidade aqui não é realizar uma digressão histórica profunda. Procuramos fazer uma pequena brecha para olhar na direção dos deslocamentos que antecederam o período estudado nesta tese. Essa escolha revela um aspecto importante na feição das mobilidades ocorridas em Cabo Verde, especificamente na cidade da Praia e alhures. Desse modo, pensamos que voltar no tempo e olhar para as experiências de migração ocorridas em fim da escravidão nos ajuda a entender melhor algumas trajetórias tecidas e as transformações sociais e culturais ocorridas na cidade da Praia, desde o período colonial, em que as pessoas de baixa renda se configuraram o perfil da maior dos moradoresda cidade da Praia.

Sobre a mobilidade populacional e a migração na cidade da Praia, a década de 1980 foi marcada pelo crescimento de bairros informais, em diferentes áreas desocupadas das cidades. As ocupações mobilizaram centenas de pessoas que buscavam resolver os problemas de moradias que se abatiam sobre elas.Dentre outros fatores, por conta de alto custo de aluguéis, o mercado imobiliário se instituiu para transformar as vastas propriedades dos "donos de terra", públicas e privadas, configurando vetores de ocupação e distribuições desiguais para as diversas áreas da cidade. Esse período correspondeu à consolidação de inúmeros movimentos sociais. Desse modo, damos ênfase no processo de produção do sujeito em suas práticas e experiências, nas marcas e transformações que esses produzem no território e nas cidades e, sobretudo, na forma como, ao mesmo tempo, transformaram-se sociais e subjetivamente esses sujeitos.

O sociólogo Gey Espinheira (1986b; 1992), neste rastro, enfatizou as contradições sociais que se manifestavam na cidade e os ajustes sucessivos ao longo da sua história, no processo de configuração territorial. A cidade passou a ser vista como a constituição viva do modo de ser dos moradores, de suas culturas, assim como da estrutura e das desigualdades sociais. Assim, as práticas e as diversas formas de organização do espaço doméstico e público no bairro, de sobrevivência, lazer, comunicação, educação dos filhos, saúde e de enfrentamentos e resistências social e política dos habitantes da periferia, incluída a maioria dos migrantes, tornam-se relevantes na busca de pertencimentos da cidade da Praia (ESPINHEIRA, 1992, p. 92).

A cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde e sede do município com o mesmo nome, situa-se no litoral Sul da ilha de Santiago, a maior ilha do arquipélago. Com o advento da independência em 1975, a cidade da praia conheceu uma grande explosão demográfica, consequência de um forte movimento migratório das restantes ilhas do país e do êxodo rural, por conta das políticas restritivas dos convencionais países de imigração, aliadas à forte crise do setor agrícola provocada pelo baixo nível de pluviosidade que caracteriza o país.

Figura 2 – Localização geográfica da cidade da Praia



Fonte:Internet

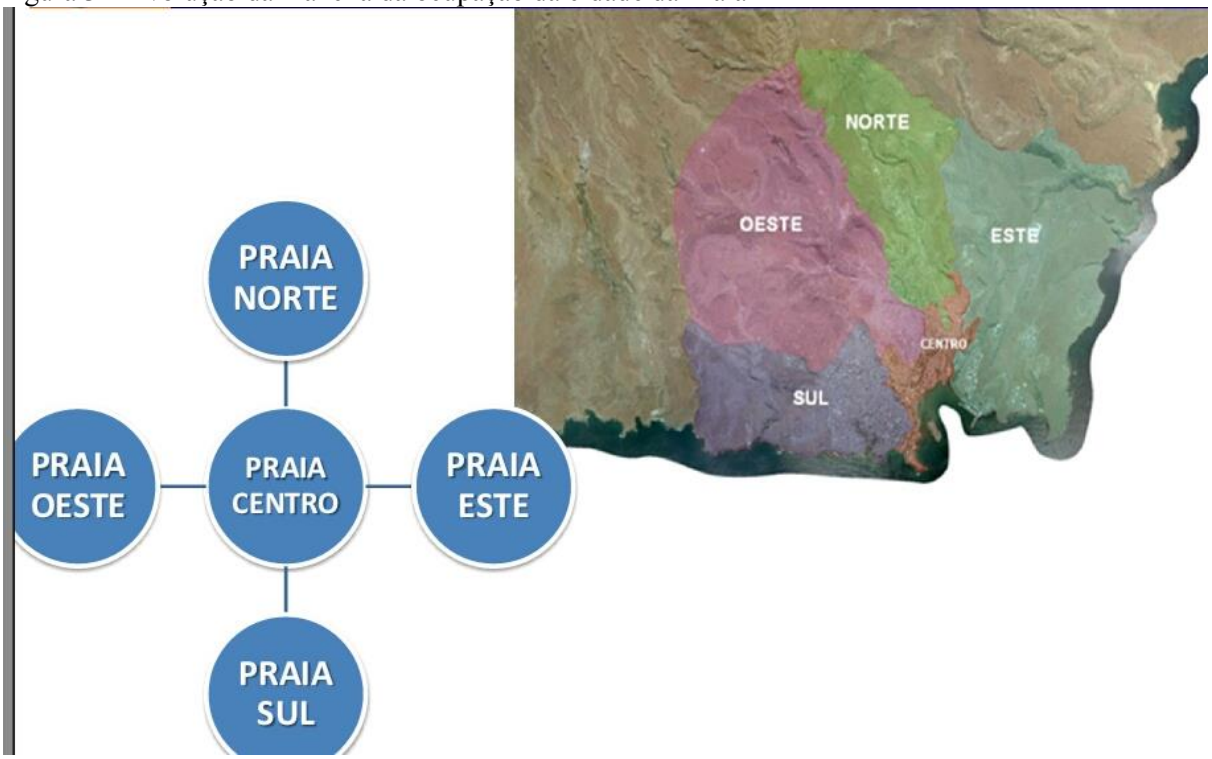
A baixa taxa de crescimento da população anteriormente mencionada, e que tinha por base as necessidades de mãodeobra dos países europeus, é agora invertida com políticas restritivas à imigração. Desde então, a cidade em questão constitui-se como o maior centro de atração populacional do país. De acordo com os dados do Censo da população de 2010 INE (Instituto Nacional de Estatística), em 2000 a população da Praia era de 91.161 habitantes. Em 2005, esse número aumentou para 111.500 habitantes.

Em 2008, o número da população era de 124.661. Em 2000, a cidade da Praia albergou uma população de 131.602 habitantes. Esse número representa hoje mais de 45% da população total do arquipélago. Esse crescimento exponencial da população urbana não se fez acompanhar de medidas de política apropriadas e capazes de responder de forma eficaz os problemas daí advenientes, quais sejam: proliferação incontrolada e desorganizada de pequenos, isolamentodos bairros na periferia da cidade e uma crescente demanda da população por solos para a construção de habitação e demais serviços de base.

Perante o cenário descrito, a cidade da Praia enfrenta no momento algumas questões preocupantes ligadas principalmente à falta de saneamento e problemas de insalubridade resultantes da crescente urbanização não planejada e da pobreza, levando ao aumento de desigualdades sociais. Acrescente-se aos mencionados problemas o aumento de desemprego que afeta particularmente a camada mais jovem, a delinquência juvenil e criminalidade urbana em geral, a violência doméstica, aliados às dificuldades de acesso à água, energia e saneamento.

Segundo o estudo promovido em 2011 pelo MAHOT (Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território), pode-se constatar dois tipos de traços existentes na cidade da Praia.Cerca de 6 km² (44%) de solo urbano atual foram produzidos tendo por base planos urbanísticos. As ocupações que não foram previamente planeadas representam cerca de 8 km² (56%), dos quais 5km² pertencem aos bairros de crescimento informais mais recentes. Os dados do censo de 2010 apontam para a existência de 37.127 alojamentos, dos quais 30.036 são tipicamente urbanos e 1097 são rurais/periurbanos. A figura que se segue tem o intuito de proporcionar uma visão sobre o crescimento da cidade da Praia.

Figura 3 – Evolução da mancha da ocupação da cidade da Praia



Fonte: Internet

A sociedade cabo-verdiana é marcada por uma grande disparidade social, em que umpequeno grupode pessoas detém o poder econômico e político e, de outro lado, a maioria das pessoas têm baixa renda efalta de poder de compra. Esse estrato se encontra mergulhado em problemas sociais de várias ordens, mormente, dificuldade de acesso à habitação, saneamento, desemprego, insegurança, entre outros. É de realçar que a urbanização, em

muitos países, principalmente na América Latina, Ásia e África, espelha uma percentagem da pobreza comum a todas as cidades da periferia dos países em desenvolvimento. Praia, a principal cidade do país, abriga mais de 60% das riquezas, é objeto de um movimento de investimentos nacionais e internacionais, que se intensificou a partir da década de 1990, com a liberalização da economia, o que justifica a migração principalmente das pessoas do meio rural e das ilhas mais periféricas para a procura de melhores condições de vida.

Como faz notar Davis (2007), o fator que explica o crescimento vertiginoso das moradias informais nos centros urbanos dos países do Terceiro Mundo, designadamente, América Latina, África e Ásia, está relacionado com os fatores econômicos e de industrialização. O fenômeno de urbanização observado em grande parte dos países subdesenvolvidos deve-se, em muito, ao processo de industrialização tardia da periferia urbana. Segundo Davis:

> a atratividade exercida pelas comunidades industriais sobre a massa de mão de obra expulsa do campo, particularmente nos países que receberam empresas multinacionais que alavancaram a passagem de economias agroexportadoras para economias semi-industrializadas, nomeadamente, Brasil e Índia, provocou, a partir da década de 1960, a explosão de grandes centros urbanos no Terceiro Mundo, que não receberam a provisão de habitações, infraestrutura e equipamentos urbanos que garantisse qualidade de vida às populações migrantes (2007, p. 86).

Os governos, muitas vezes, não têm o conhecimento real sobre as fronteiras da periferia urbana, onde se faz a passagem entre as cidades ruralizadas e o campo urbanizado. Ele vê a "orla urbana como sendo a zona de impacto social, onde se dá a força centrífuga da cidade para o campo" (DAVIS. 2007, p. 54). A experiência de Cabo Verde, neste sentido, é um pouco diferente, se levarmos em consideração que se trata de um país, cujo principal centro urbano, a cidade da Praia, é ainda pequeno comparado com os grandes espaços urbanos do mundo, as ditas megacidades – como as que existem na China, na Índia, e no Brasil. Na cidade da Praia, a fronteira periurbana não é muito bem definida, tendo em consideração que é uma cidade pequena (em torno de 120 mil habitantes).

Apesar de os grandes centros urbanos serem a essência da afirmação urbana, eles não têm condições de suportar o crescimento populacional futuro. Isso significa que ele terá de ser suportado pelas cidades de segunda escala, isto é, as cidades da periferia do centro urbano, sem condições básicas de garantia da cidadania. São cidades periféricas, sem planejamento para acomodar pessoas e prestar-lhes serviços básicos de sobrevivência (DAVIS.2007, p. 18).

Outra característica que pode ser atribuída à cidade da Praia é a sua visível concentração de riqueza. O estudo do MHOT, em referência ao índice GINI (indicador de nível de desigualdade de rendimentos), aponta para uma concentração de cerca de 52% dos rendimentos do país na capital. A Praia é a sede administrativa do país, sendo centro dos principais serviços do estado, como as atividades ligadas à administração e governação (autárquica e nacional), a Universidade Pública de Cabo Verde e o aeroporto Internacional Francisco Mendes (um das maiores do país).

A sua população aumentou cerca de 33 mil pessoas na última década, representando um crescimento anual de cerca de 2,9%, muito acima da média nacional, que é de 1,3% ao ano. Aproximadamente 97% da população do concelho vivem na cidade, o que a tornou o município com maior taxa de urbanização nesta década. Ademais, a capital caracteriza-se ainda por ser atrativa não apenas para os fluxos migratórios nacionais, mas também internacionais, principalmente dos emigrantes africanos, que têm aumentado nos últimos anos.

O referido crescimento populacional tem viabilizado um conjunto de atividades econômicas normalmente inviáveis em outros municípios pela inexistência de um número mínimo de pessoas. Esse fato atribui inteligibilidade ao processo de instalação de infraestruturas de apoio aos negócios primeiramente na Praia, e secundariamente noutros municípios. Entres essas, encontram-se a ampliação do aeroporto da Praia, a expansão do porto e o asfaltamento de estradas que ligam ao interior da ilha e os parques industriais.

3 OCUPAÇÃO URBANA E INFORMALIDADE HABITACIONAL NA PERIFERIA DA CIDADE DA PRAIA: ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEPTUAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DO LUGAR

Pretendemos, no presente capítulo, fazer um diagnóstico teórico e conceptual da categoria analítica fundamental da presente pesquisa, a informalidade habitacional no contexto da cidade da Praia. A nossa abordagem será realizada desde a perspectiva do lugar, considerando as especificidades das configurações culturais, sociais e históricas da sociedade cabo-verdiana dentro do contexto africano. Pensamos que é fundamental esse posicionamento pan-africano e afrocentrado no processo de construção do conhecimento, como estratégia de captarmos a riqueza, diversidades e heterogeneidade epistemológica africana.

Nesse construto teórico conceitual, destacamos o papel central do sujeito africano e sua agência no contexto da nossa história como africanos, fazendo, desse modo, a demarcação epistemológica perante a análise eurocêntrica. Esse diagnóstico conceptual tem os cabo-verdianos como sujeitos e agentes no processo de construção do conhecimento, fundamentado no questionamento da localização e demarcação espacio-temporal.

Descreveremos o processo de inserção das periferias do país, especialmente as periferias da cidade de Praia e como essas se configuram. Nessa compreensão, é possível perceber um desejo de distanciamento entre periferia e centro. Diante disso, a nossa análise segue pela caracterização da relação entre duas categorias relevantes, centro e periferia, essenciais na compreensão do fenômeno urbano.

Procuramos também, neste capítulo, estabelecer um diálogo entre a informalidade urbana e a sustentabilidade, no sentido de perceber como a informalidade pode ser um modo de vida, uma alternativa de sobrevivência para as pessoas de baixa renda, que,em razão da ausência de políticas sustentáveis de desenvolvimento integrado, procuram reinventar e/ou recriar novas formas de vida para garantir a sua subsistência dentro do universo complexo da vida urbana, da pobreza,da exclusão social e da segregação espacial ao qual o sistema capitalista, eurocêntrico, os condicionou.

3.1 Cidade da Praia: memória da ocupação do espaço urbano

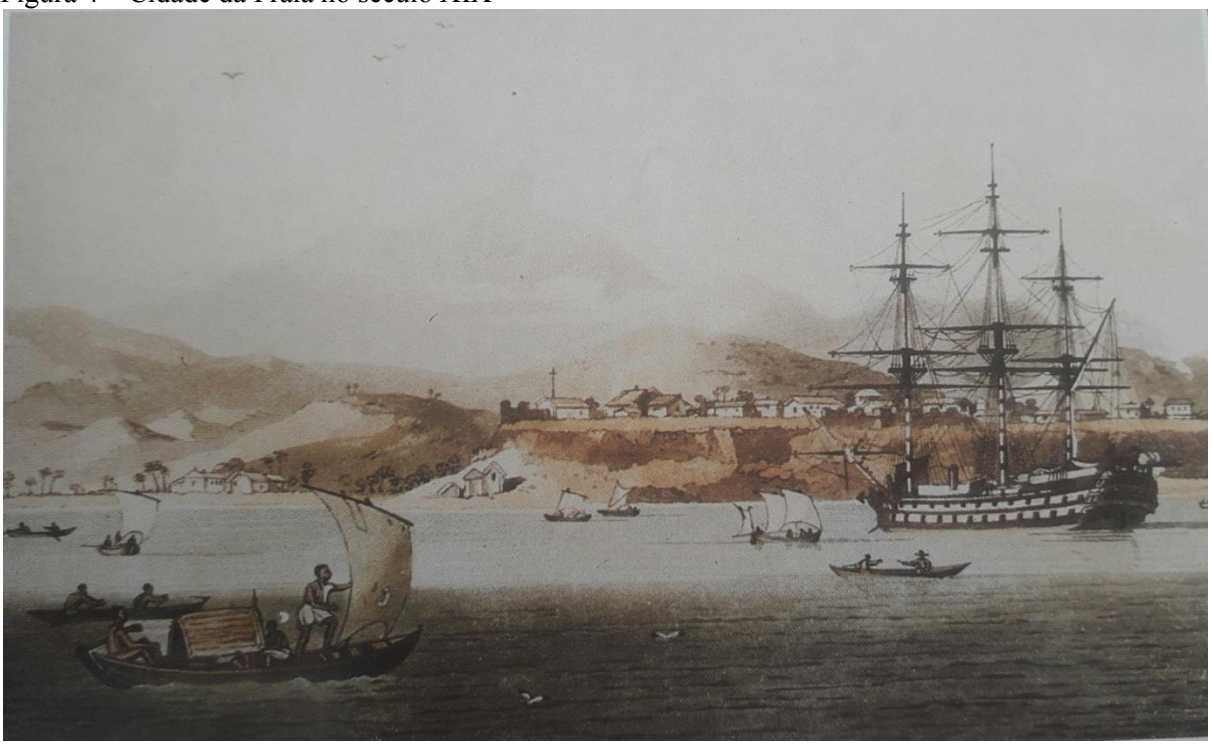
A Cidade da Praia é uma cidade de origem colonial escravocrata, cuja configuração caracteriza toda a política estratégica do processo de colonização nos países dominados pela colônia portuguesa, mormente: Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. A cidade se encontra localizada num planalto, com uma praça central e, ao seu redor, as principais instituições e serviços, como igrejas, tribunais, câmara ou prefeitura, mercado, bancos, hospitais, escolas, entre outros. Não obstante a semelhança entre essas cidades nas sociedades coloniais escravocratas, cada uma dessas regiões apresenta características *sui generis* pela própria história e pelo modo como foi se dando a configuração social do espaço em cada contexto.

Em Cabo Verde, a origem da cidade da Praia reflete o projeto de colonialismo e escravização pelo que passou desde odesembarque dos ancestrais escravizados no porto da Praia, em 1515, existindo informações cronológicas da formação de um povoado no topo de uma pequena achada, até então designada de Plateau, com 40m de altitude. As vertentes escarpadas constituíam defesas naturais e a sua posição estratégica no comércio transatlântico por possuir a melhor baía da ilha de Santiago que pela sua caraterística larga oferecia excelentes condições à navegação da época. Essas características naturais permitiram gradualmente que o então povoado do porto da Praia se desenvolvesse, em virtude também do declínio e abandono da vila de Alcatrazes[5]e da migração da população da primeira cidade fundada pelos europeus nos trópicos, a cidade de Ribeira Grande.

A parte central da cidade, o primeiro núcleo a ser ordenado, mantém até hoje a sua planta reticulada com ruas paralelas umas às outras em direção à Praça Alexandre Albuquerque, cuja imagemvemos a seguir. Apenas na década de 1970, a parte norte foi ocupada com novas habitações para funcionários públicos, o liceu e outros edifícios públicos.

[5] No processo de formação do povo cabo-verdiano, a ilha de Santiago, a maior do arquipélago e a primeira a ser povoada, desempenha um papel importante, pois é onde se situam as localidades de Ribeira Grande e de Alcatrazes, os dois primeiros núcleos de povoamentos do arquipélago. O porto constitui um fator de grande relevância na atração e na fixação das pessoas nessas regiões (Ribeira Grande e Alcatrazes) e noutras regiões, com impactos importantes. Ali, se fazia a ligação, através dos navios de mercadorias, e as instalações dos homens de negócios, que deslocaram para esse espaço. A partir do século XVI, na altura em que começaram a surgir os navios negreiros, vindos dascostas africana (ÉVORA, 2009).

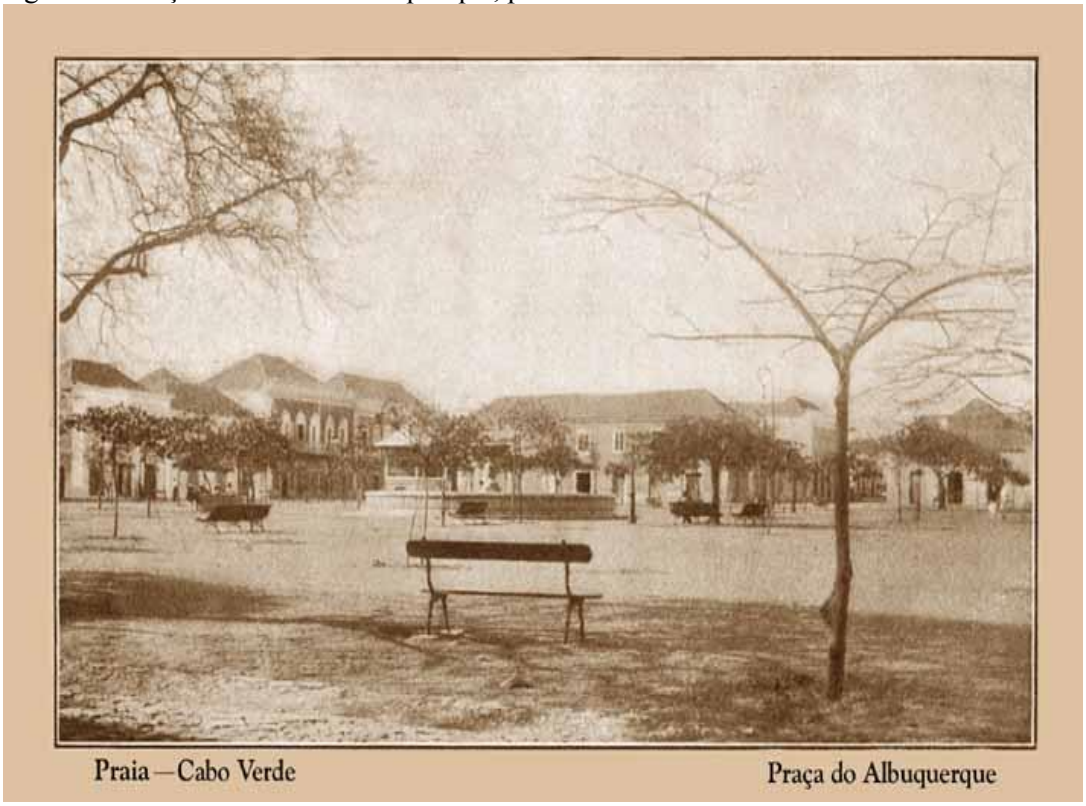
Figura 4 – Cidade da Praia no século XIX



Fonte: Arquivo Nacional de Cabo Verde.

A imagem acimatraz a cidade da Praia no século XIX, situada estrategicamente num pequeno planalto que colonizadores denominaram de Plateau, pensado especialmente para a defesa e ataques dos invasores. Trata-se de uma área urbanizada com infraestruturas necessárias para atender à elite colonial portuguesa. No pequeno espaço ou área havia casas, que abrigava a elite, ouedifícios importantes como a Casa do Governador, a igreja, o hospital, além de um dos mais importantes serviços: a sede dos militares.Também havia os equipamentos de defesa militar apontados na direção do mar.O pequeno planalto situado nas proximidades doporto recebia as embarcações as quais atravessavam o Atlântico, para abastecer, assim como as mercadorias trazidas para o abastecimento das ilhas do arquipélagos. Vale reportar que as construções eram feitas com materiais como pedras, e coberturas de telhas,sendo esse o modelo de construção importado da metrópole portuguesa.

Figura 5 – Praça Alexandre Alburquerque, período colonial início do século XX



Fonte: Arquivo Nacional de Cabo Verde.

A imagem acima retrata a Praça Alexandre de Alburquerque, no início do século XIX, a qual representa o modelo de urbanização ocidental. Ao redor dela, existeminstituições como a igreja, Câmara Municipal, o Tribunal da Justiça, assim como alguns bancos, para o conforto dos visitantes. Conforme retratada na imagem, praticamente não existe a vegetação, o que representa o cenário de seca que historicamente caracteriza as ilhas do arquipélago,diferente da imagem a seguir, que realça diferença enorme e as transformações ocorridas ao longo do tempo. É uma imagem da mesma praça, contudo, no século XXI. Localiza-se em área urbanizada e coberta com vegetações, próximo dos edifícios que representam as mesmas instituições, porém modernizadas. O local recebeu banheiro público, espaço para aapresentação de espetáculos musicais, principalmente para a banda municipal, e uma fonte de água no centro da praça.

Figura 6 – Praça Alexandre Albuquerque, início do século XXI

Fonte: internet.

A vila da Praia de Santa Maria surgiu em 1615, quando se deu o início do povoamento de um planalto situado perto de uma praia chamada pelos colonizadores de Santa Maria. Inicialmente utilizada como porto "informal", para que não se pagassem as taxas aduaneiras na então capital de Ribeira Grande,a localidade foi progressivamente adquirindo características de uma vila com a gradual fuga das populações da Ribeira Grande, quando do declínio dessa última. A passagem oficial da capital de Ribeira Grande para a Praia de Santa Maria aconteceu em 1770. Através de um decreto de 1858, com a elevação do estatuto de vila para o de cidade, Praia tornou-se definitivamente a capital de Cabo Verde, concentrando as funções de centro político, religioso e econômico(CORREIA; SILVA, 2009, p. 52).

Durante muito tempo, somente a região do Plateau era considerada uma cidade, sendo os outros bairros relegados à condição de subúrbios periféricos, apesar de sempre ter havido uma relação estreita entre o Plateau e os outros bairros (movimentos humanos, trocas de bens e serviços etc.). É por esse motivo que praticamente só o Plateau é que usufruiu de uma urbanização formal com infraestruturas próprias como escolas, hospitais, igreja, mercado, tribunal e justiça, bancos, praças, entre outros. Os restantes dos bairros desenvolveram-se organicamente de modo informal.

Depois da independência, em 1975, é que se passou a considerar a cidade da Praia como sendo o Plateau, incluindo todos os bairros circundantes.[6] Procurou-se descentralizar e

[6]No caso da cidade da Praia, importa destacar, nas palavras do historiador Pereira: "Plateau é terminologia recente do período pós-independência, daquilo que antes se apelidava, popularmente, riba Praia, por oposição ao 'baxu' Praia, os arrebaldes da cidade, os subúrbios, afinal, como ainda hoje o nosso imaginário os identifica" (PEREIRA, 2012, p.251). Assim, desde os primeiros momentos da formação da sociedade cabo-verdiana, já existiam lugares no centro da cidade da Praia para elite e lugares para pobres, esses últimos confinados ao "baxu" Praia.

munir toda a cidade de infraestrutura adequada. Embora os planos diretores de urbanização sejam relativamente recentes, eles já se encontram em curso e prevêm a expansão da cidade, ao norte, na Achada de São Filipe, e a oeste, em Palmarejo. Mesmo assim, o Plateau continua a ser um polo de atração dos movimentos diários no seio da cidade, não por ser o bairro maior, a exemplo de Achada Grande, nem por ser o mais populoso, como Achada de Santo António, mas por ser considerado pelos habitantes como o centro comercial, administrativo e simbólico da cidade.

Seguindo o seu percurso histórico, Andrade (1986, p. 29) afirma: "en 1612, Philippe I er d'Espagne décida la fortification de la 'povoação' de Praia et la réédification des maisons en ruine".[7] Por sua vez, Amaral (1987, p. 205) realçou que: "Il concéda des privilèges aux résidents pour qu'ils les construisent avec des pierres et de la chaux et mettent des toitures en tuiles".[8]Inicialmente, o modelo de construção do povoado da Praia era africano, experiências, técnicas e conhecimentos transportados do continente pelos africanos escravizados,a partir do qual atribuíram sentido e ressignificaramo processo de ocupação do espaço e urbanismo na cidade da Praia em Cabo Verde.

A cidade da Praia foi concebida e construída a partir do modelo eurocêntrico, para atender aos interesses e às necessidades dos caucasianos, colonizadores, e, mais tarde, de um pequeno grupo de negros queusufruíam as mazelas da colonização e adquiriram o poder econômico e *status* social. Conforme as figuras que veremos a seguir, apesar do modelo de construção ter sido imposto pelo colonizador europeu, as casas eram construídas segundo os modelos africanos, sobretudo no que conserne aos materiais utilizados. São casas construídas com pedras e barros, cobertas de palhas, e, mais do que isso, as práticas de construção e todo o processo e interação que se constituía durante a construção das casas envolvem outros valores importantes do sistema cultural africano, marcados pelos princípios de solidariedade, comunidade, irmandade, ubuntu, circularidade, corporeidade, sacralidade, encruzilhada, força vital, entre outros(SODRÉ, 1988).

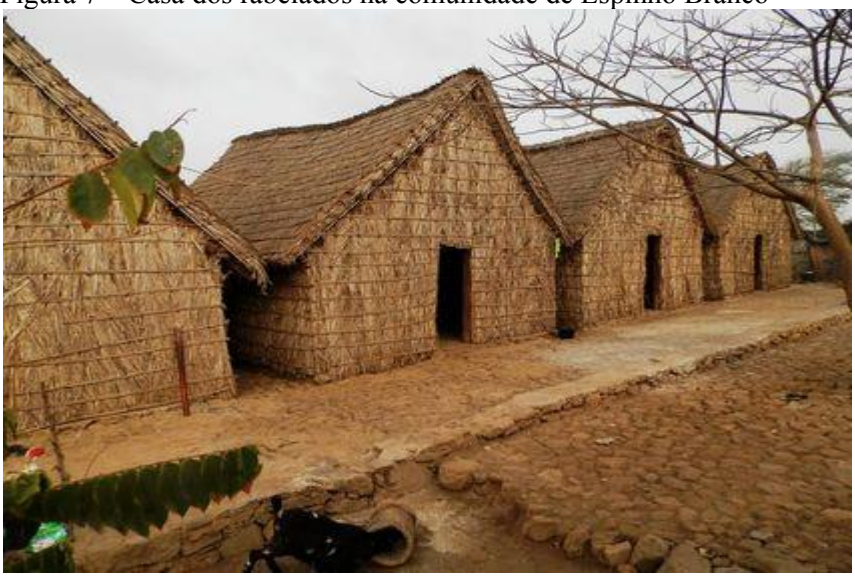
As pessoas construíam as suas casas e, no dia que punham o telhado, diziam "A casa está coberta" e consideravam-na como terminada, pois já era possível morar. No dia em que se cobria a casa, colocava-se um galho de árvore no telhado. Durante a construção da casa, realizava-se uma festa, com comida e bebida para todos os vizinhos, sendo essa uma forma de socialização da alegria da casa construída, com a colaboração dos vizinhos. Os materiais

[7]Tradução nossa: "Em 1612, Filipe I, Rei de Espanha, decidiu a fortalecimento do povoado da Praia e a reedificação de casas em ruínas" (ANDRADE, 1986, p.29).

[8] Tradução nossa: "Ele concedeu privilégios aos moradores para construí-los com pedras e limas e colocar telhados"(AMARAL, 1987, p.205).

utilizados pelos africanosno continente (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Senegal, Moçambique, Angola, entre outros) e na diáspora, a exemplo dos modelos de construção utilizadas pelas comunidades quilombolas no Brasil.Em Cabo Verde, como mostra a figura a seguir, essas práticas de construção de casas foram preservadas pelos*rabelados*,[9] questão que abordaremos mais à frente.

Figura 7 – Casa dos rabelados na comunidade de Espinho Branco



Fonte: internet.

A destruição e o apagamento da cultura africana sempre foram as estratégias de dominação que os europeus desde muito cedo descobriram como forma de manter o *status quo.* Assim, no contexto da cidade da Praia, as casas, as práticas culturais africanas de construção de habitações foram simplesmente banidas pelos administradores coloniais desde os primeiros momentos da configuração urbana da cidade. Para Amaral:

> a decisão do governador João da Mata Chapuzet (1822-1826) contribuiu na mudança da fisionomia e no ordenamento da cidade, ao mandar alinhar e calcetar ruas, abrir calçadas e largos, animou a população a cobrir as suas casas de telha e a caiar as paredes. Mesmo assim, na cidade, as casas continuavam a distribuir-se irregularmente, mantendo a maior parte delas o

[9]Rabelados – representação simbólica da resistência religiosa, econômica, política e cultural do povo cabo-verdiano. Nos anos 1940, a Igreja católica enviou para Cabo Verde alguns padres para substituírem os locais, introduzindo alterações nos costumes religiosos, nomeadamente o ensino da religião.Alguns grupos da população rebelaram-se contra essas alterações. Os rabelados foram perseguidos pelo resto da sociedade, obrigando-os a formar grupos para sobreviver. A comunidade dos rabelados fugiu para o interior da ilha de Santiago, nas zonas montanhosas de difícil acesso, nos concelhos do Tarrafal e de Santa Cruz. Nessas condições de isolamento, foram preservadas as tradições religiosas e culturais e a independência face à hierarquia católica e ao poder político e econômico.

> aspecto de palhotas. Anos antes, no consulado do governador Marcelino António Basto, começaram a surgir as primeiras casas cobertas de telha e a primeira rua alinhada, a Rua do Corvo (ver o anexo II) (AMARAL, 1967, p.329).

Um dos primeiros marcos históricos relevantes data de 1826, ano em que as autoridades públicas locais, militares e eclesiásticas endereçaram ao Rei D. João VI uma petição demandando a elevação da Vila de Santa Maria da Praia à categoria de cidade e a capital de Cabo Verde. Esse pedido das forças vivas da vila tem eco e sobre isso Andrade comenta que:

> par ordre du roi dom Pedro V, le vicomte Sá da Bandeira décida le 29 Avril 1858 l´élévation de la "vila" de Praia à la catégorie de ville devenant de jure la capitale du Cap- 30 Vert[10] (1986, p. 30).

Ainda Amaral acrescenta:

> a vila da Praia oferecia melhores condições que Ribeira Grande porque o sítio para a povoação é precioso, eminente, mui lavado dos ares, e em uma planície muito igual e, sobretudo, defendida da natureza (1987, p. 205).

Não obstante a força desses argumentos, a transferência definitiva da capital para Praia só aconteceu na data acima referida, em 1858.

A fisionomia de palhotas manteve-se durante muito tempo, apesar dasdiversas tentativas do poder local em exigir às comunidades que habitavam na cidade o cumprimento das deliberações do município e mudarem o aspecto físico das habitações. O objetivo era uniformizar a construção de casas, o que implicou na elaboração, em 1870, de algumas orientações urbanísticas. Assim, vejamos nas palavras de Amaral:

> As casas de primeiro andar deveriam ter altura, pelo menos, 29 palmos (cerca de 6,5 m), e as casas abarracadas, 17 palmos (3,8m). Por volta de 1875, a pequena cidade já estava mais organizada, com ruas e praças calcetadas, árvores plantadas; as espeluncas quase tinham desaparecido e pelas ruas deixaram de circular os animais, proibidos no interior da cidade e em arredores mais próximos (1964, p. 332).

As preocupações das entidades públicas cabo-verdianas em relegar as práticas culturais africanas ficam muito explícitas no parágrafo acima citado, nas palavras de Amaral,pois a sociedade cabo-verdiana, de origem colonial escravocrata, dirigida pelas elites

---

[10]Tradução nossa:"Por ordem do rei Dom Pedro V, o Visconde Sá da Bandeira decidiu, em 29 de abril de 1858, a elevação da 'vila' da Praia para a categoria de cidade tornando-se de jure, a capital de Cabo Verde".

cabo-verdiana europeizada, desde os primórdios da configuração da cidade da Praia, manifestou preocupação e o interesse em construir a cidade da Praia segundo os modelos eurocêntricos. Para isso, reforçavam os padrões europeus de construção de habitação e de ocupação do espaço, conforme veremos mais à frente, proibindo a manutenção e construção de habitação de modelo africano.

Entendemos que essas práticas revelam apenas alguns exemplos típicos do racismo institucional em Cabo Verde, fenômeno historicamente vivo e vivido pelo povo e sua cultura tanto no continente como na diáspora. O esforço de aniquilar, apagar e manter na invisibilidade a cultura africana sempre foi estratégia do colonialismo. Em Cabo Verde, historicamente, muito cedo, um pequeno coletivo de negros, que eram considerados mestiços ou mulatos, considerados "brancos da terra", assumiu o comando da administração das ilhas do arquipélago, sendo relevante esse fato no que tange ao processo de independência política do nosso país.[11]Porém, é inegável que ele contribuiu para reforçar as práticas do colonialismo que até então não conseguimos superar e descolonizar, nos vários domínios sociais (MOORE, 2006; 2007).

Desse modo, verifica-se um esforço enorme por parte dos dirigentes cabo-verdianos em banir, "folclorizar" e relegar para o campo de estereótipos as práticas culturais africanas trazidas pelos nossos ancestrais africanos,pois, pelo exposto acima, não restam dúvidas de que o objetivo era construir uma cidade que dignificava os projetos dos colonizadores europeus e relegar para o plano dos estereótipos, desqualificação, e inferiorizar as práticas culturas africanas de construção, até então existente, no interior das ilhas do arquipélago.

Nesse sentido, importa adentrar que os espaços públicos são definidores das identidades das cidades e de seus habitantes. São espaços de produção das sociabilidades urbanas e promovem as expressões das culturas e dos grupos sociais. A democratização da vida urbana das cidades é consequência dos interesses de grupos representados nos espaços edificados, nas suas concepções, usos e formas de gestão. O tema dos espaços público tem íntima relação com os ideais sociais de qualidade de vida, liberdade e equidade social.

Segundo o pesquisador afro-brasileiro Henrique Cunha Junior, a cidade é traduzida em boa parte pelas conformações urbanísticas e pelos usos dados aos espaços públicos. Os desenhos urbanos das cidades sustentáveis, pensando o conceito como cidades onde a maioria da população vive em conforto material, consensos coletivos, conforto cultural e espiritual, a

---

[11]. Exemplificamos a experiência do nosso herói Amilcar Cabral. Era um defensor devoto da importância e valor da cultura africana no processo de luta e libertação nacional, Guiné-Bissau – Cabo Verde. Não obstante, ele reconhece a língua portuguesa como principal legado do colonizador português ao povo cabo-verdiano.

cidade percebida como bonita, com ambiência saudável, no visual, nos sons e ambiências, na sociabilidade e gostosa de conviver. Nesse sentido, a inclusão da diversidade humana e dos grupos sociais, no caso a população negra cabo-verdiana, é fundamental para esses conceitos terem ligação com a realidade histórico e social cabo-verdiana (CUNHA JÚNIOR, 2017).

3.2 Origem histórica da informalidade urbana na cidade da praia

O diagnóstico conceitual da informalidade na cidade da Praia remete ao processo histórico em Cabo Verde, que implica falar da relação entre o colonizador e o povo negro escravizado. Colonizadas por Portugal desde 1460, as ilhas de Cabo Verde foram povoadas pelos nossos ancestrais africanos do continente, oriundos de diversas etnias da costa ocidental africana e uma minoria branca que representa os colonizadores que configuraram a sociedade cabo-verdiana.

Segundo o antropólogo José Carlos dos Anjos (2002, p. 43), “a violência física e simbólica que destruiu grande parte da memoria étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como ‘fusão cultural de europeus e africanos’”. Os intelectuais cabo-verdianos exaltam com orgulho a ideologia da mestiçagem (o que os remete à questão do colorismo) em Cabo Verde para afirmar a sua superioridade e distanciamentos em relação ao povo negro. Desse modo, a formalidade está relacionada com o colonizador e a informalidade com o colonizado.

A formalidade sempre pertenceu a um pequeno coletivo,os colonizadores e a elite cabo-verdiana. A informalidade ficou confinada ao povo negro escravizado que representa a maior percentagem do segmento de população pobre do país. Portanto, na fase inicial da formação da sociedade cabo-verdiana, já existia uma designação dos lugares sociaisdiferenciados para o coletivo branco colonizador e o povo negro, na condição de dominados e explorado, desprovidos da própria condição de dignidade humana .

A cidade da Praia, pela sua posição geográfica,tem sido erguida no contexto do embate colonial, como um espaço criado para a defesa contra a invasão de piratase possíveis incursões das populações escravizadas. Nessa perspectiva, Silva (2009) assegura que a constituição da sociedade cabo-verdiana e a ocupação urbana da cidade da Praia estão

relacionadas com o desenvolvimento do porto transatlântico, tendo em consideração o seu valor estratégico. Segundo Silva,

> a cidade de origem portuária cresce a partir da concentração de homens de origens externas à prosperidade comercial, e o crescimento da estrutura administrativa do Estado e alargamento da rede urbana fazem-nos acreditar numa tendência demográfica expansiva por todo o século XVII (2009, p.40).

Segundo o historiador Correia e Silva (2009), a cidade cresce não só pela sua estrutura, mas também pela imigração dos homens vindo da periferia rural ou de espaço exterior. Ribeira Grande era uma cidade marcada pela diferença social baseada em diversidade de origens geográficas e étnicas dos seus habitantes (judeus, portugueses, castelhanos, africanos do continente), importando modos de vida (funcionários, mercadorias, prostitutas, mendigos etc.) Nesse sentido, no dizer de Correia e Silva:

> A percepção da sociedade cabo-verdiana enquanto totalidade historicamente concreta implica que se distinguem dois mundos e se enfoquem os modos possíveis de articulação entre eles: por exemplo, o século XVI representa a expansão do setor (litorâneo) portuário-urbano-mercantil, arregimentado e subordinado ao setor agroescravacrata do interior. O século XVII representa o inverso da formações litorânea (Vila da Praia, Ribeira Grande, São Filipe) recaem em favor do setor agrário do interior, no seio da qual a componente autossubsistência se impunham face à exportadora (2009, p. 52).

A construção urbana da cidade da Praia, historicamente, sempre apresentou problemas de habitação e saneamento. Como nos mostra Silva (2009), "em 1858, esse foi o ano em que Praia é elevada à categoria de cidade e foi aprovada uma postura para melhoramento das condições higiénicas e de saneamento" (SILVA, 2009, p.152). Assim, nas suas palavras, "pelo edital de 22 de abril de 1860, a Câmara manda substituir por cobertura de telha as casas cobertas de palha localizadas na Cidade" (Ibdem, p. 153). O crescimento desordenado da cidade da Praia e o abandono de algumas casas em construção e em estado avançado de degradação também foram preocupações da Câmara. A cidade, situada num terreno de pequena vila, na altura de um planalto, viu modificada a sua face com a chegada de barcos de todos os lados e nacionalidades.

O historiador cabo-verdiano Pereira (2012, p. 136) ressalva, nos seus termos, que, "em 1852, deixaram de ser permitidas casas cobertas de palha na Villa da Praia". As autoridades públicas sempre demonstraram preocupação com os problemas da habitação e o seu impacto na estética urbana e no nível de qualidade de vida da população. Nesse sentido, por um lado, a informalidade habitacional na cidade da Praia é concebida como um problema de saúde

pública, tendo sido,portanto, implementadas as políticas higienistas. Isto é,deixaram de permitir casas cobertas de palhas para diminuir o impacto delas na higiene da cidade. Por outro lado, a referida lei implementada pela câmara reforçava a preocupação das entidades públicas com relação confinada a estética urbana.

António Carreira (1984) assegura que, de forma cíclica, fomes e mortandades marcaram a trajetória da sociedade cabo-verdiana, continuando até finais da década de 1940 e meados dos anos 1950. As causas próximas para esse fenômeno, segundo o historiador, foram sempre as secas cíclicas que assolavam as ilhas e que decorriam de sua localização na região saheliana. O impacto da ausência das chuvas na produção de alimento e na erosão dos mecanismos de segurança alimentar, na ausência de administração colonial efetiva, explicaria o abandono das populações rurais e o arrastamento urbano, resultandonas fomes e nas mortes deles decorrentes.

Nos anos 1859, verifica-se um processo intenso de migração rural para o centro urbano. Conforme Pereira (2012, p. 136): "a fome bate novamente a porta da ilha de Santiago, com ou sem cortejo de males e consequências conforme representação dos habitantes da cidade da Praia que sofre invasão de famintos". O êxodo rural é um fenômeno que, desde sempre, na história da cidade da Praia, tendo sido um fator determinante na migração da população rural para o centro urbano. Segundo o pesquisador Joé Maria Semedo:

> Território exíguo, carente de solo, de água e de florestas, sem recursos minerais, sem dinheiro, sem infraestruturas com uma população mal alimentadas em crescimento acelerado, Independência foi sem dúvida uma das maiores aventuras da Nação Cabo-verdiana. O crescimento demográfico manteve-se um ritmo acelerado, com o advento da Independência os centros urbanos acolheram os excedentes populacionais dum espaço rural sem solos e sem água, fenômeno que veio acentuar as assimetrias regionais e provocarem graves problemas sociais a Cidade da Praia. Esse êxodo rural teve maior impacto nas ilhas com melhores perspectivas de desenvolvimento como é o caso de Santiago, São Vicente e Sal. Nos percursos históricos das ilhas, vários administradores tentaram criar alternativas agrícolas para libertar os camponeses da seca, mas todas fracassaram (SEMEDO, 1998).

As populações rurais e periféricas, marcadas pelo racismo, exclusão social eabandono das autoridades coloniaia, procuram a cidade como lugar de sobrevivência. Os escravos fugiam e se refugiavam nos espaços mais distantes do centro para construírem as suas habitações. No período colonial, as casas eram construídas de palhas de cana-de-açúcar, uma prática africana, que ainda existe, sobretudono interior da ilha de Santiago, com particular reincidência nas comunidades dos*Rabelados* que ainda preserva uma forte tradição ancestral africana.

Reportando-se ao nível de saneamento do Platêau, Enrique Lubrano (apud PEREIRA, 2012) fez o seguinte depoimento: "as habitações de pior construção e por isso as mais imundas são sem dúvida alguma as da Ponta Belém e as da Madragoa: convém arrasá-las porque só assim o remédio será eficaz". Esse extrato demonstra que a formalidade sempre esteve ligada ao Plateau e de forma aleatória foram surgindo vários bairros através da ocupação informal. A formalidade e a informalidade são construções que resultam de confrontos entre grupos sociais, com interesses, projetos e cosmovisões que não necessariamente convergentes, para não dizer opostos. Exemplo disso é o bairro de Achada Santo António, o primeiro bairro informal da cidade da Praia no período colonial. O historiador Évora ressalva que:

> A cidade da Praia, pelas condições de infraestrutura fundamental para o desenvolvimento do Santiago e do país e o cais do porto da Praia cujo projeto e respectivo orçamento já tinham sido apresentados. O processo de carga e descarga de navio contribui, assim, para o desenvolvimento do país e da cidade e desta forma para a melhoria das condições de vida de muitos familiares (2009, p. 42).

Não obstante as iniciativas governamentais no período pós-colonial, no sentido de promover a fixação do povo negro nas suas respetivas localidades residenciais, denota-se que os ideais dos poderes públicos, isto é, as estratégias políticas para os negros que historicamente viveram em condições de pobreza, não conseguiram travar o fenômeno do êxodo rural, a migração do campo para a cidade. À semelhança do que vinha acontecendo com o povo negro no continente na diáspora, após a escravidão não houve política de integração e reparação para o povo negro escravizado. O racismo institucional, que também é uma realidade em Cabo Verde, é o fundamento para o fato do povo negro e pobre vivendo nas áreas consideradas periféricas, segundo a lógica do pensamento ocidental (MOORE. 2006; CUNHA JÚNIOR, 2016; SODRÉ, 1988).

A rápida evolução de crescimento urbano da cidade da Praia associa-se, por um lado, ao crescimento econômico da cidade, decorrente da liberalização da economia, que aumentou as oportunidades do emprego para um grande número de pessoas, principalmente as mais pobres. É preciso considerar que o processo de liberalização da economia, no contexto cabo-verdiano, surge com o advento da Segunda República, em que se faz a transição de uma economia de Estado, vigente na 1ª República de 1975, para uma economia de mercado, instituído com a 2ª República em 1991. Essas transformações econômicas e sociais vêm no

bojo do fenômeno da globalização e Cabo Verde, pela sua localização geoestratégica e sendo um país de migrações, foi rapidamente atingido pelo contágio da globalização econômica.

Desse modo, a estrutura das desigualdades que sempre marcaram a sociedade cabo-verdiana mantém-se, ainda que mitigada pelas remessas dos emigrantes espalhados pelas diásporas – Estados Unidos, Portugal, Holanda, Luxemburgo, Senegal, Angola, argentina, Brasil, entre outros – e pela possibilidade de mobilidade social permitida pelo acesso a empregos públicos melhor remunerados, graças ao alargamento das oportunidades de acesso à escolarização (BARROS, 2015). Importa destacar que, segundo os dados do GINI, como se refere o relatório do Banco Mundial, entre 2002 a 2010, houve uma redução da pobreza de 0,57 para 0,47 (CABO VERDE, 2014).

Por outro lado, o fracasso das políticas públicas e governamentais, tanto do último quartel do período colonial quanto do período pós-colonial, assim como a ausência de políticas públicas com vista à fixação das populações do interior de Santiago e das ilhas periféricas, nos seus locais de residências, acelerou o fenômeno de êxodo rural e da migração em massa da população dessas regiões para a cidade capital, que, devido às suas dinâmicas econômicas próprias, permitia melhores condições de empregabilidade às populações migrantes. Nos termos do historiador Furtado (2015):

> Embora a vivência das secas tenha permanecido, seja no imaginário social cabo-verdiana, seja no cotidiano das famílias rurais, enquanto ameaça potencial anualmente renovado por ocasião das as-águas, suas consequências dramáticas em termos de perdas de vida deixaram de existir a partir dos finais dos anos 1950, decorrentes, essencialmente, da pressão política internacional sustentada pelos movimentos independentistas que conduziram à emergência daquilo que Silva (2001) denominou de Estado tardo-colonial. Com efeito, políticas assistenciais foram implementadas, através de programas de construção de infraestruturas rodoviárias e de conservação de solo e águas, no quadro das denominadas popularmente por "Estradas", a que se acrescem a outros programas alimentar às famílias carentes ou em situações de pobreza extrema. Estas políticas assistenciais não apenas se mantêm no dealbar da independência de Cabo Verde como também se alargam e perduram no tempo, embora mudando de designação, ensaiando uma transformação estrutural nem sempre – ou raras vezes – conseguidas. Os programas de emprego público, privilegiando a utilização intensiva de mão de obra, passaram a se designar, no pós-independência, de Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO)" (FURTADO. 2015, p. 250).

Nesse sentido, a informalidade habitacional na cidade da Praia é uma práxis que vem desde os primórdios da formação da sociedade cabo-verdiana, mais especificamente a formação da cidade da Praia. No próximo ponto, vamos nos ater ao conceito de informalidade

e trazer alguns elementos para a reflexão no contexto da experiência de Cabo Verde e cidade da Praia, especificamente.

3.3 Uma releitura do conceito de periferia

O conceito de periferia refere-se ao espaço vivido de determinado segmento social com condições econômica e poder de compra diferenciada. Em outros termos, a periferia é um produto da lógica de parcelamento desigual, o que torna imprescindível e inevitável adiscussão acerca de sua forma atual, e uma leitura a partir do lugar do sujeito da pesquisa, na medida em que as configurações espaciais e locais são intensamente mutáveis e heterogêneas. As distâncias e os deslocamentos não são os mesmos para os diferentes atores sociais que vivem nas comunidades da periferia do centro urbano. Nesse sentido, é preciso refletir além da dicotomia centro-periferia, como também as condições econômicas dos atores sociais que vivem na periferia.

A periferia aparece, frequentemente, vinculada à questão da distância do centro e associada ao segmento populacional pobre, de onde surgem as reflexões quanto ao espaço de exclusão socioterritorial. Essa análise se faz presente na representação dos habitantes da periferia a partir da leitura do lugar, enquanto produção de estratégias de vida particulares do espaço de formação de modos de vida singulares, em um reconhecimento de que a fragmentação espacial é de viés social. Nessa linha, Durham assegura que:

> A população pobre está em toda a parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cómodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Mas há um lugar onde se concentra um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A periferia é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos (1986, p.86).

Se seguirmos a linha de pensamento de Durham, destacando a característica essencial para conceber a periferia, importa frisar que as zonas da periferia da cidade da Praia são marcadas pela distância em relação ao centro urbano e o acesso aos meios de transporte. É uma periferia que quer se distanciar do resto da cidade, que quer se diferenciar do resto – pobres e não pobres. É o modelo norte-americano de cidades, em que a elite se autossegrega.

O que podemos verificar atualmente é que na cidade começam a surgir algumas zonas de classe média, em Palmarejo, Cidadela, Monte Babosa – os primeiros condomínios fechados e villages, na sua fase embrionária se compararmos com os países desenvolvidos – ,que, do ponto de vista espacial, também se localizam na periferia. São espaços privilegiados que pouco a pouco adquirem infraestrutura diferente das comunidades de baixa renda da periferia, ocupada principalmente pelos segmentos sociais de baixa renda. Não é simplesmente periferia geográfica.

A urbanista Rolnik (1982) abordam a periferia a partir da aquisição da moradia popular, vinculada à reprodução da força de trabalho da população de baixa renda. Segundo a autora, o conceito de periferia reflete os processos que ocorrem a partir do acesso diferencial a propriedade privada. Destacam a indiscriminada utilização do termo, em uma perspectiva geográfica, a partir da distância do centro, e em uma perspectiva sociológica, na configuração de espaços de reprodução da força de trabalho. Assim, procuram formular uma definição mais precisa, conceituando a periferia como "parcelas do território da cidade que tem baixa renda diferencial" (ROLNICK, 1982, p.147). A renda diferencial, nesse sentido, corresponde às diferenças de localização, condições físicas e aos investimentos aplicados sobre o terreno.

Segundo esses pensadores, o critério de definição que vincula os atores sociais de acordo com a possibilidade de aquisição de moradia mostra que a distância da periferia em relação ao centro urbano não é critério essencial para conceber a periferia, na medida em que próximo aos centros existem zonas de baixa renda diferencial e, em áreas distantes, zonas de alta renda diferencial.

Desse modo, a cidade configura-se a partir da proliferação de novas centralidadese da constituição de enclaves de pessoas de baixa renda e a pequena elite, historicamente privilegiada. Nas palavras do sociológico Paviani (1996, p. 183): "Processos recentes têm apresentado periferias nobres, isto é, condomínios fechados, villages, ou cidades jardins, ocupados pela classe média ou mesmo pela classe mais abastada [...]". Caminhamos para o entendimento do termo periferia a partir de seu viés social, de que a estratificação social é produtora da fragmentação do espaço e que, embora o senso comum ainda assuma o termo periferia, enquanto local de vivência da população pobre, o mesmo pode corresponder a feições elitistas, como os condomínios fechados (HOLSTON, 2006).

A periferia aqui abordada não se limita essencialmente a distância física, mas também à social, em uma hierarquia de espaços e sujeitos. São processos alicerçados em aspectos ideológicos na construção da distância social, o que, segundo Bourdieu:

> Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (há várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder nesse universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas [...] (2007, p.133-134).

O recorte espacial pode ser também um recorte de classe que, através das representações do espaço, intensifica as distinções sociais. A produção de alteridades e as representações sociais tornam-se uma estratégia do capital. Os estilos de vida são uma tática em que um grupo socialmente localizável se marca e demarca, agregando, intencionalmente, valores positivos ou negativos aos espaços. Perguntamos se o conceito de periferia se aplicaria ao contexto histórico, social e cultural africano da cidade da Praia em Cabo Verde. Como situar o debate centro periferia a partir de uma análise afrocentrada?

Não obstante o reconhecimento da periferia como lugar de escassez e ausência de serviços públicos, James Holston, na sua abordagem sobre a periferia da cidade de São Paulo, usa o termo para se referir às terras nas margens da cidade, na década de 1940. Para ele, a partir da década de 1960, o termo se tornou familiar para designar os assentamentos de pessoas, além do perímetro de serviços urbanizados, e de infraestruturas da cidade. Conforme o autor,

> só quando aquelas regiões distantes estavam se enchendo com milhões de moradores pobres foi que este termo substituiu os antigos termos "subúrbios" e zona rural; depois disso, surgiram discursos políticos, que se homogeneizaram em um conceito político único para a periferia, sem referir-se mais ao espaço externo excluído do capitalismo em que existem as subclasses, mas referindo-se a relações de produção social do espaço e relações de poder (HOLSTON. 2013, p. 198-199).

Na mesma linha, o pesquisador francês Preteceille (2003) concebeu o termo periferia distinguindo a abordagem clássica como lugar de escassez e ausência de serviços públicos. Segundo ele, a qualidade dos espaços residenciais não é resultado normal e imutável da distancia em relação ao centro ou da evolução histórica da cidade, mas é também efeito das políticas públicas, que podem transformar essas qualidades através da criação de infraestruturas de equipamentos e serviços. Isso sugere que, ao estudar um bairro popular, o papel dos agentes do poder é fundamental por envolver as determinações das desigualdades materiais e simbólicas. Castells (1972) assegura que as formas como as sociedades estão divididas são associadas aos processos pelos quais seus espaços foram criados e

transformados, imprimindo características aos bairros e cidades, o que expressa as disputas e conflitos entre os diferentes grupos sociais.

Para Kovarick (1994), a periferia urbana já não se apresentava de maneira tão homogênea quanto no seu processo de formação, como no bairro São Paulo,pois a periferia não fica somente à margem da cidade, mas a periferia urbana consiste em uma condição de pobreza, indiferente da localização do espaço geográfico. A condição social da pobreza está tanto na periferia quanto no centro (GUIMARÃES, 2017). Embora Kowarick não negue a importância analítica da relação centro-periferia, argumenta que essa dualidade pode ser mais complexa. Tanto no centro quanto na periferia, existem territórios empobrecidos, e as periferias urbanas são a expressão social da pobreza, percebendo-se a existência tanto de centro quanto tradicional, como no caso da cidade da Praia, em Ponta Belém, assim como na periferia distante.A partir desta análise propomos abordar na próxima seção as caegorias fundamentais, cidade e campo a partida concepcção do lugar.

3.3.1 Urbano versusrural: cidade e campo no contexto cabo-verdiano

Nesta seção, propomos uma análise das categorias cidade e campo no contexto de Cabo Verde, traduzem a dicotomia urbano-rural. Nesta discussão, vamos delinear as especificidades dessas categorias, tendo em devida conta os fatores históricos, culturais e sociais peculiares do lugar, como forma de captar a sua singularidade em relação às outras paragens como a Europa e Estados Unidos, sendo esses considerados referências epistemológicas, culturais, sociais e econômicas.

Ademais, analisaremos a relação entre o urbano e o rural, aquilo que no senso comum em Cabo verde é designado de cidade e “di fora”, assim como as suas características específicas, no contexto africanoda cidade da Praia. Para este debate, vamos recorrer às categorias analíticas da Escola de Manchester. Não obstante, reconhecemos a posição eurocêntrica [12] da referida escola, pelo que distanciamos de alguns argumentos dos pesquisadores, dentro da análise que propomos fazer nesta seção.

[12]O pensador etíope Teshale Tibebo, em seu livro*Hegel and the Third World: The Making of Eurocenntrism in Worl History*, assegura nas suas palavras que: “Eurocentrismo é a racionalidade da modernidade ocidental. É a autoconsciência da acumulação do capital em sua terra de origem, Europa ocidental. Eurocentrismo é um universalismo espúrio. Seu pecado capital é ler a hegemonia do ocidente sobre o resto como o triunfo do universalismo sobre o particularismo. Interpreta a vitória global do ocidente como a vitória da humanidade.

Para abordar a cidade, é inevitável fazer referência à Escola de Chicago, formada por um grupo de pesquisadores da sociologia urbana vinculados ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, criada nos Estados Unidos, nos anos 1920. O Departamento da Escola de Chicago foi criado por Albion Small, com a finalidade de formar alunos segundo o modelo alemão, produzindo doutores e criando grupos de professores que saíssem pelos Estados Unidos ensinando ciência (BECKER, 1995, p.177-178). Willhem Thomas, Small e outros professores iniciaram na Escola de Chicago um conjunto de pesquisa focado nas comunidades imigrantes e pobres (Ibidem, p. 179). Os primeiros estudos produziram conhecimentos que serviram como diretrizes para estudos de diversos fenômenos sociais até aos dias de hoje.

Essa escola, na primeira metade do século XX, estava investigando o modo de vida urbana, a pobreza, a migração, os conflitos sociais, a criminalidade, entre outros. Esses fenômenos marcaram a sociedades nos Estados Unidos na altura: a pobreza, a imigração e a eugenia (BECKER, 1995; HANNERZ, 2015).

Desses trabalhos, uma forte tradição e estudos se desenvolveram em torno do fenômeno de "individualismo urbano", uma perspectiva equivocada do mundo rural, compreendida como referência e réplica da cidade, firmando como efeitos dos problemas urbanos, fazendo a demarcação entre o mundo urbano e o mundo rural. Entretanto, os pesquisadores da Escola de Chicago deixaram legados nas Ciências Sociais, numa lógica binária (euro-americano), tão cara aos nossos estudos. Estabelecer a diferença entre o urbano e rural exige esboçar fronteiras rígidas entre esses dois contextos.

Em meados do século XX, Oscar Lewis apresentou uma crítica da relação contínua entre o 'rural" e o "urbano". Lewis começa os seus estudos Tepoztlán (comunidade rural nas proximidades da cidade do México, a qual Redfield também havia estudado mais de uma década antes) e critica a versão de Redfield, segundo a qual a continuidade era homogênea, isolada e sem conflitos. Posteriormente, Lewis (1970) narrou sobre a história de vida de uma família rural que migrou para uma cidade do México. Através dos relatos de vida de Sánches e dos seus filhos, Lewis traçou o percurso que esses fizeram na busca pela participação na vida da cidade, sobretudo através do trabalho e moradia. Ao mesmo tempo, registrou os

---

Equaliza o ocidente com o 'homem' como tal. De fato é uma forma de racismo. O problema do Eurocentrismo não é ser centro europeu ou que este é o produto de uma época histórica, a ascensão e desenvolvimento do capitalismo global. Mais do que isso, o problema do eurocentrimo é a negação do seu espaço temporalidade geocultural. Ele identifica a si mesmo não como Europa ou ocidente, mas como o 'mundo'. Ele cria o seu próprio mundo, e sustenta que este não é eurocentrado, mas universal. Rejeita todas as alegações de universalismo – incluindo o de islã, por exemplo. Eurocentrismo reconhece somente um universalismo, o seu próprio. Eurocentrismo, portanto é uma forma de narcisismo intelectual. A fundação do eurocentrismo é um paradigma da diferença essencial entre o ocidente e o resto" (TIBEBU. 2011, p. XX).

conflitos geracionais entre pais e filhos, agregados e outros sujeitos. O leitor, ao passar por esse trabalho, depara-se com diferentes sentidos atribuídos a essas situações comum, as experiências na cidade, conflitos e contradições presentes entre eles, com a relação de ajuda e reciprocidade, a sociabilidade e o compartilhamento gestado em família.

Desse modo, Lewis enfatizou a dimensão individualista da falta de cooperação, de tensão e conflito como características que são tanto internas quanto externas à cidade.Isso para denunciar a idealização do "rural" e assegurar que esse modelo explicativofundamentado nas teorias funcionalistas era inadequado para a compreensão da mudança cultural,pois o autor faz notar que a urbanização não constitui um processo único integral e universal, e sim um fenômeno que poderia assumir formas e significados diferentes, dentro do contexto social, histórico, cultural e econômico específico. Nesse sentido, a cultural é um fenômeno humano, resultante das relações sociais que se estabelecem cotidianamente num determinado lugar. Nas palavras do professor Wade Nobles:

> Embora provavelmente não exista uma definição padrão de cultura comumente aceite, o mais importante critério ou caraterística é que cultura é um conjunto de crenças e ideias compartilhadas que são simbólicas, sistemáticas e cumulativas, transmitidas de geração para geração. É construção de um povo. A cultura de um povo é a vasta estrutura de linguagem, costumes e conhecimento, ideias e valores, que providencia a este um projeto para a vida e modelo para interpretar a realidade. Como parte da visão de mundo de um povo, valores culturais ajudam a definir, selecionar, criar ou recriar (reformular) o que é considerado bom, valoroso, ou desejável no ambiente social (1985, p.103).

Dentro dessa linha de pensamento, seguimos a reflexão com o pesquisador Henri Lefebvre, que analisa a produção social do espaço, em suas contradições. No contexto africano, mais especificamente na cidade da Praia em Cabo Verde, como pensar a vida e as relações na cidade e no campo em diferentes dimensões e escalas, representações enquanto processos sociais que se atravessam? Como pensar o fluxo que constituem 'realidades' aparentemente diferentes e dicotómicos?

Procuramos essas respostas, recorrendo à Escola de Manchester, formada por antropólogos britânicos, que também integravam o Rhodes-Livingstone Institut, com a emergência de uma nova epistemologia para a compreensão do contexto social, do meio rural. Apresentaram uma nova perspectiva para a compreensão da sociedade moderna e complexa, em contraponto às ditas sociedades "tradicional" e "simples" estudadas pelos clássicos da antropologia social (FILDMAN-BIANCO. 2010). O contributo dos intelectuais da Escola de

Manchester visa compreender as dinâmicas sociais a partir de redes de relações que os diferentes sujeitos constroem, a partir de suas práticas em relação ao outro.

Os pesquisadores da Escola de Manchester [13] colocaram ênfase no estudo dos fenômenos sociais específicos e locais, através de estudos de redes sociais, numa relação que conecte as ações dos indivíduos de modo situacional, histórico e específico também aos processos estruturais mais amplos. Os sentidos e os significados produzidos, no âmbito dessas redes sociais, encontram-se, por exemplo, nos trabalhos de Barnes[14] (1954), em comunidades de pescadores, em Noruega. Esses intelectuais deixaram o legado para o estudo da cidade, ênfase nas dimensões cultural, subjetiva e simbólica dos fenômenos sociais que ocorrem dentro do contexto urbano.

A Escola de Manchester destacou-se por suas originais contribuições nos estudos de redes sociais, suas inovadoras metodologias e pelas famosas etnografias de estudos, em contexto africano, de urbanização entre os anos 1950 e 1960. Vamos nos ater às contribuições de Ulf Hannerz[15] porque ele faz uma análise completa e crítica sobre a antropologia urbana e de toda a literatura e este recurso aqui sendo descritos. Elerealizou trabalho de campo na África, o mais recente em meados da década de 1970, na Nigéria, na região de Kafanchan, que cresceu no importante entroncamento ferroviário durante os últimos 50 anos.

Atualmente, a cidade apresenta uma grande diversidade ocupacional étnica. Trata-se de um bairro que, pela sua configuração, representa a história da Nigéria como um todo, o que torna muito relevante a dimensão diacrônica da sua estrutura social. O estudo em Kafanchan,segundo Hannerz, o fez perceber que, para compreender uma comunidade urbana como um todo, deve-se vê-la em seu contexto mais amplo, considerar todas as possíveis tramas sociais que aconteceram e acontecem dentro do *locus* sem deixar nenhuma ligação de fora.

---

[13] As contribuições dessa escola influenciaram a sociologia e antropologia urbana, em diferentes universidades no mundo. Exemplo disso é a ausência de investigação que faz uma delimitação opositiva entre o campo e a cidade. É importante destacar que a antropologia urbana também se ocupa dos estudos em que a cidade é o *locus* e não o *focus*, ou seja, ela estuda factos e fenômenos sociais que acontecem na cidade, mas não são exclusivamente urbanas, como, por exemplo, a etnicidade e pobreza, criminalidade, ocupações informações etc. (HANNERZ, 2015) Desse modo, os fenômenos como a vida familiar urbana, as atividades de *gangues* de jovens, ou das culturas ocupacionais necessariamente não precisam estar vinculados às características intrinsecamente urbanas.

[14] Nessa pesquisa, Barnes enfatiza a importante das "redes sociais", para descrever diferentes situações e circunstâncias sociais, mormente a noção das desigualdades das classes eram utilizadas e de que forma os indivíduos utilizavam os laços pessoais de parentesco de amizade em "Braemmes" para ampliar os laços e ampliar as redes para fora da comunidade. Outro aspecto importante é a forma como Barnes construiu o seu método para estudar as redes, estão em Ulf Hannerz 2015.

[15] Chefe do departamento de Antropologia Social n Universidade de Estocolmo, autor de *Explorando Cidade: em busca de uma nova antropologia urbana* (2015) e *Soulside: Inquiries into Ghetto Culture and Community* (1969).

Como se deixou antever,embora o antropólogo chigacoense Redfield fosse pessoal e intelectualmente vinculado à Escola de Chicago, o pensamento dele é marcado pelas aldeias comunitárias *primitivas*.[16] A primeira experiência de campo dele foi numa aldeia não tão pequena de Tepoztlan, a quase cem quilômetros da cidade do México. Redfield também realizou projeto de pesquisa em quatro comunidades da Península de Yucatan, uma aldeia de *tribos* maia, uma aldeia de camponeses, uma cidade comercial e uma cidade de características cosmopolitas.

As suas pesquisas estão centradas no contraste entre a *folk society*[17]e a influência da cidade na mudança das *sociedades primitivas*, até a década de 1950. Nas suas palavras:

> A *sociedade primitiva* ideal pode ser definida juntando, nas imaginações, as características que são logicamente opostas àquelas que são encontradas na cidade moderna, só se primeiramente tivéssemos algum conhecimento de pessoas não urbanas que nos permitisse determinar aquilo que realmente, são os traços característicos da vida na sociedade moderna (HANNERZ, *apud* REDFIELD, 1947, p. 294).

Portanto, segundo Redfield, a *folk sociedty* é marcada pelo isolamento e pouco contato com o mundo externo. A sua cultura é única, normas, valores e crenças são aceitos e partilhados pelos membros da comunidade. Trata-se de uma sociedade sagrada, em que não existe espaço para o motivo totalmente secular de ganho comercial,pois a distribuição de bens e serviços é aspecto da estrutura de relacionamento comercial em que o intercâmbio é sinal de boa vontade.Questionamos a aplicabilidade dessa tese no atual contexto da cidade da Praia em Cabo Verde.

Pensamos que, apesar do distanciamento e das limitações no acesso aos bens e serviços essenciais que as comunidades rurais enfrentam em Cabo Vede, isso não justifica a tal como se fossem isolamento assegurado pelo referido pesquisador. Pois, num contexto territorialmente pequeno como Cabo Verde, e com a evolução dos meios de tecnologias de

---

[16] É recorrente a caracterização dos africanos – continentais e na diáspora – como seres que vivem em *tribos*, uma posição eurocêntrica, que significa ausência de organização social sofisticada. "Primitivo" é um outro termo usado pelos pesquisadores, principalmente os euro-estadunidenses, que significa povos que vivem em estados civilizacional inferior ao dos europeus, que, para alguns, como Lucien Levy – Brhul (1857-1931), no seu livro *A Mentalidade Primitiva*, possuem mentalidade pré-lógica. Segundo Wade Nobles, quando uma orientação cultural, ou mais precisamente o sistema de crença de uma cultura como visto e definido pela cultura é traduzido ou transformado numa orientação cultural ou sistema de crenças de uma outra cultura, como visto e definido pelas pessoas de segunda cultura, ocorre o ato de transubstanciação (NOBLES, 1985). Nesse sentido, Molefe Asante salientaa ressalva de que, ao avaliar as ideias culturais africanas, a pessoa preste atenção ao tipo de linguagem que está sendo usado. No caso dos domicílios africanos, deve-se primeiro perguntar o nome que eles próprios atribuem ao lugar em que dorme. Essa é a única forma de evitar o uso de termos negativos como choupana para se referir aos lugares em que vivem os africanos (ASANTE. 2009a, p.99).

[17] Tradução: Sociedade Primitiva.

informação e comunicação, hoje existe um fluxo enorme entre o centro urbano e os meios rurais concebidas como *folk society*. Acreditamos que em determinadas circunstâncias as comunidades rurais podem se encontrar tão bem servidos no que tange ao acesso os meios de comunicação, e veículos que permitem o contato permanente e intenso com o meio urbano, com se verifica na cidade.

Ademais, do ponto de vista da sociabilidade, apesar das influências do eurocentrismo, a sociedade africana é culturalmente marcada pelos valores como o comunitarismo, irmandade e princípios éticos denominados de *Nguzo Saba*[18] (os sete princípios da ética africana) e Ubuntu,[19] entre alguns outros. Esses têm um papel fundamental na interação entre as pessoas, assim como a relação entre as comunidades. As pessoas vivem distantes uma das outras do ponto de vista territorial, porém existe um contato permanente entre as comunidades negras, no sentido de se estabelecer as trocas afetivas, culturais, religiosas, comerciais, entre outros tipos de relações.

Trata-se de valores que marcam a nossa africanidade, pois as pessoas vivem de modo mais solidário e, principalmente, vivendo a vida de um modo partilhado, o que expressa diversos modos de existir, resistir e re-existir do povo negro das ilhas de Cabo Verde, marcada pela escravidão, falta de recursos naturias, secas cíclicas, com todas as consequências, dentre elas a fome e "mortandade", questão que será abordada novamente mais à frente. Nesse sentido, pensamos que os valores acima referidos, o ubuntu e *Nguzu Saba*, em especial, expressam modo de existir especial, uma forma de configurar a vida humana coletivamente, trocando experiências, consolidando laços de solidariedade, "djunta-mó" (termo crioulo que significa apoios mútuos e solidariedade, representação da ética Ubunto em Cabo Verde) e aprendendo sempre uns com os outros.

Das limitações, carências que os nossos ancestrais negros enfrentarem no período colonial escravocrata e pós-independências até então, por conta da falta de recursos naturais nas ilhas do arquipélago, num estado capitalista que reproduz a lógica eurocêntrica, os sistemas culturais africanos acima mencionados, permitiu aos nossos ancestrais resistirem, e as pessoas das comunidades da periferia da cidade da Praia a continuarem a

---

[18] Os sete princípios da ética africana são: 1. Centralidade na comunidade; 2. Respeito pela tradição; 3. Alto nível de espiritualidade e preocupação ética; 4. Harmonia com a natureza; 5. A sociabilidade do Indivíduo; 6. Veneração dos ancestrais; 7 . Unidade do ser.

[19] Ubuntu poder ser traduzido como "o que é comum todas as pessoas". Máxima *zulu* e *xhosa*, *umuntu ngumuntu ngabantu* (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas). Significa que o ser humano só se realiza quando humaniza outros seres humanos. Uma pessoa precisa estar inserida numa comunidade trabalhando em prol de si mesmo e de outras pessoas (NOGUEIRA. **Revista da ABPN**, v. 3, n.6, nov. 2011/fev. 2012, p. 148).

resistir,reinventando estratégias de sobrevivência, de modo a tornar a vida mais bela, solidária e feliz, num contato permanente com outras comunidade incluindo o centro.

Segundo o autor, Redfield tinha uma apreciação estética da harmonia da *sociedade primitiva*. Nesse sentido, a representação do urbanismo apresentado por ele seria semelhante aquele descrito por Wirth. Esse último define a cidade como "um assentamento relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos" (HANNERZ, 2015, p. 70). Desse modo, o urbanismo de With é também caracterizado pelos seguintes fatores aos quais vamos nos ater em seguida: a permanência, o tamanho, a densidade e a heterogeneidade.

O *tamanho* do agregado populacional, segundo Wirth, tem um impacto importante na natureza dos relacionamentos sociais, pela redução de contato que esse fator impõe,pois os moradores das cidades com uma visão racional consideram indivíduos como meio para a realização de suas metas. Isso reduz a participação do indivíduo substituída pelo estado de "anomia" ou vazio social. O relacionamento social adquire uma dimensão utilitária e segmentar, expresso através das ocupações especializadas. Essa análise eurocêntrica serviria também para o contexto africana e o caso de Cabo Verde especificamente.

Ao adentrar na experiência de Cabo Verde, do ponto de vista territorial se comparado com outros países africanos do continente, como Borkina Faso, Egipto, Nigéria, Guiné-Bissau, entre outros, poderia até concorda com With, no sentido de que a distância realmente tem um impacto na interação entre as comunidades do centro urbano e meio rural. Isso se levarmos em consideração o modelo de urbanismo dos colonizadores, marcados pela escravização e segregação. A dimensão territorial de Cabo Verde, por ser um arquipélago, é muito pequena, o que possibilita maior fluxo e relação entre as pessoasdo meio rural e cidade. A cidade da Praia, capital do país, é também o maior centro urbano, concentra os principais e mais importantes instituições e serviços. Dessa forma, pelas condições culturais e sociais que oferece, consequentemente influencia a relação entre a cidade e o meio rural, assim como as relações interilhas.

Portanto, no contexto social e cultural cabo-verdiano africano a concepção ocidental dualista - cidade e campo - reflete a contradição no processo de compreensão do fenómeno urbano como *processoe movimento*. Pois, em Cabo Verde, as pessoas vivem no centro urbano, porém as suas práticas de existência e sobrevivência são rurais. A maioria das pessoas trabalham no meios rural, os produtos agrícolassão produzidos no meio rural e transportados para cidade.

Um outro dado importante é que a maioria pessoas em Cabo Verdevivem da agricultura e da criação do gado. Nas épocas pluviais que acontecem nos meses de Setembro,

Outubro e Novembro, as pessoas que vivem na cidade viagem para o meio rural para prática de sementeira, isto é agricultura no sequeiro. Durante este período verifica-se um grande fluxo de pessoas do centro urbano para o meio rural. Assim, o meio urbano constituído pela maioria de pessoas de baixa renda exige uma reflexão a partir de um urbanismo ruralizado.A cidade é marcada por uma forte ruralidade, e não oposição entre o campo e a cidade.

No que tange à *densidade,* Wirth explica que os contatos físicos são próximos, contudo os contatos sociais são distantes, a *pessoa reage ao uniforme e não ao homem* (WIRTH *apud* HANNERZ. 2015). Por isso, ocorrem a segregação e a disputa pelo espaço específico, considerando o retorno econômico. Para Wirth, o processo de segregação produz o "mosaico urbano no mundo social", a secularização, o relativismo, a solidão. A heterogeneidade também é um fator que define a cidade. Para ele, os indivíduos estão expostos ao contato com uma diversidade de grupo. Esse fator implica, por sua vez,a convivência com a insegurança, instabilidade, sofisticação, cosmopolitismo e ausência de lealdade entre os grupos. Desse modo, o comportamento coletivo na cidade se torna imprevisível.

Corroboramos essa tese, porém reconhecemos que os países africanos partilham os mesmos sistemas culturais. Os valores que determinam a interação entre as pessoas ganham configuração distinta de acordo com as especificidades sociais de cada espaço. Contudo, conforme se deixou anteverna África a unidade culturaltranscende as diversidades e pluralidade cultural. Ademais, o povo africano no continente e na diáspora se encontra na pobreza, mas ninguém se encontra sozinho. Isso para explicar que o princípio de solidariedade, irmandade e coletividade que se expressa em *djunta-mó*[20] caracteriza o modo de existir e ressignificar a existência e a relação entre as pessoas na periferia da cidade da Praia, assim como nas diversas comunidades das ilhas *desafurtunadas*[21] do arquipélago de Cabo Verde.

[20] Prática cabo-verdiana que caracteriza a solidariedade entre as pessoas nas mais diversos momentos e circunstâncias desde o nascimento de um filho até a construção de habitação. Toda a comunidade se junta e colabora com apoios materiais e financeiros para ajudar família ou outra comunidade em situação de fragilidade e dificuldade.

[21] Termo usado como metáfora para traduzir a pobreza e seca causa pela falta de chuva em todas as ilhas de Cabo Verde.

4 URBANISMO AFRICANO E ESPAÇO URBANO: POR UM NOVO URBANISMO EM CABO VERDE

Neste capítulo fazemos uma breve análise sobre a história do urbanismo africano, de modo a fazer o enquadramento histórico do surgimento e afirmação da cidade da Praia, em Cabo Verde.Destacaremos os principais períodos históricosque perpasaram o urbanismo africano, os fatores e as circunstâncias que marcaram esses períodos. Nesta análise teremos em devida conta as importantes cidades africanas, suas características e sua relevância nos deferentes processos históricos.

O presente capítulo propõe ainda, uma abordgem teórica e conceptual da categoria de espaço público e sua influência na determinação dos projetos urbanos. A nossa reflexão prossegue com a análise sobre a cultura africana e o direito à cidade, considerando que as cidades espelham concepções de sociedades, valores, ideologias e identidades. São partes das histórias contadas pelas construções e seus usos, tendo na sua realização diversos elementos como valores simbólicos, afetivos e integradores dos diversos grupos sociais, como valores ideológicos e valores que determinam os seus usos.

O urbanismo africano guarda uma das memóriasmais antigas da história da humanidade e a mais diversa em tipologia. Somente 30% da população africana vive em cidades. O processo de colonização trouxe novos problemas urbanos no uso de terras, principalmente no que concerne ao seu uso e partilha dentro da comunidade (DIOP, 1964).

Falar de urbanismo africano, implica uma análise filosófica sobre alguns pricípios estruturantes do sistema cultural africano, imprescindíveis para compreender as práticas de uso de terras e as mudanças históricas nos processos históricos de urbanização. De entre essesprincípios destacamos a coletividade que nos remete a outros princípios fundamentais da filosofia africana comosociabilidade, ancestralidade, família e produção. A coletividade diz respeito ao princípio segundo o qual as terras são propriedades coletivas, isto é, elas são partilhadas e acessadas segundo as necessidades das famílias dentro das comunidades (ALTUNA, 1985). Porém, as grandes divisões e conflitos de terras urbanas no continente africano acontenceram com as invasões do ocidente. O primeiro conceito precisa ser

questionado dentro da relação entre o ser e a localidade, pois, é preciso ter presente que tempo e lugar estão interligados, dentro da lógica do pensamento africano.[22]

Ancestralidade africana constitui, conjuntamente com a sociedade, o princípio histórico, material e concreto, capaz de contribuir para a objectivação da identidade de um determinado grupo e das suas formas de acções sociais. As principias instâncias das práticas históricas são dotadas de alguma dimensão ancestral tais como: natureza, homem e sociedade, espaço e tempo, conhecimento, educação, poder, entre outros. O princípio histórico estabelecido pelos ancestrais é o elemento objectivador das regras mais decisivas que definem a estrutura e dinâmicas dessas sociedades(LEITE, 1978; ANTONIO, 2015).

São princípios que incluem o homem e seus ancestrais históricos, as divindades e os preexistentes.Essa dimensão comunitária exige que no processo de estabilização, que ocorrem dentro da comunidade se estabeleça os limites possíveis dentro dos quais as pessoas exercem a sua mobidade social, determinada pela comunidade. A comunidade propõe a superação pela consciência da realização existencial, das limitações materias, harmonizando o homem com as práticas sociais suficientes.

A família africana[23] em sociedades conhecidaspela denominação de *família flexível* é constituída por grande número de pessoas com ligação de parentesco. Sob o prisma de sua formulação sanguínea, a família extensa de organização matriliniar transcende o espaço físico, abrangendo todas as pessoas ligadas pelo parentesco uterino a *ancestrais mulheres comuns*. Todos os membros da família reunidos em um mesmo espaço físico para as práticas ligadas à produção, configuram a *família-aldeia*, unidade de produção adoptada, aparatos materiais, jurídicos e políticos destinados à sua administração (LEITE, 1978).

A família flexível pode constituir-se, além de descendentes ancestrais, mulheres comuns. Ela integra também os descendentes de outros grupos étnicos e/ou estrangeiros que se filiam a uma aldeia em busca de acesso à terra para o cultivo. Portanto, o modelo familiar africano não é nuclear, isto é modelo familiar eurocêntrico. Segundo Nobles, o modelo

---

[22]Do ponto de vista histórico e cultural, no continente africano o conhecimentos é dado pela oralidade, onde a palavra aparece como fonte primária de transmissão do conhecimento. Devemos reportar que a importância da palavra na cultura africana não anula a existência e importância da escrita na história do continente. Temos, uma história de sete mil anos de experiência escrita como é o caso da língua kiswahili. As leis foram escritas em swahili, porém toda a transmissão dos códigos escritos em referida língua é feita oralmente (AGUESSY, 1980).

[23]No sistema cultural africano, a ancestralidade é fundamental e implica quatro tempos a saber: o tempo no passado clássico africano que remota a civilização kemética, como o berço da humanidade e da civilização africana; o tempo passado recente que contempla os nossos avos e pais; o presente que representa a nossa existência; o futuro que diz respeito aos valores e ideais que podemos deixar para os nossos descendentes ou futuras gerações. O tempo ancestral é sagrado e circular. Os fenômenos são dinâmicos e marcados pelo vínculo entre passado, presente e futuro.

familiar africano é *flexível* ou *elástica*, capaz de maximizar o objetivo natrual fundamental da sua sobrevivência (AKBAR, 1984).

Os processos de produção sebaseam na suficiência destinada ao atendimento comunitário de necessidades vitais e específicas, razão pela qual o uso alternativo dos bens de produção não constitui factor decisivo das relações económicas. A natureza comunitária de produção formula-se materialmente enquanto elemento decisivo da realidade social. A terra como principal recurso natural dessas sociedades agrárias é considerada como divindade e sua fertilidade é tomada como doaçãopreexistente. A ocupação de terras é determinada segundo as normas ancestrais. É necessário organizar e sacralizar o pacto de ocupação de terras. Os pactos são estabelecidos por famílias que ocupam uma área demarcada segundo o costume cabendo-lhe os direitos de usufruir da fertilidade da terra. Essas características explicam a importância atribuída aos ancestrais fundadores, que promoveram os pactos de ocupação assim como os zeladores da terra e da manutenção das alianças que o sucedem (KAGAME, 1976; LEITE, 1983).

Neste sentido, o conceito de trabalho é importante na compreensão do processo histórico do urbanismo africano. Este se encontra vinculado à filosofia africana, mais especificamente a princípios de Ma`at, isto é, uma filosofia do coletivo, que parte da racionalidade coletiva, com o objetivo de harmonizar e estabelecer os equilíbrios nos fenômenos sociais. No sistema cultural africano os fenômenos possuem a beleza intrínseca inerente à harmonia e equilíbrio coletivo, que visa em última instância estabelecer o bem comum. Por isso o cuidado com as palavras, pois, alas criam energias, e tem impacto no equilíbrio e estabilidade (KARENGA, 2004). É importante notar que esses valores ancestrais estão impregnados nas filosofias de ocupação e de apropriação dos espaços rurais e urbanos, mesmos nas sociedades africanas mais ocidentalizadas pelos processos coloniais, como o caso da sociedade cabo-verdiana. Na próxima seção analisaremos a história do urbanismo africano, suas principais cidades e suas marcas e influências no processo historico do continente africano.

4.1. Breve história do urbanismo africano e principais cidades africanas

O continente africano registra um ciclo em que o urbanismo foi bastante desenvolvido e florescente em vários países. Este ciclo tem o seu iníciou em Kemet, antiga civilização

africana, mais tarde teve retrocesso com as invasões europeias, causando grandes perdas populacionais. A explosão urbana de maior proporção no mundo acontece no continente africano e atinge o seu auge com o grande crescimento da população urbana nos diversos países do continente nas últimas décadas. O urbanismo africano se desenvolve a partir de uma lógica própria que pode ser desvendada na ancestralidade africana, ao contrário do urbanismo ocidental que se desenvolve com base no escravismo e na segregrçao espacial urbana.

Segundo, Cunha Júnior (2016) o urbanismo africano se estrutura em quatro períodos: o primeiro período remonta aourbanismo africano da antiguidade clássica; o segundo refere-seao período da expansão mercantilista do século IV; o terceiro período refere-se à era das invações Turcas e Europeias; e o quarto diz respeitoao período das independências dos países africano.

Durante período clássico se desenvolveram procesos urbanos monumentais nas antigas civilizações africanas como Egito e Etiópia. São regiões onde vai se dar o núcleo gerador de tudo o que vai acontecer no processo de urbanismo no continente africano. Portanto, as primeiras experiências de cidades começam a florescer na civilização kemética na região do Nilo. Nesta região, as cidades aparecem como organização espacial que contempla diversas áreas com suas funções específicas. De entre elas destacamos as áreas religiosas que contemplam os templos religiosos com uma forte sacralidade; as áreas residenciais que integram as vertentes habitacionais vinculadas as áreas religiosas; áreas comerciais; áreas públicas, também utilizadas para as práticas sagradas.É importante destacar que essas diversas áreas urbanas estão interligadas entre si, e todas tem uma dimensão sagrada, considerando o fato do sistema cultural africano ser essencialmente caracterizado pela sacralidade (CUNHA Jr, 2016).

A segunda fase do urbanismo africano é a era da expansão mercantilista do sec. IV da era cristã. Nesse período o continente africano estabelece um vínculo com outros continentes como a América, Ásia e Europa. É preciso reportar que diferentemente da historiografia ocidental europeia, a relação do continente africano com os demais continentes se inicia muito antes do período da expansão europeia, colonial e escravista. Georg James reporta, no livro *They Come BeforeColomby* (1980) que os africanos viajaram para o continente americano com finalidades essencialmente comerciais. Neste período encontram-se áreas demarcadas pelo comércio que abrangem o mercantilismo na África Ocidental, nos países como a Nigéria e o Marrocos, com fortes influências na expansão muçulmana dentro do continente.

Entretanto, nesse período aconteceram fenômenos marcantes dentro do continente africano, que foram a surgimento das Cidades-Estados e do mercantelismo, culminando com o surgimento do direito mercantilista. Por exemplo, o pertencimento ou não à etnia Swahili vai determinar o tipo de espaço ou lugar e o material a ser utilizado no processo de construção de habitação nas cidades. Segundo os códigos das cidades, todos os Swahilis têm o direito de construir em concreto,à semelhança dos empreendimentos portuários. Quando as pessoas não pertencem aos Swahili, não podem construir de pedras ou concreto. Entretanto, as cidades comerciais que floresceram entre o século VI e XIII vão desenvolver construções portuárias de concreto, com forte padrão de cidades do continente africano (IDEM).

O terceiro período importante do urbanismo africano é conhecido pela era das invasões Turcas e Europeias. O Império Romano ocupa o continente, causando o primeiro ciclo de escravização e destruição dos africanos. Este período culmina com o desaparecimento das cem maiores cidades africanas, por conta das ocupações e destruições dos ingleses no continente, no século XIX (RODNEY, 1980). A formação das primeiras cidades em Cabo Verde, a cidade de Ribeira Grande e a cidade da Praia, aconteceu nesse período quinhentista. A estrutura urbana das duas cidades foram pensadas e erquidas na base da exploração e dominação dos nossoas ancestrais escravizados, confinados à periferia urbana, segregados até hoje nos epaços mais degradados das cidades.

Em outros termos, os nsssos ancestrais que construiram a cidade para as eleites coloniais, com base nas suas forças de trabalho, ocupam o espaço da cidade sem nenhuma condiçãode haitabilidade, sem qualidade de vida e sem dignidade. Essa prática colonial ainda persiste na cidade da Praia em Cabo Verde, ondea pessoas de baixa renda, que contibuem para o crescimento e dinâmica do desemvolvimento urbano, vivem nos lugares mais pobres, sem infra-estruturas adquadas para o seu estabelecimento estabelecimento como cidadãos de direito.

O quarto período do urbanismo africano se enquadra no período da independência dos países africanos. É o período do renascimento africano e da complexidade dos conflitos em que se desenrola a reconstrução do continente. Durante este período surgem urbanistas com a propostas de renascimento, como é o caso de Marrocos que tem exportado modelos de urbanização para diferentes países do continente. Com isso, tem-se criado zonas de influência dentro do próprio continente. Essa influência renascentrista africana é notória, sobretudo na construção de grandes monumentos como hoteis, escolas e outros espaços publicos administrativos e religiosos. Uma outra liderança na discussão do urbanismo no continente,

são políticas que ganham sustentabilidade e superação do capitalismo que vem sendo freiado no continente, com novas propostas de construção no período pós-independência.

Atualmente existe um diálogo dos urbanistas africanoscomas lideranças africanas no sentido de imprimir identidade própria ao urbanismo africano. Citemos de novo como exemplo o caso de Marrocos que tem como política estratégica eliminar todas as favelas até 2030. A África do Sul é uma outra zona de influência relevnte a nivel do continente. O país atravessa por um momento de florescimento fundamental a nível do continente e não só. Esse país do sul do continente africano vem crescendo no processo de renascimento urbano, e tem renovado o desenvolvimento urbano e a construção das cidades a partir de referências africanas.

Um outro grupo e escola de forte influência africana é a cidade do Cairo e Núbia. A antiguidade egípcia vem surgindo como proposta de urbanismo em África. A civilização kemética tem mesmo 13 mil anos da era Cristã, um período de intensa urbanização. Nestes marcos temos importantes cidades fundadas como provínciais. Os fatores preponderantes no processo de urbanização das cidades são as relações entre as pessoas e o rio Nilo, como base e pilar que sustenta todo o processo de formação da cidade na primeira civilização. Com um forte vínculo religioso, é criado neste período uma federação de 41 cidades que mais tarde formaram a civilização egípcia (CUNHA Jr, 2016).

Muito embora os grandes projetos de espaços públicos e sua relevante contribuição histórica ao desenvolvimento do urbanismo tenham sido edificados nos períodos da Antiguidade e da Idade Média no continente africano, existem poucas referências bibliográficase estudos na literatura urbana sobre eles. Apontamos alguns exemplos importantes,como os templos de Karnak do antigo Egito, a cidade de Alexandria, no período de Ptolomeu, também no Egito, a cidade de Fez, no Marrocos e o conjunto de igrejas da Lalibela, na Etiópia (KURIAN, 2012).

Karnak é o segundo maior complexo religioso da história da humanidade, apenas superado em dimensões pelos templos de Angkor Wat, no Camboja. Construído (Karnak) no vale do Rio Nilo, num longo período histórico de mais de 1000 anos, desde as dinastias do médio império (2100 a.C. até 1500 a.C.) até as da era cristã. Localizado na cidade de Tebas, hoje denominada de Luxor, ocupa uma área de 100 hectares, ou seja, 1 milhão de metros quadrados (VERCOUTTER, 2002).

A cidade do Cairo é uma das mais complexas experiências do urbanismo a nível mundial, na atualidade, com 20 milhões de habitantes. Karnack, complexo religioso no coração do Egipto é uma referência. A cidade é constituída por diversas áreas públicas,

fundamentais para a dinâmica urbana. De entre elas, as áreas religiosas, constituidas por grandes templos de meditações caracterizados por um complexo sistema de urbanismo. O passeio público vincula com o espaço religioso, o palácio com a função administrativa, apresenta relação importante com a população e áreas residenciais.

Os pirâmides egípcias, hoje patrimônio da humanidade, são a maior prova da grandiosidade, abrangência e complexidade do sistema urbano africano. Envolve conhecimentos sofisticados, sistema técnico bem elaborado para o período histórico em questão. Isso expressa a grandiosidade do rico, complexo e milenar sistema cultural do continente africano como berço da humanidade e principalmente como berço da civilização (ANTONIO, 2015).

As cidades foram construídas em função das demandas da papulação. Uma das características importantes das cidades africanas, são o cosmopolitismo com diversos serviços e casas que assemelham às atuais cidades africanas. A Núbia na cidade de Karmak e Napata o Império Kush passaram por uma forte tradição de urbanismo. Ao longo do Nilo configuram-se grandes cidades, caracterizadas por uma complexa paisagem urbana. Núbia vai aparecer numa parte da cidade com 52 pirâmides, com técnicas de construção sufisticadas. Ao redor dessas construções estão envolvidos grandes contingentes de pessoas. Pode-se afirmar que uma das causas da construção das pirâmides são as pessoas e as potencialidades do rio Nilo. As plantas urbanas de Karmak apresentam imagens de casas atuais.

A cidade de Alexandria, projetada pelo arquiteto Dinocrates de Rodes, arquiteto-chefe de Alexandre da Macedônia, do século IV a. C., aquando da invasão do Egito produziu uma das grandes obras do planejamento urbano, criando uma grelha de ruas e avenidas, unindo os espaços públicos e privados, estabelecendo setores por funções, interligando os dois portos da cidade e unindo a terra ao mar.Essa cidade foi um dos mais importantes centros comerciais e culturais da Antiguidade.

Fez é uma cidade do mediterrâneo de destaque durante toda a Idade Média, fundada em 789 às margens do Rio Jawhar. Em 859, foi fundada nesta cidade a Universidade de AlQuaraouiyineor Al-Karaouine, a mais antiga no mundo em funcionamento contínuo até os dias de hoje. A importância urbanística da cidade está nos dois espaços da Medina que ela contém, sendo um o de Fez el Bali, o maior espaço pedestre do mundo e um patrimônio da humanidade (O'MEARA, 2004).

A Etiópia (antiga Abissínia) é um dos reinos cristãos mais antigos do Mundo. Ela também faz parte da Antiguidade judaica e muito mencionada nos textos bíblicos. Zipporah, esposa de Moisés, era etíope. O texto bíblico cristão foi escrito em aramaico que é a língua da

Etiópia e também uma escrita antiga dessa região africana (CUNHA Jr, 2016). A rainha de Saba, Makeda, foi uma mulher etíope cujo filho com o rei Salomão de Israel, Menelik I, fundou uma dinastia etíope que reinou por 3000 anos, até 1974. A história da região da Etiópia foi palco de muitos confrontos entre os islâmicos e os cristãos, sendo que, num período histórico de Zagwe (1137-1270), os reis cristãos refugiaram-se na região montanhosa do norte do país e estabeleceram cidades e centros religiosos de grande importância. O conjunto arquitetônico de Lalibela é resultado desse período (NEGASH, 2012). Essa complexidade cultural e urbanista não pode ser ignorada no estudo do urbanismo africano contemporâneo, nomeadamente o urbanismo em Cabo Verde.

4.2. Abordagem teórico e conceptual da cetegoria do Espaço Público

Apesar de constatarmos a existência histórica de espaços públicos nas mais diversas civilizações africanas, nos diversos tempos históricos e de que as marcas de espaços públicos variados sejam diversas dentro da história africana, as referências específicas ao tema são bem recentes e se confundem com os movimentos urbanísticos do final do século passado. Segundo Aschier (1998), é provável que a expressão espaço público como conceito urbanístico tenha se originado na França, em meados dos anos 1970. O êxito do conceito foi crescente em razão de se instalar nesse período uma nova abordagem sobre a cidade em que se valoriza o propósito de requalificação dos espaços urbanos em lugar da reabilitação (ASCHER, 1998, p. 172).

Espaços vazios e espaço livres aparecem como generalizações de espaços públicos urbanos (CARNEIRO; MESQUITA,2000), estandoconsiderados na dicotomia entre o espaço construído, edificado, e os espaços não edificados,a partir da problemática dos espaços livres, colocando a questão metodológica da interdependência de escalas em um processo contínuo de interações, sendo que os detalhes de entorno e extensão entre uma região e o território que determinam a classificação quanto a tipologias e a disponibilidades de uso.

As áreas verdes, em escala de dimensões territoriais, são uma categoria de espaço livre que desempenham de forma base o papel ecológico, possuindo necessariamente porte de vegetação arbórea e arbustiva, podendo ser integrador de diferentes espaços, de enfoque estético ou ambiental. Áreas verdes, em escala urbana, são áreas de vegetação predominante,

fazendo parte de equipamentos urbanos, sendo constituídas por parques, jardins, bosques, alamedas, balneários, locais de acampamento e margens de rios e lagos (BARGOS; MATIAS, 2011; LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Praça pública ou praça urbana pode ser concebida como qualquer espaço público urbano, livre de edificações que propicie circulação de pessoas, convivência e/ou recreação para os seus usuários (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009). Todas as civilizações há milênios produziram as suas praças utilizando-as de maneiras distintas e com funções diferentes. As funções mais importantes sempre foram as de mercado, trocas, integração e sociabilidade. Praças são espaços públicos abertos com a função de convívio e lazer (LIMA et al., 1994; MACEDO; ROBBA, 2002). Podemos afirmar que a função principal da praça é a de aproximar e reunir as pessoas por motivos diversos de ordem social, cultural, econômica e política.

Dentro desse conjunto de definições, tomamos como síntese de espaço público aquele que é concebido como de livre acesso a todos e todas, sem barreiras físicas ou simbólicas. O espaço público é o lugar de expressão da vida social, das organizações coletivas e socialização dos cotidianos dos grupos sociais e dos indivíduos. Trata-se dos locais onde convergem os interesses imperativos da qualidade de vida naquilo que ela processa de coletivo e pode produzir a condição de vivenciar a cidade. Promove e sintetiza as preocupações importantes da vida social inerentes aos espaços públicos e semipúblicos, a liberdade de expressão e uso, a segurança e os trânsitos acessíveis, assim como os limites dos direitos de cada pessoa em relação aos direitos do próximo.

Deste modo, nesta tese concebemos o espaço público como um vetor de urbanidade e de respostas às demandas dos moradores dos bairros, das regiões da cidade e dela como uma totalidade integrada. A sociabilidade é um condicionante para a qualidade dos espaços públicos, fatores que caracterizam as cidades e produzem a identidade coletiva. Pois, o espaço público está no cenário da relação entre o privado e o público quanto ao direito à cidade, na discussão sobre mudanças globais e transformações das estruturas econômicas e sociais, nas formas de segmentos sociais e superação das segregações, no dinamismo das cidades quanto à sua preparação para a promoção integrada do desenvolvimento, levando em contas as especificidades locais, ou quanto à democratização da vida urbana e à produção de sociabilidade, sustentabilidade e respeito às condições ambientais.

Como observa Cunha Júnior (2015), o espaço público contém no seu ordenamento, composição e função, as suas formas de apropriação pelo público, fazendo parte do seu uso a sua percepção social. Assim, chamarmos de espaço público o que é pensado como um todo e

contemplando tudo aquilo que o constitui, como mobiliário, equipamento urbano, arborização, ajardinamento e espaço de circulação de pedestres e bicicletas. O espaço público pode ser concebido também como o suporte físico de serviços, redes de transporte público e de comunicação com o ambiente urbano,tendo como função o desenvolvimento de mercados e pequenos comércios urbanos.

4.3. Cultura africana e o direito à cidade

As cidades espelham concepções de sociedades, valores, ideologias e identidades. As cidades são parte da história contada pelas construções e seus usos, tendo na sua realização diversos elementos com valores simbólicos, afetivos e integradores dos diversos grupos sociais, como valores ideológicos e valores limitantes de usos. As cidades são determinadas e definidas pelas culturas, pelas práticas sociais e *modus vivendi* de determinados grupos sociais

Neste sentido, é de frisar que a cidade está em constante produção e com muitas disputas de poder entre grupos sociais diversos, de benefícios e perdas, de acertos e erros, de considerações e desconsiderações que interferem, decidem e realizam o urbano, impondo à cidade conformações de segregações e de integrações.Cabe saber quem escreve a edificação das cidades e quem e como se executa o exercício de leitura. As tecnologias, seu domínio, predomínio, adaptação, produção, distribuição e consumo conferem níveis de poder de escritas às formas culturais e grupos sociais que as dominam. As cidades nas suas urbanizações espelham concepções culturais, sociais, políticas e econômicas, geralmente de setores hegemônicos.

Segundo os historiadores, a cidade da Praia foi construída pelos africanos, com a sua força de trabalho, sob a dominação e na forma de exploração e abandono a que foram submetidos durante o período do escravismo criminoso. Historicamente, os homens e as mulheres de baixa renda que construíram a cidade nunca pertenceram a ela, pois foram relegados a condições de periferias. A cidade da Praia, na sua configuração genética, é uma cidadede de população essencialmente negra, porém, constatamos que as marcas desse legado são invisíveis na nossa paisagem urbana.

A cultura africana na cidade da Praia permanece com marcas mínimas na existência registrada na edificação urbana. As pessoas de baixa renda e suas culturas africanas como a construção de moradias cobertas de palhas foram rejeitadas das expressões da construção urbana da cidade da Praia,tendo sido retirados o seu direito à cidade, desde os priórdios da configuração da cidade. Os espaços públicos não refletem os sentidos de vida da cultura africana, tornando essas pessoas estranhas aos ambientes urbanosonde vivem. Das constatações seria natural a formulação das retratações e das mudanças de sentindo em direção às novas posturas e proposições da edificação do urbanismo no país, em termos do estabelecimento de uma sociedade mais equilibrada, no que concerne às desigualdades sociais.

As cidades do futuro estão sendo produzidas hoje, amanhã, com base no ontem, no hoje, no próprio amanhã. Os planos diretores possibilitam ampla participação dos grupos sociais na produção da cidade.Isso, em tese, depende do domínio da tecnologia da escrita e da inscrição. A prática da participação da inscrição e do que efetivamente será edificado e como será usado vai depender dos níveis de informação, formação e organização que esses grupos tiverem sobre a produção das cidades. Qual a forma africana que a cidade da Praia pode expressar? Qual a organização e os níveis de formação e informação que as pessoas detêm para a produção da cidade? Como a cultura africana se compõe com as tecnologias das construções da cidade Praia do futuro?

O espaço público é o lugar de expressão da vida social, das organizações coletivas e socialização dos cotidianos dos grupos sociais e dos indivíduos. Trata-se dos locais onde convergem os interesses imperativos da qualidade de vida naquilo que ela processa de coletivo e pode produzir a condição de agradável vivenciar a cidade. São preocupações importantes contidas nos espaços públicos e semipúblicos, a liberdade de expressão e uso, a segurança e os trânsitos acessíveis. As cidades se singularizam pelos seus espaços públicos. Dessa forma, é necessário entendermos a relação entre a cultura africana e a conformação e apropriação dos espaços públicos.

A inserção da cultura africana no espaço urbano é fundamental na concepção do projeto urbanístico integrdo, isto é, propostas de um novo urbanismo, da cidade para todos, da democratização participativa das cidades. Em Cabo Verde a hegemonia política, econômica, cultural e social de uma pequena elite assimilada transformou a cultura ocidental na cultura única, traduzido na criação de espaços particulares e elitizados da cidade.

A privatização dos espaços é apenas uma faceta dessa elitização, pois a outra é que os espaços públicos em sua totalidade expressam a cultura hegemônica, ficando a cultura

africana relegada ao abandono, desconectada da produção dos espaços urbanos na cidade da Praia. As cidades são repartidas não apenas em bairros, mas em áreas de maiorias populacionais, em áreas culturais, em áreas de maioria de pessoas de baixa renda, sem cuidados edificados de expressão dessa cultura, e em áreas da elite assimilada como alguns cuidados da sua expressão.

A existência e a organização da cidade implicam também na qualificação da oferta de bens e serviços culturais através de locais de arte e políticas culturais urbanas. Existem processos artísticos urbanos, com formas individuais e coletivas com papel determinante da configuração das identidades e da socialização das pessoas. Forma-se um campo de produção do urbanismo e produzido pelo urbanismo na relação entre a arte dos grupos sociais, as políticas públicas e os espaços públicos. Nessa pesrpectiva, e como faz notar Cunha Junior (2015), constroem-se, através do urbanismo e da forma urbana, um quadro de pertencimento social das pessoas.

Importa, assim indagar, coomonesse espaço urbanano são resolvidas as relações com as pessoas de baixa renda, a cultura africana como expressão de pertencimento social africana? Em Cabo Verde, historicamente este problema não foi solucionado. Quando é resolvido, é de forma ocasional, sem uma continuidade de política pública efetiva. No entanto, cabe outra questão: como poderia estarsendo resolvido o sistema de equações urbanas e com as restrições da inclusão das pessoas de baixa renda da nossa cultura africana?

Na elaboração de respostas às questões levantadas, devemos levar em conta que a literatura urbanística nos diz que os espaços públicos bem resolvidos são aqueles em que o resultado do projeto, ocupação e do uso os transforma em lugares. A relação entre a cultura e o urbano é realizada com sucesso quando o espaço público se configura como um lugar de subjetividade afetiva, lugar de memória, lugar de vivências, lugar de convivência, lugar de identidade cultural.O primeiro passo no encaminhamento da solução é o reconhecimento das partes, o entendimento da cultura africana e a forma de estabelecimento da relação dela com a produção dos espaços urbanos.

A cidade africana,como a cidade da Praia, é construída por moradores que nela habitam em áreas ditas clandestinas – geralmente frágeis ambientalmente e autoconstruídas – ou adquiridas ilegalmente, denominadas pela literatura de “cidade informal e ilegal” (HITA, 2017), apenas no simulacro em relação à dita “cidade formal e legal”, expressando divisão de classe (MARICATO, 2013).

Segundo alguns pesquisadores, o crescimento exponencial das favelas ou bairro informais nas últimas décadas aumenta a segregação socio-espacial da pobreza e dispersão

urbana, o que costuma ser associado aos elevados índices de aumento da violência e de crime organizado, assim comoà venda e ao consumo de drogas (MARICATO, 2011), fatores que têm indicado o fenômeno de crise urbana em que vive atualmente o mundo, designadamente a população cabo-verdiana. Não obstante os esforços do governo em distribuir mais renda, nos últimos anos continua havendo insuficiência de politicas de habitação, saneamento, oferta de trabalho digno e acesso à infraestrutura adequada na cidade para as famílias de baixa renda, cujas demandas por mais e melhores serviços, mesmo consideradas mais acessíveis que outrora, continuam insatisfeitas.

Por outro lado, as novas plataformas e práticas urbanas, incentivadoras da participação cidadão e parcerias público-privadas estão sendo cada vez mais implementadas e estimuladas. Privilegia-se, hoje, a requalificação urbana e o da cidade informal, para atender aos interesses do urbanismo, capital imobiliário e administração pública. Esse processo acontece simultaneamente ao surgimento de novos quadros jurídicos como Conselho da Cidade, Plano Diretor Municipal, Ministério de Infraestrutura, entre outros.

4.4.Cultura tradicional africana e urbanismo em Cabo verde

Desde o século XVI, as sociedades ocidentais produziram processos de dominação sobre o continente africano que resultaram no colonialismo europeu na África, no escravismo criminoso nas Américas e no mercantilismo e capitalismo na Europa (RODNEY, 1975). Nesse sistema de imposição de poder, ideologias foram produzidas, sendo uma delas o eurocentrismo, resultando na hegemonia cultural europeia sobre africanos e afrodescendentes. Esse embate entre as culturas tem como base as lutas políticas, econômicas, sociais e culturais entre os povos e descendentes de povos desses dois continentes.

No entanto, a cultura europeia se configurou como a cultura universal, estruturada por um pensamento científico e consagrando a Grécia como o berço da filosofia e do pensamento racional. Qualquer análise mais cuidadosa da história da humanidade pode constatar que a Grécia não tem essa dimensão que é dada no ocidente (BERNAL, 1991; NASCIMENTO, 2008). A força da hegemonia cultural ocidental levou a um apagamento ou à dificuldade de expressão e de reconhecimento das culturas africanas no mundo ocidental e das culturas dela resultante nas Américas (ASANTE, 2009). Em 1900, como resposta aos processos de dominação ocidental e à massificação da cultura ocidental, intelectuais africanos no

continente e na diáspora organizam o movimento Pan-africanista que vai desembocar na independência e utodeterminação política dos povos africanos colonizados, a partir das décadas de sessenta e setenta do século XX.

Em Cabo Verde, a elite denominada “brancos da terra”, determinou uma disputa de poder político em torno das culturas, o que levou à sub-representação da cultura africana, considerada como folclórica, e supervalorização da cultura de europeia, resultando mesmo assim, para as pessoas de descendência africana e de baixa renda, um constante movimento de resistência e afirmação da cultura africana. No entanto, as culturas negras são sempre apresentadas de forma insignificante, como culturas elementares e de pouca importância no cenário da cultura do arquipélago (SANTOS, 2000).

A ausência da representação da cultura africana nos espaços urbanos da cidade da Praia é consequência dessa luta de poder em torno da cultura. Em função da cultura africana ser vista sempre como oposição à cultura euro-americana hegemônica é que sempre existe a necessidade de defini-la e de elaborarconceitos na sua representação. Para uma definição histórica de cultura, faz-se necessário reconhecer que os seres humanos são coletivos, vivem e formam coletividades humanas, como as cidades.

As coletividades são heterogênias quanto aos grupos humanos que elas congregam, e esses grupos criam conhecimentos materiais e imateriais. A aplicação dos conhecimentos transforma os espaços geográficos, transformando também a vida humana. O conjunto de conhecimentos acumulados em um espaço geográfico, ao longo do tempo, pode denominar a cultura desse lugar, ou desse espaço geográfico. As culturas são as experiências humanas acumuladas.

Segundo Cunha Junior (2016), esse legando imenso de expressões materiais e imateriais é parte daquilo que chamamos de cultura de um determinado povo, ou de uma determinada região.No contesto urbano cabo-verdiano e mais precisamente da cidade da Praia em estudo, o que se verifica é que apeasr das manobras ideológicas da branquitude no sentido de impor a cultura europeia no arquipélago, o que prevalece , sobretudo nas periferias urbanas, é a cultura africana. É essa tendência cultural africana que está subjacente ao modus vivendi das pessoas, sobretudo na disputa do espaço urbano e nas tentativas de construção de suas habitações, na contramão da legalidade estabelecida pela elite dirigente das autarquias locais.

Dentro da cultura hegemônica ocidental, as definições de cultura e sua aplicação ao conhecimento ficam dificultadas pelas ideologias que cercam o assunto, pois funcionam como máscara aos processos de dominação e realização da naturalização da hegemonia ocidental. A

cultura de cada povo passa a ser vista pela possibilidade em registrar e compreender a experiência humana como processo civilizatório e não apenas na experiência humana em si e no seu legado.

Como faz notar Molefi Asante (2009), na Antiguidade as sociedades africanas tiveram um grande acúmulo de experiências civilizatórias na região do vale do Rio Nilo, através de povos conhecidos na histórica como etíopes, núbios e egípcios. As culturas desses povos constituem um legado comum que se expandiu e diversificou através de todo o continente africano ao longo dos tempos históricos que se sucederam. A essa base comum das sociedades antigas do vale do Rio Nilo denominada de africanidade e às culturas produzidas como a diversidade da africanidade (ASANTE, 2009; DIOP, 1990; OBENGA, 1990).

As culturas africanas na diáspora e no continente, apesar da diversidade, possuem um eixo comum. A cultura africana na atualidade é definida como as culturas desenvolvidas a partir da cultura do vale do Rio Nilo, conhecida como cultura Kemética (egípcia). Existe uma unidade cultural na diversidade africana (DIOP, 1990).

Devido às imigrações forçadas de africanos durante os processos de colonização e escravização, o território cabo-verdiano recebeu importante parcela da população africana que participou no processo de formação social cabo-verdiana, transportando e ressignificando a cultura africana conhecida hoje como cultura crioula. A cultura cabo-verdiana crioula pode ser definida como o resultado das transformações da diversidade africana durante os processos de dominação do sistema escravista e do capitalismo racista.

A cultura se apresenta, assim, como fato cotidiano na história e na vida das pessoas. As suas representações no espaço público, na configuração e formação da cidade, produzem uma realimentação de identidade, de interesse, de participação e de prazer de vivência dessa cultura. Movimento de edificação e expressão em torno da cultura que, por sua vez, se realimenta em movimentos culturais pela reprodução, por novas criações e novas inserções no espaço público.

A existência da cultura africana produziu um patrimônio cultural, eo reconhecimento desse patrimônio deve ser dado pela sua expressão urbana. Caso exista a expressão urbana, esta se torna um fator de produção da identidade, individual e coletiva, tendo como resultado uma forma positiva de sentimento de pertencimento à sociedade, de acolhimento ao ambiente existente, de fraternidade com o território. No caso contrário, da inexistência do reconhecimento do patrimônio cultural, produz-se a invisibilidade urbana da cultura e se forma um conflito entre o coletivo, os indivíduos, as identidades e a cidade. Muitas vezes, os conflitos são expressos pelas insatisfações pessoais, pelos movimentos sociais ou pelas ações

de insubordinação. No caso da cidade da Praia, o movimento mais visivel é da insuborninação no que respeita à lei da urbanização, resultante da discrepância entre as necessidades e demandas da maioria da população essencialmente africana e da elite assimilada pela cultura enrocentrica, patrono da legislação e "ordem" uranas.

A ideia de inovação tecnológica tornou-se um dos motores da economia desde 1950. Desta premissa da inovação como vantagem competitiva é que surge o conceito de ambiente organizacional inovador, como aquele que possibilita a geração de inovação e promove a recuperação das empresas ou de um setor empresarial (GELINSKI NETO, 2005). O conceito foi aplicado aos bens culturais com a noção de ambientes inovadores sobre a cultura. Acreditamos que este conceito pode ser aplicado para pensar a inclusão da cultura africana nos projetos urbanísticos.

A noção de ambientes inovadores sobre a cultura deve ser aplicada na relação arte e cultura africana na cidade da Praia. São ambientes produzidos por políticas públicas para promoverem o desenvolvimento de uma determinada cultura dentro de uma sociedade. Os ambientes inovadores são um conjunto de fatores associados que produzem novos efeitos, portanto inovadores, sobre determinada cultura. O ambiente é composto de produtos materiais, imateriais e institucionais.

Os compostos materiais podem ser firmas, infraestruturas, museus, monumentos, bibliotecas, acervos culturais, escolas, formações, praças, exposições, festivais, espaços públicos e espaços de comercialização. Importa questionar em que medida esses eventos refletem o resgate e a preservação da identidade africana e crioula, num contexrto africano marcado pelo neocolonialismo e pela globalização hegemónica. O que se verifica na prática é uma tentativa forjada de reprodução e reapropriação de aportes culturais euro-anglo-saxonicos em detrimento da cultura africana.

Contamos nesta pesquisa que muito se perdeu do modelo de urbanizacão e cultura africana de construção de espaço expressos na cidade da Praia. Importa, todavia referir, como exemplos de cultura de resistência bem-sucedida expressa no urbano da cidadeda Praia,encontramos feiras de artesanatos na rua Pedonal, um espaço de comercialização de produtos cabo-verdianos, o Museu, um grande museu com acervo da cultura cabo-verdiana.

A cultura africana na paisagem urbana da cidade pode ser parte de uma política pública de formação de ambientes de inovação sobre a cultura que teria efeitos sobre o sentido de pertencimento e identidade dos cabo-verdianos com relação às cidades. O fato é que as cidade da Praia na sua produção não espelha uma preocupação com a inscrição das negras e negros e que neste capítulo fica elaborada uma proposta utópica e necessária para a realização

de uma cidade de direito de todos, principalmente para os segmentos sociais de baixa renda, como as vendedeiras ambulantes, na sua maioria, mulheres que nos últimos anos vêm enfrentando a violência dos guardas municipais.

Podemos pensar, como Argan (1992), que a cidade seja a expressão máxima da cultura, apresentando seus edifícios, moradias, monumentos, as expressões da arte, os lugares das suas manifestações, bem como os espaços de produção e transmissão de conhecimentos nas escolas, universidades e museus, tendo também os escritórios, locais de comércio, em suma, a história acumulada no tempo.Assim, ela expressa as relações de poder e de ideias correntes na sociedade, que em uma utopia de democracia representa todos os grupos humanos da sociedade, expressando também a cultura cabo-verdiana. Como faz notar Cunha Junior:

> Implantaram-se novos impositivos da convivência social determinados pela industrialização e pelas formas de urbanização desequilibradas quanto à equidade social, poder de grupos privilegiados e uso do solo. As cidades tornaram-se expressão de grandes aglutinações de pobreza e de riqueza, de possibilidades de conhecimento, educação, trabalho e lazer distribuídos em relações sociais complexas com resultados preocupantes como as grandes segregações de população, violência urbana e degradação do meio ambiente. Produziram-se grandes desconfortos sociais, insegurança e insatisfações denominadas como males do século (CUNHA Jr. 2015, p. 9).

Nesse sentido, a cidade se consolidou, espelhou uma alienação militante e sempre atuante contra as expressões das pessoas de baixa renda, sobre os lugares das populações negras, com as formas variadas de controle por parte das entidades públicas. Esses espaços expressam não apenas as cidades desiguais, mas as cidades sem tecnologias e desconhecidas da ciência dominante, ou apenas conhecidas pelas percepções das carências sociais, limitadas ao mínimo da sobrevivência. As limitações do presente estão na luta pelo reconhecimento da existência das pessoas de baixa renda, das expressões da cultura cabo-verdiana africana e da necessidade democrática social, políticas e econômicas de inclusões, mas não apenas das inclusões do respeito a novos paradigmas emergentes das culturas nossas, do nosso sistema cultural.

Nestes termos, os coletivos humanos são complexos, expressando um modelo de processos sociais, de lutas e processos combinados na realização da sociedade, para a negociação do aparato de poder dar a perspectiva de mudança da sociedade. Isso implica a imposição de limites ao capitalismo racista e vigiar a execução desses limites, produzir limites

aos poderes de um pequena elite cabo-verdiana e compreender o campo de negociação de como estes poderes se processam.

4.4.1 As cidades mistas ou cidade da equidade social

As cidades dos equilíbrios, das culturas e das condições sociais seriam as cidades ideais, isto é, uma cidade sem áreas de predominâncias, de faltas de infraestruturasouexcesso delas. Sem expressões de representação de um valor social único em detrimento dos demais. As culturas construídas e patrimonializadas nos espaços públicos e a utopia das cidades de equidade social e de mistura é a que resolveria o problema da expressão da cultura africana e da inserção digna das pessoas de baixa renda na cidade da Praia.

A habitação de aluguel social moderado é uma tentativa francesa de produzir maior acesso à habitação aos setores de poder aquisitivo pequeno. Os projetos são do período do pós-guerra, grandes imóveis inspirados nas ideias da Carta de Atenas, mas que resultaram em problemas da formação de guetos de imigrantes, de populações pobres e da concentração de problemas sociais num só conjunto residencial e numa só área da cidade. Dentro das cidades, permaneceram os desequilíbrios quanto às condições de vida e quanto à paisagem urbana, acesso às infraestruturas públicas e os determinantes de conforto urbano dentro de parâmetros do momento histórico, resultando emcidades desequilibradas que refletem a preservação e reprodução sistemática das desigualdades sociais (CUNHA Jr, 2015).

Desde 1990, no sentido de crítica ao modelo passado de urbanização e de nova proposição é que o urbanismo francês e a sociedade francesa se engajaram numa tentativa de produção das cidades com grandes mistos de condições sociais, econômicas e culturais. Ocorre o engajamento de parte da sociedade comprometida com o combate ao racismo contras as populações negras e árabes. A mistura social e urbana tornou-se um ideal da construção das habitações sociais nas regiões da cidade onde elas não existiam ou existiam com pouca intensidade (CERTEAU, 2004). Mistura urbana e social consagrada em leis e executada pelo estado dentro de grandes projetos de reformas urbanas,sempre enfrentam os conservadores, as elites das exclusividades e os grupos sociais e culturais homogêneos.

O tratamento da cultura africana e das pessoas de baixa renda é parte desses conflitos em que as vulnerabilidades sociais não estariam edificadas e preestabelecidas pela

conformação urbana. Nas cidades mistas, a cultura cabo-verdiana e as pessoas de baixa renda teriam a possibilidade de escapar das imposições do racismo expressas desde o início da formação da sociedade cabo-verdiana.

Todos nós vivemos dentro dos limites impostos pela hegemonia da dominação ocidental. As necessidade, os interesses e expetativas das pessoas de baixa renda que compõem a maior percentagem da população do arquipélago são tratados não como problemas, mas como problemas sem importância.Tais problemas são vistos como meras diferenças de classes sociais, dentro dos parâmetros da cultura do grupo dominante, cujo pressuposto fundamental é o de que em Cabo Verde não temos problemas de relações entre as pessoas de baixa renda e os assimilados. Esses pressupostos se baseam nos ideais do cristianismo, legitimados pela mestiçagem que procura a todo custo invisibilisar as diferenças etnico-raciais e o racismo institucional impregnados na sociedade cabo-verdiana.

O urbanismo da cidade da Praia é apenas uma face da mesma moeda das relações sociais cabo-verdianas e da condição precária de vida das pessoas de baixa renda, sem, contudo, existir a "liberdade de expressão" nesse sentido de denúnciar as desigualdades historicamente instituídas e naturalizadas. No urbanismo cabo-verdiano, não existem preocupações amplas de inclusão da cultura africana, da criação de lugares da cultura africana, do estabelecimento do respeito pela existência da população de baixa renda enquanto classe vulnerável, pelo reconhecimento dos bairros "clandestinos" e de projetos urbanisticos mais compatíveis com as relações de desigualdades existentes na sociedade.

No ideal de cidades compactas, como cidades mistas e de culturas, ainda não figuram as propostas de inclusão das pessoas de baixa renda. Os eventos culturais de matriz africanos quando se manifestam em determindos espaços culturais, acontecem em espaços segregados, destinados ao consumo de turistas e pessoas da elite e normalmente são vistos como aportes exóticos e folcróricos da cultura cabo-verdiana.

4.5. O Espaço Público e seus desafios: construção ilegal leglizada

O uso do espaço público é um problema da cidadania, da ausência de consciência social coletiva normalizadora de relações sociais democráticas. A produção de espaços públicos com equidade social de uso, como lugar de convivência coletiva, de respeito mútuo e de liberdade para todas e todos, é uma agenda importante para o futuro das cidades,sendo, no

entanto, uma utopia, que depende do desenvolvimento de uma ética social de respeito a valores coletivos e às leis estabelecidas. A noção coletiva de abuso do uso do espaço público é fundamental no estabelecimento normativo do uso, das apropriações do espaço público,assim como das ambiências a serem desenvolvidas.

A sociedade cabo-verdiana é produto de um conjunto histórico de marcadores que podemos denominar como antissociais. Privilégios individuais e coletivos, autoritarismo como forma de organização, individualismo como expressão das relações cotidianas, racismos como forma de dominação entre grupos sociais e ausências no comprimento das leis; são marcadores da sociedade que resultam na prática do uso abusivo do espaço público.

A Compreensão coletiva do valor, dos usos e dos limites de uso do espaço público é um problema da sociedade cabo-verdiana, principalmente no que diz respeitoàs culturasde privilégios e de individualismos. Dar satisfações coletivas e ter responsabilidades coletivas é um princípio pouco tratado e pouco desenvolvido. Os privilégios fazem parte do uso cotidiano. Eu posso saber com quem estou falando, mas não me interessam a sua opinião e muito menos as suas razões. Nesse sentido é que tratamos dos abusos do espaço público.

O espaço público pode ser espaço de protesto e das artes que estejam no limite da transgressão, sendo muito sutil o limite entre o permitido ou aceitável e deplorável como abuso do uso desse lugar. Um dos mais comuns e cotidianos abusos do uso do espaço público na cidade da Praia, corrente na maioria parte da cidade, é a forma como se faz o tratamento do lixo e detritos urbanos. A rua é pública, e por isso fazemos dela o que a nossa autoridade, individualidade e educação permitem. A nossa sociedade ainda não discutiu profundamente o sentido coletivo do espaço público e os direitos relativos a ele. Não deveria ser necessário o policiamento coercitivo para o uso do espaço público; o consenso e o respeito mútuo, juntos, deveriam e poderiam regrar o uso dos espaços públicos. Trata-se de um processo que exige um longo caminho de educação para a cidania ativa e para o uso respeitoso e coletivo dos espaços públicos.

A produção do espaço público e seu uso não abusivo, livre e solidário, é um processo amplo de intervenção social e de transformação espacial, e da leitura do espaço que ocorre com o desenvolvimento de hábitos, resistências e conflitos e pressupõem mudanças do entendimento e da consciência espacial coletiva dos usuários. As contradições sobre o uso do espaço público são diversas, algumas imprevisíveis, outras inevitáveis. Estão essas contradições muito além das criadas pelo acúmulo de poder ou de acumulação de capital.

Dentro da conjuntura histórica de um país que ascendeu àindependência em 1975, a cidade da Praia em Cabo verderecebeu pequenas reformas urbanas e de grandes investimentos

contínuos em obras urbanas. Essa é uma característica marcante da economia do pequeno arquipélago que sobrevive principalmente da indústria do turismo e das remessas dos emigrantes. A construção civil também é responsável pelo grande mercado de trabalho urbano. Embora os ritmos de obras urbanas sejam elevados, as cidades continuam divididas em partes legalizadas e partes não legalizadas.As desigualdades mercantes e os problemas de infraestrutura urbana, transporte e habitação seguem perfiz históricos da especulação imobiliária e da privatização dos espaços públicos e crescentes espaços dos condomínios fechados de luxo, confrontando com os bairros "clandestinos" e pobres de baixa infraestrutura.

Nas últimas duas décadas a existência do Ministério das Cidades e grandes investimentos em programas como*"Casa Para Todos"* não produziram os resultados esperados e palpáveis de indicadores de mudanças estruturais urbanas importantes. No caso de uma rápida análise nos números envolvidos nos investimentos públicos, torna-se difícil discutir a produção do urbano, o desenho urbano, sem discutirmos a ilegalidade tornada legal eo impacto da corrupção sobre os grupos vulneráveis da sociedade, em particular as pessoas de baixa renda que vivem na dita periferia urbana nos bairros considerados "clandestinos".

A proliferação das áreas residenciais clandestinas na Praia deveu-se à inexistência de políticas eficazes de planeamento nos anos que seguiram a independência do país. Os mais graves aspectos urbanísticos da cidade são o reflexoda uma ausência de estratégicas no domínio do ordenamento do espaço urbano, de uma verdadeira política de habitação e de solos, com vista a satisfazer às necessidades presentes e futuras da população em matéria de lotes e alojamentos. A necessidade de habitação não correspondida pela promoção legal e a perspectiva de melhorar as condições de habitabilidade levam a população a recorrer ao loteamento ilegal e espontâneo.

Infringindo as normas urbanísticas, as pessoas constroem as moradias à medida das capacidades financeiras e de acordo com modelos idealizados. Esse recurso ao setor informal de solos não pode ser vistoà margem do processo de atribuição de lotes pelo poder público. Importa ademais referir que o problema das construções clandestinas não se centra apenas na ineficácia e rigidez do processo administrativo, mas também no fato de a administração não ter capacidade para responder à grande procura de lotes municipais, uma vez que apenas 20% dos terrenos da cidade são públicos (TAVARES, 2006).

Os interesses do setor imobiliário têm condicionado o acesso às áreas urbanizáveis a uma parte significativa da população que não possui recursos financeiros para aceder aos lotes e fogos da promoção legal, uma vez que a especulação imobiliária valorizou e intensificou a

especulação sobre os solos urbanos nas melhores áreas da cidade. O problema da habitação nunca foi respondido por uma política, mas sim por projetos e medidas pontuais que não resolveram o défice da habitação na cidade, nem melhoraram a qualidade habitacional de uma franja significativa da população. Da mesma forma, a política de solos nunca existiu e o processo de loteamento foi sempre feito numa gestão à margem de qualquer plano. As áreas residenciais clandestinas são um caso complexo, de difícil solução, mas as políticas a serem implementadas pelas autoridades municipais serão cruciais para a sua reconversão. Seguramente, essas políticas requerem uma ampla participação das pessoas de baixa renda nas tomadas de decisões, sob pena de sua ineficácia.

A política de habitação que as autoridades preconizam terá de incluir essa problemática e propor soluções exequíveis à realidade social dos residentes da Praia. Essa não pode deixar de ser feita em articulação com a política de solos, preconizando medidas concretas no acesso ao solo urbanizado por parte dos excluídos da oferta da promoção legal privada. A formação dessas áreas residenciais origina diversos problemas aos quais o ordenamento do território terá de dar resposta.

4.5.1. Espaço urbano, urbanizaçáo e cultura

O sistema capitalista da indústria de construção nos moldes em que está organizada na atualidade em Cabo Verde subverte os princípios do capitalismo e gera uma crise sem controle. No capitalismo,espera-se que os investimentos ocorram e se maturem em produtos e sejam consumidos. Espera-se também que os consumos produzam, a longo prazo, o lucro capitalista. No entanto, nas ilhas do arquipélago, os investimentos ocorrem e nem sempre geram produto, interrompendo a esperada cadeia entre o investimento e o lucro. A chamada reprodução do capital consolidada no lucro é subvertida e interrompida pelos excessos da corrupção e da ilegalidade nas ilhas do arquipélago. A presente crise do setor de construção que assistimos tem esse teor na situação da indústria da construção em Cabo Verde. Os investimentos não geram produto e não se consolidam em lucros, apenas em inflação e juros do sistema financeiro.

A cidade da Praia tem as áreas ilegais legalizadas paras os grupos que têm acessos privilegiados à engenharia e à justiça. Grupos privilegiados praticam a ilegalidade do uso do

solo e legalizam as suas ilegalidades. A cidade considerada ilegal é ilegal apenas para os pobres, sendo uma realidade muito palpável nas áreas dos bairrosconsiderados “clandestinos”. As corrupções, fraudes e ilegalidades nas áreas de construção são enormes e afetam qualquer perspectiva de planejamento e de gestão urbana.

Os projetos urbanos são aviltados e desviados dos seus propósitos, e esses afetam de maneira mais profunda as pessoas de baixa renda economicamente vulneráveis. Mesmo o emprego urbano dessas populações sofre os impactos da crise criada pela imensa corrupção na área da construção. Os pobres perdem de diversas maneiras sempre. As construções ilegais e o dinheiro ilegal da corrupção dos grupos privilegiados são sempre legalizados.

Concluímos que o espaço público é um dos temas importantes nas teorias e práticas urbanísticas atuais com relação à produção de cidades menos desiguais e mais vivenciáveis pela maioria da população, diminuindo ou eliminando as hegemonias de indivíduos ou grupos sociais, propiciando a expressão espacial de todas e todos, dentro do conceito de *democracia participativa*. Este conceito com grande potencial da produção do urbano e do urbanismo de forma necessária para ter como resultado a equidade social, limitação dos privilégios e satisfação social da maioria da população de baixa renda (HOLSTON, 2000).

Os espaços públicos são definidores das identidades das cidades e de seus habitantes. São espaços de produção das sociabilidades urbanas, além de produzirem também as expressões das culturas e dos grupos sociais. A democratização da vida urbana, da cidade é consequência dos interesses e grupos representados nos espaços edificados, nas suas concepções, usos e formas de gestão. O tema dos espaços público tem íntima relação com os ideais sociais de qualidade de vida, liberdade e equidade social. Nas palavras de Cunha Júnior:

> A cidade é traduzida em boa parte pelas conformações urbanísticas e pelos usos dados aos espaços públicos. Os desenhos urbanos das cidades sustentáveis, pensando o conceito como cidades onde a maioria da população vive em conforto material, consensos coletivos, conforto cultural e espiritual, a cidade percebida como bonita, com ambiência saudável, no visual, nos sons e ambiências, na sociabilidade e gostosa de conviver. Neste sentido também concluímos que inclusão da diversidade humana e dos grupos sociais, no caso a população negra, é fundamental para estes conceitos terem ligação com a realidade histórico e social brasileira. Portanto, fica consolidada na argumentação conceitual desenvolvida a importância de o urbanismo introduzir os conceitos de bairros negros, população negra, cultura negra para pensar o planejamento dos espaços públicos na sociedade nacional, e nas cidades brasileiras. A segunda metade do século vinte foi traduzida pela intensiva urbanização e industrialização, pelo predomínio das tecnologias sobre os seres humanos, pela individualidade dos seres urbanos, resultando na alienação dos indivíduos

> em reação ao coletivo e pela interligação intensiva dos espaços geográficos num movimento de mundialização das economias (2016, p. 14).

A cidade das redes de tráfegos urbanos intensos e de grandes construções de avenidas, da preocupação com os estacionamentos de veículos individuais e o recuo do interesse e da expressão pública é uma característica preocupante do século passado e com perspectivas de expansão no século atual. Os resultados foram as inseguranças, o mal-estar urbano, o crescimento exponencial das desigualdades urbanas, com as cidades prisioneiras de seus próprios muros e dos seus sistemas de controle social. Polícia, câmaras eletrônicas de vigilância dos ambientes, seguranças (pessoas) e cercas elétricas, cães de guarda são alguns elementos que compuseram a paisagem das cidades. Os consensos relativos às opiniões dos diversos especialistas são em relação à insustentabilidade desses vetores do progresso urbano. Em torno desse estado de desilusão ou dificuldades com a forma de desenvolvimento urbano é que foram criados movimentos e ações urbanas no sentido de uma reorganização dos espaços urbanos de novas formas democráticas da sua produção (CUNHA Jr, 2015; HOLSTON, 2000).

Deste modo, surgem os conceitos de cidades resilientes e de cidades sustentáveis, necessário mudar os hábitos e a formas de pensar o futuro das cidades e colocá-los nas práticas urbanísticas do desenho das cidades. Nesse sentido é que se escreve no código de postura urbana da cidade da Praia o regramento urbanístico e funde-se na sequência a produção do estatuto das cidades, a preocupação com a redução dos privilégios de grupos sociais e do controle dos sistemas imobiliários sobre o desenvolvimento das cidades.

As pessoas de baixa renda carecem de formação e informação urbanística sobre o *direito à cidade* e de participação democrática. Os organismos responsáveis pelas cidades não produzem esses meios, então a participação é mínima e esbarra-se na força de argumentação dos arquitetos, engenheiros e urbanistas. A formação técnica é um privilégio de poucos, que nascem e vivem longe de onde residem os problemas urbanos, resultantes das políticas de desigualdades sociais. A formação técnica urbanística geralmente é alienada da realidade social dos bairros pobres.

A necessidade da pluralidade cultural é enfatizada pela corrente urbanística francesa que pensa as reformas urbanas e as criações de novos espaços urbanos dentro da temática do misto edificado como parte da proposta da cidade para todas e todos. Esse espírito da *cidade plural* e de estabelecimento de equidade social econômica, política e cultural fica presente nos diversos movimentos sobre habitação e reforma urbana, sendo que, no entanto, as

especificidades dos segmentos sociais de baixa renda e da cultura cabo-verdiana não são tratadas no específico e com uma dimensão de importância em face da história nacional, das presenças dos segmentos sociais de baixa renda e das desigualdades produzidas como consequência das formas que foram produzidos os espaços urbanos no nosso arquipélago.

A hegemonia do pequeno grupo assimilado, historicamente, detentora do poder político, e status social e econômico subverte a existência de equidade. Elimina a possibilidade, em todas as esferas da vida nacional, do exercício de igualdade democrática. A profunda desigualdade social, segregação espacial e a exclusão socialtêm as suas imagens reproduzidas nas paisagens das cidades e dos espaços urbanos da sociedade cabo-verdiana. Entretanto, as práticas de privilégios e hegemonias sociais instauradas pelo capitalismo racista não sofreram crítica e considerações teóricas e conceituais pelos urbanistas cabo-verdianos. Do mesmo modo, a explicitação dessa realidade não introduziu alteração significativa do pensamento social urbano em face das formas atuais de relações sociais e políticas públicas. Os supostos novos posicionamentos do novo urbanismo continuam alienandos à realidade e ao mudo sobre a existência dos segmentos sociais de baixa renda dos bairros “clandestinos”.

Concluímos que a preocupação da inclusão da cultura cabo-verdiana e dos segmentos sociais de abaixa renda na configuração dos espaços públicos não existe, sofre fortes barreiras e permanece um assunto estranho. No entanto, dentro do ideal de democratização das cidades e da produção do urbano, permanece o desafio da inclusão dos segmentos sociais de baixa renda e da nossa herança cultural africana. Problema que na sua solução envolve os níveis de formação e informação da sociedade, em particular da formação de urbanistas, engenheiros e arquitetos, e do respeito ao protagonismo social produzido pelas associações comunitárias e fortemente rejeitadas pela maioria da expressão urbana cabo-verdiana.

Tratar do espaço público é repensar o passado, resgatar a nossa ancestralidade e propor a correção do presente e a construção do futuro. A participação da sociedade, das pessoas de baixa renda, é uma das formas de melhoria do desenho urbano, existindo a necessidade em repensar e reorganizar as formas de participação. No âmbito deste trabalho, fica como recomendação a realização de escolas técnicas, de ensino médio em urbanismo, arquitetura e edificação nos bairros para aumentar o número de pessoas formadas nos conceitos e métodos da produção das cidades e da criação de mercados e feiras públicas e uma intensificação dos lugares e centros de cultura nas comunidades.

A cidade densificada, de belos espaços públicos, pode ser resultante do mercado de trabalho diversificado, mercado local de pequenos negócios como mercado de trabalho, formação e informação sobre urbanismo disseminados na população, fortalecimento das

associações comunitárias das diversas modalidades e reconhecimento e respeitos aos segmentos sociais de baixa renda que vivem na dita periferia urbana da cidade da Praia. Da promoção incondicional dos espaços públicos depende a mudança do pensamento sobre urbanismo e do urbanismo das cidades futuras, sejam elas pensadas como *resilientes* ou como sustentáveis.

4.5.2. Ubuntu e descolonização da teoria urbana: o pensamento fora do lugar

O principal objetivo desta seção é a descolonização da teoria urbana, para poder enfocar a experiência das cidades africanas e das populações africanas nos processos de urbanização. As civilizações africanas foram importantes na história da humanidade, em todos os aspectos. Com o desenvolvimento da dominação ocidental, nos últimos quatro séculos, a escravização e o colonialismo omitiram a importância histórica das civilizações africanas, dilaceradas pela ideologia da história universal europeia.

A herança africana – práticas, saberes e conhecimentos importantes para a vida e manutenção equilibrada das sociedades africanas – em muito foi perdida e substituída pela ideologia eurocêntrica. Entretanto, na formação histórica das ilhas do arquipélago, colônia e império, foi a herança africana que possibilitou muito da produção nas áreas da agricultura, pecuária, construção, vestuário e alimentação. Como faz notar Cunha Junior (2015), devemos levar em consideração que temos 6000 anos de história escrita da humanidade, que se inicia na Mesopotâmia e, ao mesmo tempo, na África, através das civilizações egípcias. Outras civilizações, como a chinesa e a Indu, também têm a mesma importância milenar, e, de maneira geral, trocaram conhecimentos com as civilizações africanas.

Se considerarmos as civilizações europeias como as realizadas a partir da Grécia antiga, podemos concluir que os europeus entram tardiamente para história da humanidade (ASANTE, 2009; DIOP, 1964). São importantes durante um curto período que se inicia há300 anos antes da era denominada como cristã e segue até a denominada Idade Média, quando mergulham num profundo obscurantismo,período no qual as civilizações africanas e asiáticas têm fortíssimo desenvolvimento mercantil e científico. Entretanto, a história da humanidade que é apresentada na educação cabo-verdiana não trata os fatos dessa forma e induz conhecimentos e percepção da história diferenciada dessa realidade. Leva a pensarmos que os

africanos estiveram estagnados no estágio tribal até ao aparecimento dos europeus na África, a partir do século XV, com a *maafa* da escravização.

Ubuntu pode ser considerada a parte central dos valores da sociedade africana que implica no reconhecimento da importância da coletividade e da relação negociada e respeitosa entre as pessoas. O ponto importante do Ubuntu é necessidade constante da reciprocidade entre os seres numa sociedade. Ubuntu é um conceito de vida que pode ser sintetizado na frase: "Eu existo porque você existe". Uma das parábolas para explicar o conceito é a do ser morando sozinho no paraíso, tendo de tudo que imagina, menos outras pessoas. Esse ser reflete sobre si e chega à conclusão de que a sua vida não tem nenhum significado, pois se encontra na condição de completo isolamento.

A existência tem sentido apenas na relação social existente dentro de uma comunidade, onde se instalam conflitos de interesse. A reciprocidade, o respeito mútuo e o diálogo criam condições para a manutenção de um equilíbrio, que velado, e como um princípio diretor das relações sociais, produz a energia e a força da existência contínua da comunidade (RAMOSE, 1999).

Podemos considerar Ubuntu como uma filosofia em si, que contém a regras do bem viver, de como preservar a existência da comunidade, ou como parte das filosofias de vida das sociedades africanas de línguas bantu. Nesse sentido, o filósofo africano MogobeRamose parte do processo da reorganização da África do Sul.Seu livro *A Filosofia Africana como pensamento do Ubuntu* (1999) argumenta que Ubuntu parte da raiz da filosofia e do conceito de ser africano. Considera que a árvore africana de conhecimento decorre da filosofia Ubuntu. A ideia de Ubuntu ou valores semelhantes estão sendo retomados nas sociedades africanas pós-coloniais como formas da reconstrução da auto-identidade africana em função dos desgastes que essas sofreram em virtude da dominação colonial racista ocidental. Nestes termos creio que a filosofia Ubuntu será um paradigma epistemológico para se repensar os problemas do urbanismo e da da ocupação do espaço urbano na informalidade, tendo em vista as raizes profundas da ancestralidade africana impregnadas na cultura e no *modus vivendi* das populações das periferias urbanas da Praia.

5. ITINERÁRIOS DA OCUPAÇÃO URBANA E INFORMALIDADEHABITACIONAL NA CIDADE DA PRAIA: CIRCUITOS, CENÁRIOS E EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO BAIRRO DE JAMAICA

O presente capítulo incide sobre os fragmentos de trajetórias de vida de personagens pautados a partir da entrevista e conversas informais. Baseados nas narrativas dos moradores, contidas em entrevistas exploratórias, introduzimos seis personagens e principais entrevistados que fazem parte desta pesquisa e analisamos os elementos referentes às suas impressões e aos seus itinerários profissionais, suas necessidades e expetativas, experiências sociais e estratégias cotidianas empreendidas na construção de habitação e sua vivência. A partir dessa estratégia, procuramos ilustrar o nexo entre as diferentes histórias pessoais de cada um (a) no contexto social, cultural e histórico, no bairro de Jamaica, onde estão inseridos (as).

Nessa trilha de que os percursos de vida são frutos da interação social em processo de permanente transformação entre as restrições estruturais, o pensamento, a vontade e a ação humana (ANDREWS, 2007), tentamos perceber os contextos sociais, as circunstâncias nas quais se desenrolam essas experiências de ocupação do espaço urbano através das habitações ditas informais. Para efeitos de análise, concebemos as trajetórias de vida, tal como Gonçalves e Lisboa, como fragmentos de histórias de vida, um determinado percurso ou ciclo de vida do entrevistado que vai ao encontro dos objetivos da pesquisa (GONÇALVES; LISBOA, 2007).

Nesse contexto, podem ser consideradas como narrações dos atores sociais relativas aos seus percursos biográficos e referentes ao lugar as condições históricas e culturais que os configuram,pois é através de suas narrativas que as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para ela e encadeiam acontecimentos que constroem a vida individual e social. Desse modo, contar histórias implica estados intencionais que tornam familiar os acontecimentos, os fatos e os fenômenos que conformam a vida cotidiana normal. São a partir das entrevistas e fotografias nesse contexto simbólico que buscamos descrever os perfis sociais e percursos de vida dos nossos entrevistados, com o objetivo de contemplar três dimensões das suas trajetórias de vida: o seu passado, necessidades atuais e expetativas para seu futuro.

No interior desse grupo, selecionamos seis interlocutores, sendo aqueles que se mostraram mais disponíveis em participar nesta pesquisa. Esse grupo é composto por dois homens e quatro mulheres cabo-verdianas (os), provinientes do interior das ilhas de Santiago

e do Fogo, atualmente moradoras (es) do bairro de Jamaica. A escolha de utilizar um maior número de mulheres nesta amostragem esteve pautada pelo nosso maior interesse em compreender e contrastar o papel social da mulher preta cabo-verdiana, tanto no passado como no presente, observando sua africanidade na configuração e formação da cidade a partir da ocupação, e de uma re-leitura da ancestralidade africana, no contexto social marcado pela escravização e colonização.

Todas (os) são proprietárias (os) de casas, construídas no bairro e trabalham como empregadas domésticas, funcionários na empresa de segurança, exercendo atividades diversificadas, dentre elas a de vendedeira ambulante. Durante a primeira fase de entrevista exploratória no bairro, foram essas (es) moradoras (es) que manifestaram maiores interesses em fornecer depoimentos referentes às circunstâncias que influenciaram a construção de habitação informal, acontecimentos marcantes da história social do bairro de Jamaica.

Importa deixar presente que a escolha desse pequeno grupo não esteve pontuada no critério de representatividade estatística. Assim, selecionamos um pequeno grupo com o qual fosse possível ir além da realização de entrevista mais focada em certos temas do interesse da pesquisa e, posteriormente, estabelecer contatos diretos mediante encontros das suas atividades. E, desse modo, procurar conhecê-los e elaborar uma análise mais detalhada desse contexto para ilustrar com exemplos parte do universo estudado.

A preocupação de trabalhar com um coletivo pequeno é no sentido de permitir contatos mais aprofundados, frequentemente feitos de modo direto, no sentido de ganhar maior consistência, densidadee qualidade de dados nas entrevistas e nas descrições de campo. É de realçar que, para além das entrevistas, estabelecemos um ciclo regular de encontros e conversas com cada um dos nossos entrevistados e, na medida do possível, observando e visitando as suas casas. Isso para permitir construir a empatia necessária para se abrirem mais e conhecermos melhor suas vidas, assim como para poder analisar diferentes situações nas quais estão envolvidas ao longo do tempo, e com isso lograr conhecer e penetrar mais no seu mundo de relações, o de suas redes de relações sociais, buscando compreender até que ponto essas redes influenciaram, ou não, assim como controlar as hipóteses de estudo da Eunice Durham nas suas pesquisas no Brasil nos anos 1970, a fixação e consolidação da sua permanência no bairro (MITCHELL, 1987).

Durante as entrevistas com os moradores, a nossa preocupação centrou-se especialmente no teor das suas narrativas sobre as motivações que influenciaram a construção de habitação e a fixação no bairro de Jamaica, alémdos esforços e estratégias de sobrevivências para atender à satisfação de suas necessidades básicas. Assim, as entrevistas

foram realizadas no bairro de Jamaica, nas casas dos moradores, com o objetivo de garantir a captação das suas narrativas e percepções sobre o lugar e seu contexto de vidas, através da gravação dos seus depoimentos.

As transcrições foram efetuadas posteriormente às entrevistas. Os discursos foram para os entrevistados um meio privilegiado de conceder um sentido e significado às suas experiências, uma ocasião ímpar para formularem, através das palavras, os modos pelos quais atribuem sentido e significado às suas experiências de ocupação do espaço na informalidade habitacional (SCHNAPPER. 2000, p. 89).

Ao centrar as entrevistas em uma categoria específica de moradores, provavelmente deixamos de considerar outras categorias nesse universo de ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional. O fato de optar por trabalhar mais qualitativamente com esse pequeno coletivo não impediu de recolher também outros depoimentos de outros moradores do bairro, pois, mais do que nos centrar em apenas indivíduos, o nosso trabalho em campo buscou pensar dinâmicas e processos das relações sociais. Nessa relação, teremos em devida conta os diálogos teóricos em vigência no momento, o contexto social mais amplo, assim como as situações imprevisíveis que fizeram ressoar, nessa experiência, os moradores do bairro de Jamaica, como agências no processo de ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional.

Tratando-se de uma pesquisa realizada num país africano que passou pelo processo de colonialidade, consideramos nessa abordagem metodológica as recomendações de Molefi Kete Asante (2009, p. 94) sobre o conceito de agência, focados no interesse pela localização psicológica, defesa dos elementos culturais africanos, compromisso com o refinamento léxico e compromisso com a nova narrativa da história da África. Fazendo isso, acreditamos não estar incorrendo naquilo que tem sido recorrente na construção antropológica eurocêntrica, que, na maioria dos casos, se esbarra no falseamento da realidade dos entrevistados e participantes da pesquisa. Assim, apresentaremos, na próxima seção, a posição geográfica do bairro de Jamaica na cidade da Praia.

5.1 A posição e estrutura geográfica do bairro de jamaica na cidade da praia

Jamaica é um dos bairros informais mais recentes da cidade da Praia, capital de Cabo Verde. É um bairro jovem, situado entre os bairros de Achada Grande Frente e Achada Mato, numa ladeira árida, com pouca vegetação e sujeita a enxurradas e desabamentos de terras, quando chove, representando riscos à vida dos moradores do bairro. Com uma área de cerca de 0,37 Km^2, Jamaica situa-se também nas proximidades da antiga instalação do aeroporto da Praia, hoje funcionando como sede do Serviço Nacional de Proteção Civil e do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, (CENSO 2010), esse bairro possuía uma população de 227 habitantes, com tendência para um crescimento rápido, uma vez que, com grande frequência, o bairro é ocupado por novos assentamentos "clandestinos" para reproduzir a linguagem da autarquia local e da mídia cabo-verdiana. Os assentamentos situam-se nas encostas e ribeiras sem as mínimas condições de habitabilidade, quais sejam portas e janelas seguras, cômodos independentes, telhado compatível com o clima quente do arquipélago de Cabo Verde, banheiros sanitários condignos etc..

Grande parte das habitações são construídas com blocos de concreto, lata, plásticos e papelão, sem nenhuma segurança. As habitações no bairro de Jamaica, assim como nos outros bairros da cidade da Praia, não seguem um modelo tradicional africano de construção de habitação que ainda existe no interior das ilhas de Cabo Verde. Atualmente, são modelos de habitação construídas com blocos de concreto, com a sua origem no período colonial. Sendo que, depois da independência as entidades públicas do município da Praia criaram decreto-lei baseado na "política higienista" que proíbe a construção modelo africano de habitações constrídas com pedras e cobertas de palhas na cidade da Praia (ÉVORA, 2009; SEMEDO, 2006).

Perguntamos se esse modelo de construção atual herdado do colonizador e reproduzido pelas entidades públicasno período pós-colonial atende às necessidade e expectativas culturais, históricas e climáticas das pessoas que vivem na cidade da Praia?Essemodelo não seria também uma prática de desafricanização da população que vive na capital cabo-verdiana?

A população do bairro de Jamaica é maioritariamente jovem, composta por pessoas oriundas de diferentes regiões do arquipélago, mormente, interior da Ilha de Santiago, ilhas periféricas como Fogo e Brava e migrantes provenientes de países vizinhos da África continental ocidental, como Senegal e Guiné-Bissau. Pobreza extrema, abandono e ausência de serviços básicos são os marcos visíveis que despertam a sensibilidade de qualquer visitante do bairro. O bairro de Jamaica carecepraticamente de todas a infraestrutura mínima e necessária à sobrevivência dos (as) moradores (as). Pelo que constatamos, a única infraestrutura visível existente no bairro é uma empresa de materiais de construção que se instalou nas imediações desse bairro e que, segundo os nossos entrevistados, emprega alguns moradores. A imagem a seguir ilustra os desafios das condições e das habitações no bairro de Jamaica.

Figura 8 – As condições de algumas habitações no bairro de Jamaica

Fonte: Foto de Rutte Andrade.

A imagem acima, representa os modelos de habitações no bairro e as condições geográficas dos terrenos onde a maioria das casas foram construidas. As casas são construídas com alguns materiais como chapas de bidões que segundo os maradores são encontrdos nas licheiras dos bairros mais próximos como Achada Grande Frente, que é um bairro que comercializa sobretudo materiais de contrução. Os plásticos e papelões são outros materiais utilizados, principalmente pelas familias com menos poder de compra. Ainda, de acordo com

a ilustração, podemos observar também que outras casas são construidadas com blocos de concreto, um modelo de construção herdado do regime colonial e perpetuado pelas entidades públicas municipais. Esse modelo de construção predominantemente em blocos e lajes de concreto representa atualmente o modelo dominante não só na cidade da Praia como em todo o arquipélago de Cabo Verde.Paradoxalmente o Bairro de Jamaica se localiza na encosta e nas proximidade de uma empresa chinesa que fornece serviços de materiais de construçáo sobretudo em alumínio e vidros, consumido pelas empresas de construção civil e pessoas da classe média.

5.1.1 Origem do nome do Jamaica: "*Bob Marley morri ma ami n`fika*"[24]

O nome Jamaica foi uma homenagem ao Bob Marley, o ídolo do nosso personagem Titino, hoje conhecido por Rasta, questão que vamos retomar mais à frente. Como todos os fãs, Rasta conhece toda a biografia do ídolo, as dificuldades iniciais para cantar e gravar as músicas, assim como a sua carreira, marcada por circunstâncias nem sempre bem-sucedidas. Na residência do nosso interlocutor encontram-se vários dos *posters*com fotos, desenhos e/ou imagens de Bob Marley já na entrada da sua casa que se seguemobservando até sua área de serviço (quintal).

Ele nos contou que aos 16 anos de idade passou a usar *dredloks* por influência do cantor jamaicano. Comprava CDs, e DVs do ídolo, assim como as revistas sobre o cantor, para colecionar e recortar as suas fotografias, para incorporar e ter maior acesso às informações e notícias do seu grande ídolo. Também nos contou muito emocionado sobre o sonho de ser cantor de reggae, tal como Bob Marley. Porém, as dificuldades e vicissitudes da vida não lhe permitiram a realização desse sonho. Fisicamente, o nosso interlocutor apresenta traços fenotípicos do seu idolo Boby Marley, sendo portador de*dredlocks*e chapéu com símbolos de rastafári.Rasta considera ser um continuador de Bob Marley e seu modo de homenageá-lo foi não apenas incorporando e reproduzindo religiosamenteos seus princípios, como batizando o local que passou a morar, de Jamaica. Mesmo estando Bob Marley morto, ele mantém vivo a sua ideologia como forma deperpetuar seus ensinamentos.

Nas suas palavras: "*n´ka ta falta nha txapéu, é símbulu di África e Bob Barley*"("Não deixo o meu chapéu, ele é o símbolo da África e do Bob Marley").Esta narrativa reflete

[24] Tradução: "Bob Marley morreu, mas eu fiquei para homenageá-lo" (RASTA. Agosto, 2017).

através do nosso interlocutor o esforço de preservação dos valores ancestrais africanos, valores de resistência e resignação, notórios em todos os moradores do bairro,considerando o fato de que Bob Marley se ergueu como personalidade que representa negritude e resistência negra . Essa tradição mostra também o carisma e a simbologia que o personagem Rasta representa para os moradores, enquando lider fundador e patriarca do bairro de Jamaica na cidade da Praia em Cabo Verde.

5.2 Itinerários ocupacionais e experiências vividas

Nesta seção apresentamos uma análisesobre os perfis biográficos dos seis personagens desta pesquisa, captados a partir de entrevistas e conversas informais. Posteriormente, analisamos as narrativas que fazem sobre suas experiências sociais e suas histórias de ocupação do espaço na informalidade habitacional.A partir da nossa participação nesse contexto, descrevemos os perfis sociais e os percursos de vida dos personagens, buscando contemplar três dimensões de suas trajetórias de vida: seu passado, seu presente estratégico de sobrevivência e seu futuro relativo aos desafios e expetativas. Com base neses marcos, apresentamos a seguir fragmentos de suas autobiografias.

5.2.1 De Titino a Rasta lavador de carro: "*N`bem Praia pam bem ranja nha bida, longi di familia*"25

Jacinto Lopes Andradeé um homem de 44 anos de idade, popularmente conhecido por Titino. Nasceu no interior da ilha de Santiago, no concelho de São Salvador do Mundo, em Picos na comunidade de Porgueira. Filho de uma família muito humilde, a mãe era doméstica e o pai agricultor. Identifica-se como cabo-verdiano e orgulhosamente afirmou que o avô dele era português, e por isso as duas irmãs mais velhas são *brancas de cabelo liso, parecidas com mulheres portuguesas. Os dois irmãos mais velhos eram muito arrogantes, por conta da pele negra clara, e por se considerem brancos,* afirmou Rasta. Ele fala crioulo e arrisca um pouco de português, e o inglês, quando é abordado por turistas no seu local de trabalho. Veste roupa

[25] Tradução: "Eu vim para a cidade da Praia para construira minha vida, longe da família" (RASTA, Agosto, 2017).

africana, principalmente quando vai para algum evento, como quando se dirige à igreja católica semanlamente ou vai para festas. Mas ficou visível que Rasta usa também adornos, como pulseiras e colares, e o fundamental, que é o chapéu de Bob Marley com as cores verdes, amarelo e preto, que simbolizam a bandeira da cultura rastafári.

Segundo nos contou, o pai, já falecido há oito anos tevetrês esposas eonze filhos (as), sendo quantro filhos com a mãe de Rasta, duas meninas e dois rapazes.Por ser muito pobre, o pai não ajudava suficientemente nas despesas da família, por isso o irmão mais velho trabalhava para ajudar afamília. Desde muito cedo, ainda criança, com 13 anos de idade,entendeu que devia arrumar emprego. Teve de trabalhar, tirando lenha para vender em "fornalha", engenho tradicional de produção de aguardente em Cabo Verde.[26]

Rasta sempre foi uma criança muito curiosa, atenta, participativa e crítica perante as condições sociais de pobreza em que vivia, mas também inconformado comas atitudes ausentes do pai perante a família. Ainda adolescente, o irmão,oitos anos mais velho e filho do mesmo pai e mesma mãe fez-lheuma oferta de trabalho no concelho de Tarrafal para cuidar de espaço agrícola, nas épocas da chuva. Trabalhou durante três anos no Tarrafal e voltou para a casa dos pais dele. No auge de sua adolescência, ainda aos 14 anos de idade, envolveu-se sexualmente com uma adolescente da mesma comunidade, cuja idade exata ele não revelou. A menina engravidou e, com medo de ser forçado a assumir responsabilidade precoce, Rasta decidiu migrar–se para a cidade da Praia, fugindo da responsabilidade e procurando emprego e melhores condições de vida.

Na cidade da Praia, o nosso interlocutor não podia contar nem sequer com o apoio das irmãs mais velhas que já moravam na cidade. Por serem muito pobreS não tinham condições de oferecer hospedagem ao irmão. Porém, chegou à cidade e encontrou rapazes com a mesma idade que trabalhavam no mercado de Sucuprira, "rolando tambor".[27] Inicialmente, trabalhou ao lado de adolescentes, jovens e mesmo homens mais velhos. Foi uma experiência muito difícil, envolvendo-se com violência e vandalismo, vivendo na rua durante dois anos.

---

[26]Uma experiência que até então existe em Cabo Verde. Porém, com o tempo, as experiências têm melhorado não só quanto à qualidade do produto quanto à diversificação de ofertas. Por exemplo, no interior da ilha de Santiago, no conselho onde nasceu Rasta se produz aguardente de frutas, como laranja e morango.

[27]Tambores sãopequenos contentores de barris e bidonscom alimentos, vestuários e outros produtos de consumo e de comercialização informal que os parentes emigrantes cabo-verdianos enviam da Europa e dos Estados Unidos para as familias espalhadas pelas ilhas do arquipélago de Cabo-verde. Isso constitui uma ajuda na economia familiar.Os emigrantes exportam roupas e mercadorias para Cabo Verde, para serem vendidos no mercado. Por serem barris grandes e pesados, os comerciantes, que, na sua maioria são mulheres, pagam rapazes e até adolescentes para transportarem essa mercadoria do seu local de venda,até aos armazéns e estacionamento de taxi e carrinhas que as transportavam entre suas casas e o mercado Sucupira, diariamente.Importa esclarecer que o mercado Sucupira é o maior centro comercial da Cidade da Praia e de todo Cabo Verde.

O retorno financeiro mal dava para sobreviver e menos ainda para pagar o aluguel. Por isso dormia na rua , nos arredores do mercado de sucupira , onde invadia com os colegas de rua o parque Cinco de Julho para se acomodarem sobretudo à noite.

Para conseguir melhor trabalho e se afastar do ambiente de vandalismo como consumo e alcool e craque, aceitou a proposta de alguns colegaspara trabalhar no aeroporto Amílcar Cabral, como bagageiro, ajudando comerciantes e migrantes que chegavam nos voos nacionais e internacionais a despacharem as suas bagagens,ajudando-os a fugir de pagar excessos de peso, disse Rasta. Porém, era um trabalho que se realizava somente à noite, quando chegavam os voos da única companhia aérea cabo-verdiana, a TACV Cabo Verde Airlines. De qualquer modo, ajudar as pessoas que chegavam, principalmente os comerciantes e imigrantes, rendia-lhe uma bomdinheiro. Rasta e os amigos ganhavam o suficiente que dava até para economizar, mas o estilo de vida que levavam, fazia com que gastassem tudo em festas.

A partir de 1984,o nosso interlocutor Rasta, trabalhavadurante a noite no aeroporto,e, de diasaía com os amigos pelos bairros da cidade da Praiaà procura obras em construções para trabalharem de modo a complementar os rendimentos financeiros. O trabalho na construção permitiu-lhe fazer alguma poupança em dinheiro. Nesse período, procurou a irmã mais velha que morava na cidade da Praia, a quem entregava o dinheiro para guardar, para ele não esbanjar. Como não tinha lugar para morar, a irmã o convidou para morar num quarto muito precário, e o qual ele partilhava com seus amigos. Sem outra opção, aceitou o convite da irmã e passou cerca de um ano dormindo no *quintal* da casa da irmã.

Continuou a trabalhar, na construção, e conseguiu comprar móveis básicos, além de ter alugado uma casa no bairro de Achada Grande Frente, nas proximidades do antigo aeroporto da Praia, onde o mesmo trabalhava. Recuperando-se financeiramente,Rasta passou a visitar com mais frequência a familia que tinha deixado no interior da ilha de Santiago. As roupas que usava e algum apoio que oferecia à família, começavam a despertar a atenção de amigos e vizinhos na comunidade, fazendo que que alguns amigos lhe “solicitassem apoio para irem trabalhar na cidade da Praia”.Dessa forma, partilhou o apartamento com alguns amigos migrantes. Essa era também uma estratégia de economizar, partilhando quartos com amigos da mesma comunidade.

Segundo Rasta, por volta de 2002 e 2003, o Instituto Cabo-vediano de Criança e Adolescente (ICCA), em parceria com a Agência de Segurança Aérea (ASA), decidiram organizar e institucionalizar os trabalhos de bagageiros no aeroporto da Praia, para oferecer um emprego à juventude, pois muitos eram jovens e adolescentes que trabalhavam expostos

aos riscos e insegurança dentro do aeroporto e arredores. Porém, Rasta reconhece que não tinha condições de continuar muito tempo naquele trabalho, por conta da delinquência de alguns colegas.

O dinheiro que recebiam em resgatar asbagagens dos imigrantes e comerciantes era significativo, porém poucos colegas conseguiam gerir bem aquele dinheiro. Por conta dosriscos que apresentavam ao serviço de aeroporto, perderam o trabalho de bagageiro. Nessa época, ele deixou o aeroporto, afastou-se e começo a lavar carro no estacionamento da Empresa Pública de Abastecimento de Cabo Verde (EMPA), no bairro de Achada Grande Frente. Inconformado com a renda que arrecadavadecidiu voltar ao aeroporto e trabalhar simultaneamente nos dois locais, acompanhado do amigo, também do interior da ilha. Segundo o nosso interlocutor:

> com a mudança do aeroporto[28] para o local mais distante, decidi lavar o carro na EMPA. Sem condições para pagar o aluguel, com a influência do amigo,[29] muito inteligente e bom rapaz, mas que usava droga pesadae que começou a ficar doente, com alucinações. Aconselhei-o para deixar de fumar pedra (crack) porque era um produto feito para "cavalos". Esse meu amigo me convidou para irmos construir uma nave de galinha,[30]numa pequena floresta situada na encosta do antigo aeroporto. No desespero com o pagamento de aluguel, num belo dia, peguei a minha faca gigante, coloquei dentro de um saco e fui à encosta do aeroporto. Quando cheguei, subi em cima de uma pedra gigante e na minha frente eu tinha uma paisagem que me afetou muito. Parei e pensei: vou fazer a minha barraca, para daqui a alguns anos ter uma casa para minha família. Foi com essa determinação que eu comecei a cortar as pequenas árvores que existiam no local, medi terreno e comecei a escavação do solo que tinha um pequeno monte de terra que precisava ser removido para construir a casa. Convidei o amigo e irmão para juntos trabalharrmos o terreno para construir a casa. Na estratégia de "djunta mó" [31] , conseguimos trabalhar o mesmo local um ao lado do outro a preparamo o terreno pronto para construção (RASTA. Agosto, 2017).

---

[28] O Aeroporto Internacional da Praia, renomeado, em 2012, de Aeroporto Internacional Nelson Mandela, localiza-se na ilha de Santiago, acerca de 3 km a nordeste do centro da cidade da Praia, capital de Cabo Verde. Veio substituir, em 23 de outubro de 2005, o antigo aeroporto Francisco Mendes.O Aeroporto Internacional Francisco Mendes foi um aeroporto localizado na Ilha de Santiago, em Cabo Verde . Foi inaugurado em 1961 e depois da independência nacional recebeu o nome do nacionalista africano Francisco Mendes. Estava localizado a cerca de 2 km a leste do centro da Praia, na parte sudeste da ilha de Santiago e na parte mais a oeste de Achada Grande Trás ao lado de Achada Grande Frente.

[29] O Pedro, comunmente conhecido por Peter é o mais antigo e uma das primeiras amizades que Rasta fez ao chegar à cidade da Praia, no mercado de sucupira. Nasceu e viveu na cidade da Praia, deixou a familia ainda crianca para morar na rua, nos aaredores do mercado. Foi ele quem orientou o Rasta quando este chegou a Sucupira. Permaneceram juntos em sucupira e mais tarde no aeroporto da Praia. Partilharam as mais diversas vicissitudes, trabalhando e vivendo na rua.

[30] Nave de galinha são pequenos aviários industriais onde se criam galinhas, em grande quantidades, destinadas a produção e comercialização de ovos e carnes.

[31] Termo de origem crioula que significa entreajuda, solidariedade, partilha entre as pessoas dentro da comunidade. Trata-se de uma prática cultural ancestral impregnada na ética ubunto em Cabo Verde

Em 2004, Felisberto Vieira (ex-presidente da Câmara Municipal da Praia) ganhou as eleições na cidade da Praia, o que facilitou muito a negociação com os fiscais da Câmara Municipal da Praia. Nessa época, os agentes de fiscalização perceberam a presença e tentativa de construção de moradias no local. Os agentes municipais sempre estiveram atentos pelo que aqueles que eram mais exigentes não o toleravam e sempre ameaçavam em destruir qualquer construção.

Porém, revoltados com a postura e agressividades dos agentes da Câmara Municipal, Rasta nos contou que passou a ameaçar os fiscais, aqueles que geralmente eram mais agressivos e que haviam destruído o primeiro raspal construído. Segundo Rasta, depois disso, não desistiu; percebeu que o diálogo seria a melhor estratégia para convencer os agentes de fiscalização municipal, considerando o fato de ser aquele um período eleitoral. Nas falas do nosso personagem:

> Foi mediante anegociação com os agentes mais compreensivos e sensíveis com a falta de condições para alugar uma casa e a necessidade de ter acesso à habitação que um agente (religioso evangélico que me conhecia há muito tempo no bairro de Achada Grande Frente) me disse que o espaço não era urbanizado, era "brabu",[32]pertencia ao estado, por isso podia construir a sua barraca. Porém, me aconselhou a passar na câmara Municipal para solicitar uma licença de autorização de construção de habitação. Seguindo a orientação do fiscal, procurei a câmara que me concedeu a licença para continuar a construção (RASTA, Agosto de 2016).

Para a construção da sua casa, Rasta contou com a generosa colaboração da sua esposa, que contribuiu com uma boa parte dos materiais de construção. Mas como conseguir a areia para a construção? Havia um edifício em contrução, próximo ao aeroporto, cujo material era protegido pelos agentes de segurança noturno. "*Foi em negociação com esses agentes,que no meio da noite e por vezes pela madrugada conseguimosmateriais para construir a nossa moradia"*, afirmou o nosso entrevistado. Inicialmente Rasta e amigos conseguiram construir as suas casas na calada da noite e até morar com as suas famílias. Ele nos contou que,quando começou a preparar o terreno, convidou os amigos e familiares para construírem também as suas casas, como estratégias de criar dinâmicas e fazer crescer a pequena encosta do antigo aeroporto da cidade da Praia, que veio a ser conhecido por todos como bairro de Jamaica.

Muito cedo, Rasta usava*dredlock*, e muitas vezes durante as noites ele tinha de fugir do pai, quem tentava cortar o seu cabelo, devido aos exteriótopos e preconceitos que existiam

[32]Termo crioulo que significa abandonado, sem dono ou espaço público.

em relação ao estilo de uso do cabelo com*dredlock,* próprio dos rastafári.[33]Importa deixar presente que rastafári é um movimento religioso e político, iniciado na Jamaica nos anos 1930, adotadono continente africano e várias diáspora negras africanas. Os membros desse movimento são chamados rasta, em todos os lugares do mundo. É considerado tanto um novo movimento religioso quanto um novo movimento social. Muitos rastas, entretanto, não o consideram como uma religião e simcomo um modo de vida (NEI LOPES, 2014).

Dredlocks é um dos costumesdo movimento rastafári, associadoà sacralidade,pois o corpo é considerado sagrado e inicialmente era proibidocortar ou pentear os cabelos. Ademais, o uso de ervas é um hábito cultural que os acompanha. Ganja e marijuana são algumas designações para a *Cannabis*, uma erva psicoativa milenar, usada por muitosrastas não para diversão ou prazer, mas sim para limpeza e purificação em rituais tradicionais (NEI LOPES, 2014).

Segundo o nosso personagem, frequentemente é destratado por terceiros que o desconhecem, por conta do *dredlock*, desde que começou a usá-lo. Mesmo no bairro, contou-nos que chegou a fazer uso da violência para acabar com o desrespeito dos adolescentes delinquentes, filhos de vizinhos que com frequência faziam brigas na porta da sua casa.Usava a violência porque se irritava frente perante o que considerava ser um abuso de poder de jovens deliquentesno bairro. Muitas vezes, as pessoas com quem cruzava na rua mudam de lado da estrada, seguram as bolsas e fazem uma expressão facial de muita preocupação e medo de serem assaltadas. Nas palavras do nosso interlocutor*: "usar dreds,para muitos, na cidade da Praia, é sinônimo de alguém que usa drogas, é vagabundo, violento e perigoso*".

O nosso personagem conta que, inicialmente, reagia com agressividade perante reações das pessoas, por causadas reações delas ao seu tipo de uso de cabelo. Contudo, segundo ele, atualmente, por ser uma pessoa mais madura e experiente, reconhece a ignorância e o preconceito das pessoas, por isso, nas suas palavras: "*n`ka sta liga más pa menéra kes ta spiam nha cabelo e kusas kes ta pensa di mi pamodi kabelu"*("hoje já não me importo mais com a forma como as pessoas me olham e julgam por causa do meu cabelo").

Ademais, ele assegura que reconhece que os meios de comunicação têm contribuído para divulgar um melhor conhecimento da cultura negra,e nesse caso, o dorastafári, e o significado do uso de *dreds*, portanto,a informação tem tido o papel de esclarecer à sociedade

---

[33] Movimento pan-africano, representado simbolicamente pela bandeira da Etiópia com as cores verde, dourado, e vermelho. O vermelho representaria o sangue dos mártires, o verde representaria a vegetação da África, enquanto o dourado representaria a riqueza e a prosperidade do continente africano (LOPES, 2014).

e, consequentemente, diminuir o preconceito. Mas reforça que essa mudança acontece ainda de forma lenta emuito tempo passará, antes de sersuperada totalmenteessa representação preconcebida, os estereótipos e o estigma decorrentes do uso de *dreads* e o estilo de cabelo *blakpowe*r usado pelos filhos. Nas suas palavras: "*kénha ki conxem, sabi ma mi é homi sério e trabadjador sima kualker otu homi onestú i trabadjador*" ("As pessoas que me conhecem não duvidam da minha postura ética e profissionalcomo qualquer outro homem honento").

Interpelado sobre a segurança no Bairro de Jamaica, Rasta assegura que uma das medidas de seguranças são cães que os moradores criam para proteger o bairro, principalmente à noite. Segundo ele,quando os cachorros ladram é um sinal de que pessoas estranhas estão se aproximando e entrando no bairro, por isso muitos moradores criam cachorros. Sobre a violência, apesar de pequenos desentendimentos que, por vezes, acontecem entre vizinhos, segundo ele, os moradores não tem muito de quese queixar.

Questionado sobre as suas opções político-partidárias, afirmou ser apoiante do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) que é também o partido que lutou pela independência e autodeterminação de Cabo Verde. Justifica a sua opção partidária, dizendo que os dirigentes do partido que estão no poder, o Movimento para a Democracia (MPD), são pessoas vingativas: sempre que ganham as eleições: não cumprem as promessas, e as pessoas mais vulneráveis vão sofrer, com todas as dificuldades, sem apoio do estado. Na sua fala, chegou a comparar os líderes do partido MPD ao do presidente angolano, José Eduardo dos Santos, que permanece há décadasno poder e não dá atençãoao povo que vai sofrendo, sem trabalho e apoio do Estado.Com essas narrativas sobre a biografia de Rasta, fechamos a seção, dando sequência à abordagem com o percurso de vida de Gabriel Buchu, outro dos cofundadores do bairro da Jamaica.

5.2.2 Gabriel Buchu – Buchu – *"mi ku nha amigu Rasta ki funda bairu di Jamaica*"34

Vamos continuar abordando partedo percurso de vida do nosso segundo entrevistado, Gabriel Buchu, cofundador do bairro de Jamaica. Buchu é um homem de 49 anos de idade, nascido no Senegal, um país vizinho ao de Cabo Verde, situado na costa ocidental africana. Filho de uma família muito pobre, teve de trabalhar muito cedo para ajudar nas despesas

[34] Tradução: Foi eu e o meu amigo Rasta quem fundou o bairro de Jamaica.

domésticas. Não teve a oportunidade de estudar no Senegal porque os pais entendiam que a escola não dava resultados para ele. Veio para a cidade da Praia aos 19 anos de idade.

Buchu, como é conhecido no bairro, fala crioulo, e domina o Wolof, a língua africana mais falada no Senegal, e arrisca algumas frases em francês, que é a língua oficial do Senegal. Contou-nos que aprendeu a falar francês ainda criança, quando frequentou escolas, até seus 10 anos de idade. Os pais eram muito pobres; ele tinha de trabalhar na agricultura para vender e garantir a pequena economia famíliar. O irmão mais velho viajou para Cabo Verde, conseguiu trabalhar e mandava dinheiro para os pais se resolverem. Aos 19 anos, viajou para Cabo Verde para tentar a mesma sorte que o irmão, acreditando em um futuro melhor, mas com a consciência das limitações e desafios que poderia encontrar na cidade da Praia.

Buchu é casado com uma mulher cabo-verdiana do interior da ilha do Fogo que migrou para a cidade da Praia com os pais ainda criança. Ele se casou com Maria e tiveram cinco filhos, duas meninas e três rapazes. Nesse momento os dois filhos menores de Buchu, uma filha de 14 anos e um rapaz de 16 anos estudam o ensino médio, no biarro de Achada Grande Frente.Os quatro filhos adultos já se encontram em suas casas, morando em outros bairros da cidade da Praia, com as suas famílias.

Antes de construir a sua casa no bairro de Jamaica, ele morava em Achada Grande Frente, em uma casa alugada, cujo custo de renda mensal era muito alto. Conforme disse na entrevista, “as migalhas” (pouco dinheiro) que conseguia arrecadar como lavador de carros, no antigo aeroporto da Praia, não eram suficientes para atender às necessidades e demandas de sobrevivência dele e da sua família. Numa situação de falta de opção para ter acesso a uma habitação própria, baixo nível de escolaridade, o desemprego e, por conseguinte, a dificuldade em sustentar a família, decidiu construir a sua barraca em Jamaica, nas imediações do antigo aeroporto da Praia, onde fazia bico como lavador de carro. Eis as palavras de Buchu:

> Foi em 2003 que iniciamos a construção da nossa barraca aqui na Jamaica. Eu construí primeiro, mas o meu amigo Rasta veio morar aqui primeiro. Eu tinha uma pequena horta aqui e inicialmente eu vinha passar a noite aqui para proteger a minha horta. A partir de certo momento, decidi, então, morar na Jamaica. A gente trabalhava como lavador de carros e o que arrecadávamos era muito pouco para a nossa sobrevivência. Quando você paga o aluguel, num dia, já no dia seguinte você tem que começar a pensar logo no dinheiro para pagar a renda do mês seguinte. Sem considerar as despesas com a alimentação, água, eletricidade que temos que pagar. Por isso, decidi construir a minha barraca em Jamaica. Foi nessa altura que eu e meu amigo “Rasta” decidimos construir a nossa barraca aqui (GABRIEL BUCHU.Agosto, 2016).

Para quem morou na barraca nos primeiros momentos de estadia no bairro de Jamaica,pode-se considerar que Buchu possui uma casa grande e confortável, se comparada com a moradia da dona Antônia e de vários outros moradores de Jamaica. Segundo o nosso entrevistado, essa conquista foi graças ao espírito empreendedor e á experiência de construção civil adequirida.A casa delefoi construída com blocos de concreto, tem vários cômodos, é pintada na parte interna e externa, possui instalações elétricas, um pequeno reservatório de água, dois banheiros,sendo um a terminar o acabamento, e três quartos.

Sabemos que Buchu é casado e neste momento é funcionário numa empresa de segurança no aeroporto da cidade da Praia. As mudanças de qualidade de vida do nosso entrevistado chamam a atenção para a pauta da diferenciação de oportunidade de emprego em função de gênero, no contexto cabo-verdiano, e entendimentodo quanto esse fato influencia no fenômeno de ocupação urbana na informalidade habitacional.

Portanto, estando desempregado, com dificuldades financeiras de pagar o aluguel de casa e de sustentar a família, ele decidiu construir a sua barraca em Jamaica, perto do antigo aeroporto da Praia, onde fazia bico (trabalho informal) como lavador de carro, posto onde ele veio mais tarde a ser contratado para trabalhar como agente de segurança.

É importante reiterar que vários bairros da cidade da Praia foram povoados, nas mesms circunstâncias que o bairro de Jamaica, por pessoas oriundas do interior da ilha de Santiago, das ilhas mais “periféricas” do arquipélago de Cabo Verde e migrantes provenientes, sobretudo, de países da costa ocidental africana, tais como Guiné-Bissau, Senegal etc..Nesse sentido, perguntamos quais são os determinantes que motivam essa migração interna. Importa frisar que, segundo as entidades públicas e privadas, esse modelo de ocupação do espaço, sem nenhuma diretriz e planejamento por parte das autoridades municipais e instituições privadas, é seguramente um dos fatores responsáveis pelo crescimento “desordenado” da cidade, com todas as consequências advenientes.

As pessoas de baixa renda necessitam de moradias. Este é um direito universal de todas (os), consagrado na Declaração Universal dos direitos do homem de 1945 e também na constituição da República de Cabo Verdeinstituída em 1980 e retificada em 1992.Contudo as condições de acesso à habitação são mais determinadas pelo mercado do que pelos princípios jurídicos nacionais e internacionais. Por não se enquadrarna lógica de produção do mercado, a população recorre àauto-construção de sua habitação, conforme as suas capacidades de aquisição e realização. Tal fato é testemunhado pelo nosso entrevistado, Gabriel Buchu, como segue:

> Sinto muito orgulho porque toda a resistência e luta para estabelecermos no bairro e incentivar outras pessoas a construir suas casas aqui. Acho que valeu a pena. No início foi muito difícil porque éramos um pequeno grupo e ninguém pensava em construir habitação e morar neste espaço onde não existiam mínimas condições, apenas algumas árvores que nos protegiam do sol quando vínhamos jogar baralho (jogos de carta) nas horas de lazer. No início, eu saía nos bairros próximos para convencer as pessoas a virem para o Jamaica construírem suas casas. Isso como forma de aumentar a vizinhança, para que o bairro pudesse crescer e chamar a atenção das entidades públicas a virem criar as infraestruturas no bairro. E as pessoas diziam que eu era louco. Mas, logo depois de nós, as pessoas começaram a construir as suas casas e barracas em Jamaica e, a partir daí, começamos a dinamizar o crescimento populacional do bairro. Isso fez com que a Jamaica passasse a ser também um bairro procurado. Hoje, a minha vida é mais estável; aqui no bairro, sinto que estou na minha casa e sei que, quando não tenho dinheiro para alimentação, não preciso me preocupar com o pagamento do aluguel (GABRIEL BUCHU. Agosto, 2016).

Buchu alega nas suas narrativas a forma como o Bairro de Jamaica surgiu e expandiu rapidamente. Uma das estratégias foi a campanha feita por ele e o seu amigo Rasta no sentido de incentivar as outras pessoas sem abrigo a irem construir suas moradias no bairro de Jamaica. O objetivo dessa campanha era fazer expandir o bairro no sentido de sensibilizar as autoridades municipais a investirem em infraestrutura. Importa referir que essa é uma das estratégias mais utilizadas nos novos bairros periféricos que vão surgindo nos arredores da Cidade da Praia.

Desse modo, segundo Buchu, de forma gradual as pessoas começaram a procurar lotes para a construção de suas habitações, o que dinamizou o crescimento populacional do bairro. No contexto da cidade da Praia, a expansão do bairro foi tão rápida, de 2003 para 2016, que hoje é difícil encontrar lotes para a construção de novas moradias. Mesmo quando conseguem-se lotes, os custos se tornaram muito elevados para o poder de compra dessa categoria de população de baixa renda, que só pode morar em bárros periféricos e degradados como Jamaica. É visível que mesmo neses bairros periféricos e considerados clandestinos pelas autarquias e mídias, existem especulações e explorações na venda e aquisição de lotes para a construção de casas.

A fala da nossa nossa outra entrevistada - Antônia nos indica que o bairro de Jamaica cresceu, nos primeiros momentos, na base da cooperação e solidariedade entre os moradores que, como se deixou antever, chamavam e incentivavam os amigos e familiares a construírem as suas habitações no bairro. Porém, segundo nos contou, ela chegou a procurar os serviços do setor de urbanismo doMunicípio da Praia para regularizar o terreno onde construiu a sua barraca, de modo a obter o título de pose, mas lhe foi cobrada uma taxa de 25 mil escudos

(cerca de 250 dolares) para o processo. Teve de desistir porque não tem condições de pagar o montante cobrado pela entidade.

Apesar dos fatores apontados como sendo determinantes no surgimento dos bairros periféricos que contribuiram para a expansão e o crescimento desordenado da Cidade da Praia, como baixa renda, exôdo rural, desempego em massa, migrações, creio que esse fenômeno de crescimento desordenado da cidade deve ser entendido num contexto mais amplo resultante da própria colonização e do escravismo que sempre relegou as pessoas colonizadas para os subúbios das cidades. Por outro lado a indústria de turrismo que tem assolado Cabo Verde nesses últimos dez anos, tem gerado muita especulação nos espaços urbanos, relegando e excluindo as populações de baixa renda para os escombros dos centros urbanos, gerando guetos e cortiços marcados pela pobreza extrema e pela violência física e simbólica.

5.2.3 A trajetória da Dona Nilda: "*mai di advogado*"35

Dona Nilda a nossa entretrevistada é uma mulher de 48 anos de idade, portadora de quinto anos de escolaridade, apenas fala a língua cabo-verdiana, o crioulo, e afirmou saber escrever no máximo o seu nome nos documentos e fazer algumas contas. No bairro de Jamaica ela é carinhosamente chamada de *mai di advogado (mãe de advogado)*, por causa do filho que fez graduação em Direito.

Dona Nilda nasceu e viveu em Achada Grande Frent, pertence a uma família muito humilde e muito cedo teve que abandonar a escola para se dedicar ao comércio informal, nos bairros periféricos, como Lém Ferreira, nas proximidades das escolas, como forma de obter uma fonte de renda. Elas nos contou que se casou muito cedo, com 21 anos de idade e aos 22 anos teve o primeiro filho que morreu um dia depois do nascimentos por causa dos problemas respiratórios e complicações durante o parto.

O marido de Dona Nilda é cabo-verdiano nasceu e viveu na cidade da Praia e teve poucos estudos. Trabalhou na construção civil na cidade, mas teve um período em que os trabalhos ficaram difíceis para ele e com filhos pesquenos é muito dramático, assegurou a nosso entrevistada. Por isso, Dona Nilda e o marido decidiram que seria melhor o marido

[35] Tradução: Mãe de Advogado.

emigrar para garantir a educação dos (as) filhos (as). Assim o marido da Dona Nilda se tornou emigrante em Angola desde o ano 2000.

> Para não ficar desempregado e ter a possibilidade de colocar os nossos filhos nas escolas e Universidade, na esperança de um futuro melhor, decidimos que ele iria para Lunda, capital de Angola, para trabalhar. Foi com o dinheiro que ele nos manda todos os meses e a minha economia do comércio informal que conseguimos construir a nossa casa e colocar o nosso filho na universidade. Mesmo assim, é com muito esforço que conseguimos dar respostas a todas as demandas domésticas. Se eu tivesse um trabalho estável que me garantisse um salário mensal, hoje teríamos uma casa com melhores condições. Mas não posso reclamar muito, se comparar com as minhas vizinhas solteiras, com filhos pequenos educados sem o apoio paterno (DONA NILDA. Agosto, 2016).

É essa estratégia de sobrevivência empreendida por Nilda que perpassa grande parte das famílias cabo-verdiana lideradas por mulheres. Como todas a grande maioria das mulheres cabo-verdianas, a nossa interlocutora contou-nos que o desafio de educar os (as) filhos (as) na ausência do pai é indubitavelmente uma missão, uma entrega que somente o amor é capaz de justificar e motivar a seguir em frente. Num contexto de pobreza e enormes dificuldades com as crianças expostas a riscos como drogas, vandalismo, insucesso e abandono escolar, não foi e não tem sido fácil, e acrescenta a Dona Nilda: "*mas, como mãe, não posso desistir da minha enorme responsabilidade pelo equilíbrio da família*". Para testemunhar esse fato, passamos, a seguir, a transcrever os depoimentos da nossa entrevistada Nilda:

> Antes de construir a minha casa no bairro de Jamaica, eu morava no bairro de Achada Grande Frente, numa casa alugada. Todo o finl do mês vivíamos a angústia perante o compromisso de pagar o aluguel e o sonho em conseguir a moradia própria. Tive conhecimento da existência de Jamaica através de pessoas amigas, e foi um amigo meu que me cedeu este terreno para construir a minha barraca. Eu sou uma boa pessoa e me relaciono bem com todo o mundo. Quando vim construir a minha casa no bairro de Jamaica, havia apenas três casas erguidas nesta localidade e só pude contar com a vizinhança de quatro pessoas: Siza, Rasta, Buchu e Sérgio. Eu consegui o meu terreno e tive que pagar pedreiros para construir com a ajuda do meu marido. Nos primeiros momentos, eu e o meu marido construímos apenas um quarto. Com o tempo, fomos construindo os outros compartimentos até chegarmos a esta estrutura que vocês estão vendo (DONA NILDA. Agosto, 2016).

Nossa interlocutora deixa explícito na sua narrativa alguns fatores importantes no processo da construção de habitação na informalidade habitacional. O primeiro diz respeito à formação familiar, em que o apoio do marido ou esposo é fundamental, principalmente se pensarmos no contributo dele na educação e formação dos filhos. O segundo é com relação

aos valores do sistema cultural africano como o “djunta mó” que é a expressão ancestral de solidariedade e entreajuda entre as pessoas da mesma vizinhança, o que é comum nos processos de construção de moradias. Entretanto, diferentemente doRasta que construiu a sua moradia contando apenas com o “djunta mo”, Dona Nilda, que tem mais poder de compra, teve de contratar profissionais de construção civil para construir a casa no bairos Jamaica. Vejamos na sequência a trajetória de uma outra moradora do bairro de Jamaica, Dona Antônia e as suas histórias de vida.

5.2.4 Dona Antônia – retrato de uma vida marcada pela resistência

Antônia Gomes de Pina: tem 49 anos deidade, considera-se e é natural da freguesia de São Lourenço, no interior da Ilha de Fogo. Segundo nos contou na entrevista, ela é oriunda de uma família muito humilde que vivia de criação da gadoe agricultura. Dona Antônia tem sete filhos: o mais velho tem 27 anos e o mais novo tem sete anos de idade. Os filhos da Antônia são resultados de três casamentos muito difíceis. Conforme suas narrativas:

> Todos os meus filhos foram criados por outras pessoas, familiares e amigos, porque eu não tive as condições de tê-los perto de mim. É uma situação muito triste, o fato de não ter condições de criar e educar os meus filhos. Eu não tive oportunidade de estudar porque os meus pais entendiam que a escola não dava resultados para mim. Sou doméstica e sempre que aparece algum “biskaiti” (trabalho informal) aproveito para ganhar algum dinheiro. Lavo roupa na casa das pessoas. Por vezes, trabalho e geralmente pagam no final do mês, mas o salário é muito pouco para satisfazer as nossas necessidades familiares. Antes de vir morar na cidade da Praia, vivia com a minha mãe no ilha do Fogo. Por conta do agravamento do seu estado de saúde, ela veio para a cidade da Praia para fazer consultas e acabou por falecer. Eu fiquei sozinha, no Fogo sem trabalho e sem apoio familiar, tive que me mudar para a cidade da Praia. Morei na casa do meu irmão durante nove meses, depois vim para Jamaica construir a minha barraca. O meu irmão trabalhava como guarda, mas o salário era muito pouco. Não havia condições de continuar a viver na casa dele. Por isso, tive que vir para o bairro de Jamaica, construir a minha barraca (ANTÔNIA. Agosto, 2016).

Reportando-se ao acesso ao terreno para a construção de seu abrigo, a nossa entrevistadaDona Antônia afirma o seguinte:

> Foi um Senhor já falecido quem me ofereceu o espaço para a construção desta barraca. Quando recebi o terreno, o senhor me aconselhou a procurar a Câmara Municipal para solicitar o processo de regularização do terreno. Foi

> em 2007 que eu construí a casa. Não conhecia ninguém, quando cheguei ao bairro. Comecei a fazer amizades com os vizinhos. Quando cheguei aqui grande parte das habitações eram barracas. Com o tempo, as pessoas foram remodelando as suas casas, reconstruindo-as com blocos e lajes de concreto. Hoje, a maioria das pessoas conseguiu construir e melhorar as suas casas, mas eu, por conta das dificuldades de acesso ao emprego, infelizmente ainda continuo vivendo em barraca. A minha casa é constituída por apenas um cômodo, e uma parte de áreas de serviço. Com relação aos materiais de construção, sempre que eu saía pelos bairros próximos da Jamaica (Lém Ferreira, Achada Grande Frente, Paiol, Achada Grande Trás), pedia nas lojas de materiais de construção as madeiras (paletes), plásticos e bidões. Até conseguir o material suficiente para a construção da casa que tenho hoje (DONA ANTÔNIA. Agosto, 2016).

Vivendo numa situação de pobreza extrema, sem nenhuma formação e sem emprego, ela se considera excluída e abandonada pelas autoridades públicas. Algumas vezes, ela alega ter procurado apoio da televisão e da rádio no sentido de conseguir algum apoio para a sua sobrevivência. Nos período das chuvas, a casa dela é quase sempre alagada por cheias e enxurradas que descem das ladeiras, correndo o risco de desabamento e pondo em risco a sua própria vida. Mesmo assim, não pode contar com o apoio das autoridades municipais e do governo civil, situação que tipifica o drama da exclusão e do abandono a que muitas famílias das periferias urbanas da cidade da Praia estão sujeitas.

Figura 9– Casa da Dona Antônia

Fonte: Foto de Rutte Andrade.

O relato da nossa entrevistada nos aponta para outra questão, a exemplo dos motivos que levam às escolhas da migração, como o exemplo da morte de familiares. Como faz notar Fraga (2009):

> (…) migrar ou permanecer nos locais onde nasceram escravizados eram decisões que dependiam de vários fatores, entre os quais idade, ocupação, gênero e mesmo de circunstâncias e situações que estavam fora o controle das pessoas. Indivíduos que emergiam do cativeiro com a posse de alguns bens e direitos tinha uma tendência maior em permanecer nas localidades onde viveram cativos. Evidentemente que para essas pessoas ficar não significou acomodação às velhas relações, significou novos desafios e conflitos na relação com ex-senhores. Porém, para os que emergiram do cativeiro sem nada mais além do que a força dos próprios braços, migrar para outras localidades foi um imperativo de sobrevivência (FRAGA FILHO. 2009, p. 97).

A partir dessa reflexão, o autor registra que "migrar ou permanecer nas localidades eram escolhas com implicações diferenciadas para homens e mulheres" e, por sua vez, tinha outro significado, "não era apenas norteada pelos imperativos da sobrevivência econômica" – como costuma ser o enfoque presente em grande parte da literatura que trata dos processos migratórios em diferentes tempos.

Na linha dessa argumentação, havia sentido político na forma como os nossos ancestrais ex-escravizados pretendiam distanciar-se do passado de escravidão, ocorrendo o mesmo com os seus descendentes. Pensamos que o desejo de distanciamento de uma realidade de trabalho pesado e forçado – caso de Cabo Verde – e mesmo de uma memória viva, que se reportavaà necessidade de melhoria de condições de vida com as secas cíclicas,vem se agravando com o tempo, e, desse modo, nutrindo o desejo e a efetivação de migração que se seguiram desde a época colonial. Deste modo,as pessoasde baixa renda definiam diferentes estratégias para se inserirem em outros lugares sociais, seja no espaço urbano, seja no rural. E mais para que pudessem lidar com essas memórias e os efeitos delas na produção de suas subjetividades.

5.2.5 De Plamarejo a Jamaica: a experiência de Ana Bela

Ana Bela é a nossa quinta interlocutora e tem 40 anos deidade. Natural da ilha do Fogoé uma mulher negra, de cabelos cacheados, mas se autodeclara branca. Ela fala crioulo, com o sotaque da ilha do Fogo, com menos expressões se compararmos com a Dona Nilda. Ela também se expressa muito bem em português e arrisca algumas frases em inglês, o que, segundo ela, deve-se à influência dos familiares que vivem nos Estados Unidos. Diz-se

orgulhosa de ser mulher cabo-verdiana, prova disso é porque nos Estados Unidos as mulheres cabo-verdianas são todas bem referenciadas, consideradas bonitas e guerreiras. Nas palavras dela: "*krioulas kabo-verdianas ta fazi sucessu na Mérka, tudu bem casadu, fidjus na scola, orentadu na trabadju i ta djuda familia na terra. Es ta n`barka ma, és kata skeci di sés raiz. Kili ke orgulhu di kabu verdi.*"[36]

Segundo nos contou, Ana Bela migrou para a cidade da Praia aos 16 anos, morando com a família no bairro de Achada Grande Frente. Nesse momento,começou a estudar para terminar o ensino médio, pois quando criança, foi para a escola, mas desistiu muito cedo. Não existia escola no bairro onde morava, na ilha do fogo,além de os meios de transportes serem muito difíceis, os pais não tinham condições para pagar os transportes para se deslocarem à escola. Por conta dessas circunstâncias, a mãe achou melhor desistir da escola e dedicar-se aos trabalhos domésticos. A trajetória da nossa entrevistada é percebida na seguinte observação:

> Quando vim para a cidade da Praia, nos primeiros momentos morei em Achada Grande Frende com os meus familiares. Anos depois, eu me casei, tive filhos e me mudei para o bairro de Palmarejo com o meu marido. Depois de cinco anos morando de aluguel em Palmarejo, me divorciei. Neste momento, estudo numa escola privada à noite para completar o ensino secundário (ensino médio). Assim que eu terminar essa fase, quero fazer o concurso para a formação de Polícia, que sempre foi o meu sonho. E para conseguir esses objetivos estou trabalhando e estudando ao mesmo tempo (ANA BELA, Agosto, 2016).

A nossa personagem tem uma trajetória de vida diferente das (os) entrevistadas (os) apresentadas (os) anteriormente, pois ela morou em Palmarejo, um bairro de classe média na cidade da Praia, quando se casou e teve filhos. O marido trabalhava como agente de Polícia Civil, e ela trabalhava como agente de limpeza num dos hotéis da cidade da Praia. Mas, quando se separou, o apoio financeiro que o marido dava para as crianças não era suficiente para suportar todas as despesas e continuar a morar no bairro de Palmarejo.

Segundo ela, foi depois da separação que resolveu continuar os estudos com o incentivo da família, uma irmã que vive nos Estados Unidos e que mensalmente mandava ajudas financeiras, roupas e até gêneros alimentícios. Nas palavras dela: "*eu preciso fazer alguma coisa para melhorar a minha vida e a dos meus filhos. Por isso resolvi estudar. O meu tio, que é Chefe de Esquadra Policial, me motivou a estudar e pensar em seguir a*

[36] Tradução: "As mulheres crioulas nos Estados Unidos são bem-sucedidas no trabalho, casamento e na educação dos filhos. E o melhor de tudo isso é que elas ajudam as famílias que ficaram aqui em Cabo Verde. Elas emigram para os Estados Unidos, mas não esquecem as suas raízes ou comunidade. É isso que define o orgulho de ser cabo-verdiana."

Formação técnica de Policia Civil. É com o apoio da minha irmã e do meu tio que tenho conseguido seguir em frente. Sozinha é difícil, eu teria que entregar os meus filhos ao pai, que tem condições de criá-los".

Como se pode perceber, nem todos os moradores do bairro de Jamaica vivem na pobreza extrema, como é o caso da Antônia e muitos outros moradores de bairros periféricos da Cidade da Praia. O nível de formação ou instrução entre os moradores é diferenciado, como é o caso da Ana Bela que está terminando o ensino médio com a perspectiva de fazer a formação técnica ou superior para conseguir um emprego qualificado e conta com os apoios da família.

Ana Bela explicou na entrevista que as circunstâncias que motivaram a construção de habitação no bairro de Jamaica foram as dificuldades financeiras e de conseguir um emprego estável que assegurasse as demandas da família. Diante desse cenário, ela contou que: "uma amiga me aconselhou a vir para o bairro e construir a minha casa porque o preço de aluguel no bairro de Palmarejo é muito caro" (ANA BELA, Agosto, 2016).Construir a casa no bairro de Jamaica foi a maneira mais fácil de conseguir ter a casa própria. Apesar de o bairro apresentar várias limitações no acesso aos serviços, ela tem a esperança queà semelhança dos outros bairros, mais cedo ou mais tarde, as entidades públicas irão trabalhar e disponibilizar os serviços importantes para os moradores.

5.2.6. Vanilda Barros –"*N`kria na Jamaica, hoje sta na otu bairro, ta corri risku di torna bem*"37

A nossa sexta entrevistada é a Vanilda Barros, popularmente conhecida por Vá, de 22 anos. Trata-se de uma menina magra, de longos cabelos cacheados, que se expressa razoavelmente, tanto em crioulo, lingua nativa de Cabo Verde, quanto em português. Aos dois anos de idade, os pais se separam e a mãe casou-se com outro homem, e assim, teve mais dois irmãos e uma irmã. Segundo as suas narrativas, ela nasceu no bairro de Achada Grande Frente, onde estudou e fez o ensino básico (ensino fundamental), além do ensino médio completo. Ainda pequena, a família se mudou para o bairro de Jamaica, porque a mãe conseguiu um terreno com apoio dos amigos e construiu a sua barraca.

[37] Tradução: "Eu passei a maior parte da minha infância no bairro, hoje moro em outro bairro com riscos de voltar para Jamaica".

Segundo Vá, como é carinhosamente chamada pela mãe, a infância foi um período dramático para toda a família. A mãe tinha graves problemas com o álcool e diariamente ela tinha que cuidar da irmã e dos dois irmãos mais novose por isso faltava muito às aulas. O mais doloroso dessa experiência era conseguir que a mãe não saísse de casa para as lojas e pedisse bebidas alcoólicas para as pessoas que ai frequentavam. Nas suas palavras: "*a vigilância da minha mãe era um dos meus maiores desafios*".

Além dessas responsabilidades de cuidar da família, a nossa personagem nos contou que passavam por muitas dificuldades, por exemplo, a falta de alimento. Ela disse que perdeu as contas das vezes que teve de pedir comida na casa dos vizinhos para alimentar os irmãos e irmãs e, às vezes, a própria mãe quando bebia e passava mal. Ela nos diz: "*em várias ocasiões, eu e a minha mãe andavámos pelos bairros próximos como Lém Ferreria que fica ao lado, para procurar comida. E muitas vezes procuravamos até na lixeira.* Teve momentos em que ela e a mãe resolveram procurar apoios financeiros para que pudessem permanecer nas escolas e terem oque comer. Elas ficavam nas portas dos supermercados e pediam ajudas as pessoas.

Aos 18 anos de idade, ainda estudante do ensino secundário, ela engravidou e se mudou para a casa do namorado no bairro Craveiro Lopes. Ela tem uma filha de 3 anos de idade que até este momento não frequentou a a creche por falta de condições financeiras.

Durante todo o diálogo com a Vanilda, ela esteve profundamente emocionada, com um semblante de tristeza, e em vários momentos as lágrimas caíam em seu rosto. Foi um dos momentos mais delicados da entrevista. Segundo a nossa entrevistada, apesar de estar a morarem em outro bairro, a mesma corre o risco de retornar ao bairro de Jamaica nos próximos meses. Ela mora na casa do namorado de quem se encontra em separação. Oemso lhe deuum prazo de três meses para organizar os seus pertences e se mudar com a filha pequena. Conforme a Vanilda:

> neste momento, não trabalho por fala de formação e oportunidade de emprego e sem o curso superior hoje é muito difícil conseguir um emprego. Terminei o ensino secundário desde 2012, e o meu sonho é fazer uma formação superior. Já tive oportunidade de fazer estágio, que me garantiuo emprego na "Casa de Direito" durante três meses. Infelizmente, depois que terminei o estágio não consegui um emprego. A profissão que eu gostaria de exercer é a de jornalista (VANILDA.Agosto, 2016).

A entrevistada afirma ter sofrido discriminação por ter morado no bairro de Jamaica e numa casa de barraca. Segundo ela, muitas vezes as pessoasdebochavam dela, por conta das condições de precariedade dos assentamentos onde ela morou com a mãe durante a infância e

adolescência. Porém, ela reconhece a sua dignidade como moradora de bairro, no sentido de serem pessoas que estão procurando um direito à moradia e direito a viver em melhores condições de vida. Segundo ela, o mais importante do que ser pobre e morar no bairro de Jamaica é a capacidade que os moradores têm de criar as condições de sobrevivência com fraca presença e apoio das entidades públicas e privadas.

É importante ressaltar que são esses interlocutores de baixa renda que vivem na periferia da cidade da Praia, no caso, o bairro de Jamaica, que dão sentido e significadoàs dinâmicas de crescimentos das cidades (AGIER, 2011; HANNERZ, 2015; MAGNANI, 2002). Na próxima seção vamos analisar as poteencialidades e os grandes delemas do bairro vividos pelas (os) moradoras (es).

5.3 A vocação do lugar, conflitos e problemas

Nesta seção, procuramos analisar as condições e potencialidades do bairro, assim como os desafios e problemas que apresentam para os moradores. O bairro de Jamaica é muito novo se compararmos a outros bairros da "periferia" da cidade, razão pela qual faltam desde infraestruturas de saneamento básico, a serviços de lazer e entretenimento. Contudo, o local vem ganhando visibilidade nos últimos anos e, em paralelo, alguns serviços começam a ser implementados.

Há cerca de três anos que a pastoral paroquial de Nossa Senhora da Graças vem celebrando e comemorando a festa religiosa de São João e São Pedro, nos meses de Maio e Junho. A celebração acontece em frenteà casa de Dona Nilda que fez todos os contatos e solicitações para que o evento fosse realizado anualmente para acolher moradores e dinamizar as ações culturais e religiosas do bairro. O município tem disponibilizado palcos e materiais para a organização da festa, que também é acompanhada por festival de DJs durante dois dias em que normalmente tem decorrido as celebrações de São João e São Pedro.

É de salientar que, nos dias em que acontecem os eventos, a segurança do bairro é garantida pela presença dos agentes da polícia que permanecem dois a três dias durante o evento. Segundo Buchu, a presença policial deve-se à reivindicação dos moradores, por conta da presença de jovens de outros bairros que participam nas festas e geralmente provocam conflitos, gerando violência e insegurança tanto para os moradores quantos para as pessoas

que vão participar do evento. A cobertura dos policiais é garantida também pelo fato do bairro de Jamaica estar situado nas proximidades do bairro de Achada Grande Frente, onde fica sedeada a Polícia Judiciária (Polícia Científica) de Cabo Verde.

Figura 10 – Estrutura geográfica do bairro

Fonte: Foto de Rutte Andrade.

Outro desafio não menos importante que os moradores do bairro enfrentam, e que se agrava nas épocas de chuvas, diz respeito à via de acesso ao bairro. Esta situação intensifica o processo de abandono e de exclusão social dos moradores de Jamaica, visto que, segundo os moradores, a falta de uma via de acesso é seguramente, um dos maiores constrangimentos do bairro, conforme testemunha Rosângela Correia:

> Por aqui, raras vezes se ouve o barulho de carros. O estado da via é de terra batida que não apresenta nenhuma segurança para os veículos que ali circulam, por oferecer risco de danos. As pessoas que decidem entrar no bairro com o seu carro sempre reclamam dos estragos na viatura causados pelas péssimas condições da estrada. Quando vamos fazer as compras, temos que insistir com os condutores de táxi a levar-nos para casa. Os que prestam serviço geralmente cobram o dobro do preço normal. O preço é muito alto pelas nossas condições econômicas, porém não temos alternativas, senão o de pagar esse preço. Por causa da distância do bairro, geralmente aproveitamos para fazer a quantidade de compra suficiente que pode nos servir durante um mês, ou várias semanas (ROSÂNGELA.Agosto, 2016).

A resistência dos condutores dos transportes públicos e privados em prestar serviços para os moradores do bairro torna ainda mais difícil a vida das famílias que vivem no bairro.

A falta de vias de acessoé um problema do conhecimento das autoridades, inclusive do atual Prefeitoque como sempre chegou de visitar o bairro no período eleitoral em 2016.

Essa dificuldade é ainda mais grave diante da ausência de comércio para o consumo básico dos moradores do bairro. Perante essa situação, eles terão de se deslocar para outros bairros mais próximos, a fim de se abastecerem dos produtos de consumo básico. Asescassas lojas que vendem mercadorias cobram preços exorbitantes, sendo essa especulação por conta da distância e isolamento do bairro. A carência de infraestruturas no bairro de Jamaica constitui uma das maiores reclamações dos moradores de todas as idades. Segundo Adelvino,

> Jamaica não tem praticamente nada. O único serviço público que existe neste bairro é um chafariz móvel improvisado para o abastecimento público que raras vezes funciona. Não temos estradas, não temos jardim infantil, nem um Centro de Saúde para atender às nossas necessidades básicas de saúde (ADELVINO, Agosto, 2016).

A via de acesso é toda ela de terra batida, tornando-se, por vezes, intrafegável por ocasião das chuvas, deixando os moradores incomunicáveis e em estado de isolamento. Como já se mencionou, nenhuma habitação do bairro de Jamaica possui acabamento e muitas moradias são barracas e/ou assentamentos construídos em madeira, pedaços de latas e plásticos. Conforme as falas dos nossos interlocutores e as imagens a seguir, na maioria dos casos, essas moradias comportam apenas um único cômodo para albergar todos os agregados familiares que, via de regra, se caracterizam por familias numerosas, no contextoafricano,o que na acepção de Akbar(1980) se denomina "famílias elástica"[38].

Outro problema emblemático enfrentado pelo bairro de Jamaica é o abastecimento de água. Existe apenas um chafariz improvisado que abastece todos os moradores do bairro. Na maioria das vezes, a quantidade do abastecimento é insuficiente, fazendo com que os

[38]Pensar o processo histórico do urbanismo africano implica analisar a concepção da família africana enquanto a primeira e a mais importante instituição social, cuja existência é fundamental na formação da cidade. A família normal dentro do sistema cultural africano não é "nuclear", ou seja, modelo familiar ocidental, nem estendida, como defendem algumas pesquisas de "análise da vítima" ocidental (MBITI, 1970; NOBLES, 1980). Segundo Nobles, o modelo familiar africano é flexível ou "elástico", capaz de maximizar os objetivos fundamentais da sua sobrevivência (NOBLES, 1978b; AKBAR, 1980). Nas suas palavras, Nobles assegura que, "Funcionalmente, o desempenho de suas funções (familiares) seria fluido ou elástico. Ou seja, o desempenho de uma função específica faz ou pode 'expandir' para muitas outras funções" (NOBLES, 1978b). Desse modo, a sobrevivência das famílias é restrita nas diretrizes da ordem natural. A sobrevivência da família exige segurança contra danos, não exige dominação para se proteger. Nas expressões do filósofo J. Mbiti, "Eu sou porque somos, e porque somos, portanto eu sou" (MBITI, 1970, p. 141). A consciência coletiva, nesse sentido, é arena para a observação humana. Consequentemente, os fenômenos e eventos sociais nas sociedades africanas devem ser concebidos a partir do princípio de coletividade, comunidade, ancestralidades, sacralidade, temporalidade, encruzilhada, corporeidade, espiritualidade, entre outros princípios fundamentais do sistema cultural africana (FAUSTO, 2016). Como se deixou antever, o sistema do pensamento afrocêntrico é marcado por uma concepção "coletivo, espiritual, afetivo e simbólico que aborda a pessoa humana com um ser multidimensional com um vasto potencial e capacidade de transformação" (AKBAR, 1980; ASANTE, 1980).

moradores recorram a caminhões pipas privados para obterem acesso à agua. Todavia, nem todos os moradores conseguem essa segunda alternativa, e muitos deles terão de percorrer alguns quilômetros para conseguirem água nos bairros vizinhos. Essa precariedade acaba acarretando problemas graves de higiene e saúde pública como pestes e cóleras que no passado recente se alastraram por toda a cidade da Praia.

Não obstante as iniciativas governamentais e de outras organizações como o Programa das Nações Unidades para o Desenvolvimento (PNUD),a Organização das Nações Unidades para os Assentamentos Humanos, ONU-Habitat, o Millennium Challenge Account Cabo Verde[39] (MCA-CABO VERDE) etc., no sentido de facultar água potável às populações urbanas, verifica-se que as demandas e necessidades das populações dos centros urbanos estão muito aquém da oferta disponibilizada pelos organismos acima mencionados. A falta de água constitui um dos problemas mais graves da cidade da Praia, mormente nos bairros periféricos e vulneráveis como Jamaica.

Essa carência resulta da situação climática de Cabo Verde, que está geograficamente localizada na região do Sahel[40], uma das regiões mais assoladas pela seca no planeta. O período das chuvas decorre entre Agosto, Setembro e Outubro (período das`águas), porém, na maioria das vezes, não chove sequer um mês.

Figura 11– Alternativas para o acesso de água no bairro de Jamaica

[39]Millennium Challenge Account Cabo Verde (MCA – CABO VERDE) é um programa do governo norte-americano que se destina a combater a pobreza mundial. Para um país poder solicitar o apoio financeiro do referido programa, o governo norte-americano verifica se se encontram cumpridos alguns critérios rigorosos de boa governação, democracia e transparência no Estado. Numa listade concorrentes de 75 países em desenvolvimento, Cabo Verde foi classificado em primeiro lugar na África e segundo no ranking de grupo de países provenientes de todos os continentes. O programa ascende a 117,8 milhões de dólares americanos, dos quais 110,1 milhões pelo Governo de Cabo Verde, nos domínios do investimento nas pessoas, na boa governação, no incentivo à liberdade econômica e na transparência da gestão da coisa pública.

[40]Sahel corresponde a uma vasta zona de aridez que marca o limite entre o Sahara e o Sudão húmido. Essa zona, de clima árido e semiárido, estende-se da costa atlântica ao Mar Vermelho que contempla alguns países do continente como Burkina Faso, Senegal, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Níger, Nigéria, Togo, Gâmbia, Libéria, Gana, Benin, Mauritânia, assim, como Camarões, São Tomé e Príncipe, Chade entre outros (ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE CABO VERDE. 1998).

Fonte: Foto de Rutte Andrade.

Grande parte das casas não possui energia elétrica regulamentada e as poucas que a possuem conseguiram-na de forma ilegal, situação que, com frequência, tem gerado eletrocussão e morte de pessoas, bem como conflitos com a Electra – empresa fornecedora da energia elétrica à cidade da Praia e em todo Cabo Verde. De acordo com as narrativas dos sujeitos entrevistados, por vezes, as pessoas recorrem à Electra para solicitar o acesso e a instalação da energia eléctrica, de forma legal, porém a burocracia, bem como a precariedade de muitos assentamentos, faz com que essa empresa não atenda grande parte dos pedidos, razão pela qual os moradores recorrem ao roubo de energia elétrica ou à construção de "gatos clandestinos", como se designa no Brasil. Segundo Buchu:

> Na época em que estavam a fazer a instalação elétrica, muitos moradores não tinham condições econômicas para ter acesso ao serviço, pois não estavam a trabalhar. Por isso, neste momento aguardam a sua vez. Apenas uma parcela do bairro é iluminada, a outra parcela não tem acesso à energia elétrica. O abastecimento de água é feito por meio de um chafariz móvel, com apenas quatro torneiras, que é abastecido pelos bombeiros, conforme a necessidade da população e as disponibilidades dos bombeiros (GABRIEL BUCHU. Agosto, 2016).

O roubo de energia elétrica acoplado à ocupação "ilegal" do espaço para a construção de habitação, transporta outro sentido simbólico para os bairros da periferia, que,por essa razão, são denominadosbairros "clandestinos", como se as populações desses bairros

vivessem na clandestinidade. Nesse sentido, é notório que a habitação da nossa entrevistada Nilda possui ligação legal à rede pública da Eletra. Como ela mesma se referiu: “eu não tenho luz roubado como muita gente aqui na Jamaica, que rouba luz à Eletra. Eu preferia ficar na luz de vela a roubar energia” (DONA NILDA.Agosto, 2016).

Existe solidariedade entre os moradores, no sentido de não denunciar os vizinhos nesse processo de acesso ilegal à energia elétrica. Esse fenômeno, tipificado pela narrativa midiática como “roubo de energia”, constitui um dos maiores problemas responsáveis pelos conflitos entre as populações dos bairros informais, a Electra e as autoridades policiais mantenedoras da ordem pública e institucional.

O bairro de Jamaica é marcado por uma grande heterogeneidade, quando pensamos, por exemplo,nas diferenciações em relação ao nivel de escolarização que vai desde moradores iletrados que constituem uma grande maioria, até pessoas de novas gerações com escolarização de nivel superior.Em relação às atividades profissionais, constatamos que grande parte das (os) moradoras (es) de Jamaica trabalha respetivamente na construção civil, nos serviços domésticos precários e sazonais em casas de pessoas nos bairros de elite e no comércio ambulante.

É de notar que os moradores que trabalham como ambulantes consideram-se desempregados. Existem famílias que vivem na pobreza extrema como a nossa entrevistada Antônia, mas também aquelas famílias que podem ser consideradas pobres, se comparadas com alguns moradores de bairros de elite.Os moradores do bairro de Jamaica, além de enfrentarem o fenômeno da pobreza, lidamcom vários outros desafios que tipificam a exclusão social e segregação espacial que caracteriza uma grande maioria dos bairros da “periferia” da Cidade da Praia. Buchu, um dos patronos do bairro, observa que Jamaica é um bairro completamente desprotegido, marcado pela ausência de instituições públicas e/ou privadas capazes de garantir os serviços básicos de segurança, saúde, educação. Segundo ele:

> Não temos jardins para crianças do pré-escola nem escolas do ensino fundamental e médio; carecemos de espaços desportivos e de lazer; não temos postos de saúde, isto é, falta tudo em Jamaica; **a única coisa que fizeram aqui foi um depósito de água potável improvisado, porém quase nunca tem água e quando tem é insuficiente para as demandas da população**. Portanto, os escassos serviços básicos que existem no bairro não abrangem a metade dos moradores, como é o caso de energia elétrica e água potável (BUCH.Agosto, 2016).

Segundo as (os) moradoras (es)é frequente ver mulheres e crianças portando latas à cabeça, procurando água potável em outros bairros vizinhos, deslocando-se por vezes mais de

três quilômetros para conseguirem poucos litros desse líquido precioso nos bairros mais abastados pelo sistema de abastecimento de água.

Entretanto, para além de desafios que a Dona Antônia enfrenta durante a época das chuvas, ela e outros moradores lidam com o problema de invasão das águas que transbordam do reservatório de uma empresa chinesa, localizada no planalto do bairro de Jamaica. O excesso de água na rede fornecida pela empresa de eletricidade, a mesma que abastece o edifício da referida empresa, desce pela ladeira do bairro de Jamaica e invade as casas e barracas dos moradores que, por sua vez, enfrentam graves problemas de abastecimento da água potável, um recurso fundamental para a sua sobrevivência.

Com relação ao saneamento básico no bairro, os moradores afirmaram que existe uma lixeira no bairro, porém os serviços de recolha do lixo do município não funcionam no bairro de Jamaica. Eles mostram a preocupação com o lixo por causa das doenças e dos incômodos que pode causar aos vizinhos. Devido à ausência dos serviços municipais, os moradores do bairro reservaram um espaço específico para todos depositarem os lixos. Denota-se entre os moradores uma preocupação comunitária com relação ao ambiente, à saúde e com relação aos combates às doenças mais frequentes como paludismo, dengue e cólera. Para combater essas doenças, os moradores se organizam de vez em quanto para fazerem “djunta-mó” (mutirões) para a limpeza do bairro.

Essas práticas são tambem expressões da ancestralidade africana impregnada na cultura dos moradores de Jamaica.Esses valores que fazem parte dos princípios estruturantes do sistema cultural africano, refletem a filosofia de Ubuntu, traduzida na solidariedade, tradição da mutualidade e a espiritualidade (SODRÉ, 1988; ANTONIO, 2016).

Viver na pobreza, mesmo implicando esporadicamente o sentimento de fraca atenção das entidades públicas, numa sociedade caraterizada por uma grande disparidade social, prevalece o discurso liberal da responsabilidade do indivíduo pelo seu destino, no qual as pessoas mais desfavorecidas, que vivem na informalidade, transportam o estigma da incapacidade de se autossustentarem e da propensão à marginalidade, mediante a designação.

As práticas urbanas encontradas no bairro seguem numa lógica particular, nm modo característico de pensar e agir local, marcado pelo contexto histórico, cultural e socialdo lugar, conectado a suas ancestralidades africanas, que por um lado visa amenizar as fortes restrições econômicas, espaciais e de serviços, por outro lado,são o reflexo do espaço que as abriga.

Jamaica,à semelhança dos outros bairros informais na cidade da Praia,é um espaço bastante heterogêneo, com fortes tensões internas e possibilidades diversas de apropriação e

pertencimento.O fenômeno de ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional permite o surgimento de práticas específicas, organizadas de forma a possibilitar o funcionamento e desenvolvimento do bairro que oscila entre as possibilidades de integração com a cidade e as táticas de produção e uso do espaço,refletindo valores como ancestralidade, necessidade, irmandade, possibilidades construtivas, inserção em redes sociais e acesso a trabalho, bens e serviços.

5.4 Interpretação dos dados empíricos

A partir dos dados apresentados acima, nesta seção procuramos analisar, em primeiro lugar, o modo como os nossos interlocutores compreendem e vivenciam as experiências de ocupação do espaço na informalidade e seus cotidianos. Em seguida, refletimos sobre em que medida a construção de moradias próprias representa projeto alternativo ou é simplesmente estratégia para o acesso à habitação própria, impulsionada por fatores decorrentes dos sistemas de oportunidades, intrínsecos ao contexto sócio-histórico no qual os (as) moradores (as)estão inseridos.

Das narrativas expressas, podemos captar que a ocupação do espaço na informalidade habitacional constitui uma das formas mais imediatas de obtenção de moradia própria para as pessoas de baixa renda. Pois, na invenção e criação de estratégias alternativas de obtenção de casa própria, fazem parte as práticas de manutenção de si e de seus agregados familiares. No caso de Dona Nilda, quando se refere aos motivos de construção de moradia em Jamaica, ela afirma que:

> Em 2005 o meu marido teve que viajar para Angola à procura do emprego. Eu fiquei aqui com filhos pequenos, que estavam estudando, e desempregada. Foi nessa altura que o meu vizinho me contou que algumas pessoas estavam construindo barracas na encosta do aeroporto antigo. Por curiosidade, fui ao local para confirmar, e de fato o local estava demarcado. Depois desse dia, conversei com o meu marido para procurarmos o terreno no local e no futuro construir a casa. Dois anos depois, o meu marido me mandou dinheiro para comprar os materiais de construção e começar a construir a casa (DONA NILDA. Agosto, 2017).

Já no caso de Dona Antônia, a construção de moradia no bairro surgiu como alternativa mais acessível,seja pelo acesso ao terreno, seja por ser uma forma mais imediata

para o acesso à casa própria. O drama da falta de condições econômicas para o acesso ou a comprar do terreno socialmente desejável ficou presente na sua narrativa, quando realçou as razões que a fizeram construir a sua casa no bairro e Jamaica desde 2003:

> Construí a minha casa no bairro de Jamaica por falta de alternativa e condições para comprar terreno em zona urbanizada. Seguramente, eu e os meus vizinhos não teríamos que enfrentar todas essas situações de carências de serviços e bens básicos fundamentais para a sobrevivência se morássemos em bairros planejados como Palmarejo. Sou uma mulher solteira, não tenho quem possa me ajudar, financeiramente, e os meus filhos trabalham, mas recebem o mínimo para a sobrevivência deles e da família. Ademais, a minha idade já não me permite adentrar ao mercado de trabalho, nem mesmo como empregada doméstica, ou como varredora de rua na Câmara Municipal. Procuro vender biscoito no bairro, mas o rendimento mal dá para cobrir as despesas básicas do cotidiano, porque aqui nós vivemos um dia de cada vez. E, para piorar a minha situação, eu tenho problemas no meu pé provocado pelo acidente de trânsito, que me incomoda até hoje, não consigo permanecer muito tempo em pé, por isso nem todos os trabalhos eu consigo realizar (DONA ANTÔNIA. Agosto, 2017).

Essa narrativa traz a reflexão importante sobre o tema de urbanismo no continente africano, caracterizado pelos princípios de sistema cultural, como a coletividade, solidariedade e comunidade. Entretanto, é fundamental a compreensão do solo urbano como um bem coletivo. As práticas africanas de solo coletivo são ainda muito fortes nas sociedades africanas, como é o caso da cidade da Praia em Cabo Verde. No bairro de Jamaica, a maioria dos nossos interlocutores teve acesso ao terreno através de apoios dos (as) amigos (as), solidariedades e partilha, como no caso de Dona Antônia, que afereceu uma parcela do terreno para a filha construir a sua moradia, assim como Rasta e Buchu doaram parte do solo para os filhos e ajudaram os (as) amigos (as) e familiares a conseguirem terrenos para construção de casa própria.

Observa-se nas narrativas da Dona Antônia que a idade avançada, problemas de saúde, a instabilidade na relação, o fato de ela ser solteira e ter baixo nível de escolarização fez com que de alguma forma construísse a sua casa em Jamaica,pois, de certa maneira, foi ali que teve a oportunidade de construir casa e ter a habitação própria. Com bastante dificuldade, Dona Antônia conseguiu construir a sua casa e viven com as netas consegue ajudar as filhas que trabalham fora do bairro. E, desse modo, ela não enxerga outra alternativa senão a de procurar o apoio para melhorar as condições de sua moradia.

Na ausência de condições condizentes com o perfil exigido para a compra de terreno em bairros planejados, a construção da casa própria em Jamaica representa uma estratégia fundamental para as pessoas de baixa renda. Este fato é recorrente nas histórias de vida da

maioria dos nossos personagens. Inicialmente no caso de Dona Nilda e Dona Antônia, a construção de suas casas, implicou verdadeiramente numa escolha deliberada. Dona Nilda sempre morou em casa informal, com as famílias. No caso da Vanilda, foi determinada pelas circunstâncias da vida. Nesse caso, esse ingresso surgiu como uma das várias possibilidades que cabem a indivíduos sem alternativas.

Dona Nilda, durante as nossas entrevistas fez a seguinte afirmação: "*minha família sempre foi pobre, nunca tivemos terras para agriculturas. Gente preta como nós tem que lutar para sobreviver no interior. A vida nunca foi fácil para gente*". Ainda que de modo implícito, essa narrativa coloca a questão étnico-racial na estruturação da trama de relações sociais na cidade da Praia e relaciona a relevância social existente entre as dimensões sócios-ocupacionais (espacial)do espaço urbano na informalidade habitacional. Ademais, evidencia os desafios que historicamente se colocam às pessoas de baixa renda na luta para o acesso à casa próprio e ao direito à cidade.

A experiência do campo traz à tona o protagonismo social da mulher cabo-verdiana, nesse caso na configuração e formação da cidade da Praia,pois, assim como Dona Antônia, Dona Nilda, mesmo sendo casada, geriu todo o processo de construção de moradia no bairro de Jamaica,aliado a outras responsabilidades como a educação dos filhos e o trabalho doméstico, para complementar a renda famíliar. Historicamente, a mulher cabo-verdiana tem tido um papel social de destaque, no contexto de Cabo Verde, enquanto país de migração; as mulheres assumem as responsabilidades pelos cuidados da família. Esse protagonismo da mulher africana está expressa na obra de Cheik Antah Diop, na sua *Teoria das DuasOrigens*, [41] em explicita historicamente a matrilidade das sociedades africanos, destacandoo papel social da mulher africana.

Em Cabo Verde,muitos dos movimentos sociais e revoltas importantes no processo de luta e libertação nacional foram liderados pelas mulheres. [42] Historicamente, o próprio

[41] Segundo Diop (1989, p. 177), "Em conclusão, o berço meridional, confinado ao continente africano em particular, é caracterizado pela família matriarcal, a criação do estão territorial, em contraste com as sociedades-estado arianas, e emancipação da mulher na vida domestica, a xenofilia, o cosmopolitismo, um tipos de coletivismo social que proporciona tranquilidade com relação ao futuro, solidariedade material de direito para cada indivíduo, o que torna a miséria moral e material desconhecida até o presente; há pessoas vivendo na pobreza, mas ninguém se te sozinho e nem abandonado. No domínio moral, mostra um ideal de paz, de justiça, de bondade de optimismo, o que elimina toda a noção de culpa ou pecado original na religião ou em instituições metafisica". Desse modo, as características culturais, segundo Diop, estão bem consolidadas nos africanos e europeus. Assim, ele postula a existência de unidade cultural entre os africanos e que os modelos de civilizações clássicas africanas podem ser encontrados nas civilizações desenvolvidas em todo o continente.

[42] No Ribeirão Manuel, havia uma exploração camponesa por parte dos morgados para com os rendeiros, mas a situação agravava-se nos períodos de seca e suas consequências, em que apenas os morgados lucravam, e assim nascia certa tensão entre os morgados e os rendeiros. Foi um momento marcado pela fuga dos

continente africano registra vários casos de movimentos e lutas protagonizados por mulheres no processo de libertação seu povo.

Neste sentido, enfatizamos também a importância das pesrpectivas da afrocentricidade e do mulherismo africano enquanto paradigmas intrepretativas da identidade africana. O*mulherismo africana*[43]é um conceito que tem sido desenvolvido pelos trabalhos de Clenora Hudson-Weens, Nah Dove, Ama Mazame, entre outras. Trata-se de uma abordagem que pode ser interpretada como o desdobramento da teoria afrocêntrica. É uma abordagem que realça o papel da agência que deve caracterizar as mulheres africanas como protagonistas nas lutas para recuperar, reconstruir e criar a integridade cultural. Assim, os principios ancestrais de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, liberdade e ordem, devem fazer parte também da teoria do "mulherismo africana", à semelhança da teoria afrocêntica, postulada por Asante

A referência ao lugar ocupado pelas pessoas de baixa renda na estrutura social da cidade da Praia em Cabo Verde surgiu de igual modo nas memórias que o nosso interlocutor Rasta guarda em que trabalhou como lavador de carro:

> Meu nome ainda era chamado de Titino. Depois que eu vim para a cidade da Praia, as pessoas começaram a me chamar de Rasta em sucupira, onde comecei a trabalhar rolando bidões. Quando os meus colegas de minha comunidade no interior vieram para Praia, me chamavam pelo meu nome próprio, insistindo com os nossos clientes que eu me chamava Titino. E as pessoas me chamavam Rasta, em referência a rastafári, por conta do *dredlock* que eu uso. Muitas pessoas realçavam seus preconceitos e racismo nas suas falas e expressões não verbais, movimento do corpo, gesto, expressão fácil. Hoje, eu sinto menos preconceito, acredito que a comunicação social tem tido um papel importante nos esclarecimentos sobre as culturas rastafáris (RASTA.Agosto, 2017).

Outro fator importante que se evidencia nas narrativas do nosso personagem Rasta sobre o seu percurso de vida e trajetórias ocupacionais diz respeito ao fato de que o aceso ao terreno no bairro de Jamaica mobilizar saberes adquiridos em outros momentos ou

---

escravizados para zonas de difícil acesso, condicionando, assim, a sua liberdade, e tornando trabalhadores livres em forçados a arrendar as suas terras aos morgados em pequenos tratos. Quando tomaram consciência da importância que representavam para os morgados, planejaram várias rebeliões contra os morgados.

[43]*Africana Womanism* é um termo cunhado por Clenora Hudson-Weems em 1987, nos Estados Unidos, após perceber a necessidade de um construto teórico endêmico, que atendesse às necessidades da mulher africana no continente e na diáspora. Clenora Hudson-Weens recentraliza a história das mulheres africanas na diáspora e no continente, desenvolvendo a teoria do mulherismo africana–*africana wamanism*. Ela mostra o contexto opressor ao qual mulheres e homens africanos estavam sendo submetidos e, desse modo, propõe a urgência e necessidade de desenvolver teoria afrocentrada que atendesse às necessidades dos homens e das mulheres, africanos. "O conceito de matriarcado destaca o aspecto de complementaridade na relação feminino-masculino, ou natureza do feminino e masculino, em todas as formas da vida que é entendida como não hierárquico. Tanto a mulher e o homem trabalham em todas as áreas de organização social. A mulher é reverenciada em seu papel como a mãe, a portadora da vida, condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social" (HUDSON-WEENS *apu*d DOVE, 1994, p.8).

circunstâncias de suas vida, seja no que tange à construção de casas, seja no que se refere às tradições dafamília. Conforme Gabriel Buchu, para construir a sua casa, seguiu as técnicas de contrução de habitação que se usava no Senegal. São experiências ancestrais adquiridas com os avós e pais, que tinham profundo conhecimento das técnicas de construção de habitações de palhas que também são usadas em Cabo Verde, principalmente no interior das ilhas do arquipélago:

> Todo o conhecimento eu herdei dos meus ancestrais, meus avós e pais no Senegal. Quando vim para Jamaica, a única forma de construir a minha casa era utilizar as técnicas de construção aproveitando os materiais que eu tinha disponíveis para ter a minha casa (BUCHU.Agosto, 2017).

Por sua vez, Rasta no seu relato inicial, afirmou que começou a construir a sua casa preparando o terreno, porque no local onde realmente havia condições de segurança, na proximidade do bairro de Achada Grande Frente, havia uma pequena montanha, de terra. Com o apoio de amigos, através da prática "djunta mó", tiveram de remover uma pequena montanha para preparar o terreno. Afirmou que a construção de sua casa foi uma oportunidade muito grande para estabelecer laços com pessoas que começaram a procurar o bairro para construírem as suas casas.

De modo similar a Rasta, Antônia sente que, *"pela primeira vez tive a sensação de estar vivendo em comunidade e irmandade, uma experiência que eu cultivava, quando vivia no interior com a minha família, antes de vir para Praia"* (DONA ANTÔNIA. Agosto, 2016). O espírito comunitáriorelacionado à sua trajetória de vida em Jamaicaé tambem partilhado em outras formas de relações sociais, sobretudo nos diferentes lugares onde ele trabalha como lavador de caro. Éevidente na forma como Rasta se relaciona com os seus vivinhos no bairro, assim como nos vários lugares onde ele trabalha, na relação com colegas e clientes. O nosso interlocutor confirma alguns princípios do sistema cultural africano comocomunidade, sociabilidade e irmandade, afirmando que "*o lugar onde trabalho é também minha comunidade e as pessoas são minhas famílias. Morar em Jamaica é estar na minha comunidade com as minhas famílias*", sintetiza ele, se referindo a esse aspecto.

Ao mesmo tempo, nas narrativas sobre a origem da sua família, Rasta realçou que, na sua infância, teve de trabalhar para ajudar nas construções de casa de palha tanto da família (avós e pais) quanto dos vizinhos. Podemos inferir de tudo isto que o habitus investido na ocupação do espaço na informalidade habitacional foi adquirido no seio familiar e comunitário, quando vivia no interior da ilha de Santigo. Esse é um dos aportes a serem considerados na interpretação dos conflitos urbanos na Cidade da Praia, caracterizada por

assimetrias entre o esforço popular de preservação da tradição cultural e identitária, e pela luta das autoridades municipais para imprimir nas novas formas de habitar o lugar, um espírto mais moderno de cidade, desde os materiais que se utilizam, ao modo como isto ocorre.

Dona Nilda teve a experiência de ocupação do espaço na informalidade habitacional, ainda criança quando vivia no interior da ilha do Fogo com os avós e os pais. De uma família muito pobre, moravam no campo. As casas eram contruídas em espaços familiares, onde também se prativava a agricultura. Foram esses habitos que nortearam a sua experiência em Jamaica, quando iniciou a construção de sua moradia na Jamaica.De acordo com a nossa interlocutora, "*Quando as pessoas se reuniam para decidir em contruir suas casa, era só chegar e demarcar o terreno e construir. Foi dessa maneira que meus avos e meus país construiram suas casas na ilha do fogo* (DONA NILDA*)*. Como se pode denotar, trata-se no seu caso, também de uma referencia explícita apráticas culturais que transcendem os conhecimentos transmitidos entre várias gerações.

A partir de uma análise comparativa, envolvendo as seis histórias de vida de vida, Rasta, Buchu, Antônia, Nilda, Ana Bela e Vanilda, observamos que a migração para o cidade da Praia, constitui a estratégia paraprocurar outras oportunidades de vida e acesso à moradia. Todos se encontram neste momento com a moradia própria em Jamaica. Ainda assim, apesar dos elementos comuns às experiências de vida, é possível constatar diferenças específicas em suas trajetórias que não podem ser desconsiderados nesse processo interpretativo.

Com relação ao Rasta, o nosso primeiro interlocutor, tem uma longa história de permanência na cidade. Ele trabalhou no mercado de sucupira, nas construções de habitações, pelos bairros da cidade, no aeroporto, na EMPA e, neste momento, trabalha como lvador de carro em uma empresa de comunicação. Enquanto a Dona Antônia permanece na mesma condição de mulher, doméstica por vários anos, sem obter avanços e mudanças na sua casa. Rasta conseguiu construir duas casas para as suas duas esposas: "*tenho duas famílias para cuidar, por isso tenho que me esforçar para oferecer uma casa condignas para elas*".

Entretanto, percebemos que as razões para a ocupação do espaço nas áreas não urbanizadosda cidade justificam-se, simultaneamente, por fatores inerentes ao percurso individual de cada um (a) e de uma circunstância social mais ampla. Ou seja, não obstante as trajetórias de vidas analisadas apresentarem aspetos comuns, como a migração do interior e das ilhas periféricas, origem social humilde, entrada precoce no mercado de trabalho ou abandono escolar, cada um (a) dos (as) nossos (as) personagens possui um percurso de vida único. Entretanto, a diferença nesses percursos é que determina as condições de habitação, melhorias ou estagnação na construção.

A diferença nas condições de casas construídas, pelos (as) moradores (as) de Jamaica, é outra questão importante que vale destacar. Elas variam dependendo do tipo e da qualidade de material a que tiveram acesso, das condições econômicas, parentes e amigos. Por outro lado, verificamos também que a qualidade e as características das moradias variam de acordo com alguns fatores, como a idade e as responsabilidades familiares, o número de filhos, a chefia familiar, os números de dependentes e agregados familiares,bem como as parcerias com as despesas do lar.

Nesse sentido, os rendimentos de alguns desses moradores, por exemplo, permitem a eles ir mais longe e melhorar as qualidades de suas moradias, assim como ter acesso aos serviços básicos, como a energia elétrica, fazendo com que almejem, acima de tudo, a reprodução social de suas famílias e o alcance de outros bens como por exemplo comprar um carro. Os investimentos na educação e formação superior dos (as) filhos (as), a ampliação de moradia com a construção na vertical, acesso aos aparelhos de tecnologia, como a televisão, implementar négocios no bairro, são indicadores disso. Nas narrativas dos (as) nossos (as) personagens, fica presente esse desejo de ir além da satisfação do acesso a moradia própria.

Identificar as experiências de Rasta, Buchu e Dona Nilda, e dos (as) moradores (as) de Jamaica com boas casas, leva-nos a refletir sobre o modo como esses agentes, cuja estratégias e práticas muitas vezes rotulados de clandestinas, pobres e precanizadas reagem às contingências do mundo cotidiano. A análise desses casos remete-nos para o debate sobre as informalidade e clandestinidades, bastante recorrente quando se analisam as condições sociais das pessoas que vivem nos bairros pobres da cidade da Praia.

Nos encontros e entrevistas com Buchu, ele apresentou a sua casa construída com blocos de concreto, pintado no interior e exterior, com vários quartos e dois banheiros acabados, além da cozinha com mosaico. A casa é mobilada, com móveis considerados modernos, como sofá, e aparelhos domésticos, como a televisão, aparelho de som e computador dos filhos. Ele nos contou que conseguiu crédito para construir a sua casa,na Associação de Apoio a Auto-promoção da Mulher no desenvolvimento(MORABI). *Assim que fechar aúltima prestação, pretendo fazer outro empréstimo para construir a primeiro piso* (BUCHU). A surpresa foi enorme quando entrei na casa de Buchu, perante as condições e estrutura da casa. Nas palavras dele, *quando não temos preocupação em pagar o aluguer, todo o nosso esforço é construir aos poucos a nossa casa. E, se construí rápido, foi com os rendimentos dos trabalhos meus e de minha mulher. Trabalhamos para ter uma boa casa como todas as pessoas* (BUCHU).

Reportando-nos aos conceitos de informalidade e precariedade das habitações, autores como (ZALUAR, 2004; CALDEIRA, 2009; PERLMAN 2010) não consideram a "informalidade" como sinônimo de marginalidade, exclusão social, ou pobreza. Na cidade da Praia a informalidade habitacional pode também ser uma estratégias bem-sucedida de obtenção da casa própria. Em menor proporção, as casas, informais, podem abrigar as pessoas socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da casa própria.Os moradores apresentam como grande motivação para a construção de habitação no espaço não urbanizado o fato de garantir o acesso à casa própria. Ao mesmo tempo, os obstáculos que as (os) moradoras (es) encontram no dia a dia influenciam as representações que eles fazem do bairro no qual vivem e de suas casas. Casa própria é a grande motivação para suportar os desafios e as vicissitudes encontradas no bairro de Jamaica.

Entretanto, a perspectiva de análise apresentada não é consensual entre os estudos sobre o tema. Para alguns pesquisadores, dentre elesTavares (2006) e Nascimento (2009), existem aspectos ambivalentes da ocupação do espaço na informalidade, na medida que morar nesses bairros informais pode ser uma condição social tanto provisória como definitiva.

Tavares (2006) defende que essas condições sociais tornam permanentesas circunstâncias em quealguns (as) moradores (as) encontram-se inseridos (as) no mercado de trabalho, num contexto de desregulamentação e flexibilidade, principalmente para os (as) moradores (as) mais novos (as), e mais escolarizados (as). Desse modo, a ocupação do espaço na informalidade configura-se como a única alternativa plausível para assegurar a casa própria e melhor as condições de vida, sem o compromisso como o pagamento de aluguel. Por outro lado, as incertezas e as instabilidades no acesso ao espaço para construir habitção e a esperança de ter casa própria fazem com que as pessoas de baixa renda construam as suas casas como provisórias.

Perante essas situações as pessoas expostas a constrangimentos de diversas origens, longe de se comportarem como puros reflexos deles, possuem capacidades de invenção suficiente para modificar e transformar os determinismos estruturais que os cercam (CUNHA Jr, 2015). Para Cunha Júnior, as pessoas agem livremente dentro das circunstâncias impostas pelas suas condiçõessociais, históricas e culturais. Nesse caso, desses agentes, não são simples reprodução, mas traduzem antes um sentido prático pelo qual as pessoas agem, escolhendo livremente entre alternativas, dentro dos limites impostos pelo meio. As práticaspodem ser reestruturadas, são produtos de experiências passadas e do presente e se resignificam consoante às condições objetivas em que os indivíduos vivem.

Entretanto, as (os) moradoras (es) buscam influir também na produção de uma nova imagem, mais positivada e menos estigmatizada para a sociedade mais ampla e a média, sendo que o bairro de Jamaica é um lugar diversificado, composto por distintos estratos e grupos sociais. Trata-se de um lugar com moradores e pessoas dignas, trabalhadores e famílias decentes. E, desse modo, procuram se afastar de outra imagem como costumam ser representados os locais mais pobres, quando homogeneizados e identificados apenas como espaços de concentração de pobreza, criminalidades e violência urbana e, deste modo, territorialmente estigmatizados (WACQUANT, 2007).

O acesso aos serviços básicos também indica as características dos ciclos de periferizacão. É preciso atentar para a diversidade de agentes cujas práticas múltiplas configuram a própria cidade, algo bastante visível no bairro de Jamaica, atravessada por uma densidade multifacetada de sujeitos, equipamentos urbanos, com uma significativa historicidade ligada às classes populares, mas com uma presença prática e articulações que ampliam sua diversidade interna, bem como incorporam outros marcadores sociais. Jamaica é um bairro periférico ainda pouco consolidado em termos de infraestrutura urbana, uma comunidade precariamente organizada do ponto de vista político-comunitário, em que as dinâmicas de pobreza, marginalidade e violência ganham contornos cada vez mais nítidos.

Os dados do campo mostram-nos que as relações do trabalho existentes entre os moradores da periferia em Jamaica indicam que as necessidade habitacionais dos personagens entrevistados resultam do fato de grande parte desses agentes se encontrarem fora do mercado de trabalho, embora desenvolvam, frequentemente, atividades de pequeno comércio na residência. Essas referências às relações de trabalho podem dar conta da fragilidade da situação econômica que predomina nessa população, condicionando o acesso à moradia e também ao processo de consumo que caracteriza a reprodução cotidiana.

Portanto, existem fatores que agem conjuntamente, provocando a fragmentação dos laços comunitários, se admitirmos a existência de correlação entre a vida de trabalho e a vida social – através do estudo das práticas sociais que podem influir na constituição de um espaço, atribuindo ou não as particularidades a um bairro – maior ou menos funcionalidade das redes de vizinhança (BARNES, 2011).

A pesquisa mostra-nos que o bairro de Jamaica é atravessado pelo fenômeno de desemprego, o qual tende a provocar uma erosão dos sistemas de apoio e proteção que incidem nas redes de relação sociais, de reciprocidade e ajuda mútua que emergiam entre os moradores, como mecanismo de amenizar a escassez de salário, mas elas nem sempre representam a causa da pobreza. Isso, considerando as mudanças na função de proteção social

exercidas tradicionalmente pelas famílias – e a sua inserção na comunidade ou vizinhança. Isso porque as redes de reciprocidade alimentam as expectativas de receberem bens e serviços e de retribuí-los, o que exige custos materiais, tempo, dedicação e disponibilidade, trazendo dificuldade de retribuição em situação de pobreza, causando rupturas nas redes de vizinhança.

Essas redes se manifestam em plano interfamiliar no qual as relações de confiança são atribuídas a vizinhos e amigos, envolvendo distintos graus de reciprocidade e interação entre as unidades residenciais, nas situações em que compartilham relações familiares. Entre os moradores, as relações primárias envolvem diferentes formas de vínculo para a obtenção de recursos não monetários, envolvendo o intercâmbio de favores e serviços dos mais diversos, como o cuidado dos filhos, ou monetários, como empréstimo financeiro.

O acesso ao serviço também indica que as características dos ciclos de perfierização e os seus moradores se refletem nos aspectos da dinâmica urbana como um conjunto na qual o acesso a cidade é visto a partir do seu papel de consumo – sistemas de saúde, transportes, abastecimentos de água, saneamento, educação entre outros – percebendo-se que a sua organização tende à descentralização, o que contribuiria para uma gradativa substituição da busca de favores entre vizinhos. Entretanto, existe precariedade dos serviços no bairro, e o acesso à cidade como espaço de consumo oferece dificuldade.

Deste modo, do ponto de vista interfamiliar, residir no bairro de Jamaica levou os moradores ao afastamento das famílias de origem, residentes no meio rural ou bairro distante, e à convivência com situações de fragilização da rede familiar como âmbito de exercícios da solidariedade. Dona Antônia testemunha esse facto afirmando:

> A minha família vive no fogo, portanto é muito difícil contar com eles em momentos de aperto. Por isso, é uma necessidade estabelecer relações com os vizinhos que acabam se transformando em [um tipo de] relação familiar. Não me relaciono com a família, apesar de boas relações com todos os meus irmãos e imãs e primo que vivem na cidade da Praia há muito tempo (ANTÔNIA.Agosto, 2017).

Segundo Cabannes (2006), a vizinhança é uma vivência comum em relação a espaço público,à rua.As famílias pobres são mais expostas às influências externas e apresentam pouco grau de autonomia do espaço privado em relação ao seu mundo social e ao espaço público, bairro e comunidade. Os dados em relação à vizinhança são apresentados sob a forma de cordialidade e sociabilidades. Segundo Buchu:

> No bairro, todo mundo se dá bem, me relaciono com todos, não tenho nada de mal a dizer dos meus vizinhos. Não tem brigas e conflitos, apenas em

> momentos de festa que às vezes acontecem conflitos violentos provocados pelos adolescentes que adentram ao bairro (BUCHU.Agosto, 2017).

O distanciamento se faz presente e sinaliza para as rupturas e perdas de caráter comunitário. Estar localizado em uma área geográfica próximo ao centro e, consequentemente, com o melhor acesso aos serviços básicos e infraestrutura representa um diferencial para os moradores de Jamaica, situados como enclaves, entre os bairros de melhores condições. Os moradores mostram o quanto são beneficiados, na questão de deslocamento e facilidades de transporte público, como nos aspectos sociais.

Os moradores, pobres, situados próximos do centro também experimentam mudanças nas formas de convivência que são percebidas de forma sutil através dos estereótipos atribuídos aos moradores dos bairros considerados "clandestinos", problemas decorrentes do "efeito do lugar" (BOURDIEU, 1997), como um taxista que se recusa a levar os passageiros, entre outras situações. Os jovens demonstram que esses desafios apenas tende a ser superados através das participações em instituições existentes, ou introduzido no bairro, possibilitando uma ressignificação de práticas comunitárias.

Observamos que em Jamaica os vínculos de proximidades desaparecem e outros sobrevivem em função, geralmente do tempo de resistência e do conhecimento recíproco entre as famílias que definem a vizinhança. A ressignificação das práticas comunitárias tende a ocorrer em situações consideradas mais extremas, em emergência, como necessidade de socorrer alguém próximo, e ainda pelo interesse comum diante de situações que implicam em remoção de população diante de projetos de intervenções. O princípio de reciprocidade envolve a solidariedade e confiança, e são considerados como naturais o contexto cultural e histórico africano e cabo-verdiano, visto que o processo de periferização tende a manifestar correspondências com uma transição da unidade de vizinhança.

5.5. Migração: a cidade abrindo caminhos

Nesta seção, continuamos a esboçar o tema e a questão que orientam o nosso trabalho. Como mostramos, Praia é uma cidade que cresceu, nas últimas quatro décadas do século XX, mais precisamente entre os anos 1960 a 1990, como indicam os dados demográficos analisados. Eles revelam que esse crescimento ocorreu, principalmente, em virtude dos

processos migratórios. Com isso deu-se o processo de mudança na estrutura produtiva do Estado, como impulso industrial e modernizador, que contribuiu para a transformação da cidade.

A década de 1980 foi marcada pelo crescimento do bairro informal, em diferentes áreas não urbanizadas da cidade. As ocupações mobilizaram centenas de pessoas que buscavam resolver os problemas de moradias que se abatia sobre elas.Dentre outros fatores, por conta de alto custo dos aluguéis, o mercado imobiliário instituiu-se para transformar as vastas propriedades dos "donos de terra", públicas e privadas, configurando vetores de ocupação e distribuições desiguais para as diversas áreas da cidade. Esse período correspondeu à consolidação de inúmeros movimentos sociais. Assim, damos ênfase ao processo de produção do sujeito em suas práticas e experiências, nas marcas e transformações que produzem no território e nas cidades e, sobretudo, na forma como, ao mesmo tempo, transformaram-se social e subjetivamente esses sujeitos.

O sociólogo Gey Espinheira (1986b; 1992) enfatizou as contradições sociais que se manifestavam na cidade e os ajustes sucessivos ao longo da sua história, no processo de configuração territorial. A cidade passou a ser vista como a constituição viva do modo de ser dos moradores, de suas culturas, assim como da estrutura e das desigualdades sociais. Desse modo, as práticas e as diversas formas de organização do espaço doméstico e público no bairro, de sobrevivência, lazer, comunicação, educação dos filhos, saúde e de enfrentamentos e resistências sociais e política dos habitantes da periferia, incluída a maioria dos migrantes, tornam-se relevantes na busca de pertencimentos da cidade da Praia(ESPINHEIRA, 1992, p. 120).

Conforme as trajetórias de Gabriel Buchu, o caminho percorrido para se estabelecer no trabalho, em um primeiro instante, decorre em sintonia com o saber fazer, aprendido no Senegal. Conforme nos explicou, a idade que se erguia e se espraiava em diferentes direções, o pulsante setor de construção civil recrutava a mão de obra jovem e ansiosa por trabalho. Nesse fluxo, Buchu passou a trabalhar como segurança, o que, anteriormente, considerou ter sido trabalho duro e, para escapar desse trabalho, de remuneração insuficiente, muitas vezes prestava serviços para os moradores da Achada Grande Frente.

As dinâmicas de ocupação quanto às relações sociais, forjadas em Jamaica, aproximam-se tanto do que se refere a estratégias adotadas na construção e manutenção de habitação e nas práticas coletivas de sobrevivências quanto da constituição, ampliação e/ou dissolução das redes familiares e amizades, o que observamos em diferentes oportunidades. É de frisar que efetivamente a ocupação do bairro de Jamaica, à semelhança dos vários bairros

da cidade da Praia, só foi possível graças a conhecimentos na construção casas de madeira, barracos e blocos de concretos, tão comuns entre os moradores do interior da ilha de Santiago e das ilhas periféricas que migraram para a cidade. As pessoas que no início de 2003 começaram a construção de casas no bairro moravam em Achada Grande Frente, com todas as limitações de emprego e oportunidade no mercado de trabalho.

Conquistar um espaço para construir moradia significa por (a) muitas (os)moradoras (es) é uma fase que representaa melhoria na vida e dignidade. As experiencias da Dona Antônia e Dona Nilda, assim como outras (os) moradoras (es) dos bairros pobres como Jamaica, mostram a trajetória percorridas por elas (es), além das redes e relações construídas através delas até construíremas suas habitações. Um aspecto evidenciado nas entrevistas e conversas informais que aparecem em outras experiências analisadas refere-se aos bairros pobres da periferia da cidade da Praia, programa de apoio a jovens e crianças e que determinam significativamente o rumo que eles seguem no futuro.

Os dados empíricos nos revelam o percurso de migrantes que tiveram de atravessar fronteiras marítimas e terrestres para alcançar a cidade, seus percursos na cidade, independente de terem trazidos as suas famílias, as experiências dos seus filhos, netos e até vizinhos para recomporem as suas redes sociais, além das estratégias socioculturais de inserção na cidade.

A experiência do campo mostrou-nos que, diferentemente do que imaginávamos, inicialmente, no bairro de Jamaica existem pessoas oriundas de várias comunidades do interior da ilha de Santiago, assim como das ilhas periféricas, como Maio e Fogo, e, em menor escala, dos países da África continental, como Senegal e Guiné-Bissau,que faziam incidir sobre os bairros pobres da cidade da Praia, de maneira geral, marcas importantes em sua constituição.

A partir da pesquisa de campo, podemos perceber que a “periferia urbana” é resultado de um processo que constitui a relação de poder. Nesse sentido, o território é concebido segundo Santos (1980), como uma estrutura múltipla, complexa e diversa, considerando a sua estrutura histórica e social, partilhado de apropriação, transmissão territorial, social e cultural. Desse modo, o espaço urbano, sua organização – centralidade e periferia – relações e práticas, sociais e culturais, são o reflexo do processo de demarcação do território que se traduz em formas, comportamentos, estigmas e identificações sociais e simbólicas no espaço. O território de um grupo social transcende a espacialidade delimitada em marcos geográficos. Trata-se de lugar onde o grupo constrói a sua relação cotidiana de apoios, troca e pertencimento a um lugar, a uma rede de indivíduos e ao coletivo social.

Para Milton Santos, é o processo que envolve, ao mesmo tempo, a dimensão simbólica e cultural, por meio de umaidentidade territorial atribuída a um grupo social como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem, sendo também uma forma de apropriação e uma dimensão mais concreta do caráter político e disciplinar. É a apropriação e ordenação do espaço, como forma de domínio e disciplinarização do espaço (SANTOS, 1980).

Santos (1980) assegura a importância do espaço urbano não só como paisagem geográfica, mas, sobretudo, enquanto um construto social, como produtor e produto de diferentes modos de vida. Assim, importa referir que existem diferentes formas de ocupação e reprodução do espaço dentro da cidade. O vivido como lugar com a qual as pessoas se identificavam; os processos históricos e sociais, de apropriação e deslocamentos do espaço vivenciados pelo grupo, nos deslocamentos para diferentes bairros; e a forma como os grupos constroem o território e seu pertencimento (HASENBALG. 1988).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, analisamos o processo de ocupação do espaço urbano na cidade da Praia em Cabo verde, sob o olhar da contemporaneidade, situando o contexto histórico no qual se desenvolveu esse processo.Consideramos que o espaço público é o lugar de expressão da vida social, das organizações coletivas e socialização dos cotidianos dos grupos sociais e dos indivíduos. Trata-se dos locais onde convergem os interesses imperativos da qualidade de vida naquilo que ela processa de coletivo e pode produzir a condição de vivenciar a cidade. Promove e sintetiza as preocupações importantes da vida social inerentes aos espaços públicos e semipúblicos, a liberdade de expressão e uso, a segurança e os trânsitos acessíveis, assim como os limites dos direitos de cada pessoa em relação aos direitos do próximo.

Deste modo, nesta tese concebemos o espaço público como um vetor de urbanidade e de respostas às demandas dos moradores dos bairros da cidade e dela como uma totalidade integrada. A sociabilidade é um condicionante para a qualidade dos espaços públicos fatores que caracterizam as cidades e produzem a identidade coletiva. Pois, o espaço público está no cenário da relação entre o privado e o público quanto ao direito à cidade, na discussão sobre mudanças globais e transformações das estruturas econômicas e sociais, nas formas de superação das segregações, no dinamismo das cidades quanto à sua preparação para promoção integrada do desenvolvimento, levando em contas as especificidades locais, ou quanto à democratização da vida urbana e à produção de sociabilidade.

A informalidade habitacional são habitações, cuja construção não segue as regras do ordenamento do território da cidade e mais especificamente da comunidade, pois ele representa uma lógica própria de ocupação do espaço urbano, do ponto de vista econômico, social e territorial. No contexto da informalidade habitacional urbana, trata-se de um fenômeno resultante do desenvolvimento desordenado das cidades, regrado pelo mercado imobiliário excludente, provocando o surgimento de assentamentos informais como loteamentos irregulares e informais e conjuntos habitacionais irregulares. O conceito informal refere-se àqueles bairros que tiveram o seu início em áreas públicas ou particulares, sem condições adequadas de promover infraestruturas mínimas e as condições de saneamento básico, água, energia, transporte público, entre outros, para o estabelecimento de pessoas.

Entendemos que conceitos de cidade e campo não servem para explicar o urbanismo africano. Por isso a contradição entre o conceito de urbanoe rural para a compreensão do processo urbanístico nas sociedades africanas. No entanto, essa dicotomia parte da lógica ocidental no processo de concepção epistemológica urbanística. Sua implicação no contexto

africano é contradição para pensarmos o urbanismo, na medida em que na cidade da Praia as pessoas vivem na cidade porém as suas praticas de existência e sobrevivência são rurais, isto é, acontecem no campo. As pessoas trabalham e vivem de pescas, agricultura e criação de gado entre outras praticas consideradas tradicionais ou de campo, dentro da logica ocidental eurocêntrica. Existe dentro da cidade uma forte ruralidade, nas cidades historicamente comercias, como é o caso da cidade da Praia.

A maioria das pessoas que moram na cidade da Praia trabalham no meios rural, sendo que todo o comércio, de produtos agrícolas é produzido no meio rural e transportado para cidade. Um outro dado importante é que amaioria da população ativa em cabo verde vive da agricultura e da criação do gado. Nas épocas pluviais que acontecem nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, as pessoas que vivem na cidade viajam para o meio rural para a prática de agricultura de subsistência. Durante este período verifica-se um grande fluxo de pessoas do meio urbano para o meio rural. Assim, a lógica dualista ocidental que concebe a separação substancial entre o campo e a cidade talvez não sirva para explicar o processo de urbanismo no continente africano (CUNHA Jr, 2016). A cidade formadapor pessoas de baixa renda exige uma reflexão a partir de um urbanismo ruralizado. Pois as profissões e uma parte significativa das pessoas acontecem na cidade, isto é a cidade com uma forte ruralidade, e não oposição entre o campo e a cidade.

Enfatizamos que a ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional está presente na história da cidade e representa um aspecto marcante da sua paisagem cotidiana desde o período colonial. Época essa na qual se destaca a presença de mulheres e homens africanos cujas ações e práticas contribuíram para viabilizar a cidade não apenas a nível da ocupação e formação da cidade, mas também em dimensões socioculturais, na medida em que imprimiram marcas cujas influências sobre hábitos, sinais e símbolos locais foram decisivos.

Em seguida, ressaltamos que apesar de contribuírem para visibilisar a configuração e formação da cidade, a trajetória histórica da formação e crescimentos do bairro foi trilhada em recorrentes envolvimentos e confrontos com os poderes públicos. Na tentativa de organização espacial da antiga cidade, as pessoas de baixa renda que construíram as suas casas no bairro repetidamente são acusadas de contribuir para enfeiar a cidade ou colaborar para a permanência de hábitos considerados “incivilizados”, que travavam o advento da modernidade. Como vimos, a concepção damodernidade, assim como a visão da urbanidade que orientaram os seus projetos de modernização, considerava o abandono das tradições, espelhadas nos hábitos e costumes de origem africanos, como imprescindível para que a cidade da Praia se modernizasse.

Nesse contexto, os moradores do bairro de Jamaica passaram a ser responsabilizados por problemas urbanos, tais como a desordem, a sujeira e a degradação de áreas e paisagem urbana nas quaisconstruíram as suas casas. Assim, demolir, controlar, regulamentar, padronizar e disciplinar tornaram-se tarefas prioritárias dessas políticas no sentido de travar a municipalidade. Não obstante, apesar dessa pretensão do poder público em punir e disciplinar essas práticas, a partir da imposição de regulamentações e de normas higiênico-sanitárias, isso não significou o fim da ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional. Elas continuam presentes no cenário urbano da cidade da Praia e nem sempre seguindo as regulamentações traçadas pela municipalidade.

Utilizando as noções de territorialidades negras (MATTOS, 2008) e estratégia de resistências (SCOTT, 2011), sustentamos que a continuidade de algumas dessas práticas foi forjada em contextos de disputas pelo controle de determinados espaços da cidade, nos quais evidenciaram ações de resistências dessas pessoas de baixa renda que, como julgamos ter mostrado, carregaram as marcas e o estigma da contravenção. Na perspectiva de Scott (2011), para controlar os mecanismos de controle, essas pessoas, desprovidas de poderlançaram mão a uma série de práticas, muitas vezes, mais abertamente declaradas.

Nesse contexto marcado por relações hierárquicas e desiguais de poder, forjam-se as construções sociais de identidade de resistência, entendidas, desde Castells e Scott, como aquelas cradas por atores sociais que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições e grupos dominantes da sociedade (CASTELLS, 1999; SCOTT, 2011).

Nessa perspectiva, as noções de territorialidade negras e resistência permitem aproximar as experiências sociais de indivíduos que, de certa maneira, se encontram em situação social análoga e comungam o que Certeau (1994, p. 202) chama de *uma fenomenologia do existir no mundo*. Isso sugere que os indivíduos expostos a constrangimentos de origens diversas, longe de se comportarem como puros reflexos desses constrangimentos, possuem capacidades de resistência e de invenção suficientes para modificar e transformar os determinismos estruturais que os cercam (CASAL, 1997).

Apoiando-nos nessa perspectiva, argumentamos que existe um conjunto específico de atividades que tiveram importância em épocas anteriores, com um peso social significativo na cidade da Praia e que, apesar disso, foram combatidas pelas políticas higiênico-sanitárias da colônia e pela expansão da produção em moldes mais modernos e capitalistas que são próximos às práticas de ocupação do espaço na informalidade atuais. Porém, através de

estratégias de resistência forjadas em contextos de extremas desigualdades nas relações de poder, sobrevivem, ainda que sob o estigma da marginalidade não tenham se extinguido na totalidade.

As descrições trazidas a partir dos nossos entrevistadosressaltaram a história social atual da ocupação do espaço na informalidade habitacional no bairro da Jamaica na cidade da Praia em Cabo Verde. A partir delas, demonstramos empiricamente como esses espaços mesclam práticas de ocupação de espaço na informalidade habitacional ligadas aos novos hábitos de produção de espaço como tendências globais, como o são a ocupação de espaço com outros materiais,como os blocos de concreto, portas de alumínio, modelos americanos, construção horizontal, e como usos de materiais referentes a tradições culturais africanas que buscam seus recursos simbólicos na tradição cultural africana.

Com base em casos ilustrativos de trajetórias de construção dos moradores no bairro de Jamaica, assinalamos que, no contexto analisado, a ocupação do espaço na informalidade constitui a estratégia ou a maneira mais acessível de obtenção de casa para as pessoas de baixa renda, oriundas de estratos sociais menos desfavorecidos. Seja porque essa construção pouco exigente, no acesso ao terreno para construir, como em termos de matérias de construção inicial para a construção de moradia. Esse aspecto ficou evidente nos depoimentos do nosso interlocutor Rasta, para quem a ausência de escolaridade e qualquer outra formação técnico-profissional, aliada a responsabilidades familiares, fizeram com que, de alguma forma, se acomodasse na atividade que exerce e, a partir dela, construísse a sua vida, não visualizando outras alternativas, senão as de tocar em frente na construção de sua casa. Ainda assim, Rasta conseguiu construir a casa própria e educar os filhos: "*hoje, eu tenho a minha própria casa, com todas as condições básicas para a minha família. E com o tempo pretendo construir na horizontal*".

Nesses termos, observa-se que, na ausência de alternativas ou requisitos condizentes com o perfil requerido para a compra de terreno, em áreas urbanizadas na cidade, a construção de casas na informalidade torna-se uma alternativa fundamental. Esse aspecto é recorrente nas histórias profissionais dos nossos personagens.

Um dos fatores que explica essa situação tem a ver com a brutal defasagem entre os níveis de escolaridade de uma menoria depessoasque pertencem à elite e a maioria de baixa renda, sendo que a maioria das pessoas que não compõem a elite cabo-verdiana distribui-se entre os níveis mais baixos de instruções. Como se sabe, a escolaridade é um elemento de grande importância na qualidade de inserção profissional e mobilidade social, já que a tendência geral é que os rendimentos aumentem conforme o nível deescolaridade. Na cidade

da Praia, as desigualdades de oportunidades educacionais entre as pessoas de baixa renda também são muito elevadas, penalizandoessas pessoas no acesso a moradia mais condigna. No caso de Buchu, constata-se que o fato de ter viajado para a cidade da Praia ainda muito novo, sem o apoio da família, a construção de casa no bairro de Jamaica lhe permitiu ampliar as possiblidades e condições de moradia.

A partir da sua própria experiência, Dona Antônia observou que: "*Por ser mulher e sem uma formação profissional, é muito difícil conseguir o emprego que me permita ter uma rendae melhorar as construções da barraca. Já pedi apoios à Câmara, mas não consegui*". Ainda que de modo implícito, Dona Edna introduziu o peso do componente de gênero na estruturação de trama no acesso à moradia na cidade da Praia, na análise de ocupação do espaço na informalidade habitacional. E suscitou reflexões acerca das dificuldades que as mulheres de baixa renda encontram para terem acesso à moradia, na cidade da Praia, considerando que são marginalizadas, não só pela questão de gênero, como também pelo baixo nível de escolarização e de formação profissional.

Conclui-se que parte considerável dos moradores do bairro de Jamaica continua a ser composta por pessoas de baixa rendaque provêm de um passado histórico escravista,semdireitos/privilégios comoa pequena elite cabo-verdiana. Os dados da pesquisa mostram que essas pessoas,resultantes do legado escravista colonial, continuam confinadasà ocupação instável. Encontram-se nessa categoria,de maneira bastante representativa, mulheres no trabalho do emprego doméstico e chefes de famílias,peixeiras e comerciantes ambulantes informais.

Outro elemento que merece ser destacado é o fato de que a construção de moradias na informalidade habitacional mobiliza conhecimentos e saberes adquiridos em outros momentos de seus percursos de vida, sejam eles de caráter ocupacional ou de tradição familiar. Como observado através das narrativas de Buchu para construir a sua moradia,este fez recurso as experiências e aprendizados de construção de moradias adquiridos com os seus ancestrais ainda no Senegal: "*Todos esses conhecimetnos eu apredi com os meus pais e tios antes de vir para a cidade da Praia. Hoje, sou um profissional. Tradição é fundamental*".

Do mesmo modo, Buchu explicou que, durante a infância, teve conhecimentosde construção de moradias, na informalidade e sem a autorização das entidades públicas, porque o solo era da família. No caso da Dona Nilda, é possível constatar que o fato de ter formação básica e um emprego lhe permitiu comprar o terreno para a construção e construir sua moradia, com um projeto de construção. A partir dessas evidências, defendemos que esses agentes, quando necessário, mobilizam saberes e valores culturais adquiridos dentro do grupo

de pertença, experiências herdadas de conhecimentos ancestrais, potencializando-os como estratégias para o acesso a moradias. Isso demonstra que essas pessoas têm conseguido converter o conjunto de roteiro de saberes, valores e competências em favor criativo e capacidade de intervenção.

Entretanto, nesses casos ilustrativos, existem diferenças significativas nas moradias construídas: elas nãos são homogêneas. Variam conforme o tipo de material, o tamanho e as condições do solo e as redes de relações sociais nas quais os moradores se encontram, que incluem casamento, filhos, parentes, relações de vizinhança. Para alguns desses moradores, por exemplo, a construção de moradia no bairro lhes possibilitou transcender o projeto de casa própria. A casa construída é também uma loja, espaço de trabalho, compra de carro, oportunidade de viajar, entre outros, que representam conquistas que motivam a permanência no bairro.

A identificação de moradores com moradias de boas qualidades, como as de Buchu, Rasta e Dona Nilda, sugere que se pense na construção de moradias na informalidade como um conjunto de práticas sociais diferenciadas, realizadas (consciente ou inconscientemente por pessoas, famílias de baixa renda), seja para a obtenção de casa própria, seja para a obtenção de melhoria de condições de vida, seja para garantir a sobrevivência. Essas práticas podem vir a ser também uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascensão social, frente à dificuldade em comprar terreno em áreas urbanizadas da cidade. Embora em menor proporção, a construção de moradias na informalidade pode abrigar pessoas de escolaridade e formação superior, socialmenteintegradas, inclusive do ponto de vista da renda pessoal.

Apesar dos riscos e instabilidade na construção de moradias e condições do terreno, a construção de moradia na informalidade caracteriza a realidade de pessoas de baixa renda que seencontram em áreas consideradas “clandestinas”, ou áreas não urbanizadas da cidade, uma oportunidade de ter acesso à casa própria e garantir o direito à cidade. Essas moradias podem ser também analisadas na sua multiplicidade não só como fonte de sofrimentos, mas também de vivências positivas. Os casos ilustrados permitem afirmar que a construção de moradias por essas pessoas representam estratégias imediatas de acesso a moradias e casa própria; e apresentam projetos alternativosde sobrevivencia a partir dos lugare e não lugares onde eles se inserem no contexto da cidade da Praia. Em determinadas circunstâncias, apesar dos limites no acesso à educação e formação técnico profissional e ao mercado imobiliario, as pessoas reelaboram estratégias próprias de acesso à casa própria e, consequentemente, a outras estratégias de sobrevivência e mobilidade social.

Assim, a construção de moradia na informalidade nas áreas não urbanizadas da cidade pode significar também uma maneira de escapar das desigualdades de oportunidades e instabilidades que o mercado imobiliário atual oferece às pessoas de baixa renda. A facilidade encontrada nas áreas não urbanizadas em determinados aspetos, como o caso de terrenos para a construção de moradias, ou as fronteiras tênues entre a moradia de aluguel e a vontade de não se submeterà pressão de pagamentos de aluguel de uma casa, em bairro de classe média, representam também fatores a serem considerados, dentro das estratégias de sobrevivência. Outros fatores, como o crescimento rápido do bairro, as mudanças estruturais nas condições de moradias, apoios dos amigos e vizinhos na construção de moradias, facilidade no acesso à compra de material de construção e oportunidade de investimentos na moradia própria, estimulam a construção de moradias e outros modos de acesso à casa própria em áreas não urbanizadas, como Jamaica.

A necessidade de habitação não correspondida pela promoção legal e a perspectiva de melhorar as condições de habitabilidade levam a população a recorrer ao loteamento ilegal e espontâneo. Infringindo as normas urbanísticas,os residentes constroem ashabitações à medida das suas capacidades financeiras e de acordo com o modelo por si idealizado. Esse recurso ao setor espontâneo/informal de solos não pode ser visto à margem do processo de atribuição de terrenos pelo poder público.

O problema da ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional não se centra apenas na ineficácia e rigidez do processo administrativo, mas também no fato de a administração não ter capacidade para responder à grande procura de lotes municipais, uma vez que apenas 20% dos terrenos da cidade são públicos (TAVARES, 2006). Os interesses do setor imobiliário têm condicionado o acesso às áreas urbanizáveis a uma parte significativa da população que nãopossui recursos financeiros para aceder aos lotes e fogos da promoção legal, uma vez que aespeculação imobiliária valorizou e intensificou a especulação sobre os solos urbanos nasmelhores áreas da cidade. O problema da habitação nunca foi respondido por uma política, mas sim por projetos e medidas pontuais que não resolveram o déficit da habitação na cidade, nem melhoraram a qualidade habitacional de uma franja significativa da população. Da mesma forma, a política de solos nunca existiu e o processo de loteamento foi sempre feito numa gestão à margem de qualquer plano.

A cidade da Praia segue o modelo de crescimento das cidades do Sul, onde a produção “clandestina” do espaço urbano tem um papel significativo na formação das aglomerações. No caso da capital cabo-verdiana, a produção “clandestina” intensificou-se com a independência e agudizou-se a partir da década de 1990, pois o crescimento populacional não

foi acompanhado de uma política de habitação e de solos, e nem o planeamento praticado conseguiu dar resposta ao problema da habitação.

A contribuição pública na produção da habitação tem ficado aquém das necessidades da população. Por outro lado, a produção das empresas privadas está acima da capacidade de aquisição da maioria dos residentes e não consegue, portanto, resolver de imediato as necessidades e/ou os anseios dos que almejam por esse bem básico. Por isso, as camadas mais desfavorecidas e de fracos rendimentos procuram uma habitação própria pela via da construção *clandestina.* A ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional tornou-se a última alternativa para aqueles que, com sacrifícios, conseguem construir uma habitação. Na maioria das vezes, as construções permanecem inacabadas, mas as famílias conseguem ter uma moradia própria.

As assimetrias entre o legal-autárquico e o ilegal-clandestino na cidade da Praia, trazem à tona o conflito entre a tradição africana e a modernidade ocidental europeia e mostram a incapacidade das autoridades publicas e municipais em mobilizar recursos simbólicos e financeiros para colmatar as desigualdades e dirimir esses conflitos. Neste sentido, o paradigma da ancestralidade nos parece uma solução metodológica e epistemológica fundamental para uma política de urbanização preocupada com a preservação da identidade cultural africana e cabo-verdiana, no combate às desigualdades e a inserção das pessoas de baixa renda nas cidade. A ancestralidade impõe a necessidade de reestabelecimento de uma pauta entre passado, presente e o futuro, tendo em vista os postulados de equilíbrio e sustentabilidade que lhe são próprias.

O principal desafio do urbanismo africano na atualidade, que leve em conta e parta deste paradigma da afrocentricidadeé o de produzir cidades que representem e respeitem a diversidade étnica de todos os membros destas nações e assumam os compromissos políticos de realmente lograr representar os interesses dos mais variados grupos e de todos. Outro elemento importante resultante da análise dos urbanistas africanosé a preocupação com os espaços de feiras e mercados. Esses representam, de um lado, uma âncora na tradição e, de outro,o da produção de oportunidades de trabalho e de integração entre os negócios das populações rurais e urbanas.

As práticas de ocupações do espaço urbano na informalidade habitacional tiveram importância em épocas anteriores, com um peso social significativo no processo de configuração da sociedadecabo-verdiana. Apesar disso foram combatidas pelas políticas higiênico-sanitárias de urbanização e organização da municipalidade e pelas políticas de indústria imobiliária, configuradas em modelos ocidentais modernos, marcadas pelo

neoliberalismo económico, pela conpetitividade e pela segregação espacial, com consequencias nesfastas no aprofundamento das desigualdades sociais, na marginalização das pessoas de baixa renda e na configuração da pobreza e miséria que afetam as populações das periferias urbanas.

As descrições de teor mais etnográfico realizadas ressaltam as histórias sociais e as particularidades atuais de ocupações urbanas pela informalidade habitacional na cidade da Praia. Empiricamente, esses espaços mesclam práticas de ocupações urbanas na informalidade habitacional, congregam práticas que têm vínculo com as experiências históricas e culturas africanas e estratégias de direito de sobrevivencia na cidade. Muistas dessas estratégias sãotão novas, reinventadas nas práticas e experiências cotidianas dos moradores, o que abre a possibilidade para uma constante coabitabilidade de saberes, experiências e técnicas ancestrais africanas com a de novos hábitos e práticas culturais urbanos ocidentais impostos pelo poder público.

Desse modo, é fundamental frisar que um dos fatores que condicionam a ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional tem a ver com a grande defasagem entre os níveis de escolaridade das populações de baixa renda, maioritariamente negros, sendo que a maioria da população que compõe a elite política e econõmica cabo-verdiana distribui-se entre os níveis mais altos de instrução. No contexto de Cabo Verde, a escolaridade representa um elemento de grande importância na qualidade de inserção profissional e mobilidade social, pois geralmente a tendência é que o acesso ao mercado de trabalho formal e aos rendimentos aumentem conforme o nível de escolarização. No caso da cidade da Praia, as desigualdades de oportunidades educacionais entre as pessoas de baixa renda e a população negra de classe média também são muito elevadas, penalizando as pessoas de baixa renda que chegam ao mercado de trabalho com escolaridade bastante inferior em relação às das pessoas de elite económica e política.

Para concluir, importa observar que o presente estudo constituiu sobretudo um esforço de reflexão sobre a ocupação do espaço urbano na informalidade habitacional na Cidade da Praia. Não pretendemos fazer generalizações indevidas, e nem poderiamos fazê-las, dadas as limitadas circunstâncias de tempoe espaço e constrangimentos institucionais com que nos deparamos e que determinaram o tipo de pesquisa empírica e analise aqui realizadas, e que, infelizmente, não puderam ser realizados com maior profundidade, moormente a permanência no terreno o no campo de pesquisa. Afirmamoso compromisso de dar continuidade à pesquisa no intuito de apresentar resultados mais elaborado e aperfeiçoados, à brevidade possível e se requerido, sobre este objeto de pesquisa, na convicção de que um

trabalho de pesquisa é sempre um processo em construção e de reconstrução que, de certa forma, acompanha as dinâmicas sociais e as circunstâncias favoráveis ou não para a realização de qualquer tipo de pesquisa.

Quizemos enfatizarcontudo e iluminar algumas das profundas asimetrias existentes entre as categorias sociais urbanas, aquelas que marcam o grande contraste e oposição entre o modo de habitar e viver das eleites e o das pessoas de baixa renda, enquanto produtos e reproduções do capitalismo, num continente ainda marcado pelas sequelas da escravidão, do neo-colonialismo e da globalização hegemónica.

De todos os modos, esperamos ter contribuido, de alguma forma, para despoletar um conjunto de problemas emblemáticos, ligados aos processos de urbanização pós-colonial em Cabo Verde e no contexto africano, que urgem ser pesquisadas e requerem soluções teóricas e empíricas que possam assessorar os poderes públicos e autárquicos, as organizações não governamentais e as associações de bairros envolvidos na resolulção dos grandes problemas e conflitos urbanos. Entendemos que no contexto cabo-verdiano e africano tais problemas podem ser melhor equacionados a partir da valorização das experiências e de uma maior valorização do sistema cultural africano, tomando a mulher e o homem africana (o) como sujeitos históricos, agentes e protagonistas da sua própria existência.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. **Mercado e ordem urbana**: do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 2001.

ABRAMO, Pedro; FARIA, T. C. Programa Favela-Bairro: valorização imobiliária e mobilidade residencial. In: **Intervenções locais e regionais e suas consequências socioespaciais**. Niterói: Resumos,1997.v. 1.

_____. **A Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

_____. Reconstruindo uma história esquecida: Origem e Expansão Inicial das Favelas do Rio de Janeiro. **Espaços & Debates**, São Paulo, n. 37,1994.

ACHEBE, Chinua . **O mundo se despedaça**. Atica. São Paulo, 1982.

_____. A **flecha de Deus.** Companhia da Letras. São Paulo, 2011.

ANJOS, José Carlos Dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre:Editora da UFRGS; Praia: INIPC, 2002.

_____. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde, **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003.

ANTONIO, Carlindo Fausto. **África e diáspora: as vias de aproximação** -Livro África e Brasil: História, Cultura e Educação. In: Leandro Eliel Pereira de Moraes; Valter Pomar ; Adriano Bueno. (Org.). África e Brasil: história, cultura e educação. 1ªEd. São Paulo: Editora, 2015, v. 01, p. 05-463.

ASCHER, François. **Metapolis acerca do futuro das cidades**. Celta Editora. Oeiras. 1998.

ASSUMPÇÃO, W. / STETTINER, C. F. / , SANTOS, R. / , ROQUE FILHO, M. P. / MOIA, R. P. / MARCELLOS, L. N. Estratégias do comércio popular de feiras livres e mercados municipais como benchmark para o varejo supermercadista. A Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Exatas e da Terra Produção/construção e tecnologia, v. 3, n. 5, 2014.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AGUESSY, Honorat. Visões e percepções tradicionais.In SOW, Alpha et.al, **Introdução a Cultura Africana**. Lisboa, Edições 70, pp.95-136.

ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

ALMADA, José Luís Hopffer. Homogeneidade e heterogeneidade da cabo-verdianidade, **Fragmentos**, n. 11/15, Praia, 2007.

AMARAL, Ilídio do. **A irrupção do Estado insular após a Segunda Guerra Mundial**: um fato novo de geografia política. Finisterra, XII, 44 Lisboa, 1987.

ANDRADE. Elisa. **As ilhas de Cabo de Verde**: da descoberta à independência nacional (1460-1975). Paris: L'Harmathan, 1996.

ANDRADE, Rutte T.C. **Informalidade Urbana**: representações sociais da mídia sobre a informalidade habitacional urbana na cidade da Praia. European Scientific Journal. Vol. 2, Special Edition. 2014, pp.553-562.

ANI, Marimba.**Yurugu: Na Afrian-Centered Critique of European Cultura Thought and Behaivoir.** Trenon: African World Press, 1994.

ARQUIVO Histórico Nacional (Cabo Verde). Descoberta Das Ilhas de Cabo Verde. AHN PRAIA – SÉPIA PARIS, 1998.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade:notas sobre uma posição disciplina. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). **Afrocentricidade**. Uma abordagem epistemológica Inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009a, p. 93-110.

_____. **Afrocentricity**: The theory os social change. Chicago: Africa American Images, 2003.

_____. **Afrocentric Idea**. Filadélfia: Temple University Press, 1998.

_____. MAZAMA, Ama (Orgs.). **Egypt vs Greece and American Academy: The debate over the birth of civilization**. Chicago: African American Images, 2002.

_____.**Afrocentricity and knowledge**.Treton: Africa World Press, 1990.

_____.Race in Antiquity: Truly Out Africa. Disponivel em http://www.asante.net/articles/19/race-in-antiquity-truly-out-of-africa/, 2009b. Acesso em: 18 de Agosto de 2016.

BARBOSA, J. L.; SILVA, J. S. As favelas como re-invenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, Fev. 2013.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Afrocentricidade, educação e poder**: uma crítica afrocentrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro. (Tese de Doutorado). São Paulo: s.n., 2016.

BERNAL, Martin. Black **Atena: The Afrosiatics Roots of Classical Civilization**. New Brunswick: Rutger University Press, Vol.1, 1987.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem motriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, R. L; POSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDERI, 1998.

BOLTVINIK, Julio. Elementos para la crítica de la pobreza. **Revista Desacatos**, n. 23, p. 13-52. Jan./abr.2007, pp. 53-86.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil. Retrato de uma estabilidade inaceitável. **RBCS**, vl 15, n. 42, Fev. 2000. [Dossiê de Desigualdades de Elisa Reis].

BRIDGE, Gary. Gentrification, class and comunity: a social network aproach. In: ROGERS, Alisdair; VERTOVER, Steven. **The Urban Context**. Oxford/Washington: Berg Publishers, 1995.

BURGOS, M.; PEREIRA, L.F.A.; CAVALCANTI, M.; BRUM,M.; AMOROSO, M. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. **Desigualdade & Diversidade (PUCRJ**), v. 11, 2012.

CABO VERDE. **Questionário unificado dos indicadores de bem-estar social**. QUIBB. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2007.

CABRAL, Amílcar. Obras Escolhidas de Amilcar Cabral. Unidade e Luta: A Arma da Teoria, V. I. Fundação Amílcar Cabral, Praia, 2013.

_____. Obras Escolhidas de Amilcar Cabral. Unidade e luta:**A Prática Revolucionária**. V. II. Fundação Amilcar Cabral, Praia, 2013.

_____. **Cabral: no Cruzamento de Épocas**. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amilcar Cabral. Alfa-Comunicações, Praia, Setembro de 2005.

CALDEIRA, Teresa. The Paradox of Police Violence in Democratic Brazil. **Ethnography**3(3), p. 235-263, 2002.

CALDEIRA, Teresa e HOLSTON, James. State and Urban Space in Brazil: From Modernist Planning to Democratic Intervention. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (Eds.).**Global Assemblages**: Technology, Politics and Ethics as an Anthropological Problem. Malden, MA: Blackwell Publishing. 2004, Pp. 393- 416.

CARREIRA, António. **Cabo Verde**: aspectos sociais, secas e fomes do século XX. Lisboa. Ulteiro, 1984.

_____. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**. 2. ed. Praia: ICL, 1983.

_____. A estrutura demográfica de Cabo Verde, In: Boletim Cultural da Guiné Portugeusa, Bissau, n.94, Abr. 1969, pp.475-500.

_____. **Demografia cabo-verdiana (subsídios para o seu estudo), 1807-1983**, Ed. Instituto Caboverdiano de Livro. Praia, 1985.

CASTELLS, Manuel. O Surgimento do Quarto Mundo: capitalismo informacional, pobreza e exclusão social. Em: **A era da informação, economia, sociedade e cultura**. 3a ed. Volume III. Fim de Milênio, 1996, pp. 95-130.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CMP. Esquema Estrutura do Plano Director Municipal da Praia. Praia: Publicação Câmara Municipal da Praia, 1998.v. I.

_____. **Esquema Estrutura do Plano Director Municipal daPraia**. Anexos técnicos.Praia: Câmara Municipal da Praia, 1998.

_____. **Proposta Plano Director Municipal da Praia, relatório e regulamento**. Praia: Câmara Municipal da Praia, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. (2015). **Africanidade e Afrodescendencia**. Notas de aula da disciplina de pós-graduação. Fortaleza-CE. 2015.

_____. (2016). **Urbanismo africano: conceitos**. Nota interna. Universidade Federal do Ceara. 2016.

_____. Afrodescêndencia e Espaço Urbano. In: Henrique Cunha Jr. e Maria Estela Rocha Ramos. (Org.). **Espaço Urbano e Afrodescendência**: Estudo da espacialidade negra urbana para o debate das politicas públicas. Fortaleza: Editora da UFC, 2007.

_____. **Bairros Negros, Cidades Negras**. In: CONLAB - 2015 - Congresso da Associação Internacional de Ciencias Sociais e Humanas em Lingua Portuguesa, 2015, Lisboa. CONLAB - 2015 - Congresso da Associação Internacional de Ciencias Sociais e Humanas em Lingua Portuguesa. Lisboa, 2015.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE LA ROCHA, Mercedes; JELIN, Elizabeth; PERLMAN, Janice; ROBERTS, Bryan; SAFA, Helen; WARD, Peter. From the Marginality of the 1960s to the "New Poverty" of Today: A LARR Research Forum. **Revista LARR (Latin American Research Review)**, v.39, n. 1, 2004, pp. 185-203.

DGE. **Primeiro Censo da População e Habitação do arquipélago de Cabo Verde/1980**. Volume II – Estrutura da População das Ilhas de Cabo Verde. Praia: Direcção Geral de Estatística, DGE, 1983.

_____. **Segundo Censo da População e Habitação da Ilha do Fogo/1990**. Praia: Direcção Geral de Estatística, DGE, 1992.

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origino of Civilization Mith or Reality!** Westport:Lawrence Hill, 1974.

_____. A origem dos antigos egípicios. In: GAMALMOKTHAR (Org.). **História Geral da Africa**. A África Antiga. São Paulo: Cortez, 2011. v. II.

_____. **Civilization or barbarim**: na authentic antropology. Chicago: Lawrence Hill Books, 1991.

_____. **The Cultural Unity of Black Africa**: The domains of Patriarchy and of Matriarchy in Classical Antiquity. London: Karnack House, 1989.

DOVE, Nah. **Na African-Centered Critique of Marxs Logic**. In: The Western Journal of Black Studies, Vol. 1, N.4, 1995, pp. 260-272.

_____. **African Womanism**: A Afrocentric Theory. In: Jounal Black of Studies, Vol.28, N. 5, 1998, pp. 515-539.

DUARTE, Manuel. **Cabo-verdianidade e africanidade**. Praia: Spleen, 1999.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação**: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo, Florianópolis/Praia: Editora da UFSC/IBNL, 2006.

FURTADO, C.A. (Coord.). **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade social em Cabo Verde**: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. Dakar: CODESRIA, 2008.

_____. **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança**: Santiago. Praia: ICL, 1993.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora 1980.

_____. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FINCH III, Charles S. A Afrocentricidade e seus Criticos. In: Elisa L. Nascimento (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovador**a. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 37-69.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. Métodos. São Paulo: Global Universitária, 1987.

_____. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: ZALUAR, Alva Guimarães (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Alvez, 1975.

GORDILHO-SOUZA, A. M. A regularização fundiária na nova política de habitação de interesse social em Salvador. **Veracidade**. Salvador V. 2, 2007.

_____. Regularização fundiária em áreas de ocupação informal: titulação coletiva e individual. **3º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico**, Recife, 2004.

_____. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do sec. XX. 2. ed. rev. e ampl. Salvador, Edufba, 2008.

HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade**: em busca de uma antropologia urbana. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HANCHARD, Michael. Assinala essa crítica de Cabral e Fanon às abordagens culturalistas. In: **Orfeu e o poder**: movimento negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

HARVEY, David. A criação dos bens urbanos. In: HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: Do direito à cidade à revolução urbana. 3. ed.São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HENRIQUES, C. D. **Problemas e oportunidades da habitação urbana na África do Sul do Sara**. A perspectiva de A Graham Tipple e o caso de Cabo Verde, Garcia da Orta, série de Geografia 16 (1/2). Lisboa, 200.

HITA, M.G.; GLEDHILL, John E. Antropologia na análise de situações periféricas urbanas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 12, n. 23, jan./jun. 2010

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBAM. **Urbanização de Assentamentos Informais e Regularização Fundiária na América Latina**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2004.

IFH. **Relatório e contas 2009, Imobiliária, Fundiária e Habitat**, S.A. Praia,2010a.

_____. **Urbanização Palmarejo Grande, Imobiliária, Fundiária e Habitat**, S.A., Praia, 2010b.

Imprensa Nacional de Cabo Verde.**Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico.** Decreto Legislativo n°1/2006: Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Série I, n. 7. Praia, 2006.

IMPRENSA Nacional de Cabo Verde. **Princípios e Normas de Utilização dos Solos, Decreto Legislativo n° 2/2007**: Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Série I, n. 26-Suplemento, Praia, 2007.

INE. **Censo Geral da População e Habitação 2000**. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

_____. **Relatório dos Resultados Preliminares do RGPH, 2010**. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2010.

_____. **Censo Geral da População e Habitação 2010**. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2011.

KOVARICK, Lúcio. Vivir in Riesgo: sobre la vulnerabilidade em el Brasil urbano. In: CALDERON MOLGORA, M.A.; ASSIES, W.;SALMN. T. **Ciudadania, cultura política y reforma del Estado em América Latina**. Méjoco, IFE-EI: Colégio de Michoacon, 2002.

KURIAN, George Thomas. Ethiopian Art. In: The Encyclopedia of Christian Civilization. Blackwell Publishing Ltd. 2012.

LAGO, Luciana Corrêa do. Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. **Cadernos Metrópole**, n. 9, 1º sem. 2003.

LANIADO, RuthyNádia. Justiça social. In: IVO, Anete (Coord.).**Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013.

LEFEBVRE, Henri. Especificidade da cidade. A cidade e a obra/continuidades e descontinuidades e níveis de realidade e de análise. In: LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

_____. Introdução e a propósito da obra. In: **A produção do Espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original La prodution de l'espace).4 ed. Paris Anthropos, Primeira ed. 2000, 4a fev. 2006.

_____. O direito à cidade/ Perspectivas e prospectiva/ Teses sobre a cidade, o urbano e o urbanismo. In: LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed.São Paulo: Centauro, 2011.

LEITE, Carlos.; AWAD Juliana C. Marques. **Cidades Sustentáveis Cidades Inteligentes**: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2012.

LEITE, Marcia Pereira. Entre a "guerra" e a "paz": Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, 2014, p. 625-642.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. Selo Negro, 2014.

MACHADO, Luiz Antônio. Violência urbana, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH** (UFBA, Impresso e on-line), v. 23, 2010.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. Transformações na cultura urbana das grandes cidades. In: MOREIRA, Alberto da Silva. **Sociedade Global**: cultura e religião. São Paulo: Editora Vozes, 1998.

MALU. Cabo Verde, **Comissão dos setores sociais, Subsetor da Habitação, Diagnóstico da Situação**. Praia: Ministério da Administração Local e Urbanismo, 1984.

_____. **Plano Desenvolvimento Urbano da Praia Fase I**. Praia: Publicação do Ministério da Administração Local e Urbanismo, 1986.

_____. **Plano Desenvolvimento Urbano da Praia Fase II** – Memória descritiva. Praia: Publicação do Ministério da Administração Local e Urbanismo, 1986.

_____. **Habitação em Cabo Verde** – Traços de uma política de acção.Praia: Ministério da Administração Local e Urbanismo, 1988.

MARIANO, Gabriel. **Cultura cabo-verdena**: ensaios, Lisboa: Veja, 1991.

MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade como Novo Paradigma. In: Elisa L. Nascimento (Org.) **Afrocetricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111-127.

MEPAT e LNEC. Plano Nacional de Habitação para Cabo Verde, Documento Preparatório, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal. Lisboa, 2007.

MHDOT. **Programa Casa para Todo**. Praia: Ministério da Habitação, Descentralização e Ordenamento do Território, 2010.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, Redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Em Estudos Avançados** 21 (61), São Paulo, 2007,Pp. 139-157.

MORAES, R. Análise de conteúdo: limites e possibilidades. In: Engers, M.E.A. (Org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MOVIMENTO África 70 & Câmara Municipal da Praia. **Melhoramento das condições de vida nos bairros espontâneos da cidade da Praia**: intervenção piloto no bairro da Bela Vista. Praia:Edição de Alfa Comunicações, 2005.

NASCIMENTO, J. N. **O crescimento urbano e a estrutura funcional da cidade da Praia**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

_____. **La croissance et le Système de Gestion et de Planification de la Ville de Praia (Rep. du Cap-Vert)**. Thèse de Doctorat présenté a l'U.F.R. de Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Rouen, Rouen, 2009.

NEGASH, Tekete. **The Zagwe period re-interpreted**: post-Aksumite Ethiopian urban culture. 2012., http://www.samfak.uu.se/digitalAssets/9/9640_NegashAll, Acessado em Setembro de 2017.

NETTLEFORD, Rex. **African Connexion**: Parallels; Historical Continuity; Panafricanism; African in the World. Kingstons: University of the West Indies.1972.

OBENGA, Theóphile. **La philosophie africaine de la période pharaonique**. Paris: L'Harmattan, 1990.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEDROSO ALVES, C. **Áreas urbanas de gênese ilegal** – perfis sociodemográficos e modelos de reconversão. Dissertação de Mestrado em Urbanismo – Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2007.

PERLMAN, Janice. 'Marginality from Myth to Reality' e 'The Mystery of Mobility'. In: PERLMAN, Janice.**Favela**: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro. Oxford/New York: Oxford University Press, 2010.

_____. Marginalidade: do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro 1969-2002. In:**X Encontro da ANPUR. ST2**: Reconfigurações territoriais: re-estruturações econômicas e socioespaciais.

_____. Part II. The MythsofMarginality. In: PERLMAN,Janice. **The Myth of Marginality**: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro. Berkley/LA/London: University of California Press, 1976, pp. 91-191.

PIETRO, Mayra Espina. Desigualdade e desenvolvimento. In: IVO, Anete(Coord.).**Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**: 81 problemáticas contemporâneas. Annablume., São Paulo 2013, Pp. 161-168.

PRETÉCEILLE, Edmond. Segregação urbana. In: IVO, Anete (Coord.).**Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**: 81 problemáticas contemporâneas. AnnaBlume. São Paulo, 2013, pp. 442-449.

PROENÇA, C.A. **A exclusão em Cabo Verde**: uma abordagem preliminar. Lisboa; Centro de Estudos de Economia para o Desenvolvimento do ISEG, Lisboa: Cesa, 2009.

POCHMANN, Marcio. **Pobreza e Capitalismo**. Em Anete Ivo (Coord.) Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo, AnnaBlume, 2013. Pp. 363-368.

PORTER, Bertha / MOSS, Rosalind L. B. **Topographical bibliography of ancient egyptian hieroglyphic texts, reliefs, and paintings**. Oxford at the Clarendon press. 1974.

POST, Paul / NEL, Philip / BEEK, Walter van. **Sacred spaces and contested Identities**. Space and Ritual Dynamics in Europe and Africa. Trenton, New Jersey: Africa World Press. 2014.

POPINIGIS, F. "Africanos e desecendentes na história do primeiro mercado público de Desterro." In MAMIGONIAN, B.G./ VIDAL, Joseane Zimmerman (org.). História diversa – africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2013.

RAMOSE, M**ogobe** B**. African Philosophy Through Ubuntu**. Harare: Mond Books. 2002.

_____. **Introduzin of African Phylophof.**On study guide for PLS1044. Pretória: Unisa Press. 2007.

RIBEIRO, Orlando. **A ilha do Fogo e as suas erupções**. 2. ed.Liboa: JIU, 1960.

ROCHA. Eufémia. **Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes que vêm da África: xenofobia e racismo em Cabo Verde**. 2009. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade de Cabo Verde. Praia, 2009.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade**. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977.

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

SEM, A. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **As pessoas em primeiro lugar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEMEDO, Manuel Brito. **A construção da identidade nacional**: análise da imprensa entre 1877 e 1975. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

SEMEDO, José Maria. Um arquipélago do Sahel. In: **Arquivo Histórico Ncional de Cabo Verde**. Descobertas das Ilhas de Cabo Verde. AHN PRAIA-SÉPIA PARIS, 1998.

STEHR, Nico. Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento. **RBCS**, v. 15, n. 42, Fev. 2000.

SHORT, John Rennie.**Urban theory**: a critical assessment. London, Palgrave Macmillan. 2006, pp. 202 – 219.

TAVARES, C. **A política de solos na política urbana: a sua relevância para a cidade da Praia – Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa,2006.

TECNICIL. **Relatório e Contas 2007**. Praia: Tecnicil Imobiliária, 2008.

TOWA, Marcien. Essai sur la problématique philosophique dans l´Afrique actuelle. Yaoundé: Ed. CLE, 1971.

_____. L'Idée d'une Philosophie Négro-africaine. Yaoundé: Éditions CLÉ, 1979.

ULACK, R., The Role of Urban Squatter Settlements. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, 68 (4), p. 535-550, 1978.

UNFPA. **Estado de la Población Mundial 2007**, Liberar el potencial del Crecimiento Urbano. Nova Iorque: Fondo de Población de la Naciones Unidas, 2007.

YAO, D. Urbanisation et les Aménagements Urbains en Question, **Rev. Cames**, Lomé, série B, 3 (2), p.164-174, 2001.

URIARTE, U. M. **A rebelião do vivido**. Henri Lefebvre no Centro de Salvador. Texto de livro acesso na internet. Apresentado na URBI C ≠/ 3: III Seminário internacional Urbicentros. Salvador, 22 a 24 de Outubro de 2012.

VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca. A produção anterior àsCiências Sociais. **RBCS**, v. 15, n.44, Out. 2000.

_____. **Favela**. Em Anete Ivo (Coord.) Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo, Annablume, 2013, Pp 236-241.

VALVERDE , Rodrigo Ramos Hospodar Felippe**. A transformação da noção de espaço público:** a tendência à heterotopia no largo da carioca (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG). Rio de Janeiro, 2007.

VARGAS, Eliseu Júnior Leite de. **Insurreição quilombola e ordem senhorial**: quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, em 1838 (Dissertação de Mestrado– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). RJ, 2012.

VELSEN.Vam. A análise Situacional e o método do estudo do caso detalhado. In: FELDMAN, Bianco Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. Global Universitária, 1987.

VERCOUTTER, Jean. Em busca do Egito esquecido. Editora Objetiva. 2002.

VESCINA, Laura Mariana. Projeto urbano, paisagem e representação Alternativas para o espaço metropolitano (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2010.

WACQUANT, Loic. **As duas faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. O retorno do recalcado. Violência urbana, raça e a dualização em 3 sociedades avançadas. **RBCS**, n. 24, ano 9, 1994.

WERBNER, Richard. The Manchester School in South- Central Africa. **Rev Anthropology**, 1984.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.